

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**O ESTUDO DO GÊNERO PELO VIÉS DISCURSIVO:
REFLETINDO SOBRE A DUALIDADE
MASCULINO/FEMININO
E SUA RELAÇÃO COM A ESCRITA**

Rosely Diniz da Silva Machado

Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira
Orientadora

PORTO ALEGRE, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**O ESTUDO DO GÊNERO PELO VIÉS DISCURSIVO:
REFLETINDO SOBRE A DUALIDADE
MASCULINO/FEMININO
E SUA RELAÇÃO COM A ESCRITA**

Rosely Diniz da Silva Machado

Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira
Orientadora

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE, 2006

Na AD, o que está fora (o exterior) faz parte integrante do que está dentro (o interior). Não há, pois, dicotomia; há tensão, há contradição. Como se estivéssemos frente a um quadro de um pintor: a moldura, a luz, o ambiente, a parede em que está colocado são elementos que compõem junto com a tela os efeitos de sentido que vão produzir para o observador. Com outra moldura, sob diferente luz, em nova parede, a significação já seria outra. (Ferreira, 2000:203)

Dedico esta tese ao meu pai, Antônio (in memoriam), que sonhava que eu fosse, um dia, doutora (médica). A ele, todo meu amor, reconhecimento e minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos queridos, Tânia e Bruno, pessoas essenciais nessa longa e difícil trajetória, agradeço pelo apoio total dispensado em momentos tão delicados de nossas vidas.

Ao Bruno, o agradecimento pelo momento magnífico que nunca se apagará da minha memória, o longo e forte abraço de pleno amor, que recebi dele no dia que antecedeu a minha qualificação na UFRGS.

À Tânia, sou infinitamente grata por seu sorriso, por suas palavras sempre acolhedoras e oportunas, pois isso me fez seguir adiante, sem jamais desistir.

Ao meu marido, Luciano, amor de sempre, com quem compartilho mais essa conquista, agradeço o apoio e o incentivo constantes.

À profa. Maria Cristina Leandro Ferreira, meu apreço, minha gratidão por ela ter acreditado em mim, pela demonstração de carinho e de paciência tão bem-vindos nessa árdua caminhada.

À profa. Freda Indursky, meu reconhecimento pelo exemplo de profissional comprometida, sempre tão atenta e carinhosa para com todos os seus alunos.

À amiga Gesualda dos Santos Rasia, uma amizade mais que especial, pois, com seu incentivo e com suas meigas e importantes palavras, ela tem contribuído a cada dia para minha luta diária.

À amiga Dulce Cassol Tagliani, sou grata pelo exemplo de força e determinação na sua luta pela vida, o que me fez repensar o quanto nossa vida é preciosa.

À amiga Luciani Salcedo Malater, sempre disposta a me ouvir, a me aconselhar, a me estender a mão amiga em todos os momentos, agradeço muito.

À amiga Verli Petri, agradeço pela discussão proveitosa, quando este estudo ainda se iniciava.

Aos alunos, pessoas que espontaneamente aceitaram participar desta pesquisa contribuindo com as suas produções textuais, serei sempre grata.

Aos demais amigos e às pessoas que me apoiaram, incentivando e acreditando que seria possível realizar esta pesquisa, meu apreço.

À CAPES, pela bolsa de estudos, ao Departamento de Letras e Artes da FURG, meu reconhecimento, pois sem eles não teria sido possível meu afastamento para desenvolver esta tese.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| RESUMO | X |
| RÉSUMÉ | XII |
| INTRODUÇÃO | 01 |
| PARTE I | |
| A SOCIEDADE E SUA COMPLEXA REDE DE RELAÇÕES HUMANAS | 06 |
| 1.1 Elegendo um discurso fundador | 06 |
| 1.2 A sociedade e o simbólico: um entrelace significativo | 11 |
| 1.3 Sobre sujeito, discurso e ideologia | 16 |
| 1.4 A noção de imaginário e sua representação no discurso | 26 |
| 1.5 Entre o véu e a máscara, a presença do diferente | 34 |
| 1.6 Sobre sujeito e desejo na perspectiva do discurso | 46 |
| 1.7 Na trilha da dualidade masculino e feminino: algumas abordagens teóricas sobre gênero | 51 |
| PARTE II | |
| DA LEITURA À MATERIALIDADE DO DISCURSO | 74 |
| 2.1 Leitura e escrita: uma costura de fragmentos dispersos | 74 |
| 2.2 Sobre a autoria e sua relação com o discurso | 83 |
| 2.3 Entrecruzando a função-autor e o efeito-leitor | 96 |
| 2.4 A identidade refletida no jogo do espelho..... | 103 |
| 2.5 A sintaxe do discurso | 113 |
| PARTE III | |
| CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS | 120 |
| 3.1 Sobre constituição do corpus e suas condições de produção | 123 |
| 3.2 Sobre o corpus e o analista | 127 |

| | |
|---|------------|
| 3.3 Procedimentos metodológicos: a caminho das análises | 132 |
| PARTE IV | |
| O GESTO DE INTERPRETAÇÃO: SOMBRAS E LUZES | 138 |
| <u>BLOCO A</u> | 139 |
| 4.1 O funcionamento discursivo do texto-fonte I..... | 139 |
| 4.2 Sobre os textos produzidos a partir do texto-fonte I | 156 |
| 4.2.1 O Mo(vi)mento da leitura do texto-fonte I..... | 157 |
| 4.2.1.2 A representação imaginária do masculino/feminino | 180 |
| | |
| <u>BLOCO B</u> | 188 |
| 4.3 Algumas considerações sobre o texto-fonte II | 188 |
| 4.3.1 O funcionamento discursivo do texto-fonte II | 190 |
| 4.3.2 A interrogação enquanto espaço significante | 191 |
| 4.3.3 As aspas e a determinação discursiva | 195 |
| 4.3.4 No jogo com os sentidos, a presença da metáfora | 199 |
| 4.3.5 Referindo o discurso do outro | 203 |
| 4.3.6 Sobre os textos produzidos a partir do texto-fonte II | 208 |
| 4.3.7 O mo(vi)mento da leitura do texto-fonte II..... | 209 |
| 4.3.7.1 Referindo a metáfora..... | 209 |
| | |
| <u>BLOCO C</u> | 225 |
| 4.4 O funcionamento discursivo do texto-fonte III | 225 |
| 4.4.1 O mo(vi)mento da leitura do texto-fonte III | 230 |
| | |
| <u>BLOCO D</u> | 244 |
| 4.5 O funcionamento discursivo do texto-fonte IV..... | 244 |
| 4.6 O mo(vi)mento da leitura do texto-fonte IV..... | 256 |
| | |
| <u>BLOCO E</u> | 267 |
| 4.7 O funcionamento discursivo do texto-fonte V..... | 267 |
| 4.8 O mo(vi)mento da leitura do texto-fonte V..... | 272 |
| 4.8.1 Referindo a metáfora..... | 274 |

| | |
|---|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 286 |
| QUADROS ILUSTRATIVOS DAS ANÁLISES..... | 298 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 304 |
| ANEXOS | 310 |

RESUMO

Nesta pesquisa, proponho o estudo do gênero pelo viés discursivo, a fim de investigar a dualidade masculino/feminino e sua relação com a escrita. O percurso por este texto, fundamentado no referencial teórico da Análise de Discurso de linha francesa, leva à compreensão dos efeitos de sentido que o sujeito produz, ao buscar aprisionar a escrita em um estereótipo masculino/feminino.

Analiso um *corpus* constituído por cartas de leitores, textos de opinião, (os quais denomino de textos-fonte), publicados em jornais gaúchos, desprovidos propositadamente da assinatura do autor. Incluo também os textos produzidos pelos participantes desta pesquisa, a partir da leitura que fizeram dos referidos textos-fonte, a fim de expressarem sua opinião sobre o que caracteriza uma escrita quanto ao gênero.

As marcas encontradas, no referido *corpus*, colocam em xeque a lógica da exclusão, do “isso ou aquilo”, abrindo a possibilidade para a inclusão, ou seja, a escrita pode ser isso e também aquilo, visto que ela é aqui entendida como um mosaico de discursos, cuja constituição abriga a mescla. É, pois, sob o efeito da transparência, que se tem a ilusão de uma escrita em cuja materialidade encontra-se refletido, com nitidez, o gênero de quem a produziu. Com base nessa reflexão teórica, questiono a atribuição de uma identidade de gênero para a escrita.

No desenvolvimento deste estudo, mobilizo noções teóricas específicas, sendo que, na primeira parte, apresento considerações sobre a temática da diferença, a partir de concepções culturais, filosóficas e psicanalíticas. Na segunda parte, passo às questões referentes à leitura, à escrita, priorizando a perspectiva discursiva que alicerça esta pesquisa. Na terceira parte, trago as considerações metodológicas que irão nortear as posteriores análises. Na quarta e última parte, são

realizadas as análises propriamente ditas (o gesto de interpretação) e, posteriormente, as considerações finais.

Os pontos de ancoragem decorrentes deste processo de análise apontam caminhos, que proporcionam compreender os movimentos de sentido produzidos, quando se trata de estabelecer uma possível relação gênero e escrita. Através do jogo de espelho acionado pelos sujeitos participantes desta tese, observo a maneira como eles, na escrita, vêem o outro por meio da imagem projetada daquilo que concebem como específico de um homem e de uma mulher.

Pela materialidade da língua, o efeito de uma escrita feminina e masculina é produzido como algo idealizado, porém, simultaneamente, nessa tentativa de represar os sentidos no fluxo do discurso, são mobilizadas diferentes formações discursivas, posições sujeito, enfim, identidades plurais, dada a constituição heterogênea de todo discurso. Sendo assim, este estudo concebe a relação gênero e escrita enquanto um processo discursivo que, determinado pelo interdiscurso, traz consigo a marca indelével da heterogeneidade.

RÉSUMÉ

Au long de cette recherche, je propose l'étude du genre dans sa visée discursive, ayant pour but l'investigation de la dualité masculin/féminin et son rapport à l'écriture. Le parcours frayé, dont le fondement théorique est l'Analyse du Discours dans sa version française, mène à la compréhension des effets de sens que le sujet produit lorsqu'il cherche à emprisonner l'écriture dans un stéréotype masculin/féminin.

J'analyse un *corpus* constitué de lettres de lecteurs, de textes d'opinion (ici dénommés textes-source), publiés dans des journaux "gaúchos", dépourvus, à dessein, de la signature de l'auteur. J'inclus aussi des textes produits par les participants de cette recherche, à partir de la lecture qu'ils ont faite des textes-source référés afin d'exprimer leur avis sur ce qui caractérise une écriture quant à son genre.

Les marques trouvées, dans le *corpus* référé, remet en question la logique de l'exclusion, du "ceci ou cela", ouvrant la possibilité à l'inclusion, c'est-à-dire, l'écriture peut être "ceci" et "cela" aussi, vu qu'elle est envisagée, dans ce travail, comme une mosaïque de discours dont la constitution recèle le mélange. C'est donc, sous l'effet de la transparence, qu'on a l'illusion d'une écriture dont la matérialité reflète, avec clarté, le genre de celui ou de celle qui l'a produite. Ayant comme point d'appui cette réflexion théorique, je mets en question l'attribution à l'écriture d'une identité de genre.

Dans le développement de cette étude, je fais appel à des notions théoriques spécifiques. Ainsi, dans la première partie, je présente des considérations sur la thématique de la différence à partir de conceptions culturelles, philosophiques et psychanalytiques. Dans la deuxième partie, je passe aux questions

liées à la lecture, à l'écriture dans la perspective discursive qui soutient cette recherche. Dans la troisième partie, j'apporte les considérations méthodologiques qui vont orienter les analyses postérieures. Et, finalement, dans la quatrième et dernière partie, je procède aux analyses (le geste interprétatif) pour aboutir, par la suite, aux remarques finales.

Les points d'ancrage découlant de ce processus d'analyse indiquent des chemins qui permettent de comprendre les mouvements de sens produits, lorsqu'il s'agit d'établir une relation possible entre genre et écriture. A travers le jeu de miroir mis en marche par les sujet participant à cette thèse, j'observe, au niveau de l'écriture, la façon dont ils voient l'autre, par le biais de l'image projetée de ce qu'ils conçoivent comme étant spécifique de l'homme et de la femme.

Par la matérialité de la langue, l'effet d'une écriture féminine et masculine est produit comme quelque chose d'idéalisé, cependant, simultanément - dans cette tentative d'endiguer les sens dans le flux du discours, sont mobilisées distinctes formations discursives et positions du sujet, bref, des identités plurielles étant donné la constitution hétérogène de tout discours. Ainsi, cette étude conçoit le rapport entre genre et écriture comme un processus discursif qui, déterminé par l'interdiscours, recèle la marque indélébile de l'hétérogénéité.

INTRODUÇÃO

(...) É preciso estar pronto para recolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (Foucault: 2000, p. 28)

Esta pesquisa surgiu do interesse pelos estudos sobre a linguagem, especificamente os da Análise de Discurso de linha francesa. A princípio, tal interesse direcionou-se para questões relacionadas à autoria e foi se delineando de modo a chegar ao tema desta tese que propõe o estudo do gênero pelo viés discursivo, a fim de refletir sobre a dualidade masculino/feminino e sua relação com a escrita.

Pêcheux (1988) diz que o desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, nem no “qualquer coisa” de um discurso sobre o discurso, nem num espaço lógico estabilizado com pretensão universal. Considerando essa reflexão discursiva, pretendo investigar a atribuição de um gênero à escrita, pensada a partir da lógica para estabelecer se a escrita é *isso ou aquilo*, masculina ou feminina.

É, pois, a partir desse tema que o presente trabalho se constrói e cabe dizer que não cogito mudanças de práticas sociais com este estudo, visto que me ocuparei da análise dos efeitos de sentido que o sujeito produz, ao tentar aprisionar a escrita em um estereótipo determinado. Também refletirei sobre as condições de

que se reveste a assunção da autoria de um texto escrito e os atravessamentos que lhe são peculiares quando se pretende designar um gênero à escrita.

Ao analisar alguns discursos e sua relação com determinada escrita, os participantes deste estudo consideraram a questão cultural, aquilo que em seu imaginário representaria o modelo de um texto escrito por um homem ou uma mulher. Isso, de algum modo, vai ao encontro da afirmação de Foucault (2002) para quem o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso é recebido de certa maneira e, numa determinada cultura, adquire certo estatuto.

Daí minha “vontade de saber” em que se baseiam tais participantes para responderem a essa instigante questão. Que fios puxaram para tecerem sua posição sobre o tema proposto? Ao que parece, as marcas encontradas na teia discursiva do *corpus* em muito têm a ver com o imaginário social dessas pessoas acerca do que caracteriza em nossa sociedade uma mulher e um homem. Veremos, pois, que a dicotomia excludente do gênero da escrita pensada a partir da ligação escrita/indivíduo permeará decisivamente o *corpus* aqui apresentado.

Afetados ideologicamente, tanto o sujeito-autor quanto o sujeito-leitor, como demonstrarei nas análises, mantêm essa ilusão de controle de seu dizer, e conseqüentemente, supõem gerir aquilo que produzem em sua escrita, sua leitura. É a busca constante da estabilidade e homogeneidade dos sentidos. Tudo isso advém do fato de o sujeito não ter consciência das redes discursivas que atravessam e dão sustentação e consistência ao seu dizer. Para Indursky (2001: p.34), “(...) é sobre o efeito-texto, espaço discursivo simbólico, dotado da ilusão de homogeneidade, completude, fechamento e transparência, que vai instaurar-se a produção de leitura”.

Se por um lado, ao autor é atribuída a função de organizador do seu discurso, dando-lhe começo, meio, fim, tornando-o coerente, por outro, tal gerenciamento nada mais é do que um efeito ideológico, que se materializa na

linguagem reunindo, pois, sujeito e sentido. É assim que a AD nos proporciona compreender a ideologia e o seu funcionamento imaginário, materialmente articulado ao inconsciente. Soma-se a isso o fato de o sujeito- leitor-autor inscrever-se em uma FD e com ela identificar-se para se referir ao gênero, quer enquanto sexo, estilo ou tipologia. Trata-se, portanto, de retomadas de dizeres que produzem sentidos e, sendo assim, a questão que coloco é saber se há realmente marcas de gênero na materialidade léxico-sintática que legitimam a escrita de uma mulher e de um homem.

Essa é minha incursão pela vereda discursiva que me permitirá chegar ao objetivo estabelecido que é o estudo do gênero pelo viés discursivo. Disso advém minha inquietude, a saber:

- ↳ Que posições sujeito se apresentam no espaço discursivo dos textos que constituem o *corpus* desta pesquisa? É possível encontrarmos, nos discursos dos autores dos textos a serem analisados, movimentos de identificação, contraposição, contra-identificação com determinada FD que induzam o leitor a relacioná-la com a uma escrita masculina ou feminina?
- ↳ Dizer que o lugar discursivo pressupõe um lugar social, sustentaria a atribuição de um gênero à escrita? Isso se refletiria exclusivamente na materialidade léxico-sintática de tal modo que nos possibilitaria apontar, sem qualquer dúvida, as marcas que asseguram o gênero específico de determinada escrita?
- ↳ Que marcas (des)legitimam este ou aquele gênero para os referidos leitores, nos textos analisados? De que modo a tomada de posição do sujeito-leitor-autor quanto à dualidade de gênero singulariza/determina a questão da escrita?

↳ Ligada às formações imaginárias a noção de gênero seria pensada na ordem do inconsciente coletivo, vozes do anonimato que são retomadas e trazidas para o discurso do sujeito-leitor. Como se dá esse funcionamento no *corpus* a ser analisado?

↳ Acreditando estar no indivíduo o lugar de origem da escrita, não estaria aí a relação do gênero com uma escrita pensada -pelos participantes- pura e simplesmente, no estreito vínculo com o indivíduo empírico? O reenvio da função autor para vários eus, várias posições-sujeito deslocaria completamente o foco do gênero relacionado ao indivíduo empírico?

↳ Afinal, como poderíamos especificar o funcionamento do gênero pelo viés do discurso? Será que no critério da lógica exclusiva para atribuir um gênero à escrita haveria uma brecha para se contemplar a ordem da inclusão? Desfeito o par dual, a escrita mostrar-se-á enquanto um espaço acolhedor da multiplicidade de sujeitos e sentidos possíveis?

Para responder a essas questões, analisarei um *corpus* constituído pelo que denomino textos-fonte (cartas de leitores e textos de opinião), publicados em jornais gaúchos, desprovidos propositadamente da assinatura do autor, e também os textos produzidos pelos participantes desta pesquisa, onde eles expressam sua opinião sobre o que determina a escrita de um homem e a de uma mulher.

Seguindo as “pegadas” deixadas no texto desses sujeitos, que contribuem para a realização desta tese, irei mapeando sua interpretação e simultaneamente acionando outras possíveis leituras dos efeitos de sentido produzidos em seus discursos. Sentido esse que se mostra oscilante e movente, conforme a formação ideológica tanto de quem o produz quanto de quem o interpreta, portanto, múltiplos serão seus efeitos e diferentes suas interpretações.

Nessa perspectiva, não estou a pensar num sujeito que se apropria da linguagem como se esta estivesse sob seu pleno controle, isso porque há uma forma social de apropriação em que está refletida a ilusão do sujeito e é justamente nesse jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos que está representada a determinação histórico-social do discurso.

Desse modo, dou início à primeira parte deste estudo refletindo sobre a sociedade e sua complexa rede de relações humanas e para isso elegi o discurso bíblico (Gênesis) como ponto de partida, trazendo na seqüência as contribuições filosóficas, psicanalíticas, discursivas, além de algumas abordagens dos estudos culturais sobre a temática da diferença.

Na segunda parte, centro-me na questão da leitura e da escrita, trazendo considerações da área da psicanálise e priorizando a perspectiva da AD sobre tais noções.

Na terceira parte, explicito os procedimentos metodológicos, preparando o terreno para as posteriores análises. Na quarta e última parte, são realizadas as análises, enfim, as considerações finais são feitas com base nos resultados obtidos.

Então, nesse espaço, as últimas palavras passarão a ser as primeiras do leitor, para quem este estudo há de significar muito além da minha (pre)tensão, já que, ao término deste estudo, terei que ceder *meu* espaço de sujeito-autor, para que o sujeito-leitor nele se instale, ainda que este espaço continue marcado constitutivamente pelo jogo da presença/ausência. Ao leitor, fica o convite a percorrer comigo a trilha sinuosa e insinuante do discurso que aqui se inicia.

PARTE I

A SOCIEDADE E SUA COMPLEXA REDE DE RELAÇÕES HUMANAS

Nesse primeiro capítulo, tratarei da questão do diferente, especificamente, no que se refere à representação e ao significado dessa diferença no convívio em sociedade. Como ponto de partida para este estudo, elegi o discurso bíblico (Gênesis) e, através dos fundamentos teóricos da Análise de Discurso (AD) - à qual me filio - buscarei compreender as representações imaginárias no discurso, onde ocorre *o jogo de imagens* entre os sujeitos, ou dos sujeitos com os lugares que ocupam numa formação social e dos discursos já-ditos com os imaginados.

1.1 ELEGENDO UM DISCURSO FUNDADOR

No princípio Deus criou o céu e a terra (...) criou o homem à sua imagem; e os criou homem e mulher (...) E assim se fez. (Gênesis, 1:27, 30).

Se todo início de um fazer traz consigo algumas dificuldades, momentos de expectativa acerca do porvir, decerto não foi diferente com a criação do universo. Sobre tal criação, acredito que não há registro histórico mais antigo do que o mito hebreu registrado na Bíblia Sagrada.

Nesta pesquisa, a história de Adão e Eva servirá como texto fundador para refletir sobre o tema da origem e da divisão de um único ser em duas partes, homem e mulher. Eis o princípio de tudo, inclusive o desta tese que busca um estudo centrado na questão do gênero e sua relação com a escrita. Se pensarmos que a marca de gênero na língua se dá pela diferença e esta comumente recai na mulher, de que modo tal diferença - relacionada à escrita - pode ser considerada e analisada discursivamente?

Segundo estudo de Shattuck (1998), de todos os milhares de mitos da criação imaginados por povos de todos os lugares, a narrativa da origem do universo, produzida há muito tempo pelos semitas, foi a que triunfou nas três principais religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo.

Esse complexo mito encontrado na Bíblia Sagrada (livro das origens) exerce importante influência e atração nos seus leitores, pois a mesma contém tradições da mais remota antiguidade. Sobre a Bíblia, farei uma breve referência ao Antigo Testamento, onde consta o relato que me interessa sobre a origem do mundo.

O Antigo Testamento é uma coleção de 46 livros na qual se encontra a história de Israel, de um povo com sua nação, seu governo, sua cultura, seus conflitos, sua religião. Trata-se da história de um povo em aliança com Deus, encarregado de realizar o projeto Divino.

Jesus, o filho de Deus, encarnou-se na terra e na história concreta do povo de Israel. Fez do Antigo Testamento a inspiração e a norma de sua palavra e atividade: realizar o projeto do Pai. Logo, a comunidade cristã percebeu as realizações das promessas de Jesus, trazendo o Reino de Deus para a história. Segundo a tradição cristã, cabe a nós ler e meditar o Antigo Testamento, a fim de compreendermos e darmos continuidade à palavra de Jesus, conforme nos orienta a Escritura Sagrada.

De acordo com o estudo do teólogo londrino Rogerson (2002), a visão tradicional da origem da Bíblia é a de que ela foi escrita por indivíduos que podem

ser identificados. A tradição primitiva judaica e cristã identificou Moisés como autor de Gênesis a Deuteronômio, e muitos outros autores para cada parte do livro do Velho e Novo Testamentos. Na seqüência, passarei a um breve resumo do histórico sobre a origem e influência da Bíblia, na visão desse estudioso.

A idéia de que indivíduos identificáveis tinham escrito os livros bíblicos ajustava-se bem às teorias sobre a inspiração da Bíblia que se desenvolveu no judaísmo e cristianismo. No protestantismo, por exemplo, acreditava-se que a Bíblia era verbalmente inspirada, ou seja, que Deus, através do Espírito Santo, havia guiado os pensamentos, a escrita e o autor de cada palavra desse Livro Sagrado. Tal teoria começa a ruir no século XVIII, quando a análise bíblica passou a ser vista como uma profissão acadêmica, e conforme a posição dos livros bíblicos foi sendo examinada de uma forma crítica.

Ainda segundo Rogerson, muitas pessoas comuns, sem nenhum interesse religioso, resistem às teorias da composição dos livros, pois estão mais acostumadas com obras escritas por um autor. Muito se discute, atualmente, sobre essa questão da autoria de tais textos, e mais ainda sobre as formas de interpretação da Bíblia. Presume-se que o maior uso e interpretação da Bíblia têm sido em sermões nas igrejas do mundo inteiro.

A invenção da imprensa viabilizou a publicação de sermões individualmente, e deve haver centenas de milhares desses panfletos nas bibliotecas da Europa e da América do Norte. Embora nos séculos XIX e XX pregadores famosos tenham publicado volumes de sermões, não se deve supor que a tradição cristã tenha detido o monopólio da interpretação da Bíblia.

A Bíblia tem sido uma das maiores influências nas artes do mundo ocidental, e o estudo desta influência é uma crescente área de interesse nos atuais estudos bíblicos. Outras áreas onde a Bíblia teve influência incluem as belas-arts aplicadas (vestuário, cultura, joalheria, arquitetura) além da influência sobre a cultura ocidental, incluindo a educação e a política. O estudo da Bíblia sempre foi

crítico, no sentido de que a racionalidade humana e o conhecimento científico do mundo têm sido naturalmente aplicados à interpretação do texto bíblico e às demais áreas de experiência humana.

Controvérsias à parte, acerca das possíveis interpretações do texto sagrado, interessa apontar no estudo de Rogerson a constatação da considerável influência de tal obra no mundo atual, uma vez que sua leitura continua se propagando e influenciando variadas áreas do conhecimento.

Na parte referente aos recentes desenvolvimentos nos estudos bíblicos, o teólogo ainda ressalta as pesadas críticas feitas pelos teóricos da Teologia da Libertação e também pelas feministas, quanto à versão ocidental, por ser masculina e privilegiada da razão. Ambas as abordagens (dos teóricos e das feministas) enfatizam diferentes metodologias entre as disponíveis dentro dos estudos bíblicos. A crítica feminista tem concentrado muita atenção nos capítulos do Gênesis, que, segundo ela, endossam a superioridade do homem sobre a mulher.

Cabe lembrar, aqui, que se menciono os estudos bíblicos e a crítica feminista, não é para fazer um estudo profundo dos mesmos. Nesta pesquisa, embora surjam nas análises do *corpus* alusão à supremacia do homem em relação à mulher, não significa que encaminharei isso para questões de cunho feminista. Ainda que sejam mencionados alguns autores desse referido campo teórico, isso será feito com a atenção necessária para que não me afaste do meu propósito, pois o campo teórico de referência que fundamenta esta pesquisa é singular e constitutivamente outro.

Vale dizer que elegi um texto fundador, como início desta trajetória, para tentar compreender a influência de uma tradição tão antiga no modo de conceber a mulher como representação do diferente em relação ao homem. Enfim, a “antiga” dualidade masculino e feminino a mim interessa, quando se trata de analisar e compreender o resgate das formações imaginárias, ao se pensar sobre uma possível

escrita masculina ou feminina, ou seja, a que se deve a atribuição de um gênero à escrita.

Rogerson ainda afirma ser bastante favorável à Bíblia o fato de que, tendo sido submetida à minuciosa análise crítica como nenhum outro texto, muito menos um texto religioso, ela continua recebendo atenção de distintas áreas de estudo. Desse modo, temos a perpetuação de uma fantástica e conhecida história, cuja trama coloca em cena Adão e a Árvore do conhecimento do Bem e do Mal (o símbolo da interdição/ do limite). Ao perceber Adão solitário por não encontrar um par entre os animais, Deus forma de sua costela uma criatura viva diferente: a mulher. Então, eis que temos a instauração do diferente na figura de Eva: *do um, do mesmo surgiu o outro, o diferente*.

Nesse mesmo cenário, surge uma serpente que incita Eva a desobedecer à ordem Divina e ela cede à tentação, induzindo Adão ao mesmo pecado. Foi assim que o homem foi excluído das delícias do paraíso. Contudo, foi-lhe permitido alimentar a esperança de uma libertação, na qual podemos antever o germe da doutrina de nossa redenção por Jesus Cristo.

Do texto bíblico, citarei as partes¹ relevantes para este estudo:

O Senhor Deus disse: “Não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada (...). *Então, o Senhor mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar. E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem.*” *Eis que agora aqui, disse o homem, o osso de meus ossos e a carne de minha carne; ela se tornará mulher, porque foi tomada do homem*”. Por isso o homem deixa o seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne... (Gênesis 2:21-25)”.

Disse também à mulher: “Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores, teus desejos te impelirão para o teu marido e *tu estarás sob o seu domínio (...)* *Adão pôs à sua mulher o nome de Eva, porque ela era a mãe de todos os viventes.* (Gênesis 3:16 - grifos meus)”.

¹ Tais partes relevantes serão retomadas na análise do *corpus* desta pesquisa.

Tais citações ilustram o fato de que nenhum outro mito tem na história ocidental o mesmo poder de permanência do que o relato de Adão e Eva. Essa história, dentre outras tantas sobre a origem de tudo, de algum modo me permite ter um ponto de partida para talvez justificar o começo dessa relação marcada pela diferença. No caso desta pesquisa, quando mais adiante trouxer a noção teórica de formações imaginárias, então, será pertinente refletir sobre como tal relação de diferença se manifesta em nossa sociedade e principalmente no *corpus* a ser analisado.

1.2 A SOCIEDADE E O SIMBÓLICO: UM ENTRELACE SIGNIFICATIVO

Nesta seção, apresento algumas idéias do filósofo Cornelius Castoriadis (2000) que concebe a sociedade como produto de uma instituição imaginária.

Esse autor, em sua obra *A instituição imaginária da sociedade*, esclarece que o imaginário ao qual ele se refere em nada tem a ver com “a imagem de”, assim como é pensado por algumas correntes psicanalíticas. Antes, o imaginário é concebido como criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa” (p.13).

Não existe lugar e ponto de vista exterior à história e à sociedade, ou “logicamente anterior” a estas, ou seja, todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Enfim, o pensamento é entendido como um modo e uma forma do fazer social-histórico.

Em sua primeira abordagem sobre a instituição e o imaginário, o filósofo salienta que a existência de uma sociedade está pautada em uma série de funções que são constantemente preenchidas: produção, gestação, educação, gestão da

coletividade, resolução dos litígios, sem, no entanto, se reduzir apenas a isso, pois a sociedade inventa e define para si mesma novas maneiras de responder às suas necessidades, a cada situação.

Sobre a instituição e o simbólico, ressalta-se que o mundo social-histórico está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Assim, os atos reais, individuais ou coletivos, os inumeráveis produtos materiais, sem os quais nenhuma sociedade poderia viver, não são símbolos, porém, seriam impossíveis fora da rede simbólica.

É “na linguagem que encontramos primeiro o simbólico”, acrescenta o autor. O simbolismo não tem neutralidade, tampouco toma seus signos em qualquer lugar, visto que o indivíduo se depara com uma linguagem já constituída, e se lhe é atribuída um sentido “privado”, específico à determinada palavra, ele não o faz dentro de uma liberdade ilimitada, porém apóia-se em alguma coisa que “aí se encontra”.

Todo simbolismo se edifica sobre as “ruínas dos edifícios simbólicos precedentes”, utilizando seus materiais, ainda que só para preencher as fundações de novos templos. Aqui, podemos refletir sobre as idéias filosóficas de Castoriadis e a simbologia cristã da origem da mulher, no que se refere à metade do outro, portanto, se ela tem um papel e um lugar estabelecido, isso se dá em relação ao homem.

Em outras palavras, vejo aí a influência e conseqüências do mito adâmico na contemporaneidade. Isso porque, nesta pesquisa, os participantes trazem em seu discurso a marca do diferente centrada na mulher, resgatando oposições - já-dito - presentes no imaginário social e partindo deste para sustentar sua análise quanto à dicotomia excludente relacionada ao gênero e à escrita. Assim, é possível entender como os edifícios simbólicos precedentes atravessam, servem como base para a construção de “novos” templos. O “novo” se edifica nas bases antigas. É o resgate histórico na construção de “novos” saberes.

Novas relações entre ambos os sexos são discutidas, até mesmo são instituídas, porém, sob a aparência do novo, a recorrência à velha forma institucional, social, já existente na história. Permanece, portanto, o imaginário individual ou coletivo na maneira de ver o mundo, (re)afirmando lugares estabelecidos na sociedade para o diferente: a mulher.

Sobre a questão da imagem, destaco o artigo de Jean Davallon (1999) apresentado no colóquio de 1983, em Paris, tendo como ponto de encontro a relação entre língua e história. Sob o título “A imagem, uma arte de memória?”, o autor destaca, baseado no dizer de M. Halbwachs, que a memória pode ser caracterizada como algo vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade.

Portanto, para que se mobilize um acontecimento ou um saber, é necessário que tal acontecimento lembrado seja reconstruído a partir de dados e noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Assim, segundo Halbwachs, a memória coletiva seria especificada por uma dimensão intersubjetiva e, sobretudo, grupal entre mim e os outros. Tal memória coletiva “só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”.

Advém disso o caráter paradoxal da memória coletiva, ou seja, sua capacidade de conservar o passado e sua fragilidade, devido ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com os membros deste último. Com base nisso, Halbwachs opõe a memória coletiva à história, já que esta pode tornar-se o elemento vivo de uma memória coletiva, por resistir ao tempo, enquanto aquela poderá ou não entrar na história. Tal concepção me interessa sobremaneira, ao pensar na memória coletiva presente em nossa sociedade, quando o assunto se refere à dualidade masculino/feminino². Somada a isso está a afirmação de o

² Justifico o uso da barra separando masculino/feminino, considerando, a princípio, a fronteira estabelecida para demarcar o que vem a ser uma escrita de um homem e de uma mulher.

diferente na língua recair na figura da mulher, o que talvez possa ser compreendido assim: se dizeres são retomados, é sobretudo porque há algo que fala antes em outro lugar.

A exemplo do retorno do velho como novo, Castoriadis menciona a tomada de poder dos bolchevistas, quando a nova formação de um governo necessitava de um “novo” nome para o mesmo: “A revolução criava uma nova linguagem e tinha coisas novas a dizer; mas os dirigentes queriam dizer com palavras novas coisas antigas.” (op. cit.:148)

Sobre as relações sociais, diz Castoriadis:

As “relações sociais reais” de que se trata são sempre instituídas, não porque tenham uma vestimenta jurídica (elas podem muito bem não tê-las em certos casos), mas porque foram estabelecidas como maneiras de fazer universais, simbolizada, para as “infra-estruturas”, as relações de produção. A relação patrão-escravo, servo-senhor, proletário-capitalista, assalariados-burocracia já é uma instituição e não pode aparecer como relação social sem se institucionalizar imediatamente. (ibidem)

Trazendo à reflexão a questão do gênero e buscando alguma proximidade com o que afirma esse filósofo, diria que a dualidade masculino/feminino encontra-se estabelecida como “maneiras de fazer universais” e produz seus efeitos imaginários, se considerarmos as condições de produção em que tal dualidade é produzida. É desse modo que posso compreender, no discurso, o resgate das formações imaginárias do que vem a ser um homem ou uma mulher, e, em decorrência disso, quais os lugares que tais sujeitos ocupam na sociedade em que vivem, e, ainda, para serem sujeitos do seu dizer quando se dirigem a essa mesma sociedade.

Entendo as formações imaginárias, com base em Pêcheux (1988) que as define como resultantes de processos discursivos anteriores os quais se manifestam no discurso, via antecipação das relações de força e de sentido. Daí a presença das representações imaginárias no discurso, onde o sujeito determina relações de força, *o jogo de imagens* entre os sujeitos, ou dos sujeitos com os lugares que ocupam numa

formação social³ e dos discursos já-ditos com os imaginados. Enfim, tais formações se constituem como mecanismos do funcionamento discursivo.

Sobre o fato de a ordem social ser relevante ao analista de discurso, Orlandi (1987) destaca que a formação social é sensível às regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (discursivamente representativas). Assim, *as posições do sujeito são uma função da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeções imaginários*. Tal noção é de extrema importância neste estudo, por isso a ela voltarei, sempre que necessário.

Retomando Castoriadis:

Uma coisa é dizer que não podemos escolher uma linguagem em uma liberdade absoluta, e que cada linguagem se apodera do que “deve ser dito”. Outra coisa é acreditar que *somos fatalmente dominados pela linguagem e que só podemos dizer o que ela nos leva a dizer. Não podemos jamais sair da linguagem, mas nossa mobilidade na linguagem não tem limites e nos permite tudo questionar, inclusive a própria linguagem e nossa relação com ela*. O mesmo ocorre com o simbolismo institucional – exceto evidentemente que o grau de complexidade é neste caso incomparavelmente mais elevado (op. cit.:153 - grifos meus).

Nessa citação, o fato de a linguagem se apoderar do que deve ser dito e de não termos uma liberdade absoluta quanto à escolha da mesma convoca minha filiação teórica que refere o efeito ideológico ao qual o sujeito está submetido, ou seja, o gerenciamento da linguagem pelo sujeito nada mais é do que um efeito elementar da interpelação. Entendo com isso que no dizer “somos fatalmente dominados pela linguagem”, embora Castoriadis não aponte, faz-se presente a questão ideológica, já que o funcionamento das formações sociais articula-se ao funcionamento da ideologia, logo, relaciona-se à luta de classes e às motivações econômicas.

O estudo de Castoriadis me interessa, pois permite estabelecer algumas relações de proximidade com suas idéias. Antes, porém, cabe trazer as noções

³ Em AD, a formação social é entendida como um espaço a partir do qual se podem prever os efeitos de sentido a serem produzidos. As posições sujeito que os sujeitos ocupam em uma dada formação social condicionam as condições de produção discursivas, definindo o lugar ocupado no discurso.

fundamentais para a teoria do discurso, enfatizando que o histórico e o simbólico se ligam à AD pelo fato de a mesma ser concebida como uma prática de linguagem que não é entendida em sua estaticidade, mas em movimento constante, juntamente com o homem que dela faz uso e por ela é constituído simbólica e historicamente. Traçarei, portanto, um percurso discursivo para melhor compreendermos essa relação entre sujeito, imaginário, simbólico e ideológico.

1.3 SOBRE SUJEITO, DISCURSO E IDEOLOGIA

Na concepção discursiva, a linguagem é concebida enquanto discurso, ela é interação e um modo de produção social, um lugar de confronto ideológico, e por isso não pode ser estudada fora da sociedade, pois os processos que a constituem são histórico-sociais.

Retomando a historicidade que a lingüística apaga e considerando a não-transparência da linguagem, a AD descentra a noção de sujeito e relativiza o objeto da lingüística. Desse modo, o discurso passa a ser seu objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto.

Assim, interessa como a linguagem se materializa na ideologia (através do discurso) e como a ideologia se manifesta na língua, considerando que a materialidade específica do discurso é a língua sem, no entanto, reduzir o discurso à análise da língua. Enfim, a materialidade discursiva é considerada como objeto próprio, para que se esteja em condições de produzir proposições teóricas sobre o discurso. Essa relação entre lingüístico e ideológico permite compreender o discurso enquanto lugar de análise e como efeito de sentidos entre interlocutores. Vejamos o que isso significa.

O termo interlocutores não vai remeter a indivíduos envolvidos numa relação interativa, mas remete a sujeitos historicamente determinados, ou seja, a

lugares determinados na estrutura de uma formação social, sendo tais lugares representados nos processos discursivos em que estão colocados em jogo. Esse sujeito, construto teórico da AD, é considerado em seu descentramento, em sua dispersão, em sua incompletude, enfim, em sua determinação ideológica. Assim, a tese segundo a qual a ideologia interpela o indivíduo em sujeito pode ser entendida da seguinte forma: o indivíduo é livremente interpelado como sujeito para livremente submeter-se às ordens do Sujeito (sujeito absoluto e universal), para aceitar livremente sua submissão (Althusser, 1983).

Decorre disso que tal processo, ao mesmo tempo em que interpela, dá ao sujeito a ilusão de autonomia em relação ao seu dizer. Desse modo, para que as palavras do sujeito tenham sentido é preciso que já tenham sentido, isto é, há uma determinação histórica pelo interdiscurso, por algo que fala antes, pela memória do dizer a qual é constituída pelo esquecimento que lhe dá a ilusão de domínio total sobre aquilo de que se fala.

Dizer que o sujeito é concebido discursivamente como posição significa que ele ocupa um determinado “lugar” para ser sujeito do que diz. É através das diferentes posições de sujeito num texto, que se pode chegar à ideologia dominante, e isso é possível através dos mecanismos lingüísticos, de marcas e pistas as quais nos orientam para possíveis interpretações. Entendido enquanto “posição”, o sujeito é constituído pelo interdiscurso, o que produz o efeito de memória discursiva, a qual é responsável por separar e eleger, dentre os elementos constituídos numa determinada condição histórica, aquilo que pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona discursivamente.

Pensando a produção do discurso daqueles que fazem parte desta pesquisa, posso dizer que está inserida na ordem do discurso. E é justamente esta ordem que mobiliza a lembrança preenchida na memória coletiva daquilo que vem a ser ou é considerado masculino e feminino. O discurso, embora se realize na língua, tem uma ordem que é distinta da materialidade da língua; isso é o que nos afirma

Courtine (1999:16), em *O chapéu*, de Clémentis: “(...) não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável, a ordem do que constitui o sujeito falante em sujeito do seu discurso ao qual ele se assujeita em contrapartida”.

Nas análises aqui realizadas, os sujeitos participantes buscam sustentar suas opiniões caracterizando aquilo que atesta a presença de um indivíduo/autor no texto e conseqüentemente passa a atribuir um gênero à escrita desse autor. Assim, geralmente, é na identificação de marcas lingüísticas que eles mapeiam um(a) provável autor(a) que tenha originado aquela produção escrita. Para mim, a especificidade do discurso, a questão do assujeitamento e tudo que isso implica não se reduz a uma questão de língua em uso, como se fosse um instrumento simples e cristalizado: *como se as marcas estivessem lá, bastaria olhar e ver.*

Embora o discurso se ancore na língua, ele apresenta como característica constitutiva o fato de apresentar uma ordem que ultrapassa a materialidade da língua e isso é o que pretendo demonstrar, ao analisar o *corpus* desta pesquisa. Não há como ignorar a existência de um sujeito discursivo que é ideologicamente determinado bem como os efeitos de sentido por ele produzidos. Portanto, à materialidade da língua, une-se uma historicidade que a constitui, daí a dificuldade de apenas pela materialidade-léxico-sintática buscar uma resposta à questão do enquadramento da escrita, marcando-a decisivamente como sendo masculina/feminina.

Citação, recitação, formação do pré-construído são apoderados pela enunciação, para serem colocados sob a responsabilidade do sujeito enunciador, e é desse modo que, segundo Courtine (1981:20), os objetos do discurso adquirem sua estabilidade referencial no domínio da memória como espaço de recorrência das formulações. Para esse autor, se há no interdiscurso um sujeito é para designar um lugar propriamente inominável, em contrapartida são acionadas as posições de sujeito a fim de regular o ato de enunciação.

É, portanto,

o interdiscurso que fornece, sob a forma de citação, recitação, ou pré-construído, os objetos do discurso dando sustentação à enunciação, ao mesmo tempo em que organiza a identificação enunciativa (através do regramento das marcas pessoais, dos tempos, dos aspectos, das modalidades...) constitutiva da produção da formulação por um sujeito enunciador. E que acaba, assim, por desaparecer aos olhos de quem enuncia, garantindo, na aparição de um “eu”, “aqui” e “agora”, a eficácia do assujeitamento (ibidem)

Com base nisso, acredito que a “escolha” das formas lingüísticas, feitas pelos participantes desta pesquisa, conduzir-me-á para as repetições inscritas na ordem do discurso, constituindo as séries de formulações já-ditas, as quais busco compreender considerando esta proposta de estudo.

No interdiscurso, o sujeito não tem nenhum lugar específico que lhe seja assinalável, já que no domínio da memória ressoa apenas uma voz sem nome. A partir dessa idéia de Courtine, proponho pensar a categoria gênero relacionada à escrita como uma ressonância no domínio da memória, o que me permite questionar se essa relação concebida através da lógica do dualismo de gênero se sustentaria pelo viés do isso ou aquilo, ou seja, para se falar de uma escrita masculina ou feminina. Como podemos perceber, há muito que se investigar.

Retomando a noção de sujeito, vemos em Foucault (2000:107) que o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes (...), e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, posições distintas.

Descrever uma formulação enquanto enunciado significa, conforme Foucault, determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito. Já para Pêcheux, o lugar do sujeito não é vazio, mas ocupado por aquilo que ele denomina forma-sujeito, ou seja, a forma pela qual o sujeito do discurso se

identifica com a Formação Discursiva⁴ que o constitui. Tal identificação refere-se ao fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo. Determina-o enquanto sujeito que ocupa uma posição em seu discurso.

Trazendo a noção fundante de “interpelação ideológica”, é importante enfatizar que ela coloca duas formas de o indivíduo se constituir em sujeito de seu discurso que são: o esquecimento nº 1 em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do sentido, esquecendo aquilo que o determina, e o esquecimento nº 2 em que o mesmo tem a ilusão de domínio do seu dizer. No primeiro caso, tem-se a caracterização da onipotência do sujeito, uma vez que o mesmo não se dá conta de que os sentidos não se originam nele, mas por ele são retomados. Já no segundo caso, o sujeito tem a ilusão da realidade do seu pensamento, visto que o sentido para ele é transparente.

Tais esquecimentos ou ilusões mostram que a constituição do sujeito é ideológica, pois ele assume uma posição dentro de sua formação discursiva que corresponde ao seu lugar na formação social. Essa constituição também é psíquica, porque o processo de interpelação liga o sujeito, que é representação, ao imaginário, e sua constituição é produzida pela relação com o simbólico. Assim, é possível compreender que a relação imaginária liga-se à questão do assujeitamento sob a forma de autonomia do sujeito e isso para a teoria do Discurso é fundamental.

No discurso desse sujeito que é produzido por meio desses dois esquecimentos mencionados, há uma base lingüística, referente ao esquecimento nº 1, e um processo discursivo⁵, referente ao esquecimento nº 2. É a partir da análise

⁴ Tal noção pode ser entendida como a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito. Funciona como lugar de articulação entre língua e discurso.

⁵ Processo discursivo diz respeito ao sistema de relações de substituição, paráfrase, sinonímia, que funcionam entre elementos lingüísticos de uma Formação Discursiva. Vale dizer que o processo discursivo, num primeiro momento na AD, configurou-se como um espaço de reprodução, uma família parafrástica dentro de uma FD. Já na segunda fase da AD, com as mudanças teóricas referentes à FD, o processo discursivo passa a ser concebido num espaço de transformação e de reconfiguração da FD. Daí dizer, com base em Pêcheux, que

da base lingüística e do processo discursivo que se pode chegar à Formação Discursiva do sujeito.

Assim, a aparente transparência de sentido é produzida pela FD que dissimula a dependência relativa ao complexo dominante da formação ideológica, da qual o sujeito é projeção. Tal complexo dominante constitui o *interdiscurso*, que é o lugar do pré-construído, daquilo que remete a uma construção anterior, independente daquilo que é construído na superficialidade do discurso, o *intradiscurso*.

Temos, então, a noção de dois níveis discursivos: o interdiscurso que é o nível do sistema de formação/reprodução/transformação de enunciados, e o intradiscurso que é o nível da seqüência discursiva, sendo este último indissociável da FD em que a seqüência se apresenta. Decorre disso que o processo de interpelação ideológica se dá na relação entre esses dois níveis discursivos.

No nível do enunciado, é efetuada a descrição do interdiscurso de uma FD. É no interdiscurso que se constitui o domínio do saber o qual funciona como princípio da aceitabilidade discursiva para o conjunto de formulações possíveis. Dessa forma, o processo discursivo próprio a cada FD é constituído pelo conjunto de formulações possíveis nesta FD.

No nível da formulação, temos os elementos do saber linearizados de modo a se tornarem objetos da enunciação e nessa linearização ocorrem diferentes processos lingüísticos - que marcam a(s) posição(ões) assumida(s) pelos sujeitos - onde incide determinado efeito de sentido. É assim que se pode entender como o sujeito do discurso funciona pela ideologia e pelo inconsciente, uma vez que as palavras chegam ao sujeito discursivo carregadas de sentidos, passíveis de serem apreendidos por meio do interdiscurso, a memória do dizer.

uma FD não se constitui num espaço estrutural fechado, uma vez que sua constituição é *invadida* por elementos que vêm de outro lugar, ou seja, de outras FDs, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos.

Nessa estreita relação entre *língua e discurso* deve ser observado que a primeira é condição de possibilidade do segundo e que tais sistematicidades não funcionam isoladamente, tampouco sob forma homogênea, antes, é sobre elas que os processos discursivos se desenvolvem, de modo a não deixar de lado suas falhas e a equivocidade que lhes são constitutivas.

Para a AD, segundo Pêcheux (1983), o desafio crucial é o de construir interpretações sem jamais neutralizá-las, nem no “qualquer coisa” de um discurso sobre o discurso, nem num espaço lógico estabilizado com pretensão universal. A partir dessa noção, decorre meu interesse pelo (pre)tenso aprisionamento da escrita num estereótipo masculino ou feminino. Ao buscar aprisionar a escrita, os sujeitos desta pesquisa produzem efeitos de sentido e isso me permite pensar a questão do gênero pelo viés discursivo, ou seja, pretendo analisar como esses sujeitos vêem o funcionamento do gênero, e que efeitos de sentido são produzidos nos textos analisados. E se há na língua o espaço do jogo que escapa à sistematização, acredito que nesses textos (*corpus*) também haverá a possibilidade de examinar o equívoco e os deslizamentos de sentido - que fazem sentido - segundo Ferreira (2000).

Uma nova forma de se refletir sobre uma linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências do lugar já-feito nos é proposta por Pêcheux (op. cit.). Essa reflexão acerca da materialidade da linguagem e da história questiona a necessidade de um “mundo semanticamente normal” e de um universo logicamente estabilizado.

Sobre isso diz o autor:

O sujeito pragmático (...) tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis) até as grandes decisões da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, responder a X e não a Y) ... (op. cit.:33)

É justamente nesse espaço de necessidade equívoca que, segundo o autor, encontram-se misturados: coisas, pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas. Assim, toda conversa é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis, através de uma simplificação unívoca para si e para os outros. Daí a necessidade do que ele denomina de um mundo semanticamente normal, ou seja, normatizado. A exemplo disso temos a distribuição de bons e maus objetos, e por que não acrescentarmos, aqui, a escrita relacionada à lógica excludente da dualidade masculino/ feminino? Seria possível haver um deslocamento dessa ordem da exclusão que passe a contemplar a ordem da inclusão para se pensar a escrita?

Não sendo o sentido predeterminado por propriedades da língua, ele, juntamente com o sujeito, está em constante movimento. Daí esta proposta de compreender os processos de significação que sustentam a interpretação, que considero enquanto parte da relação do homem com o simbólico (a linguagem). Assim, a linguagem, enquanto espaço simbólico, é lugar de deslocamento e para que não consideremos o não-lógicamente estável como anormalidade, é necessário entendermos o “real” da língua, que nos faz refletir sobre a linguagem não enquanto universo logicamente estabilizado, mas em sua materialidade e na da história, enquanto região do equívoco em que se encontram ligados materialmente o inconsciente e a ideologia.

Sobre esse real, Gadet & Pêcheux com base em Milner afirmam:

O real da língua (...) é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz, e de séries associativas que o desestratifica sem o apagar. A não-identidade que se manifesta pressupõe a língua (“la langue”), enquanto lugar onde se opera o retorno do idêntico sob várias formas; a repetição do significante dentro da língua não coincide com o espaço do repetível próprio da língua, mas o funda, justamente com o equívoco que afeta este espaço: aquilo que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da metáfora, do deslizamento, do lapso e do jogo de palavras, e do duplo sentido dos efeitos discursivos. (Gadet & Pêcheux, 1981:51).

Portanto, a língua pode ser afetada pelo equívoco que em sua forma de materialização se manifesta, mexendo, deslocando, jogando com o sentido. Isso pode ser observado, segundo Pêcheux, nas brincadeiras, chistes, piadas, por meio de marcas que ganham significação através da falta, do absurdo:

Aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (... os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, ou no discurso político...) (Pêcheux, 1988:301).

Nessa relação discursiva entre o sujeito e a ideologia, há um real da língua suscetível de deslocamentos, de falhas, que desencadeia um jogo entre o que se encontra estabilizado e aquilo que pode ser dissolvido. Considerando o sujeito afetado pela história, a AD recorre à contribuição da Psicanálise justamente nesse deslocamento da noção de indivíduo para a noção de um sujeito que se constitui simbólica e historicamente.

Enfim, ao conceber o discurso como objeto social e histórico, em que se confrontam sujeito e sistema, a AD trata da determinação histórica dos processos de significação, e das condições de produção da linguagem, considerando a exterioridade que se inscreve na materialidade textual como constitutiva.

É importante lembrar que a história em AD não é entendida em termos cronológicos, mas em sua relação com o poder, com as práticas sociais, numa relação de confrontos de sentidos, uma vez que a mesma é produzida em determinadas condições e influencia em novos acontecimentos. Com isso compreende-se que se a língua tem sentido é porque nela a história se inscreve. É desse modo que buscarei analisar os efeitos de sentido no discurso, pois neles se configura a relação língua e ideologia. Portanto, na explicitação dos efeitos de sentido, o trabalho do analista é interpretá-los e é justamente esse gesto de

interpretação que se constitui num modo singular na relação do sujeito com a língua na produção de sentidos.

Fiz todo esse percurso teórico, resgatando noções extremamente relevantes, a fim de dar ênfase às concepções discursivas que norteiam esta pesquisa. A exemplo disso, destaco a questão ideológica que não é enfatizada por Castoriadis, e destaco também o fato de o sujeito para esse autor ser um sujeito consciente, porque é o imaginário que dá funcionalidade ao sistema institucional, enfim, sobredetermina tudo que existe, porém ela (ideologia), embora não mencionada por este filósofo, permeia seu discurso.

Sabendo que a retomada do sentido feita por um sujeito-autor se dá via inscrição numa FD, numa identificação com a forma-sujeito do discurso, enfatizo que isso só ocorre pelo critério organizador da ideologia. Ela é que organiza as regularidades de uma FD, como vimos, e por mais heterogênea que esta FD possa ser, algo a regula e esse algo é a ideologia. Portanto, o estudo do gênero e sua relação com a escrita tem por base essa perspectiva teórico-discursiva.

Ao fazer uma articulação entre ideologia e inconsciente, Pêcheux observa que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas respectivamente como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior do seu funcionamento, produzindo aquele tecido de evidências subjetivas.

É desse modo que compreendo a interpelação ideológica como uma passagem, mudança de estatuto do indivíduo para sujeito. Se por um lado há uma identificação pelo sujeito com a FD que o domina, por outro, há um apagamento da exterioridade que o determina. Ou seja, o sujeito é determinado e por isso se identifica com seu interior. Há, portanto, uma dupla determinação do sujeito: pelo inconsciente e pela ideologia.

Passo, na seqüência, a estabelecer uma relação entre algumas idéias filosóficas de Castoriadis e a teoria discursiva.

1.4 A NOÇÃO DE IMAGINÁRIO E SUA REPRESENTAÇÃO NO DISCURSO

As relações entre simbólico e imaginário aparecem na concepção de Castoriadis (2000) como um entrelaçamento, já que um deve utilizar o outro não somente para exprimir-se, mas para existir, para passar do virtual a qualquer coisa a mais. A influência do imaginário sobre o simbólico pode ser compreendida a partir da seguinte consideração do autor: o simbolismo supõe a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um “representa” o outro.

Além da atividade consciente de institucionalização, as instituições encontraram sua fonte no imaginário social. Este imaginário deve-se entrecruzar com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido “reunir-se”, e não poderia sobreviver.

Esse entrecruzamento entre imaginário e simbólico pode ser remetido ao termo “Nó Borromeu” que Lacan introduziu na Psicanálise em 1972, com o propósito de designar através de uma imagem entrelaçada de três anéis equivalentes aos registros do real, do imaginário e do simbólico. Esse nó estabelece o vínculo entre essas três dimensões, que embora ligadas são livres, de modo que o corte de uma libera as duas outras.

Pensando nas relações de sentido, e, conseqüentemente, na relação entre os discursos, em AD, um dizer relaciona-se com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. Esses dizeres imaginados ou possíveis convocam o entrelaçamento lacaniano dos três registros, pois se o real é definido como aquilo que é impossível de ser completamente simbolizado na palavra ou na escrita, esse real só pode ser definido em relação ao simbólico e ao imaginário, com os quais forma uma estrutura.

É pelo mecanismo de antecipação que a produção de sentidos de um dizer pode ser antecipada pelo sujeito, de acordo com o lugar a partir do qual ele fala e é constituído como sujeito do seu discurso. Em nossa sociedade, por exemplo, um padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis. Desse modo, podemos observar que nossa sociedade é constituída por relações de força, ou seja, hierarquizadas, pois se sustentam no poder desses diferentes lugares sociais e isso pode ser percebido via discurso, cujos mecanismos de funcionamento “repousam nas formações imaginárias”.

Assim, não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tais, inscritos na sociedade, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. “São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”. (Orlandi, 1999:40)

Na teoria do discurso, as regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação empírica para a posição discursiva estão na língua. Portanto, as posições do sujeito significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória do dizer, ao já-dito. “Na relação discursiva são as imagens que constituem as diferentes posições⁶ do sujeito”. (ibidem)

Numa conjuntura sócio-histórica é que esse mecanismo de produção de imagens se realiza, um mecanismo imaginário que implica as condições de produção daquilo que é material (a língua) e o institucional (a formação social).

O imaginário da sociedade seria, na concepção de Castoriadis, um elemento que dá a funcionalidade de cada sistema institucional, sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele. Esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível, suporte

⁶ Voltarei a essa questão sobre lugar discursivo e posição do sujeito, para aprofundá-la teoricamente a partir das análises do *corpus* desta pesquisa.

das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, nada mais é do que o imaginário da sociedade ou da época considerada.

Observo nesse dizer certa proximidade com a noção discursiva de imaginário, porém, para esse filósofo, parece haver uma supremacia da noção de imaginário, sem, no entanto, considerar que esta noção se encontra ligada à noção de ideologia. Assim, na perspectiva discursiva, o sistema institucional deve ser considerado com a presença de um sujeito que é afetado ideologicamente e que também afeta o sistema onde vive e atua:

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições... (Orlandi, op. cit.:42).

Ao colocar algumas questões sobre sociedade e sua história, a razão de suas diferenças e por que o idêntico aparece como diferente, Castoriadis (2000) se posiciona em relação ao estruturalismo sobre os conjuntos de elementos que manipula, sobre as razões de seu ser-assim:

Masculino e feminino, norte e sul, alto e baixo, seco e úmido, para ele não precisam ser questionados, parecem-lhe encontrados aí pelos homens, pedras de sentido jazendo na Terra desde as origens num ser-assim, ao mesmo tempo plenamente natural e totalmente significativo, dentre as quais cada sociedade retira algumas (segundo o resultado de um jogo do acaso), sendo estabelecido que ela só pode retirá-las por pares de opostos, e que a retirada de certos pares ocasiona ou exclui outros. Como se a organização social pudesse ser reduzida a uma seqüência finita de sim/não, e como se, lá mesmo onde um sim/não está em ação, os termos a que se refere fossem determinados sob outro ponto de vista e desde sempre – quando eles são, como termos e como estes termos, criação da sociedade considerada. Ou então, no extremo oposto e sob sua forma mais rica, a lógica pretende revolver todas as figuras do universo material e espiritual. (op. cit.:206)

Relaciono esse dizer às considerações feitas por M. Pêcheux (1983), em sua obra *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, sobre certas tendências da pesquisa

lingüística já terem começado a se descolar da obsessão da ambigüidade (entendida como lógica do “ou... ou”) para abordar o próprio da língua através do equívoco, da falta. E esse jogo de diferenças, alterações e contradições não pode ser concebido como amolecimento de um núcleo duro lógico. Em decorrência disso, para Pêcheux, a pesquisa lingüística vê-se obrigada a construir procedimentos que contemplem a questão do equívoco como fato estrutural implicado na ordem do simbólico: “a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos semanticamente normais”.

O fato de uma sociedade ser de determinada forma e não de outra, ser uma específica e não uma qualquer, só pode ser analisável nas relações entre sujeitos mediatizados por coisas, já que, no dizer de Castoriadis, toda relação entre sujeitos é relação social entre sujeitos sociais, toda relação com coisa é relação social com objetos sociais e os sujeitos, porque são assim instituídos pela sociedade considerada.

Quanto à instituição do sujeito pela sociedade, reafirmo minha posição discursiva sobre o sujeito, que é constituído sim no meio em que vive, porém tal constituição se dá a partir da sua relação com o outro, estabelecendo uma relação ativa no interior de uma FD. Assim, o sujeito do mesmo modo que é determinado ideologicamente por sua prática discursiva ele também a afeta. Isso é possível observar - como já mencionei - por meio da análise discursiva, das condições de produção de seu discurso, considerando sempre a questão ideológica e tudo que isso implica.

Na referência à história e aos esquemas de sucessão, Castoriadis faz algumas reflexões sobre a ordem do ser-junto, do mesmo no um. A alusão a uma particularização do tempo em relação ao espaço, sob o ponto de vista social-histórico, refere-se a uma relação de ordem mascarada por uma intemporalidade, de onde advém a ilusão de se ver algo como novo ou como outro e não como consequência ou exemplar diferente do mesmo.

Essa idéia, embora complexa, aponta que há retomadas, ressonâncias históricas trazidas de outro lugar, outras histórias que fazem eco na sociedade atual. É interessante pensarmos na ordem do Ser-junto e no Um-Mesmo em relação à dualidade masculino/feminino. Isso pode ser relacionado ao mito Adâmico: ser-junto, ainda que separados; Eva simboliza o diferente originado do Um-Mesmo, ou como já havia dito, a presença do *outro* no *um*. Essa mescla permite pensar numa possibilidade de junção, de soma, ou seja, ao contrário de se cogitar uma separação, uma exclusão.

Trazendo essa reflexão para o âmbito desta pesquisa, seria viável considerar o acréscimo do isso e também aquilo, ao referir a relação gênero/escrita? Minha hipótese é a de que, em se tratando de escrita, estaríamos diante de um funcionamento discursivo que contempla a ordem da inclusão e não da exclusão. É justamente isso que me instiga, quando penso sobre gênero e a dualidade excludente para designar uma possível escrita masculina ou feminina. Em outras palavras, se estou referindo essa idéia do outro no um é em relação ao fato de poder encontrar, nas análises aqui realizadas, marcas que apontem os efeitos de sentido nos discursos de homens e mulheres que ocupam lugares instituídos socialmente e, desses lugares, eles poderão assumir diferentes posições sujeito, podendo identificar-se ou não com determinadas Formações Discursivas.

O imaginário social é colocado em movimento, através das projeções do que vem a ser uma escrita masculina ou feminina para os sujeitos desta pesquisa, os quais associam a atribuição dada à escrita ao fato de que homens e mulheres vivem numa sociedade e podem ser reconhecidos sem ambigüidades como macho e fêmea. Tal reconhecimento ocorre, segundo Castoriadis, em e por uma transformação do fato natural de ser-masculino ou de ser-feminino em significação imaginária social de ser-homem ou de ser-mulher. Esse fato natural faz com que existam marcos ou limites para a instituição da sociedade.

Quanto ao modo de ser das significações imaginárias sociais, o autor toma o exemplo de uma mercadoria enquanto “objeto” que, por não ter um referente fora de sua figura de significação, pode significar, de acordo com comportamentos de indivíduos e dispositivos materiais que fazem ser os objetos como mercadorias. Daí dizer que um objeto ou classe de objetos são mercadorias não é dizer algo sobre os mesmos, mas sobre *o modo pelo qual uma sociedade trata ou pode tratar esse objeto*, a maneira de ser destes objetos para a sociedade, que instituiu a significação mercadoria como tal e por uma rede de significações derivadas.

Parto dessa reflexão filosófica para analisar discursivamente o fato de o tema deste estudo ter provocado a busca por uma espécie de dispositivo capaz (via materialidade léxico-sintática) de estabelecer uma fronteira determinada que caracterizaria uma escrita X e uma escrita Y. Contudo, penso que, ao remeter tal materialidade à ordem do discurso, o indício é de que não há limitações, confinamento, sequer uma fronteira que equalize o que vem a ser uma escrita masculina e uma escrita feminina. A princípio, vejo aí o marcante resgate via imaginário das imagens que se tem de homem e mulher, capaz de provocar um jogo entre realidade e imaginário, permitindo que o sujeito construa, a partir disso, uma identificação e representação do que vem a ser homem/mulher e conseqüentemente os lugares e papéis que lhes são estabelecidos socialmente.

Desse modo, esses sujeitos, mediados pelo imaginário, vão construindo identidades para si e para os outros, e se esta relação do sujeito com a realidade é mediatizada pela linguagem, é porque o simbólico o constitui (sujeito), bem como o ideológico. A dimensão simbólica do discurso produz efeitos de sentido também marcados irremediavelmente pela historicidade, o que possibilita o(s) gesto(s) de interpretação que, na ótica dos participantes desta pesquisa, pressupõe(m) transparência, explicitação dos sentidos, desconsiderando a opacidade constitutiva de todo discurso, sua densidade semântica, já que ele não apresenta apenas uma materialidade léxico-sintática.

Quanto às significações imaginárias sociais, na concepção filosófica de Castoriadis, são aquilo através do que as visões subjetivas concretas tornam-se possíveis:

Realidade, linguagem, valores, necessidades, trabalho de cada sociedade, especificam cada vez, em seu modo de ser particular, a organização do mundo e do mundo social referida às significações imaginárias sociais instituídas pela sociedade considerada. São também essas significações que se presentificam – figuram na articulação interna da sociedade – na medida em que *a coletividade pode ser instituída como repartida entre categoria de indivíduos, dividida de maneira simplesmente simétrica, ou cindida assimetricamente em e por um conflito interno; na organização das relações entre os sexos e a reprodução dos indivíduos sociais; na instituição e de setores específicos do fazer e das atividades sociais.* Faz parte daqui igualmente o modo pelo qual a sociedade se refere a si mesma e se refere a seu próprio passado, presente e por-vir; o modo de ser das outras sociedades para ela. (op. cit.:416 - grifos meus)

Até aqui observo que essas considerações, quanto ao modo pelo qual uma sociedade trata ou pode tratar um objeto/mercadoria, quanto à sociedade instituir significações e representações como servo/senhor e a relação de servidão, vão deixar de lado questões ideológicas, pois, na concepção filosófica, o imaginário prevalece enquanto instância superior relacionada ao simbólico.

Com base nisso, faço algumas indagações acerca da representação social que se tem tanto do homem quanto da mulher na atualidade. Já que o modo como se concebe o lugar social da mulher (representação do diferente) é constituído pela sociedade, como tal constituição manifesta-se no discurso do sujeito-leitor desta pesquisa? Essa instituição da significação do lugar social do homem, da mulher se faz presente nos discursos que constituem o *corpus* aqui selecionado?

Estas são perguntas relacionadas ao meu estudo que aprofundarei no decorrer das análises, visto que os participantes desta pesquisa, ao terem que responder se um texto traz uma escrita marcadamente masculina ou feminina, acionaram justamente suas formações imaginárias⁷, ou seja, a antecipação, a

⁷ As formações imaginárias são entendidas como mecanismos de funcionamento discursivo, e não se referem a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções.

projeção de uma representação imaginária que o leitor faz do que pode caracterizar um texto a partir do gênero atribuído à escrita. Um verdadeiro jogo de imagens é acionado, dos sujeitos entre si e dos lugares por eles ocupados na formação social e dos discursos já-ditos, acionados pela memória do dizer.

Para fechar esta parte, retomo a questão teórica das formações imaginárias que por sua vez encontram-se ligadas às formações ideológicas, e, quando falo daquelas, estou a referir a relação dos homens com suas condições reais de existência que lhes é representada na ideologia. No interior do discurso, a ideologia, enquanto constitutiva de toda prática discursiva, pode ser compreendida como efeito da relação entre sujeito e linguagem e isso proporciona a identificação do sujeito com a FD que o domina. Esse efeito ideológico é da ordem do inconsciente e disso advém a crença do sujeito de que tem pleno domínio de seu dizer.

Sobre a natureza do imaginário, Leite (1994) ressalta que a tese de Althusser sobre a ideologia está relacionada com o reconhecimento do imaginário e este é dotado de existência material, isto é, a representação imaginária é derivada da linguagem. Portanto, é pelo estudo do funcionamento da ideologia que é possível demonstrar a sua materialidade. Funcionamento este que pressupõe um sujeito consciente de si e de seus atos, ou seja, um sujeito que acredita que suas escolhas são derivadas de seus atos, a partir de suas representações. É desse modo que entendo a categoria de sujeito como constitutiva da ideologia, já que esta o constitui em sujeito.

Se Pêcheux nos fala em representação, isso implica que algo esteja presente, mas transformado, e isso ele caracteriza como formação imaginária, conforme mencionei. Essa retomada sobre o imaginário me permite mais uma vez aproximar as noções filosóficas das discursivas, sem, no entanto, confundi-las, já que para mim é fundante a noção de imaginário e este ligado sempre à questão ideológica⁸.

⁸ Como vimos, esta é uma noção que não é exterior ao discurso, mas constitui a prática discursiva. Assim, entendida como efeito da relação sujeito e linguagem, a ideologia não é consciente, mas se faz presente em toda manifestação do sujeito, e é desse modo que ele pode identificar-se plenamente com a FD que o domina.

Assim, entendo que, enquanto sujeitos, estamos o tempo todo interpretando o mundo, e esse processo funciona sob a crença de que a linguagem serve como uma etiqueta para nomearmos os objetos, falarmos sobre eles, descrevê-los. Essa é também uma ilusão que nos faz acreditar que nosso relacionamento com o mundo se dá de forma direta, estando a ideologia ausente, sem posição alguma. Todavia, é nesse processo que o efeito ideológico está atuando, de modo a nos fazer crer na transparência da realidade, da linguagem, enfim, do mundo.

Avancemos a reflexão, agora, acerca do diferente na abordagem psicanalítica.

1.5 ENTRE O VÉU E A MÁSCARA, A PRESENÇA DO DIFERENTE

Na busca pela compreensão do diferente, convoco a Psicanálise através do estudo de Joel Birman (1999), cuja obra *Cartografias do Feminino* versa sobre a questão da feminilidade. Uma vez que esta pesquisa enfoca a questão do gênero e da escrita, volto meu olhar para questões referentes à dualidade masculino/feminino e tudo que advém dessa lógica obsessiva do “ou... ou”, afinal, o que nos autorizaria a determinar que há uma escrita especificamente masculina e outra feminina? Essa fronteira, esse limite estabelecido se sustenta numa logicidade que exclui? Vejamos em que a abordagem psicanalítica de Birman pode contribuir para esta reflexão.

Na tradição psicanalítica, o território da feminilidade corresponde a um registro psíquico que se opõe ao do falo, por meio do qual o sujeito busca a totalização, a universalidade, o domínio das coisas e dos outros. Desse modo, a feminilidade implica a singularidade do sujeito e as suas escolhas específicas, o que

a distancia da homogeneidade abrangente da postura fálica, já que ela pressupõe o não-controle sobre as coisas e considera o relativo. Por conseguinte, ela representa uma postura heterogênea que marca a diferença de um sujeito em relação a qualquer outro.

Ao comentar a teoria freudiana do falo, Birman destaca que se o mundo se constitui para o eu, nas individualidades, pelo horizonte desenhado pelo falo e pelo narcisismo, a dissolução da ordem fálica coloca em questão as nossas crenças mais fundamentais e por isso a feminilidade seria considerada uma fonte sempre recomeçada da experiência do horror, o qual atinge igualmente homens e mulheres. Então, a feminilidade não seria um registro psíquico e erógeno que remeta ao universo das mulheres, em oposição ao dos homens.

A oposição entre masculino e feminino, homens e mulheres, seria constituída em torno da figura do falo, já que tê-lo ou não representaria a dimensão narcísica que divide o mundo dos sexos. As experiências psíquicas, masculina e feminina, estão centradas na oposição do poder de superioridade masculina versus a inferioridade feminina caracterizada pela falta do atributo do falo.

Todavia, para além dessa questão freudiana sobre o registro fálico, Birman sugere uma leitura da feminilidade que abrange a particularidade, o relativismo e a singularidade do sujeito distanciando-se da idéia de feminilidade como representação de um limite biológico da condição humana, “o rochedo da castração”. Dessa forma, esse autor procura sair dos paradoxos colocados pelas oposições ser/não ser e ter/não ter o falo.

Se pela mediação do falo o sujeito reflete seu desamparo humano, defrontando-se com o imponderável e o indizível, já que o mesmo não pode dominar totalmente o curso das coisas, do mundo e do outro pela postura arrogante do eu, a experiência psicanalítica pretende a assunção subjetiva disso tudo, através do estudo sobre a feminilidade. É nessa perspectiva que a cartografia da feminilidade é proposta por meio de gestos teóricos que passam pela releitura da

sexualidade, indo do desamparo à sublimação, considerando as diferentes modalidades de expressão dessa sexualidade, o que se constitui para esse autor num território desafiador de enigmas psicanalíticos. Desalojando a sexualidade do plano do comportamento, a Psicanálise vai se aproximar mais da experiência do senso comum, tal como este pode ser compreendido nos registros do discurso e do imaginário social.

A partir da leitura que faz das obras freudianas, Birman destaca a questão hierárquica evidenciada na teoria do trauma e da sedução, em que na experiência da sedução o sujeito é sempre colocado numa posição passiva em face de um suposto sujeito agressor ativo, inserido na cena sexual, aquele pode permanecer na posição de passividade ou se rebelar contra isso.

Com base nessas idéias, é referida a incorporação dos valores vigentes no imaginário do século XIX, segundo os quais o feminino se identificaria com a idéia de passividade, enquanto o masculino com a de atividade. Isso porque era um consenso de que a histeria seria uma enfermidade tipicamente feminina e a neurose obsessiva, uma perturbação fundamentalmente masculina. Assim, o território feminino se identificaria com os atributos da passividade, da dor, do masoquismo e do corpo, enquanto o território masculino se delinaria pelos atributos da atividade, da produção da dor, do sadismo, do pensamento e da vontade.

Encontramos em Freud considerações sobre isso, em seu estudo sobre a feminilidade:

Estamos acostumados a empregar os conceitos de masculino e feminino também como qualidades anímicas, e transferimos à vida psíquica a tese da bissexualidade. Dizemos, pois, que um ser humano, seja macho ou fêmea, se conduz masculinamente num ponto, e femininamente noutro. Porém, não tardareis em verificar que isto é mera docilidade para com a anatomia e a convenção. Não podeis dar aos conceitos do masculino e do feminino conteúdo nenhum novo. A diferenciação não é de ordem psicológica. Quando dizeis “masculino” quereis dizer regularmente “ativo”, e quando dizeis “feminino”, “passivo”. E é exato que exista uma tal relação. (...) Até nos domínios da vida sexual humana, observamos como é insuficiente fazer coincidir a conduta masculina com a atividade e a feminina com a passividade. (...) Tudo isso ainda permanece muito obscuro. (Obras completas de Sigmund Freud, p.117-141. Tomo X ; s/d)

A noção freudiana da *porosidade corporal*, em que as zonas erógenas são consideradas como lugares privilegiados onde se estabeleceriam as relações intrincadas entre o *dentro e o fora do corpo*, é destacada por Birman. Seriam, então, tais regiões de fronteira caracterizadas pela descontinuidade, pelas fendas e rupturas da continuidade do corpo. Nesse sentido, a questão da descontinuidade da ordem do corpo, sua porosidade em oposição a um imaginário biológico contínuo, estável, fechado, é assim analisada:

Pelo erotismo, o sujeito busca a todo custo a completude corporal, o fechamento das fendas, para barrar o abismo existente entre o dentro e o fora. Dessa maneira, seria a incompletude corpórea e a não-suficiência do sujeito o que criaria a condição de possibilidade do erotismo. “Eu erotizo, logo sou incompleto, parece enunciar o cogito freudiano sobre o sujeito. (Birman, op. cit.: 33)

As idéias de fenda e de descontinuidade - relacionada à concepção de incompletude do corpo - foram deslocadas para a profundidade da massa corpórea, e, conseqüentemente, o corpo pensado enquanto totalidade foi concebido como não suficiente nas suas possibilidades de satisfação sendo, portanto, necessária a presença do outro para mediar a satisfação de suas demandas eróticas.

Na seqüência de seu estudo acerca do discurso freudiano, o autor ressalta que o sexual é evidenciado como originário pelo próprio registro dispersivo das zonas erógenas, o que constitui a sexualidade enquanto poliformismo e acefalia. Acrescenta que tudo isso indica um paradoxo com dimensão intersubjetiva e alteritária da sexualidade, já que:

(...) é justamente na fenda que faz fronteira com o outro que o sexual se constitui e se formaliza na sua materialidade. Seria então a incompletude do corpo e do sujeito que empurraria este de maneira fatal para os braços do outro, pois precisa desse outro de forma inapelável para a experiência da satisfação do gozo. (op. cit.:35)

Refletamos aqui sobre a incompletude do sujeito na perspectiva do discurso, já que este é constituído a partir da relação com o outro e disso resulta a permanente necessidade de completude. Caracterizado como resultante da relação com a linguagem e com a história, como mencionei, esse sujeito discursivo não é fonte do sentido, nem o discurso nele se origina. Daí dizer que na relação do sujeito com sua produção escrita, com o discurso, com a FD com a qual ele se identifica, há apenas um efeito de completude, produzindo, pois, uma aparente unidade e transparência do sentido no seu dizer.

Com base nisso, observo que o olhar polarizado dos participantes desta pesquisa para a questão da escrita não deixa de ilustrar e confirmar a produção de um efeito de completude desses sujeitos que parecem necessitar dar um rosto, um corpo à escrita, para que tanto o produtor quanto sua produção não se desvançam na dispersão, ao contrário, é preciso que estejam ancorados num porto seguro, tenham um endereço fixo e que, de preferência, não haja dúvidas quanto ao que foi escrito por um homem ou por uma mulher.

Essa seria uma possibilidade, entre tantas, de dar uma sistematização, uma concretude para algo que não pode ficar “desgarrado”, pois há que se ter uma completude no discurso, ainda que esta possa ser dissipada pelos gestos de interpretação, na trama discursiva que traz em si uma dispersão de textos produzidos por sujeitos marcados constitutivamente pela falta, porém almeja sempre uma plenitude, sua e do seu discurso.

Na busca incessante pela satisfação do ser um, completo, os sujeitos desta pesquisa acabam por produzir uma miragem e seus olhares, embora polarizados para se referir à escrita, aquilo que é masculino não se confunde com o feminino, daí a ilusão de uma escrita específica para cada um. A princípio, isso se sustentaria com base apenas na organização de uma língua supostamente transparente.

Todavia, discursivamente, é preciso remeter a língua à ordem do discurso e lá a porosidade se manifesta e o dentro fora do corpo discursivo se mesclam, se

confundem de tal modo que em sua tessitura estão as fendas, os furos que a costura autoral não consegue suturar, pois as marcas permanecerão promovendo um movimento de presença-ausência. Assim, reitero minha hipótese de que os efeitos do enquadramento pretendidos na relação gênero e escrita não ficam circunscritos simplesmente a uma forma, à materialidade léxico-sintática, mas vão além para tocar no corpo do discurso, no qual a historicidade se inscreve, estabelecendo uma relação constitutiva entre linguagem e história.

Retomando o estudo de Birman, o registro dispersivo e originário do corpo seria posteriormente unificado, constituindo-se um corpo totalizado. Tal totalidade se ordenaria a partir de uma imagem corporal, que seria representada originariamente pelas figuras parentais; essa unicidade corpórea seria prefigurada e antecipada, assim como os instrumentos para sua materialização. Resulta dessa operação a construção do eu e do corpo unificado, que são as duas faces da mesma realidade, já que para o sujeito a experiência de ter e ser eu implica para esse mesmo sujeito habitar um corpo unificado.

Sobre o impacto da feminilidade no discurso psicanalítico, esse autor enfatiza que essa não seria identificada nem com o ser da mulher, nem com a sexualidade feminina, pois a feminilidade estaria além da diferença entre os sexos, ultrapassando a oposição homem e mulher. Segundo ele, trata-se de um outro registro da sexualidade, já que se caracterizaria pela ausência de referência ao falo:

Com efeito, a feminilidade como registro sexual teria como seu critério definidor de existência do falo como eixo de construção do sujeito, sendo, pois, uma forma de ultrapassagem da lógica fálica. Com isso, a feminilidade remeteria a algo presente igualmente no homem e na mulher, transcendendo então a regulação do falo. (Birman, op. cit.:51)

Tais idéias me suscitam considerações acerca da questão do gênero, já que o eixo de construção do sujeito - homem ou mulher - se dá através da lógica fálica, seja pela presença imaginária do falo, no corpo masculino, seja na sua ausência no

corpo da mulher, a oposição masculino/feminino foi concebida pela lógica do falo, pela oposição crucial entre a sua presença e a sua ausência. Assim, a presença ou ausência do falo relaciona-se à questão do jogo de forças entre homem e mulher, ou seja, ter o falo representaria a superioridade hierárquica entre os sexos, enquanto que sua ausência equivaleria à inferioridade. Isso acarretaria conseqüências de ordem psíquica, social e cultural.

A figura da feminilidade condensa um conjunto significativo de traços sobre a sexualidade, que são incompletude, insuficiência, fendas corpóreas, poliformismo, entre outros: “A feminilidade é a forma crucial de ser do sujeito, pois sem a ancoragem nas miragens da completude fálica e da onipotência narcísica, a fragilidade e a incompletude humanas são as formas primordiais de ser do sujeito. Justamente por isso que o sujeito seria desejante (...)” (op. cit.:53)

Na perspectiva psicanalítica, a noção de completude e conseqüente onipotência do sujeito liga-se, nesse caso, à questão da sexualidade, já que, segundo o autor, o erotismo humano se funda no desamparo do sujeito e na feminilidade e esta é um traço que se inscreve no registro da falta, do desamparo e do vazio que se aloja no âmago da experiência do desejo. Sobre a noção freudiana de desejo vale dizer que está ligada às pulsões libidinais, e que ficam reprimidas no inconsciente e manifestam-se tanto na mulher quanto no homem. Assim, o desejo estaria ligado ao princípio do prazer. Sobre a libido, diz Freud:

Parte daquilo que nós os homens chamamos de “o enigma da mulher” deriva-se talvez desta manifestação da bissexualidade na vida feminina. Porém, no decurso destas investigações tornou-se-nos mais claro outro problema. Demos o nome de libido à força motriz da vida sexual. Esta vida sexual é regida pela polarização do masculino e feminino. Não nos surpreenderá verificar que a cada sexualidade correspondia sua libido particular, de forma que uma classe de libido perseguiria os fins da sexualidade masculina e outra os da feminina. Porém, nada disto acontece. Há, apenas, uma libido que é posta em serviço tanto da função masculina como da feminina. E não podemos atribuir-lhe um sexo; se abandonando-nos à equiparação convencional de atividade e masculinidade queremos chamá-la masculina, não devemos esquecer que representa também tendências de finalidades passivas. O que não justifica é falar de uma “libido feminina” (...) (Freud, op. cit.:137-138; s/d)

Já Lacan⁹, com base em Freud, vai ampliar e valorizar a noção de desejo como sendo consequência direta das faltas e das falhas. A falta constituiria a fundadora do desejo subjetivo: só se pode desejar aquilo que falta. Lembremos da distinção entre desejo e perda, já que esta dá ao sujeito a noção de que o objeto perdido é o que corresponderia à falta, confirmando com isso a anterior obtenção do objeto perdido. Ele nos fala também da demanda, que é caracterizada pelo fato de haver um desejo constante de ser o único objeto do outro e esse objeto ideal é eternamente faltante, não podendo ser o desejo do sujeito jamais ser nomeado e circulará de um significante a outro.

Sobre a experiência da sedução, Birman se vale da interessante figura do véu, cuja estrutura apresenta o jogo do ocultamento e da explicitação. Essa metáfora do véu convoca uma marca fundadora da sua estrutura, o que leva o autor a dizer que o objeto do desejo é obscuro e indizível: “a exibição total do objeto retira dele a sua graça e o seu fascínio, e o seu poder de provocar desejo”.

A diferença entre o véu e a máscara está no fato de que esta revela a imobilidade dos traços enquanto que aquele indica a mobilidade nas linhas de força de sua estrutura. Nesse sentido, a máscara não evidencia o segredo, não provoca o desejo, não nos incita ao fascínio do desvelamento, como na estrutura do véu que opera o jogo da presença/ausência, constituindo-se num jogo descentrante para o sujeito.

Pensem na relação do diferente, representado pela mulher, a partir dessa metáfora referida, para tentarmos compreender essa necessidade de atribuir, a partir da materialidade léxico-sintática, um enquadramento homogeneizante do que seria uma escrita tipicamente feminina, distinta de uma escrita masculina. Se considerarmos que o nome do autor estaria no caso desta pesquisa sendo o ponto de partida para se estabelecer a relação gênero/escrita, temos, então, a autoria atrelada ao indivíduo empírico e também ao fato de que, em nossa cultura, isso

⁹ Sobre tais considerações, ver O Seminário - Livro 1- na parte intitulada “Para além da Psicologia”.

implica que deve haver algo que caracterize o dizer desse autor como sendo de determinada forma, recebendo certo estatuto, portanto, pressupõe-se uma designação específica que passará a constituí-los (o dizer e seu autor) de algum modo, ou seja, isso foi escrito por uma mulher e aquilo, por um homem.

Para mim, essa relação gênero/escrita sofre um deslocamento, pois esta é uma questão que ultrapassa os limites impostos e idealizados para o que vem a ser masculino ou feminino. Na realidade, uma via de mão dupla tem se manifestado no *corpus* em análise e aí nos instalamos no domínio de tensão quanto à pretensa marca da singularidade na/da escrita manifestar-se enquanto véu ou enquanto máscara. Afinal, que jogo enigmático se estabelece a partir desse terreno instável onde nada parece garantir uma correspondência direta e estável entre escrita e gênero?

Essa tentativa de colagem da escrita à dualidade masculino/feminino, ancorada apenas e suficientemente na organização da língua, remete à figura da máscara, pois esta impossibilita o desvelamento daquilo que se acredita existir, o segredo não se desvenda facilmente, mas se remetermos essa mesma organização à sua ordem, então, teríamos a figura do véu. Esta opera o jogo da presença/ausência, descentrante para o sujeito, já que este busca a completude sua e do seu discurso, no entanto, a oscilante dispersão fascina, instiga, seduz, impele à incansável busca de uma identidade, de uma representação que possa situá-lo no mundo real e simbólico.

Portanto, na perspectiva teórica em que se inscreve este estudo, é fundante considerar que língua e história vão adquirir consistência na ordem do discurso e isso pode ser analisado por meio da forma material, na instância do imaginário, onde simbólico e histórico juntos vão alcançar a ordem do discurso. Então, eu diria que a figura do véu relacionada a essa ordem discursiva promove, sugere significações que não são evidentes, transparentes, mas se constituem em efeitos produzidos na prática discursiva de sujeitos afetados pela ideologia. Essa mesma figura do véu ainda pode ser pensada enquanto jogo do dentro/fora, o qual sugere

o apagamento não só dessa dicotomia interior/exterior, mas contempla também a dualidade acionada pelo imaginário dos leitores na atribuição de gênero para a escrita.

Ainda mais produtiva torna-se essa imagem do véu, se referida à sintaxe¹⁰ do discurso, uma vez que esta é parte constitutiva da engrenagem do discurso que analisarei, de tal modo que ela afeta a estrutura da língua, ao mesmo tempo em que possibilita que a língua seja afetada pela exterioridade. E o ponto de contato língua/exterioridade são exatamente os “furos”, que podem aqui ser lidos como o equívoco ou a falha, instâncias essas que articulam a incidência do real da história no real da língua e remetem à desestabilização das supostas homogeneidades. Assim, é a rede -tramada por ausências e presenças- que desencadeia a “pesca miraculosa”, imagem essa cunhada por Courtine e Marandin (1981), e em cujas malhas sujeitos e sentidos vêm-se “trapaceados” pela própria língua, portadora, em sua própria ordem, das artimanhas capazes de subversão dos sentidos aparentemente estabilizados.

A propósito da pergunta “pode-se desejar?”, Birman traz considerações relevantes e nelas deixa clara sua posição a respeito do fato de não existir qualquer falácia na feminilidade, ou seja, é preciso coragem para se despojar dos referenciais fálicos e isso implica expor a fragilidade humana, revelada pela experiência do desamparo. Romper decisivamente com o que representa a falicidade, levaria o sujeito ao reconhecimento de suas *incontornáveis falhas e fendas*. Isso implicaria a desistência definitiva do *pesadelo letal da completude e da suficiência*. (Birman, 1999:129, grifos meus)

Pensar a feminilidade como o “rochedo da castração” (esse suposto rochedo seria de ordem biológica), impossível de ser ultrapassada pelo sujeito, seria uma crença existencialmente pobre, pois, para esse autor, não se deve confundir os

¹⁰ Justifico, aqui, o tratamento breve dado à sintaxe, já que voltarei a ela no capítulo posterior.

limites do sujeito com as suas limitações, porque “se o reconhecimento dos limites inaugura para esse sujeito uma aventura infinita e interminável, a incorporação das limitações implica a mutilação absoluta de suas possibilidades”(ibidem). A feminilidade, nessa perspectiva, não caracteriza o masculino tampouco o feminino; não é traço do homem nem da mulher. Trata-se de um registro originário de ambos os sexos, já que ambos são construídos pela mesma lógica fálica, polarizados pelas oposições ter/não ter e ser/não ser o falo.

Assim pensada, a feminilidade colocaria em questão para ambos os sexos tais oposições. Isso evidenciaria que não existe sexo forte, nem fraco, já que tal oposição seria uma armadilha tecida pelo falo. A idéia desse autor é de que ambos os sexos são quebradiços no seu ser, pois o desamparo está sempre lá como evidência marcante da não completude do sujeito e do apego ao outro. É desse modo que se desfaz a questão da diferença entre os sexos. Enfim, a pretensão da lógica fálica passa a ser tratada como uma miragem, e essa crença na onipotência do falo é colocada em questão na feminilidade:

“Esta realoca a diferença sexual e a diferença de gênero num outro limiar, no qual não é mais o falo que está em questão. Pode-se inscrever no corpo então um ponto final da arrogância fálica e na inveja do sujeito, na medida em que o desejo passa a circular por outros canais corpóreos.” (op. cit.:171)

Tal reflexão me interessa sobremaneira, para pensar o tema deste estudo. Minha suposição é a de que estamos diante de um funcionamento imaginário, cujo efeito produzido para a associação gênero/escrita é puramente ideológico, já que, carregado das condições sócio-históricas dos discursos em análise, vai apontar que a função-autor¹¹ responde sim pela coerência da materialidade da escrita, no entanto, vai além, ultrapassa a organização da língua (tomada pelos sujeitos desta pesquisa como supostamente homogênea, transparente, capaz de indicar direções

¹¹ Desenvolverei tal noção no capítulo seguinte, especificamente no item 2.2.

precisas para afirmar o que é próprio do homem e da mulher). Por conseguinte, a ordem do discurso é convocada, daí não se considerar nessa ordem um lugar nominável, ainda que este não seja vazio, já que é ocupado pelo sujeito discursivo.

Este sujeito, embora constitutivamente determinado, também determina seu dizer, marcando-o por meio de posições assumidas e da identificação com formações discursivas específicas as quais pressuponho não depender do gênero do indivíduo empírico. Enfim, se se pretende falar em marcas no discurso quer de um homem ou de uma mulher, é preciso lembrar que essas se ligam a posições sujeito, à forma-sujeito, às Formações Discursivas mobilizadas no discurso, independentemente do gênero de quem o produz.

Penso que o desejo de completude do sujeito podendo se materializar de diferentes maneiras talvez tenha encontrado, nessa tentativa de aproximação de gênero/escrita, um caminho para centrar em si a responsabilidade e o domínio daquilo que escreve e assim é acionado o imaginário, resgatando desse modo, aquilo que vem a ser cultural e ideologicamente determinado. Portanto, entre a manifestação insinuante do véu e a barreira secreta imposta pela máscara, nosso desejo nos impele para o fascínio provocado pelas nuances do véu, estas relacionadas à heterogeneidade dos sentidos produzidos nas práticas discursivas que ora analiso.

O discurso recoberto pelo véu aciona o jogo possível da descoberta, ainda que esta aponte para uma opacidade paradoxalmente estimulante, pois descentra, desequilibra e o que se imaginava novo, inédito, traz consigo o retorno do velho. Contudo, ainda assim, o convite à aventura pelas veredas do discurso não merece recusa, pois acredito que o tema desta tese nos permitirá a aventura, ao adentrarmos no terreno do discurso, onde questiono uma escrita “engessada” por um molde (masculino/feminino). Isso, para mim, concretizaria sua mutilação, visto que essa imobilidade pretendida pelo sujeito leitor-autor desconsidera o caráter oscilante da materialidade da língua, ignorando, discursivamente, que o desconforto

da movência é que nos leva a compreender a constituição heterogênea e fugaz de todo dizer.

1.6 SOBRE SUJEITO E DESEJO NA PERSPECTIVA DO DISCURSO

A marca fundamental do simbólico, que trazemos conosco desde o nascimento, insere-nos na complexidade da linguagem e, portanto, também trazemos conosco os efeitos dessa inserção. Sabendo que muitas são as formas de estudar a linguagem, a AD, como afirmei, centra-se no discurso como prática de linguagem e desse modo podemos compreender como a língua faz sentido enquanto trabalho simbólico e sobretudo conhecer o sujeito/ser humano com sua capacidade de significar e significar-se.

Assim, a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. *O trabalho do simbólico está na base da produção da existência humana.* (Orlandi, 1999:15) Enfim, o simbólico relaciona-se com o sentido e este se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos e a escrita é um desses processos. Também, Orlandi (1996) destaca que a abertura do simbólico se dá a partir da linguagem, abrangendo a dimensão simbólica do discurso que produz o jogo com os sentidos e dá forma às representações imaginárias para os sujeitos.

Na perspectiva do discurso, é, pois, considerando os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que produzem seu dizer, que o analista vai investigar as regularidades da linguagem em sua produção, relacionando-a à exterioridade que é constitutiva do sujeito.

Como vimos, falar em sujeito, não se trata do plano da empiria, mas de um construto teórico, uma posição discursiva. E vale lembrar que quem ocupa a

posição é um recorte de Formações Discursivas. Então, é esse lugar que nos reveste da condição de sujeito, assujeitamo-nos ideologicamente, e a isso se liga a noção dos esquecimentos, que também nos faz esquecer das feridas narcísicas¹² por meio da ilusão de centralidade, de domínio, de completude, de controle, de origem.

Dessa forma é que se pode entender o processo de interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, pois tal processo vai se efetuar justamente pela identificação desse sujeito com a FD na qual ele se constitui. Essa identificação, que é fundadora da unidade imaginária do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob dupla forma, enquanto pré-construído e processo de sustentação) constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. Discursivamente, é isso que caracteriza a forma-sujeito.

Pêcheux (1975) nos diz que o imaginário no sujeito (ego) - lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade - não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza no sujeito sob a forma de autonomia.

Retomando o que afirmei, esse efeito da forma-sujeito do discurso, de que trata Pêcheux, é, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos de esquecimento nº1, pelo viés do esquecimento nº2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma FD dada aparece como o lugar de constituição do que o autor denomina “o imaginário lingüístico”.

Entendo que é desse espaço do reformulável, lugar fundante, que emerge o imaginário de língua e conseqüentemente de escrita “idealizada” para os sujeitos desta pesquisa, ou seja, percebo que nesse espaço discursivo se manifesta o entrelace da identificação e da identidade¹³ do sujeito e também da escrita.

¹² Na psicanálise, pode-se dizer que, da mesma forma que Copérnico demonstrou que o planeta Terra não passa de um corpo opaco que gira em torno do Sol, do qual recebe luz e calor, o sujeito narcisista deve sofrer a dor de renunciar a sua ilusão de ser o centro, em torno de quem tudo e todos se movem. Na verdade, ele é que gira em torno de suas carências básicas, mascaradas por uma pretensão de autonomia, ilusão de independência e presunção de auto-suficiência. (Zimmerman, 2001)

¹³ Na parte II, item 2.4, retomarei essa noção, aprofundando-a.

Identificação daquele que se constitui enquanto sujeito do seu discurso, ao se identificar com uma forma-sujeito determinada, e por isso se julga capaz de atribuir uma identidade para a escrita enquanto masculina/feminina.

De acordo com Pêcheux, a oposição entre os dois tipos de esquecimento está relacionada à oposição entre situação empírica concreta, na qual se encontra o sujeito, e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que corresponde ao que Lacan designa metaforicamente pelo “Outro”¹⁴. Com isso Pêcheux caracteriza o fato de que uma FD é constituída-margêda pelo que lhe é exterior, ou seja, por sua exterioridade constitutiva que não deve se confundir com o espaço subjetivo da enunciação, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus desdobramentos no interior do reformulável. Isso possibilita a ele, sujeito, fazer incessantes retornos sobre o que formula.

Com esse referencial teórico discursivo, retomo o que foi dito sobre a interpelação ideológica ser uma passagem, mudança de estatuto do indivíduo para sujeito. Se, por um lado, há uma identificação pelo sujeito com a FD que o domina, por outro, há um apagamento da exterioridade que o determina. Desse modo, o sujeito é determinado e por isso se identifica com seu interior, havendo com isso, portanto, uma dupla determinação do sujeito: pelo inconsciente e pela ideologia.

E se falamos no *sujeito do desejo* em AD, marcado pela falta que nunca será preenchida, pois é o que move o sujeito enquanto tal, é preciso diferenciar essa noção daquela de *sujeito de desejo*: aquele que tem um desejo e tenta realizá-lo. Enfatizo essa diferença fundamental, já que parece que o desejo de que fala Birman está voltado para a busca da satisfação erógena no outro e, como procurei

¹⁴ Lacan cunhou o termo *outro* que alude à alteridade, ou seja, a relação do sujeito com seu meio, seu desejo com os objetos (mãe, pai, irmãos), através dos mecanismos de identificação imaginária com esses outros. Já o *Outro* vai designar um lugar simbólico que tanto pode ser um significante, a lei, o nome, a linguagem, o inconsciente, ou Deus, que determina o sujeito em sua relação com o desejo. Diz Lacan que não é estranho à essência da palavra o agarrar-se ao outro. A palavra é mediação sem dúvida, mediação entre o sujeito e o outro, e ela implica na realização do outro na mediação mesma. Um elemento essencial da realização do outro que a palavra possa nos unir a ele, e é nessa dimensão que nos deslocamos incessantemente. (Lacan, Seminário I, 1986: p.61) Sobre o Eu e o Outro.

demonstrar na seção anterior, o desejo de completude faz-se presente já na busca por estabelecer uma escrita decididamente masculina ou feminina.

Eis o desejo de completude, meio que às avessas, porque, nesta pesquisa, ainda que se pressuponha o outro para estabelecer o par dual, dele é preciso se afastar, pois se busca a demarcação de um território da escrita, singularmente masculino **ou** feminino, e o isso **ou** aquilo insistirá em permanecer assim como a eterna e difícil procura do todo idealizado.

Se, em AD, o sujeito se singulariza na língua pelo seu dizer e também pelo não-dizer, isso remete ao que já antecipava Pêcheux sobre a incompletude da linguagem. É Lacan quem vai dizer que *tudo* nunca se diz na língua, portanto, sempre haverá o espaço para o que não se diz.

Ao tecer considerações sobre a falta, diz Lacan (1986):

(...) O sujeito diz que a palavra lhe falta. A palavra me falta – em que momento aparece na literatura um torneio como esse? – Foi Santo Amando que o pronunciou pela primeira vez – nem mesmo escrito, mas dito um dia assim na rua, e isso faz parte das inovações introduzidas na língua pelos preciosos. Somaize o assinala no seu *Dictionnaire des précieux* entre mil outras formas que nos são agora comuns, (...) *A palavra me falta*, nunca se teria dito coisa semelhante no século XVI. (op. cit.: 305-306; grifos meus)

Comentando a inclusão do domínio da verdade no domínio da palavra por Freud, Lacan avalia a questão da falha numa análise psicanalítica,

(...) a verdade surge pelo que é o representante mais manifesto da equivocação – o lapso, a ação a que se chama impropriamente falhada. Nossos atos falhados são atos que são bem sucedidos, **nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam**. Eles, elas, revelam uma verdade por detrás. No interior do que chamam associações livres, imagens do sonho, sintomas, manifesta-se uma palavra que traz a verdade. Se a descoberta de Freud tem um sentido é este – a verdade pega o erro pelo cangote, na equivocação (...) Somos, pois, levados pela descoberta freudiana a escutar no discurso essa palavra que se manifesta através, ou mesmo apesar, do sujeito. (ibidem; grifos meus)

Observo que, do ponto de vista psicanalítico, o simbólico adquire uma importante dimensão, pois sujeito e linguagem encontram-se imbricados de tal

modo que ainda que os sentidos escapem ao domínio daquele, a ilusão de controle permanece.

Soma-se a essa complexidade de noções o impossível da língua, o seu real, que de acordo com Milner pode ser captado por gestos de interpretação do analista: “onde a língua tropeça, lá está o seu real”. Nesse sentido, passamos a compreender que à noção de sujeito liga-se as noções de inconsciente, determinação, assujeitamento, desejo, incompletude, inconsistência e diferença. Tudo isso reforça a idéia de que a língua é um corpo em pedaços, pois é constituído por falhas, e se ela é uma estrutura com furos, o sujeito também o é; é uma estrutura materializada em linguagem.

Considerando que é no tecido das evidências subjetivas - caráter comum das estruturas-funcionamentos, que segundo Pêcheux correspondem à ideologia e ao inconsciente, - que a constituição do sujeito e do sentido encontram-se ligadas. Isso vai relacionar-se à questão do sujeito como causa e origem de si, bem como à evidência do sentido. Então, estando ligados sujeito e sentido, é por meio do simbólico que tais evidências podem ser observadas. Decorre disso meu interesse por essa complexa tessitura que constitui o discurso – produzindo seus efeitos de evidência – sem, no entanto, em momento algum, desconsiderar as “linhas e agulhas” utilizadas para empreender a costura do discurso engendrado pelo sujeito.

É justamente esse o caminho a ser trilhado na análise do *corpus* discursivo selecionado. Ou seja, de que modo as marcas da “evidência”, que permitem e autorizam os leitores pensarem na relação do gênero masculino/feminino com a escrita, mostram-se na tessitura discursiva? Estariam as formações imaginárias, *simplesmente*, atestando a lógica obsessiva e exclusiva do ou... ou; do isso ou aquilo?

As análises sinalizam que há muito mais que isso. Então, é preciso considerar os efeitos de sentido produzidos nessa remissão biunívoca entre gênero/escrita; daí minha incursão pelo território do discurso que, sendo múltiplo,

escolhi adentrá-lo por essa via de investigação. Por enquanto, prossigamos pelos meandros desta inquietude reflexiva.

1.7 NA TRILHA DA DUALIDADE MASCULINO E FEMININO: ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE GÊNERO

A temática gênero tem sido objeto de estudo há muito tempo, nas mais diversas áreas de conhecimento, e, para falar sobre tal noção, não poderia desconsiderar o campo de estudos que o elegeu enquanto categoria de análise. Promovendo um recorte na ampla área dos estudos culturais, trago nessa parte algumas reflexões teóricas sobre este assunto, para que eu possa nesse percurso discursivo analisar as veredas do território da dualidade masculino e feminino.

Como ponto de partida, destaco o texto de Joan Scott (1995) e minha incursão por ele visa enfocar como a autora concebe o gênero enquanto uma categoria analítica e em que ponto isso se relaciona com o tema desta pesquisa. Trata-se de uma concepção que só emergiu no fim do século XX e esse é um fato que está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX.

Em suas primeiras palavras sobre gênero, Scott abre seu texto dizendo:

Aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história. Nem os professores de Oxford nem a Academia francesa têm sido plenamente capazes de represar, de aprisionar e fixar o significado de uma forma que seja independente do jogo da invenção e imaginação humanas. (...) (op. cit.:71)

Esse dizer alude às diversas referências gramaticais feitas ao termo gênero, que buscam fixar um sentido para essa palavra. Para Scott, as gramáticas compreendem o gênero como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes, e o uso gramatical envolve regras formais resultantes da atribuição do masculino ou do feminino. Essa referência à gramática é entendida como sendo explícita e também plena de possibilidades não-examinadas. Isso porque, em muitas línguas indo-européias, há uma terceira categoria (do sem sexo ou o neutro).

A autora destaca ainda que:

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (...) (op. cit.:72)

O uso da palavra gênero surgiu num momento em que ocorriam mudanças significativas no âmbito científico, e isso proporcionou inúmeros debates teóricos entre os/as que enfatizavam a transparência dos fatos e aqueles/as que acreditavam que toda realidade era interpretada ou construída. Data dessa época a construção de teorias que se preocuparam com a lógica, a partir das analogias com a oposição masculino/feminino, porém, até então, o gênero não tinha sido considerado como uma forma de se falar das relações sociais ou sexuais.

Sobre isso, afirma Scott:

No espaço aberto por esse debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvidos pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a

encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica. (op. cit.:85)

Ao que parece, o enfoque dado por essa autora está justamente na possibilidade de se pensar o estudo do gênero tendo como base um reexame crítico do que até então se tem feito acerca dessa temática. Para ela, os métodos de análise, bem como as hipóteses e as mudanças ocorridas com o passar do tempo, privilegiando os processos e não um produto, apontam a necessidade de se trabalhar com o significado buscando lidar com um sujeito individual e com a organização social articulando-os, a fim de que se possa compreender como funciona o gênero.

Inclui-se aí a noção de poder social, que deve ser pensada com base em Foucault, enquanto constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais. Isso significa que falar sobre gênero implica necessariamente falar sobre poder, o que pode ser entendido se considerarmos que as relações existentes entre mulheres e homens podem ser analisadas histórica e socialmente.

Com base nessas e em outras considerações, Scott vai propor que se pense o gênero enquanto uma categoria de análise capaz de viabilizar um estudo mais profícuo acerca das questões referentes às categorias de classe, raça e gênero. Segundo ela, ainda que as tentativas iniciais de se pensar sobre o termo “gênero” tenham sido hesitantes, uma metodologia que pretendesse um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente sobre o estudo do gênero, implicaria não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história. A maneira pela qual esta nova história incluiria a experiência das mulheres dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido enquanto uma categoria de análise.

O uso do termo gênero implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas das relações entre os sexos. A proposta de pensar o gênero, enquanto uma categoria de análise, busca compreender como o gênero funciona nas relações sociais humanas, e como ele dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico. Isso é o que permitiria relacionar as experiências masculina e feminina no passado, proporcionando a partir disso uma conexão entre a história passada e a prática histórica presente. Scott expõe as teorias¹⁵ sobre o gênero, a fim de examiná-las criticamente, pois algumas fazem uso de abordagens tradicionais, pautadas apenas na descrição da existência de fenômenos e realidades, sem interpretá-los, enquanto outras buscam compreender tais realidades em sua essência.

Dos estudos acerca dos significados atribuídos ao termo gênero, a autora aponta aquele que considera o gênero como categoria social de idéias sobre os papéis destinados a um corpo sexuado. Com base nisso, as relações sociais entre os sexos indicam “construções culturais”¹⁶ constituindo-se, então, num modo de criar idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Esta seria uma abordagem descritiva de gênero que aponta um dos modos de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas tanto de homens quanto de mulheres.

Contudo, o uso do termo gênero vai além, pois enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele, tampouco determina diretamente a sexualidade. A crítica de Scott, em relação a

¹⁵ Para maiores detalhes, conferir p. 74-84 do artigo de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995), publicado na Revista Educação e Realidade.

¹⁶ A exemplo dessas construções culturais destaco o texto de Platão (1956), “República”, onde, especificamente, no Livro V, encontramos um diálogo entre os filósofos Sócrates, Glauco e Adimanto sobre as formas de governo das Repúblicas do Estado. Tal discussão filosófica inclui temas como a educação das mulheres, a superioridade dos homens, a inferioridade das mulheres, a comunidade das mulheres e das crianças, entre outros. No diálogo sobre a função que caberia às mulheres na República de Platão, é possível encontrarmos a questão da diferença entre homem e mulher. Apontada a diferença, ela recai sobre o outro, no caso, a mulher. Se há concessões a serem discutidas, estas são feitas em relação à mulher, numa tentativa de inseri-la no Estado, ou seja, ela poderia exercer funções antes somente destinadas ao homem.

essa abordagem teórica descritiva, é que esse conceito associado apenas ao estudo de coisas relativas às mulheres não tem nenhum poder analítico capaz de questionar e mudar os paradigmas históricos existentes.

Outras abordagens são comentadas pela autora, a fim de observar a trajetória dos significados referentes ao termo gênero. O que se destaca nesse artigo é a possibilidade de se pensar o conceito de gênero considerando criticamente que algumas das formas de concebê-lo são por vezes limitantes, passíveis de serem analisadas por outros vieses que não o da literalidade, quando se trata de considerar o vínculo direto, fixo, estável, previsível entre indivíduo e os sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Enfim, seria preciso estar atento aos sistemas de significado, especificamente, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero e como elas se servem dele para articularem as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência.

Na realidade, segundo essa autora, o que falta é uma forma de conceber a “realidade social” em termos de gênero, sem com isso precisar fixar, perpetuar a oposição binária entre masculino-feminino como uma relação única possível e como um aspecto permanente da condição humana. O que fica evidenciado, a partir das críticas de Scott feitas aos estudos sobre gênero, mais especificamente aos significados deste termo, é que haveria uma necessidade de se problematizar e até rejeitar esse caráter fixo preconizado da oposição binária:

“devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica. Se utilizarmos a definição de desconstrução de Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas. (...) Os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria de análise.”(op. cit.:84)

A definição de gênero proposta por Scott está dividida em duas partes e diversos subconjuntos, que se interrelacionam, mas devem ser analiticamente diferenciados e isso interessa ao tema do meu estudo. Em síntese abordarei as principais idéias da autora.

1)O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e isso implica elementos que se relacionam entre si, a saber, lugares, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, como por exemplo, Eva e Maria, que simbolizam a mulher, na tradição cristã ocidental, e ainda representam mitos como luz/escuridão; purificação/poluição; inocência/corrupção.

2)O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Em outras palavras, o poder se articula no interior do gênero, que não é um único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Implicadas aí estão as mudanças nas organizações de poder, mas não se trata de uma mudança unidirecional. Os conceitos normativos, que expressam interpretações dos significados dos símbolos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas, estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas.

O desafio da nova pesquisa seria, então, o de fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social. Este seria o terceiro aspecto das relações de gênero e o quarto aspecto relaciona-se às correntes psicanalíticas que teorizam sobre construção de uma identidade subjetiva, generificada, que traz uma pretensão universal de que a identidade de gênero está baseada única e universalmente no

medo da castração, negando com isso, na opinião de Scott, a relevância da investigação histórica.

Parto dessas palavras da autora para trazer algumas considerações relacionadas ao estudo que proponho nesta tese, já que, se estou a falar da relação gênero e escrita, tenho procurado deixar claro o modo como gênero pode ser refletido discursivamente em seu funcionamento. Com base nas considerações feitas até aqui, penso que a relação gênero e escrita refletida a partir de uma determinação, uma caracterização de uma escrita feminina e masculina, atua no cenário discursivo enquanto efeito do trabalho dos sentidos no texto e da própria historicidade inscrita no discurso.

Nessa relação entre o sujeito e seu dizer, manifesta-se a identificação com a formação discursiva que o domina; daí dizer que se o sujeito pressupõe uma literalidade do sentido, fruto da sua ingerência na escrita, isso caracteriza o domínio do seu discurso, que nada mais é do que um efeito ilusório, ideológico, portanto. Esta é a concepção discursiva em que se baseia minha reflexão sobre gênero e escrita. O *corpus* que selecionei tem apontado uma concepção de gênero pensado pelos participantes desta pesquisa estritamente pelo viés da lógica da exclusão e isso reflete um imaginário social, que convoca todo um histórico referente à hierarquia, à supremacia do homem em relação à mulher, principalmente o que se refere aos papéis estabelecidos em sociedade. Isso é o que tem sustentado os argumentos mobilizados pelos sujeitos-leitores diante de uma escrita X ou Y.

Ocorre que meu olhar enquanto analista está voltado para o funcionamento discursivo do gênero relacionado à escrita, contudo não há como negar que este tema contempla relações de poder entre os sexos e, ao considerar as condições de produção dos discursos aqui analisados, vêm à tona algumas questões históricas, políticas e religiosas, que ao longo dos séculos têm sido perpetuadas. Sem desconsiderá-las, já que se manifestam no *corpus* em análise, elas aqui são interpretadas com base nos efeitos de sentidos que produzem em determinada

seqüência discursiva e isso é o que irá me conduzir à confirmação ou não da hipótese levantada acerca do tema proposto. Afinal, existe uma escrita feminina que difere da masculina? Que marcas legitimam um ou outro tipo de escrita? Com tal proposta, entendo que este estudo de certo modo distancia-se dos pressupostos teóricos referentes aos estudos de cunho feminista e aí está implicada, necessariamente, uma outra visada para o funcionamento do gênero, já que aqui ele será analisado pelo viés da teoria do discurso (AD).

Percorrendo essa trajetória dos estudos sobre gênero, trago também o estudo de Showalter (1994), para quem o surgimento do conceito de gênero como categoria de análise foi uma das mudanças mais marcantes dentro das Ciências Humanas e das Letras na década de 1980. Exponho na seqüência algumas das idéias presentes no artigo de Showalter¹⁷ sobre a escrita e a linguagem da mulher.

Dentre os questionamentos acerca da possível diferença existente na escrita feminina, a autora destaca algumas teorias da escrita das mulheres pautadas em quatro modelos de diferença, quais sejam biológico, lingüístico, psicanalítico e cultural. Tais modelos se relacionam e cada um deles constitui-se num esforço para definir e diferenciar as qualidades da mulher escritora e do seu texto.

Embora a autora discorra sobre cada modelo, enfatizarei o lingüístico, cujo enfoque traz indagações pertinentes para meu estudo, como por exemplo, se homens e mulheres usam a língua de forma diferente; se as diferenças sexuais no uso da língua podem ser teorizadas nos termos da biologia, da socialização e da cultura; se a fala, a leitura e a escrita são todas marcadas por gênero. Essa investigação acerca do conceito de uma linguagem das mulheres não se originou com a crítica feminista, pois há muito tempo já aparecia no folclore e nos mitos antigos em que a essência da linguagem das mulheres envolvia o segredo.

A autora relata que uma linguagem das mulheres existiu num estágio matriarcal da pré-história, depois de uma grande guerra entre os sexos e tendo sido

¹⁷ Essa autora versa sobre a crítica literária feminista.

derrotado o matriarcado, essa linguagem ficou marginalizada e sobreviveu apenas nos cultos misteriosos a deuses e feiticeiras. Os viajantes e missionários dos séculos XVII e XVIII trouxeram de volta relatórios sobre “linguagens de mulheres” entre os índios africanos, asiáticos e americanos, porém, as diferenças lingüísticas apresentadas eram superficiais. Existem algumas evidências etnográficas de que, em algumas culturas, as mulheres desenvolveram uma forma de comunicação particular em razão de sua necessidade de resistir ao silêncio imposto na vida pública.

A questão da defesa de uma linguagem das mulheres para a crítica feminista envolve um gesto político, que apesar de seu apelo unificador, torna-se difícil de ser sustentado. Os lingüistas ingleses e americanos concordam que não há absolutamente qualquer evidência que sugira que os sexos estejam pré-programados para desenvolver sistemas lingüísticos estruturalmente diversos. Segundo Showalter, as muitas diferenças específicas identificadas no discurso, na entonação e no uso da língua dos homens e de mulheres, não podem ser explicadas em termos de “duas linguagens sexualmente específicas separadas”, mas, em vez disso, precisam ser consideradas em termos de estilos, estratégias e contextos de desempenho lingüístico.

Tentativas de análise quantitativa¹⁸ da linguagem em textos escritos por homens ou por mulheres, tais como o estudo computadorizado da ficção contemporânea feito por Mary Hiatt, *The way women write*, podem ser combatidas facilmente por tratarem as palavras separadas de seus significados e propósitos. As análises que buscam o “estilo feminino” na repetição de artifícios estilísticos,

¹⁸ Dentre esses tipos de tentativas está a dos pesquisadores de Bar Ilan University, em Israel, que desenvolveram um programa de computador capaz de identificar se o autor de um livro é homem ou mulher. A partir da análise das palavras e da sintaxe, tem-se a probabilidade de 80% de acerto quanto ao sexo do escritor. Tal programa funciona com técnicas avançadas de Inteligência Artificial, o que possibilita ao computador distinguir o que é “normal” numa análise. Para realizar essa análise, foram utilizados 566 livros de diversos gêneros literários, além de textos em inglês da British National Corpus. Foram encontradas cerca de 128 características, que permitem ao programa identificar o sexo do autor. Segundo os pesquisadores, as escritoras utilizam mais os termos “eu”, “você”, “ela” e procuram estabelecer uma relação com o leitor. Já os homens falam mais sobre os objetos e preferem palavras que identifiquem ou determinam os substantivos, como “que”, “um” ou expressões que quantifiquem como “mais” ou “dois”. Embora se acredite que tal pesquisa possa trazer diversos benefícios, ela não foi bem vista pela comunidade acadêmica, pois esse programa colocaria diferenças questionáveis entre homens e mulheres.

modelos de imagem, e sintaxe na escrita feminina tendem a confundir as formas inatas com os resultados sobredeterminados de escolha literária. A língua e o estilo não são crus e instintivos, mas sempre o produto de inúmeros fatores, de gênero, tradição, memória e contexto.

A tarefa apropriada para a crítica feminista é concentrar-se no acesso das mulheres à língua, no campo lexical disponível, a partir do qual as palavras podem ser selecionadas, nos determinantes de expressão ideológicos e culturais. O problema, para essa autora, não é que a língua seja insuficiente para expressar a consciência das mulheres, mas é que lhes foi negada a totalidade dos recursos da língua e elas foram forçadas ao silêncio, ao eufemismo e ao circunlóquio.

Com base nisso, Showalter acredita que devemos lutar para abrir e ampliar o campo lingüístico das mulheres, pois os buracos no discurso, os espaços vazios e as lacunas, os silêncios não são os espaços onde a consciência feminina se revela, mas as cortinas de um “cárcere da língua”. Sendo assim, para a autora, a literatura das mulheres ainda é assombrada pelos fantasmas da linguagem reprimida, e até que se tenha exorcizado todos estes fantasmas, não é na linguagem que devemos basear a teoria da diferença.

Considerando minha filiação teórica, afasto-me dessa reflexão de Showalter, pois, para mim, não é possível conceber o discurso enquanto uma prisão da língua, tampouco pensar que as lacunas, o silêncio que o constitui também sejam assim denominados. Teoricamente, distancio-me de uma concepção de língua fechada, estática e isenta daquilo que estaria *fora dela*. Há a possibilidade de falha na língua e isso em AD se deve à presença da equivocidade que a afeta, daí dizermos que a entrada da língua no discurso vai ocorrer através do real da língua, onde o equívoco é contemplado.

Reafirmo, portanto, que a resistência na materialidade lingüística se caracteriza justamente pela falha, pela equivocidade que são constitutivas da língua, e, conseqüentemente, do sujeito e do seu discurso. No dizer de Ferreira (2000), a

língua não é um sistema dedutivo fechado ao abrigo de mal-entendidos, lacunas, excessos, mas comporta em si a possibilidade de rupturas. Nesse sentido, penso que não há como aceitar que os *buracos* constitutivos de todo discurso venham a ser considerados como cárcere da língua, pois, ao contrário, eles confirmam que a tentativa de imposição de limites, de fechamento, de barreira não se mantém, devido ao espaço para a subversão que integra a língua.

Outro estudo acerca da temática gênero, que destaco, é de Funck (1994). Nele, a autora também discorre sobre o fato de que, na literatura, até muito recentemente, o escritor era visto como um ser assexuado e, ao se falar em poetisa, por exemplo, sempre se atribuía a essa categoria a marca da inferioridade. A constatação de que a experiência da mulher, enquanto leitora e escritora, é diferente da experiência masculina levou a uma verdadeira revolução intelectual, marcada pela quebra de paradigmas, pode-se dizer, universais.

Os exemplos de obras literárias de escritoras são muitos e essa autora destaca as fases em que teve início, a partir da crítica feminista, o questionamento da prática acadêmica patriarcal, a fim de desmascarar, na prática literária, as imagens estereotipadas da mulher presente nas produções escritas. Assim, novas obras e novos gêneros literários (década de 1970) surgiram e, com base do conceito de uma estética feminina, passa-se a referir uma consciência literária diferenciada, especificamente feminina.

Desse modo, diante das fronteiras culturais impostas, a crítica literária propõe uma ruptura com tudo que reprime e nega a diferença, proporcionando, então, entender o gênero enquanto categoria de análise da crítica literária. Com base nisso, podemos dizer que as relações entre masculino e feminino, entendidas como construções culturais históricas advindas de uma representação simbólica patriarcal, desencadeou vários estudos feministas, em diferentes décadas, centrando-se nas histórias veiculadas, sobretudo nas representações discursivas, o

que sem dúvida permitiu questionar e, inclusive, contestar as práticas sociais legitimizadas.

Na seqüência, refiro a obra de Virginia Woolf (2004), *Um teto todo seu*, onde podemos encontrar considerações sobre o tema “As mulheres e a ficção”, a partir do qual a autora reflete e questiona por que as mulheres, até o séc. XIX, estiveram ausentes da literatura inglesa. Da hipótese levantada por Woolf, a falta de condições materiais, que proporcionassem privacidade e bem-estar para as escritoras, teria sido a causa primeira de tal fato.

Esse parece ter sido o mote para discorrer sobre a trajetória de escritoras inglesas desde o séc. XVI, as quais não tinham acesso à educação e a uma renda formal, enfim, àquilo que lhes pudesse proporcionar seu desenvolvimento intelectual de modo a contribuir para sua produção literária. O que na época importava era que as mulheres desempenhassem o papel que lhes cabia, ou seja, tudo aquilo que as mantivesse centradas nos afazeres domésticos, de acordo com o que se esperava de toda mulher na sociedade daquela época.

Final do século XVIII, a mulher da classe média começa a escrever romances e considerando que o romance tem uma correspondência com a vida real, seus valores são os da vida real, no entanto, o que prevalecia em seus romances eram os valores masculinos. Assim, início do século XIX, em meio a uma sociedade patriarcal, a mulher havia alterado seus próprios valores em respeito à opinião alheia, ou seja, a masculina.

Com base nessa realidade, Woolf menciona a existência de um jogo do espelho que reflete o homem, cuja necessidade de se sentir superior encontra na mulher o reflexo de sua macheza dominante; isso, para a autora, é o que garante a relação dissimétrica entre homem e mulher, já que essa seria a representação da mulher para o homem. Sem esse reflexo, o poder do homem em acreditar em si mesmo ficaria comprometido, pois ele em nenhum momento está preocupado com

a inferioridade da mulher, mas em como se manter superior. Daí essa necessidade premente de sentir-se autoconfiante, perpetuando, dessa forma, a desigualdade:

“Em todos esses séculos, as mulheres têm servido de espelhos dotados do mágico e delicioso poder de refletir a figura do homem com o dobro do seu tamanho natural (...). A visão do espelho é de suprema importância, pois insufla a vitalidade, estimula o sistema nervoso. Retirem-na e o homem pode morrer, como o viciado em drogas privado de sua cocaína.” (op. cit.: 42-43)

Fatos importantes marcaram a história das mulheres inglesas e Woolf destaca memórias autênticas de um período que aponta a posição das mulheres do século XV, e alguns deles ficaram registrados no livro “História da Inglaterra” de Trevelyan, que cita os direitos legítimos dos homens sobre as mulheres, a saber, surrar a esposa, independente da classe social, trancafiar, surrar e atirar pelo quarto a filha que se recusasse a desposar o cavalheiro da escolha de seus pais, sem que isso causasse espanto a quem quer que fosse, já que a mulher era uma propriedade do pai e do marido.

Vasculhando as prateleiras de livros referentes ao século XVI, em Londres, Woolf não encontra nada de autoria de mulheres, e se houvesse, segundo ela, sairia sem assinatura. A exemplo disso, destaca-se o refúgio buscado pelas mulheres que, sob o pseudônimo masculino, pretendiam o anonimato em nomes como George Sand¹⁹, Currer Bell, George Eliot, entre outros. Isso fez com que rendessem homenagem à convenção, que se não implantada pelo outro sexo, foi fartamente incentivada por ele, já que a publicidade nas mulheres era detestável. E esse desejo de se ocultarem até hoje está presente nas mulheres. Assim, aquela que nascesse com veia poética, por exemplo, era uma mulher infeliz, em constante conflito consigo mesma, pois viveria na tentativa de expurgar tudo que havia em seu

¹⁹ Os pseudônimos masculinos correspondem respectivamente às escritoras: Lucile Aurore Dupin Dudevant, Charlotte Brönte e Mary Ann Evans.

cérebro relacionado à criação artística ou literária, enfim, “suas ânsias de escrevinhar”. Mesmo nos séculos posteriores, isso permanecia evidente.

Esse fato remete à questão da escrita relacionada ao gênero, ou seja, se houve na literatura exemplos de mulheres que escreviam usando um pseudônimo de um homem, como fica então a garantia de que na escrita seguramente estão as marcas de quem a produziu? Homem ou Mulher? Isso de certo modo me leva àquela hipótese discursiva de que se a escrita traz consigo as marcas do sujeito, estas não estariam relacionadas ao seu sexo, antes, a escrita carrega marcas discursivas de um sujeito que ao escrever o faz sob um efeito ideológico, assim como seu discurso, que traz sobretudo a marca da dispersão, da heterogeneidade.

Woolf diz que ainda há muito a ser discutido e descoberto sobre a questão da diferença e sobre a comparação entre os escritos de um homem e de uma mulher: “Seria mil vezes lastimável se as mulheres escrevessem como os homens, ou vivessem como os homens, ou se parecessem com os homens, pois se dois sexos são bem insuficientes, considerando-se a vastidão e a variedade do mundo, como nos arranjariamos com apenas um? (...)” (op. cit.:97)

Refletindo discursivamente sobre o dizer de Woolf, entendo que a compreensão dos sentidos no texto e a inscrição da história na linguagem permitem contemplar a historicidade do sujeito e do seu discurso. Isso é o que se pode considerar quando se observa toda uma produção escrita, seja de um homem ou de uma mulher, já que seus discursos envolvem também as condições sócio-históricas e ideológicas. É também a partir das condições de produção e das relações de forças e de sentido no interior desses discursos que podemos falar e considerar questões referentes à hierarquia estabelecida entre os sexos, ainda presente nos dias atuais.

Com base nisso, questiono se caberia falar em diferença para designar o gênero de quem escreveu, pois, se há diferença, esta é uma característica inerente a todo sujeito e conseqüentemente de todo discurso por ele produzido. Ao que

parece, escrever como mulher, para Woolf, em muito tem a ver com o fato de se ter consciência de si, da sua história, da sua constituição, das condições de produção de seu discurso enquanto um sujeito submetido às regras do jogo estabelecidos para se viver em sociedade.

Woolf traz à reflexão uma cena, por ela presenciada, de um casal entrando num táxi e passa a comparar tal cena à mente e à cooperação de ambos os sexos:

(...) E continuei amadoristicamente a esboçar uma planta da alma, de tal modo que, em cada um de nós, presidiriam dois sexos, um masculino e um feminino; e no cérebro do homem, o homem predomina sobre a mulher, e, no cérebro da mulher, a mulher predomina sobre o homem. O estado normal e confortável é aquele em que dois convivem juntos em harmonia, cooperando espiritualmente. Quando se é homem, ainda assim, a parte feminina do cérebro deve ter influência, e a mulher deve também manter relações com o homem em seu interior. Coleridge²⁰ talvez tenha querido referir-se a isso quando disse que a mente é integralmente andrógina. É quando ocorre essa fusão que a mente é integralmente fertilizada e usa todas as suas faculdades. Talvez uma mente puramente masculina não consiga criar, do mesmo modo que uma mente puramente feminina, pensei. (...) (op. cit.:108)

As palavras acima ilustram um modo de pensar crítico em relação a uma única forma de conceber o funcionamento de uma mente, especificamente, quando relacionado à produção escrita, visto que contempla outras possibilidades de se interpretar, por exemplo, um escrito como sendo de uma mulher ou de um homem. Trazendo tal reflexão para o âmbito discursivo, percebo também aí uma proximidade com o tema aqui investigado quanto à caracterização cisionista atribuída à escrita, já que dependendo do que se entende por masculino e feminino, pode-se dizer que um pode convocar o outro e vice-versa, mas a dúvida sobre haver ou não uma escrita feminina diferente da masculina permanece.

²⁰ Woolf refere-se a Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) poeta, crítico e filósofo inglês.

Em nossa época, Proust foi totalmente andrógino, senão talvez um pouco demasiadamente feminino. Mas essa falha é rara demais para que nos queixemos dela, já que, sem alguma mistura desse tipo, o intelecto parece predominar e as outras faculdades da mente se enrijecem e tornam-se estéreis. (...) É fatal para quem quer que escreva pensar em seu sexo. É fatal ser um homem ou uma mulher, pura e simplesmente; é preciso ser masculinamente feminina ou femininamente masculino. (...) (Woolf, 2004: 114)

Relacionando o dizer acima ao propósito desta tese, reitero que o texto, uma vez exposto ao leitor, convocará necessariamente sua constituição histórica e isso é fundante quando se trata de pensar a escrita relacionada ao gênero de quem a produziu. Há, pois, no processo discursivo, em que se constitui todo discurso, implicados tanto o sujeito-leitor quanto o sujeito-autor, ambos reconhecidos em sua incompletude, o que nos faz compreender a busca incessante da totalidade do um, e isso também é o que se espera dos sentidos “gerenciados” num texto.

Essa busca pelo homogêneo me faz pensar, a partir das palavras de Woolf, que o sentido é como uma teia de aranha, muito levemente preso à escrita pelos quatro cantos da página em branco. Por isso, quando dessa teia são puxados, interpretados, os efeitos de sentido não serão iguais, homogêneos, pelo contrário, trarão consigo as marcas da incompletude, do desejo, da heterogeneidade de um sujeito que busca encontrar no outro a morada segura para o sentido pretendido em sua escrita.

Uma vez que esta escrita se apresenta em sua mobilidade, fluidez, certamente, possibilita ao sujeito leitor-autor, sob o efeito ideológico da evidência, desenhar e “monitorar” os contornos de sua produção escrita. Aí estaria uma compreensível tentativa de sedimentar e abrigar os sentidos, os quais supostamente teriam uma morada à prova de invasões, aquelas que esburacam a (im)permeabilidade da língua, sempre sujeita às intempéries provocadas pelos deslizamentos de sentido, que atravessam a escrita, enfim, o discurso, independente de este ter sido produzido por uma mulher ou um homem.

Na perspectiva de Woolf, na mulher está a chave para mudar o rumo dos acontecimentos e isso depende da tomada de uma decisão dela, ou seja, é preciso que ela se sinta parte integrante da sociedade em que vive, de modo a usufruir daquilo que lhe é de direito. Assim, é preciso relacionar-se com o mundo da realidade e não apenas com o mundo dos homens e mulheres, pois há um horizonte maior que requer mulheres preparadas, instruídas, capazes de produzir e viver do seu trabalho, mas é ela quem precisa ir à luta, abrindo caminhos e escrevendo a sua história.

Discursivamente, vale lembrar a constituição histórica de todo sujeito, a qual não remete à ordem cronológica dos fatos, mas ao sentido, pois os fatos históricos existem sob o efeito da interpretação. Trata-se de uma história organizada por relações com o poder, com as práticas sociais e isso aponta que se todo acontecimento histórico precisa ser interpretado, todo o percurso trilhado pelas mulheres, há séculos, pode ser interpretado via discurso.

É, pois, considerando a relação constitutiva entre a linguagem e a história que se pode entender a historicidade, ou seja, enquanto condições de produção de um discurso interessam sim os dados históricos, pois tais condições trazem questões da exterioridade²¹ e das formações imaginárias como constitutivas de todo discurso. Elas remetem a lugares determinados na estrutura de uma formação social e as relações de força entre tais lugares sociais encontram-se representadas no discurso por uma série de formações imaginárias que designam o lugar que os sujeitos atribuem a si e ao outro.

Passo agora a tratar da obra *História das mulheres no Brasil*, (2004), em cujo capítulo intitulado “Escritoras, escritas e escrituras”, a autora Norma Telles descreve um panorama do século XIX, época marcada por profundas transformações nas estruturas econômica e social, na Europa ocidental.

²¹ Refiro-me à exterioridade não como algo que está de fora, já que ela se constitui no trabalho dos sentidos que atuam em determinados textos, enquanto discursos.

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso, que naturalizou o feminino, estabeleceu culturalmente atribuições à mulher a quem caberia apenas a reprodução da espécie e sua nutrição.

Apesar disso, foi a partir dessa época que um grande número de mulheres começou a escrever e publicar, tanto na Europa como nas Américas. Tiveram primeiro de aceder à palavra escrita, o que se tornara difícil, pois lhes era negada educação superior, ou mesmo qualquer educação, exceto a das prendas domésticas; tiveram de ler sobre o que se escreveu sobre elas, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo. Tudo isso, como vimos em Woolf, tornava difícil a formulação do eu, necessária e anterior à expressão ficcional.

O Brasil, aos poucos, integrava-se às transformações do mundo ocidental nas mais diversas áreas, de modo que, no campo literário, as idéias de autoras francesas serviam como fontes inspiradoras para se enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira.

Nessa mesma obra, *História das Mulheres no Brasil*, destaco também o artigo intitulado “Mulher, mulheres”, de Lúcia Fagundes Telles, que faz referência aos “cadernos-goiabada”, onde as mocinhas escreviam pensamentos e estados de alma, diários que perdiam o sentido depois do casamento, pois a partir daí não mais se podia pensar em segredo, pois, em se tratando de mulher casada, só podia ser bandalheira. Assim, ficavam com o caderno do dia-a-dia, onde em meio a receitas e gastos domésticos, ousavam escrever uma lembrança ou idéia. Tais cadernos são vistos por Lúcia como um marco das primeiras arremetidas da mulher brasileira na carreira de letras, ofício de homem.

A conquista do território da escrita, da carreira de letras, assim como na Europa, foi longa e difícil para as mulheres no Brasil. Não vou aqui expor todo o

histórico dessa marcante trajetória no campo da escrita, contudo se me valho desse estudo de Telles é para apontar que, no contexto brasileiro, houve também a necessidade de a mulher buscar meios para escapar da resistência referente à sua participação ativa no meio cultural, através de sua produção escrita. Os exemplos são muitos e constituem um convite à leitura sobre a trajetória de várias autoras brasileiras.

Partilho a idéia de Lígia Telles de que cada romance é um local de interseção de toda uma teia de códigos culturais, convencionais, citações, gestos e relações. Nesse sentido, entendo que as representações do feminino, os lugares sociais previstos ao homem e à mulher, são integrantes de um processo histórico. Independente de questões feministas, o estudo dessa autora nos mostra como, no interior da escrita das mulheres brasileiras e dos escritos sobre elas, construíram-se práticas sociais, assumindo, transformando ou rejeitando as representações relativas à essência do que se entendia como feminino.

Trago, na seqüência, as considerações do livro “Deslocamentos do Feminino” de Kehl (1998) e destaco suas palavras iniciais sobre ser mulher e ser homem:

As formações de linguagem precedem os indivíduos e os inscrevem em determinadas posições na ordem simbólica; assim, “homem” e “mulher” são os primeiros significantes que nos designam, logo que chegamos ao mundo, antes de qualquer possibilidade de escolha ou mesmo de desejo. Somos desde o início e para sempre “homens” ou “mulheres” porque a cultura assim nos designou e nossos pais assim nos acolheram a partir da mínima diferença inscrita em nossos corpos, com a qual teremos de nos haver para constituir, isto sim, o desejo, a posição a partir da qual desejamos, o objeto que haveremos de privilegiar e o discurso a partir do qual enunciaremos nossa presença no mundo. (p.11)

Penso que tais palavras sintetizam de modo peculiar a reflexão da autora que propõe, na clínica psicanalítica, questionar as relações que se estabelecem entre a mulher, a posição feminina e a feminilidade, três conceitos que se articulam porém diferenciam-se entre si. Tal reflexão tem como pressuposto o fato de que

todos, sem exceção, somos fatalmente marcados pela identificação aos padrões e ideais considerados próprios ao gênero, o que para Kehl nos garantirão a pertinência imaginária ao subgrupo humano dos homens ou das mulheres.

No entanto, não há garantia absoluta de uma identificação com um ou outro gênero, já que os sujeitos se diferenciam, trazem consigo a marca de sua singularidade, manifestada através do desejo de completude, da eterna busca no outro de algo que o complete, como num jogo de espelho a refletir aquilo que imaginamos encontrar no outro que preencha a falta que nos constitui enquanto sujeitos, na relação com o outro. É dessa forma que podemos entender a incompletude como uma propriedade do sujeito e é justamente a busca pela afirmação de sua identidade que promove a necessidade constante de completude.

Refletindo discursivamente a partir daquelas palavras iniciais da autora, acredito que podem ser relacionadas à nossa constituição histórica que, no meu entendimento, começa antes mesmo de nascermos, uma vez que somos determinados, instados a interpretar o mundo que diante de nós se apresenta e aí tem início nossa incursão no simbólico que se dá sob determinadas condições histórico-sociais e ideológicas e disso não há como escapar. E, nessa relação necessária do sujeito com a exterioridade, a linguagem se manifesta enquanto um dos elementos constitutivos do processo discursivo, do qual o histórico e o social são partes integrantes.

Referindo-se à mobilidade e singularidade da relação homem-mulher, masculino-feminino, masculinidade-feminilidade, a autora destaca que tanto é possível falarmos em homens-homossexuais-femininos quanto em mulheres masculinas, porém heterossexuais. Isso, sem dúvida, remete-nos ao fato de que a tentativa de fixar e limitar um campo a partir do qual a mulher se constitui enquanto sujeito, pode ser relativizada, ampliada do ponto de vista psicanalítico, já que, para Kehl, a inscrição dos sujeitos, homens ou mulheres, no discurso do Outro, não é rigidamente fixada, pois ela passa por modificações no decorrer da

história e isso altera o uso da língua e conseqüentemente os lugares que a cultura confere aos sujeitos.

Em outras palavras, na sociedade, pode haver deslocamentos dos lugares ocupados pelos sujeitos e isso foge ao controle da sua vontade. Na fala das mulheres, por exemplo, na sua prática discursiva, é possível analisarmos sua inscrição enquanto sujeito capaz de expressar, na trama simbólica, o que culturalmente designa lugares, posições deveres e traços identificatórios:

“Identidade feminina” e “identidade masculina” são composições significantes que procuram se manter distintas, e nas quais se supõe o alistamento dos sujeitos, de forma mais ou menos rígida, dependendo da maior ou menor rigidez da trama simbólica característica de cada sociedade(...)” (op. cit.:33)

A autora se refere a essa trama simbólica como sendo furada e à possibilidade de o sujeito fazer um furo no muro da linguagem. Isso aponta o fato de que tanto a língua quanto a sociedade são passíveis de modificações, de deslocamentos, que caracterizam a permeabilidade da ordem simbólica às intervenções significantes dos sujeitos. Dizer que o muro da linguagem comporta o furo, aponta a singularidade do sujeito e de seu discurso, ambos sujeitos à mudança. Muda a sociedade, muda o sujeito que dela faz parte e, conseqüentemente, o seu dizer, ou seja, não há garantia para lugares fixos, imutáveis.

Ao mencionar a linguagem, é importante entendê-la como um dos elementos constitutivos do processo discursivo, que se realiza a partir de determinadas condições histórico-sociais e ideológicas. Cabe lembrar que, na concepção discursiva, pressupõe-se a organização do discurso (sua formulação) para dela partir, considerando, o interdiscurso, a memória do dizer, advindo daí todas as noções teóricas implicadas e constitutivas no/do discurso.

Portanto, nessa perspectiva, a língua é concebida como produto social resultante do trabalho com a linguagem, é a condição de possibilidade de um

discurso, cuja materialidade é lingüística e histórica, e tem como elementos constitutivos a opacidade, a equivocidade, e nela intervém o imaginário. No caso desta tese, a construção do imaginário da escrita é mobilizada pelo sujeito que idealiza uma identidade para a mesma (escrita).

Nesse sentido, podemos dizer que os deslocamentos advindos de um processo de interpretação irão se refletir nas posições discursivas que não são fixas e não são provenientes da cristalização de práticas sociais. Segundo Pêcheux (1997), tais posições são mobilizadas na medida em que o interdiscurso se dá como movimento, como deriva de unidades abertas a uma re-significação e que pressupõe um processo de determinação.

O sujeito de que trata a psicanálise, segundo Kehl, é por definição um ser de cultura, constituído numa dimensão histórica e simbólica que o antecede. A psicanálise só fará sentido se considerar que tanto os significantes quanto os sujeitos podem sofrer deslocamentos. Assim como o falo circula, também homens e mulheres deslocam-se dos lugares ocupados enquanto sujeitos do seu discurso.

Havendo, pois, essa mobilidade, é preciso considerar que isso a que a cultura denomina masculinidade não vem necessariamente acompanhada de uma sexualidade de homem, pois a mesma faz parte das virtualidades do que pode ser uma mulher. A feminilidade não é o oposto complementar da masculinidade, já que a feminilidade é a masculinidade-menos-alguma-coisa. Com base nessas considerações, Kehl destaca que “a teoria psicanalítica freqüentemente produz um esquecimento a respeito de quem é a mulher e volta a insistir sobre os mistérios, o indizível da feminilidade. Isso é visto pela autora como um sintoma de algo que se recalca: “... a única diferença fundamental entre um homem e uma mulher é que esta também é mulher.”(op. cit.: 325)

Enfim, na concepção dessa autora, a sexuação humana se dá no atravessamento simbólico e isso permite uma reflexão muito além do que a mera inscrição do lado dos homens ou das mulheres, já que, em sua singularidade,

“nenhum homem e nenhuma mulher são idênticos ao sexo a que pertencem”. É essa não-identidade que questiona a confortável ilusão de uma identidade para o sujeito. No campo da psicanálise, tal reflexão proporcionaria aos analisandos a possibilidade de, em suas narrativas analíticas, “inventar o que fazer não só de sua sexualidade, mas de sua passagem pelo reino deste mundo, que para nós é o reino da linguagem”. (ibidem)

Com base nessas considerações teóricas, pensar gênero como um molde social, que estabelece o que vem a ser o diferente, promove com isso uma identidade fixa, todavia, não se deve desconsiderar o fato de que pensar sobre diferença implica também pensar nas relações de poder existentes no meio em que vivemos. E sendo as sociedades atravessadas por inúmeras divisões, diferentes identidades podem ser produzidas para os indivíduos e isso, certamente, oportuniza aos estudiosos de distintas áreas do conhecimento posicionarem-se de modo crítico quanto a estabelecer um caráter fixo, imutável, quando se fala sobre gênero e identidade.

Para fechar essa parte, onde se reflete sobre a busca incessante por uma identidade fixa, convoco o dizer de Orlandi (1995:81):

“ Se o sentimento de “unidade” permite ao sujeito identificar-se, por outro lado, sem a incompletude e o conseqüente movimento haveria asfixia do sujeito e do sentido, pois o sujeito não poderia atravessar, e não seria atravessado, pelos diferentes discursos já que não poderia percorrer os deslocamentos (os limites) das diferentes formações discursivas. O Outro (e os outros) é o limite, mas também o possível.”

PARTE II

DA LEITURA À MATERIALIDADE DO DISCURSO

2.1 LEITURA E ESCRITA: UMA COSTURA DE FRAGMENTOS DISPERSOS

A leitura é um diálogo entre o dito e o não dito do texto, entre o que a palavra entrega e o que retém, sendo o não dito o lugar essencial de onde ressoa o sentido. Ler, diz Heidegger, é recolher na colheita do que permanece não dito no que se diz. (Larrosa, 2003:101)

Nessa seção, trato de dois temas que se relacionam e são norteadores para esta pesquisa, a leitura e a escrita. Analiso o modo como tais noções são concebidas na abordagem psicanalítica, buscando pontos de proximidade ou mesmo de distanciamento com a teoria do Discurso.

Ao engendrar sua concepção de leitura, Birman (1996), em sua obra “Por uma Estilística da Existência”, pressupõe a implicação do sujeito na escritura e desse modo sugere um entrelaçamento entre ambas, sendo a leitura o outro da escrita, ou seja, a condição de possibilidade de sua materialidade na ordem do sentido. Portanto, a produção do sentido implica a apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua singularidade na experiência da leitura.

Nesse movimento de leitura, há não só a atuação de um sujeito-leitor que busca apropriar-se do texto ao seu modo e no seu estilo, num oscilante movimento cambiável, mas também a atuação de um sujeito-autor que busca antecipar, imaginariamente, aquilo que o sujeito-leitor pode apreender em sua leitura, ou seja, há uma projeção do que o leitor pode interpretar e isso só ocorre por meio das formações imaginárias, de que tratei lá no item 1.4, na parte I. Essa relação mútua entre efeito-leitor²² e efeito-autor faz parte de um processo discursivo, cujo funcionamento é acionado por um sujeito, cuja constituição histórica, ideológica faz com que haja a ilusão de domínio do dizer por parte tanto do autor quanto do leitor, ao se relacionarem com o simbólico.

No campo da Psicanálise, considera-se na leitura a posição desejante do sujeito do inconsciente assumida no exercício da interpretação. Desse modo, a atuação do leitor sobre si transforma-se, pois promove fissuras na realidade simbólica instituída e rompe com a suposta inércia e homogeneidade do sentido. Por conseguinte, a função simbólica que dirige o leitor está fundada no desejo do sujeito do inconsciente, que reabre possibilidades de significação no processo interpretativo.

Sobre essa atuação do leitor entendo que não é ele quem promove ou *origina* as fissuras no simbólico, pois esta é uma especificidade constitutiva de todo discurso; o que há, na realidade, são retomadas de dizeres, o já-dito que se manifesta tanto no processo da escrita quanto da leitura. Sobre o desejo em Psicanálise, como já frisei na primeira parte deste trabalho, não é a busca de algo que pode ser encontrado, como no terreno da sexualidade, por exemplo, mas trata-se de um desejo de completude que permanece, pois se constitui numa falta que não será preenchida.

Então, esse desejo é da ordem do inconsciente e relaciona-se à produção de efeitos de sentido, no gesto de interpretação, e isso lança os sujeitos, leitor e autor,

²² Tratarei dessas duas noções, efeito-leitor e efeito-autor, no item 2.3 deste capítulo.

num eterno e incessante jogo com/no simbólico, já que na materialidade da escrita a ordem do discurso se inscreve produzindo arranjos e desarranjos no idealizado terreno da completude do dizer.

Na concepção discursiva, portanto, a leitura é produzida e a interpretação é função da historicidade que está relacionada à filiação e aos mecanismos de produção de sentidos. Assim, o texto é analisado em seu modo de produção de sentidos, ou seja, o que ele organiza em sua discursividade. Ele, o texto, é como um conjunto de relações significativas individualizadas que lhe dão especificidade e ineditismo enquanto acontecimento discursivo. Concebido desse modo, ele não é inteiro, mas recortes que indicam características dos processos de significação a serem observados pelo analista.

Pensar que do sujeito “brota magicamente” o discurso, seria desconsiderar que o mesmo é ideologicamente marcado, submetido à história; tem suas normas e inscreve-se em formações, reporta a instituições com suas coerções. Sua regularidade e previsibilidade são parte da história do sujeito e do próprio discurso. É nesse sentido que interpreto a referência ao sentido novo de que fala Birman, já que a Análise de Discurso mostra que não há agente onipotente (que fala tudo que quer e se julga dono e origem de si) sequer um poder institucional supremo.

Nessa perspectiva, há um movimento oscilante de entrega e de resistência no processo de leitura como sendo próprio do sujeito, uma vez que tal processo consiste numa prática de deslocamento desse mesmo sujeito rumo a um lugar por ele construído, ou seja, o lugar do “seu” dizer. Se em AD não se fala em sentido novo ou velho, é porque não há gênese do sentido, nem do sujeito. E não sendo a história linear, os sentidos podem se deslocar, ser ideologicamente diferentes, e é pelo fato de os sujeitos estarem expostos à historicidade que eles produzem os deslocamentos em sua interpretação, filiando-se a um ou outro sentido, inscrevendo-se, pois, em uma ou outra Formação Discursiva.

Portanto, se ao analista cabe compreender os gestos de interpretação dos sujeitos - quer enquanto leitores ou autores - é exatamente isso que proponho na análise do *corpus* desta pesquisa, observar os movimentos de interpretação desses sujeitos, considerando o texto enquanto materialidade de um discurso produzido e determinado historicamente. Produzir linguagem é interpretar, e como se diz em AD, a leitura não brota, pois ela é efeito do trabalho simbólico.

Para abordar a questão de representação, que para mim implica também leitura e, portanto, produção de sentidos e gestos de interpretação, trarei algumas das idéias de Foucault (1999) presentes na obra *As palavras e as Coisas*. Assim, partirei de alguns pontos abordados no capítulo I intitulado *Las Meninas*, onde é feita a descrição de uma obra de arte, um quadro de Velasquez, cuja contemplação de quem o observa vai se realizar sob a forma de um espetáculo, a partir do ponto de vista do espectador diante da representação vislumbrada. Sobre tal quadro, o autor nos fala de uma linha de visibilidade, a qual ao mesmo tempo em que nos parece visível, envolve

(...) uma rede complexa de incertezas, de trocas e de evasivas. Acolhidos sob esse olhar, somos por ele expulsos, substituídos por aquilo que desde sempre se encontrava lá, antes de nós: o próprio modelo. Mas, inversamente, o olhar do pintor, dirigido para fora do quadro, ao vazio que lhe faz face, aceita tantos modelos quantos espectadores lhe pareçam; nesse lugar preciso mas indiferente, o que olha e o que é olhado permutam-se incessantemente (Foucault, 1999:5).

Desse modo, não há estabilidade no olhar, pois sujeito e objeto, espectador e modelo invertem seu papel ao infinito, estabelecendo um jogo de *metamorfose e reciprocidade* daquele que vê ou é visto. É como se o espectador fosse colocado no campo do seu olhar, ao mesmo tempo em que o olhar do pintor captam-no, constrangendo-o a entrar no quadro. Este, por sua vez, caracteriza-se como um espelho que oferece o encantamento do duplo, sem dizer nada além do que já foi dito, atravessa todo o campo de representação, restituindo toda visibilidade do que

permanece fora de todo olhar, refletindo os olhares que a ele são direcionados, fazendo brilhar tanto as figuras que o pintor olha como as que olham o pintor. Assim, o espelho, segundo Foucault, vai assegurar uma metátese da visibilidade que incide ao mesmo tempo sobre o espaço representado no quadro e a sua natureza de representação, tornando visível aquilo que é duplamente invisível.

Para o autor, a obra de Velásquez produz designações flutuantes, abstratas, suscetíveis de equívocos e desdobramentos que contemplam o pintor, as personagens, os espectadores. No entanto, se tal quadro ganhasse uma representação mais concreta, ou seja, em que fosse possível constatar, reconhecermos os nomes dos personagens que compõem essa obra de arte, talvez isso evitaria as designações ambíguas ao contemplá-la. Contudo, lembra Foucault que a relação da linguagem com a pintura é uma relação infinita:

(...) por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem. É talvez, por intermédio dessa linguagem nebulosa, anônima, sempre metódica e repetitiva, porque demasiado ampla, que a pintura, pouco a pouco, acenderá suas luzes. É preciso, pois, fingir não saber quem se refletirá no fundo do espelho e interrogar esse reflexo ao nível da sua existência. (op. cit.:12)

As palavras iniciais de Foucault remetem ao fato de que não conseguimos apreender tudo por meio das palavras, pois estas são constituídas pela falta, daí sua incompletude e a dos enunciados que discursivamente podem ter seus sentidos deslocados, tornando-se outros. Essa incompletude tanto do dizer quanto do sujeito relaciona-se, no caso deste estudo, à busca obstinada de reparo, de defesa do que vem a ser uma escrita masculina ou feminina, pois, para os sujeitos desta pesquisa, a ilusória rigidez fronteira (entre o isso ou aquilo), por eles estabelecida, pretende garantir um território demarcado e preciso.

Decorre disso a idealização de que algo tem de estar *completo, todo*, sem misturas ou falhas, que possam trazer opacidade ao escrito dos autores. Conforme tenho afirmado, estabelecer uma identidade à escrita, pelo viés da dualidade de gênero, representaria um pleno domínio e controle do dizer, pois garantiria a eficácia de um eu, aqui e agora, dono de si, da sua produção escrita, com absoluta (porém imaginária) completude. Eis, portanto, o efeito da interpelação ideológica que nos captura enquanto sujeitos e nos faz portadores dessa evidência que permite a cada um de nós dizer “sou eu”.

Retomando as variadas possibilidades de representação daquela obra de Velásquez, entendo que, na perspectiva de quem a observa, num movimento contínuo, recíproco e surpreendente, há uma flutuação de sentidos, a depender do ponto de vista do espectador. Sobre a relação de dependência entre ponto de vista do espectador e representação daquilo que está diante de si, vale lembrar que se o ponto de vista cria o objeto, em se tratando de interpretação, de leitura, há que se considerar a multiplicidade de sentidos possíveis quando diante de um texto, pois nele, como afirmei, a exterioridade é convocada, já que é constitutiva, parte integrante da língua.

Nesse sentido, reitero que, ao proceder a análise do discurso selecionado para esta pesquisa, considero a materialidade da língua, enquanto ancoragem do discurso. Discurso este que convoca o gesto de interpretação, modo singular do sujeito com a língua na produção de sentidos que podem ser múltiplos, mas não qualquer um, pois se somos instados a interpretar, faremos isso de determinada forma.

Com base no que aqui foi visto sobre leitura, compreendo que falar sobre ela não significa tratar de um processo de decodificação, o qual tem um sentido que deve ser apreendido, dentro de uma perspectiva reducionista, tampouco considerá-la enquanto processo transparente, cujos sentidos (informação) já estão prontos no texto, cabendo ao leitor apenas a tarefa de apreendê-los e decodificá-los.

Na perspectiva discursiva, em que este trabalho se inscreve, a leitura é produzida e por isso se procura determinar o processo e as condições de sua produção. Entendo, de acordo com Orlandi (1988), a leitura como um momento crítico da constituição do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, visto que é nele que se desencadeia o processo de significação. É na realização do processo de leitura que se configura o espaço da discursividade, no qual se instaura um modo de significação específico, singular.

Assim, não se trata de comparar leitor e texto a uma engrenagem, cujo funcionamento adequado garante-se pelo conhecimento prévio que tem o leitor e pelos dados fornecidos pelo texto, ou seja, um engate perfeito que pressuponha ausência de (des)engates promovidos pela “ferrugem” na “máquina textual”. Ao contrário, é preciso considerarmos as falhas e os desvios como constitutivos e sempre presentes na trama porosa do tecido discursivo, lembrando a incompletude tanto do sujeito quanto do discurso por ele produzido, quer na posição de autor ou de leitor.

Nessa perspectiva discursiva, problematiza-se a relação com o texto, com a escrita, buscando explicitar os processos de significação de um dado texto e os mecanismos de produção dos sentidos que nele funcionam. É assim que, para o analista de discurso, esses mecanismos - através dos quais se coloca em jogo um processo de significação - podem ser compreendidos. A presença de pontos de descontinuidade, de rupturas sempre convocará o leitor, enquanto intérprete, a **costurar os fragmentos dispersos** que caracterizam a escrita como não-fechada, com fendas a serem refletidas, indagadas e simbolizadas teoricamente.

Buscando uma proximidade da perspectiva psicanalítica de escrita com a perspectiva discursiva, diria que as brechas relacionadas a feridas expostas, queimaduras e lacerações na “pele da escritura” e do seu funcionamento podem atuar como um convite ao leitor para interagir no universo apresentado na escrita, proporcionando ao leitor se inscrever e pensar, a partir daquilo que

constitutivamente falta no texto. Embora tais características ressaltadas possam funcionar como algo que soa como familiar, podem também produzir a sensação de estranheza no leitor, levando-o a pensar e se apropriar do texto a seu modo.

Na concepção de Rickes (1998), com a qual concordo, a escrita seria uma operação que faz trabalhar a falta que é constitutiva do sujeito, portanto, a escrita não é um produto, mas produtora de um lugar de sujeito/autor. Desse modo, há um movimento paradoxal referente à escrita, já que o sujeito ao procurar apagar a falta, não faz outra coisa senão revelá-la. É nesse sentido que a escrita é considerada como cicatriz por Rickes (2002), já que produziria uma junção onde a cisão é irremediável e inapagável.

Com isso, entendo que há que se considerar na escrita psicanalítica a presença de um sujeito que se marca em seu dizer, de tal modo que se desvanece o distanciamento entre sujeito e o seu fazer. Marcado pelo desejo e pela incompletude, assim também o seu discurso, quer este seja caracterizado como sendo psicanalítico ou não.

E considerando essa estreita relação entre leitura e escrita, pois é inegável o vínculo entre o lugar de leitor e de autor, vejo acionada uma permuta de lugares, ou seja, o leitor diante do texto é transformado em autor, ao introduzir uma forma singular de percorrer o escrito. É o que ocorre, por exemplo, com o leitor do discurso do *corpus* em análise, pois esse sujeito-leitor vai se inscrever nas lacunas marcadas por espaços passíveis de serem preenchidos, para que façam sentido e possam ser compreendidos.

O autor do texto procura marcar seu escrito de algum modo e isso faz parte daquilo que marca o sujeito em certa posição no mundo da linguagem, o que lhe é sempre fugidio. Nesse sentido, o lugar ocupado pelo autor é como um efeito de uma série de relações que se estabelecem no espaço virtual de construção do texto, pois ele se constrói em posições diversas que se situam em extrema dependência das interações com outros que ali têm lugar. A função-autor não seria, então, igual

à pessoa que escreve, mas uma expressão do sujeito que configura seu espaço de produção em função de interações com outros lugares, sejam de leitura, de interlocução.

Esse lugar ocupado pelo autor, tomado como um efeito de uma série de relações que se estabelecem no espaço virtual de construção do texto, remete à relação do sujeito com a exterioridade que o constitui, pois seu texto é tomado como discurso, em cuja materialidade se inscreve a relação com a exterioridade. Assim, o autor, ao acionar a materialidade histórica da linguagem, ele simultaneamente refere seu texto à discursividade, mobilizando sua identificação com uma posição-sujeito e conseqüentemente com uma FD específica. Desse modo, no processo de leitura dos participantes desta pesquisa, ao mobilizarem sua identificação com uma posição-sujeito e com determinada FD, eles também engendram uma identidade²³ para a escrita, sendo esta masculina/feminina.

Esse sujeito autor - constituído ideologicamente - é tomado como sujeito do “seu” dizer, daí a ilusão de estar totalmente à mostra, por meio de seu escrito, exposto, transparente ao julgamento do leitor, sem o cuidado, o domínio necessário para que tudo seja devidamente interpretado, ou seja, para que os sentidos não escapem. Daí, também, o cuidado do autor com a leitura que se pode fazer de sua escrita, porém, ao retornar ao próprio texto, regressa-se ao que está marcado em ausência, em lacuna, cuja historicidade movimenta um trabalho de interpretação tanto do autor quanto do leitor.

Com base nisso, acredito que a idealização da escrita do sujeito psicanalítico desfaz-se na medida em que a singularidade interpretativa do leitor ou do autor não é exclusiva deles, tampouco do tipo de discurso, pois, em AD, há que se considerar as marcas de uma inscrição incontornável da história na língua que a faz significar, permeando todo nosso discurso, apontando para a falta, o silêncio, revelando-nos e

²³ No item 2.4, desenvolverei a noção de identidade.

considerando aquilo que nos constitui ideologicamente enquanto sujeitos do nosso discurso.

Nesse sentido, observo no *corpus* deste trabalho, um movimento específico de leitura e de escrita, onde entrega e retenção se manifestam na “colheita” da produção de sentidos daquilo que os autores e leitores, participantes desta pesquisa, “recolhem” para caracterizar uma escrita masculina ou feminina.

Na seqüência, trarei o estudo de Foucault sobre a autoria e nele aprofundarei o que se denomina função-autor e suas implicações.

2.2 SOBRE A AUTORIA E SUA RELAÇÃO COM O DISCURSO

É nos estudos sobre o tema da autoria, que busco, nessa seção, puxar mais um fio desse tecido discursivo em que se encontram emaranhados gênero e escrita.

Ao examinar a relação do texto com o autor, Foucault (2002) propõe em sua obra “O que é um autor?” refletir sobre o uso que até então fazia dessa categoria, avaliando as repercussões teóricas de seus escritos, tematizando o desvanecimento do sujeito escritor na sua própria escrita e o da relação entre a escrita e a morte, ou o apagamento do autor.

A noção de autor constitui um momento forte da individualização na história em geral, e isso certamente influenciou Foucault, que se deteve em investigar o modo como o texto aponta para essa “figura que é exterior e anterior” aparentemente. De uma perspectiva muito singular, ele analisa não só os modos de existência histórica dos discursos e daquilo que seria uma obra em sua relação com o autor, mas também o funcionamento das posições discursivas que afetam a função-autor.

Assim, a reflexão sobre o autor se dá no sentido de desfazer a evidência de unidade da obra, de autor enquanto indivíduo, e esse é um deslocamento fundamental na teoria foucaultiana. Nesse sentido, o nome do autor não é um nome próprio como qualquer outro, pois funciona como um instrumento de classificação de textos e um protocolo de relação entre eles ou de diferenciação face a outros, que caracteriza um modo particular de existência do discurso, assinalando o respectivo estatuto numa determinada cultura.

Desse modo, a “função-autor” está ligada aos sistemas legais e institucionais que determinam e articulam o domínio dos discursos, porém não opera de maneira uniforme em todos os discursos, em todas as ocasiões e em qualquer cultura. Também não é definida pela atribuição espontânea de um texto ao seu criador, mas através de uma série de procedimentos rigorosos e complexos, pois

(...) não se refere puramente a um indivíduo concreto, na medida em que dá lugar a uma multiplicidade de egos e a uma série de posições subjetivas que podem ser ocupadas por todo e qualquer indivíduo suscetível de cumprir tal função. Destituído de um avatar maior de sua soberania - o de autor de textos - o sujeito dissolve-se pois numa complexa e variável função de discurso. (op. cit.: 21-22)

Aqui, interessa-me desenvolver essa idéia de Foucault sobre considerar a questão da autoria afastando-a de um indivíduo concreto, do plano individual para pensá-la enquanto uma variável função de discurso. Com base nisso, minha reflexão discursiva direciona-se para o fato de que se não podemos negar a presença de um indivíduo empírico na produção de uma escrita, pelo menos enquanto suporte para o registro da mesma, haveria um modo de a representação do sujeito, enquanto autor, ter seu lugar no discurso. Para mim, isso implica o deslocamento desse sujeito-indivíduo para sujeito-discursivo, a fim de que ele possa ser representado enquanto autor; isso só ocorrerá pela atuação do efeito ideológico que constitui toda e qualquer prática discursiva. No entanto, Foucault não trabalha

com a noção de ideologia, já que ele vai centrar-se e desenvolver a noção de poder, o qual se encontra capilarizado na sociedade através das práticas discursivas.

Avançando, trago o estudo de Grigoletto (2005:154-156) que desenvolve a produtiva noção de lugar discursivo o qual não corresponde, necessariamente, à posição-sujeito, já que para essa autora, se o discurso é configurado como um espaço que abriga distintos lugares, bem como a dispersão do sujeito, justificar-se-ia pensar numa noção de lugar discursivo que não se trata do lugar social, mas de um espaço configurado no interior do próprio discurso e é da ordem da sua constituição. Dessa forma, o sujeito do discurso, ao ser interpelado ideologicamente pela formação social, ele se inscreve e ocupa um lugar que lhe foi determinado e isso é o empírico, que pode coincidir ou não com o lugar discursivo e com a posição-sujeito:

Na passagem para o espaço teórico, no nosso caso, para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica. (Ibidem)

Relacionando tal reflexão ao tema desta tese, penso que o lugar social/empírico se sustenta pelo sujeito-autor através do modo como ele discursiviza os diferentes saberes institucionais; isso porque esse sujeito retoma via imaginário a imagem construída, instituída socialmente para homem e para mulher, o que, sem dúvida, também o afeta. Daí dizer que esse sujeito-autor está inscrito num determinado lugar social, por isso os sentidos se manifestam para esse sujeito como transparentes, confirmando a mútua relação entre a formação social e a ideologia que atuam de modo a estabelecer o jogo de imagens entre os lugares representados para o masculino e o feminino.

Essa relação entre lugar social/empírico e lugar discursivo, remete ao que diz Pêcheux (1995), em seu artigo “Observações para uma teoria geral da

ideologia”, sobre o fato de o lugar discursivo sofrer a determinação pelo lugar social e também pela materialidade do discurso, estabelecendo, portanto, uma mútua constituição. Com base nessa reflexão de Pêcheux, a qual orienta o estudo de Grigoletto (op. cit.), podemos compreender que a legitimidade do lugar social ocorre por meio da prática discursiva e pela inscrição do sujeito num lugar discursivo, cuja determinação social impõe necessariamente a inscrição do sujeito em determinado discurso. Em outras palavras, o lugar social só se legitima via discurso e lugar discursivo onde o sujeito se constitui enquanto tal.

Nesse sentido, entendo que o sujeito-autor-leitor ao ocupar o seu lugar discursivo o faz já determinado pelo seu lugar social enquanto homem ou mulher. Logo, ao inscrever-se em determinado discurso, não consegue dissociar o elo sujeito-indivíduo do sujeito-discursivo e isso faz com que o lugar discursivo estabeleça-se no entremeio do lugar social, da forma e da posição sujeito. Isso torna mais compreensível o fato de os participantes desta pesquisa estabelecerem esse estreito vínculo para relacionar gênero à escrita, já que esse sujeito-autor não consegue apagar o lugar social que também o afeta.

Acredito que a lógica obsessiva, de que fala Pêcheux (1983), estabelecida entre o *isso ou aquilo* implica a eterna busca pela completude e aí, sem dúvida, faz-se presente o efeito ideológico manifestado simultaneamente no sujeito e no seu discurso. E é sob o efeito da atuação da ideologia que acredito haver a possibilidade de esse “ou”, que aqui, a princípio representa a exclusão, vir a contemplar a inclusão. Ou seja, a identidade para a escrita poderia contemplar tanto uma produção discursiva de uma mulher quanto a de um homem, e aí penso não se tratar de uma severa fronteira preestabelecida, mas de um discurso, em cuja materialidade escapa, escorrega o que lhe é imposto.

Com base nisso, minha hipótese é a de que, ao se atribuir uma identidade para a escrita, desconsidera-se que identidade e escrita pressupõem movência e estatiticidade, como se pudéssemos “engessá-las”, moldando-as, estabelecendo

f(ô)rmas. Provavelmente, isso não funcionará, já que, em se tratando de discurso, múltiplas são as formas de interpretá-lo, contemplá-lo em sua produção de sentidos e isso o distancia das pretensas f(ô)rmas.

Então, se a autoria é aqui entendida enquanto função assumida pelo sujeito que de seu lugar social de homem ou mulher, por exemplo, vai ocupar o lugar discursivo de leitor/autor e pode, além disso, mobilizar diferentes posições-sujeito, e identificar-se com determinada FD, e se estou a concordar que o lugar discursivo pressupõe um lugar social, questiono se isso nos autorizaria a pensar numa atribuição de gênero para a escrita. Isso se sustentaria e se refletiria na materialidade léxico-sintática de tal modo que nos possibilitaria apontar, sem dúvidas, as marcas que indicam e asseguram o gênero da escrita de determinado autor? Por enquanto, avancemos rumo a possíveis respostas.

Em *Arqueologia do Saber* (2000), ao definir o enunciado, Foucault refere essa relação entre autoria e sujeito empírico:

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua instituição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que o enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso (...) Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (op. cit.:109)

Entre as idéias foucaultianas e o tema desta pesquisa, destaco algo de familiar com o ocorrido nas análises do *corpus* selecionado, pois o que tenho observado é justamente esse estreito vínculo entre autor e indivíduo empírico, aquele que produziu um texto e enquanto tal é considerado um autor, cuja escrita enquadrar-se-ia na dualidade masculino ou feminino. Mas se pensarmos nessa função de discurso ocupada por um sujeito múltiplo e que pode assumir uma “série

de posições subjetivas que podem ser ocupadas por todo e qualquer indivíduo suscetível de cumprir tal função”, então, o olhar desses participantes estaria equivocado?

Em seu estudo sobre a pontuação e sua relação com o sujeito, Orlandi²⁴ aponta os acréscimos que o sujeito faz ao estruturar seu texto, submetido a injunções da espacialização da linguagem como uma ruptura do próprio sujeito que transborda de sua posição pela invasão de outros sentidos possíveis. Essa que o sujeito assume, enquanto autor, resiste à dispersão e à pressão da multiplicidade de textos possíveis e de formulações outras que atravessam sua produção escrita. Também em texto anterior²⁵, Orlandi (1996) nos fala sobre o sujeito só se fazer autor se o que ele produz for interpretável. Tal fato implica que, ao inscrever sua formulação no interdiscurso, o sujeito historiciza seu dizer e ao assumir sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz um evento interpretativo.

Considerando que a função-autor carrega em si a marca da heterogeneidade, sua, do discurso, do sujeito e conseqüentemente dos sentidos produzidos pelo sujeito-autor, entendo que a autoria se representa num lugar discursivo que por sua vez está relacionado ao lugar social, e é a partir desse lugar que o sujeito-autor, discursivamente, poderá assumir diferentes posições, inscrevendo, pois, sua formulação no interdiscurso e com isso produzir seus gestos de interpretação. Isso significa que, no discurso desse sujeito-autor, outros discursos se manifestam, outras vozes se fazem ouvir, vários *eus* o constituem, e é assim que se faz presente a marca da heterogeneidade no discurso.

Por conseguinte, fica difícil pensarmos num sujeito-autor que controle seu discurso, que seja capaz de torná-lo uno, transparente, caracterizado por uma marca específica que designe a escrita, enfim, o discurso de um homem ou uma mulher enquanto autor/autora. Trata-se da manifestação ideológica, do desejo de completude que se materializa através da crença dos participantes desta pesquisa de

²⁴ Refiro-me à obra *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos* (2001); cf. p. 116-126.

²⁵ Refiro-me à obra *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (cf. p. 70).

que é possível apreender pela língua, somente por ela, uma escrita e conseqüentemente uma autoria dual.

Com base no que precede, observo que as relações discursivas, presentes nos textos deste trabalho, remetem a discursos vários, à rede de formulações discursivas que não se apresentam de modo preciso, transparente, como numa relação biunívoca entre sentido/escrita feminina/masculina. Acredito não haver um sentido que seja exclusivo dessa ou daquela posição ou formação discursiva, ou seja, eles (sentidos) não são evidentes, ao contrário, escapam, fluem num movimento constante de oscilação.

Também tenho afirmado que o texto, enquanto espaço discursivo heterogêneo, é produzido por um sujeito-autor que é ideologicamente interpelado e este irá identificar-se com uma posição-sujeito inscrita em determinada Formação Discursiva. Logo, se esse sujeito parte de um lugar social, assumindo a função-autor, ele colocará em movimento diferentes modos de se relacionar com a exterioridade, organizando-os e também moldando seu texto, sua produção escrita. Ou seja, o sujeito-autor, em seu trabalho de escrita, mobiliza vários e diversificados recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas e diferentes subjetividades.

Tal fazer, conforme Indursky (2001:30-31), conduz a estabelecer uma trama entre diferentes recortes discursivos, provenientes de diferentes textos afetados por diversas FDs e posições-sujeito. No meu estudo, vejo que as análises, a princípio, encaminham-se e procuram sustentar-se na idéia de mostrar a relação gênero/escrita pelo viés da noção de autor/indivíduo. Então, penso que para se falar em gênero, a partir de uma perspectiva discursiva, implica um olhar mais atento à questão do lugar discursivo e da posição-sujeito, ou seja, homem e mulher ocupam um lugar instituído socialmente e inseridos nesse lugar eles podem assumir diferentes posições discursivas.

Nessa perspectiva, acredito que seria difícil sustentar uma lógica dicotômica excludente para analisar o tema deste estudo, já que a noção de sujeito, refere-se a uma posição ocupada no discurso, podendo o lugar deste sujeito ser ocupado pelo que Pêcheux denomina forma-sujeito, ou seja, a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a Formação Discursiva que o constitui. Como mencionei, tal identificação refere-se ao fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo, porém, não há uma fixidez, uma via obrigatória, uma lógica que estabeleça essa identificação.

Ao refletir sobre a forma-sujeito do discurso, Orlandi (1988) em *Discurso e Leitura*, ressalta como a nossa formação social constitui uma forma-sujeito específica, caracterizada por um sujeito a quem se atribui uma autonomia, ao mesmo tempo em que ele sofre uma determinação por relacionar-se com a exterioridade. Logo, pode-se dizer que o sujeito da nossa formação social encontra-se vinculado a uma individualidade, a qual não é uma simples expressão da sua liberdade, mas uma injunção que produz nesse sujeito a necessidade de ser individualizado, calculável, identificável e controlável. Nesse sentido, os participantes desta tese, enquanto sujeitos-leitores-autores, simultaneamente, no processo de leitura, acolhem a idéia de individualismo e o mecanismo coercitivo de individuação imposto por determinada instituição, e aí movimenta-se a produção de sentidos.

Outras reflexões acerca do autor e o nome próprio estão presentes no estudo de Foucault, para quem o nome próprio e o nome de autor encontram-se situados entre os pólos da descrição e da designação e tem alguma ligação com o que nomeiam, mas nem totalmente à maneira da designação, nem à maneira da descrição. Também, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado não é isomórfica, tampouco tem um significado puro e simples. Assim, o nome do autor não é, portanto, um nome próprio exatamente como os outros e serve para caracterizar certo modo de ser do discurso: para um discurso ter um nome de

autor, o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber certo estatuto.

O nome do autor não transita como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas de algum modo, “bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-o”. Ele manifesta a instauração de certo conjunto de discursos e refere-se ao estatuto desses discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura.

Com base nas idéias foucaultianas, é possível inferir que a autoria é uma função de certo modo exterior ao texto, ou seja, uma função que está mais ligada à sociedade, onde o texto é produzido. É, então, um princípio funcional que determina a limitação, a exclusão e a escolha de significados. A autoria seria uma espécie de “controlador” da proliferação de sentidos, aqueles que escapam, transbordam pelos limites fugazes da língua.

Nesse sentido, tanto o sujeito-autor quanto o sujeito-leitor - como veremos nas análises - são afetados pelo imaginário de ser fonte de seu dizer, ou seja, é necessário esquecer que os sentidos preexistem e supor-se como origem de seu dizer e dos sentidos. Seria como numa ilusão de controle, domínio sobre aquilo que produziu na escrita, na leitura, uma pretensa transparência, produzindo o efeito da estabilidade e homogeneidade dos sentidos. Tudo isso advém do fato de o sujeito não ter consciência das redes discursivas que atravessam e dão sustentação e consistência ao seu dizer.

No dizer de Indursky (2001: p.30-31), o que constitui o sujeito-autor, na função enunciativa de autoria de um texto, é o efeito de textualidade, concebido pela autora como uma qualidade discursiva que deriva da inserção e textualidade de recortes discursivos provenientes de outros textos, de outros discursos, do interdiscurso: “Palavras já-ditas em outro lugar, ao serem apropriadas pelo sujeito-

autor, precisam ser atravessadas pela modalidade do esquecimento para que possam ressoar como novas no interior do texto que está sendo produzido”.

Se, por um lado, ao autor é atribuída a função de organizador do seu discurso, dando-lhe começo, meio, fim, e tornando-o coerente, por outro, tal gerenciamento nada mais é do que um efeito ideológico, que se materializa na linguagem reunindo, pois, sujeito e sentido. Assim, a AD permite compreender a ideologia e o seu funcionamento imaginário, materialmente articulado ao inconsciente. Então, sobre ideologia relembremos que:

- ↳ não é ocultamento;
- ↳ liga-se inextricavelmente à interpretação;
- ↳ atesta a relação da história com a língua, pois esta significa.

Para ilustrar o que acima foi dito, destaco o estudo de Gallo (1992), que traz a noção de autoria refletida a partir do que ela refere como assunção da autoria pelo aluno, no discurso escrito. A proposta dessa autora é analisar a relação entre o discurso oral e o escrito, enfocando a questão da autoria com base na idéia de um fecho para o texto. Nessa direção, a autora entende que o discurso escrito, cujo efeito é o de fechamento, traz consigo um efeito-autor que é mobilizado sempre que se promove um fecho para o texto, o qual torna-se um “fim”, pelo efeito da posição-autor, que se constitui no efeito da coerência e da unidade. Desse modo, o texto passa a ter existência pela prática da textualização, nela o texto ganha seu efeito de transparência e de fechamento, enquanto fragmento definido, estabilizado, resultado de um trabalho que faz parte da ideologia.

Em estudo posterior (1994), Gallo retoma o discurso da escrita e também a noção de textualização apontando sua ocorrência quando o autor preenche os espaços cambiáveis presentes no texto, contextualizando-o, produzindo um fechamento e tornando-o público. Para que o texto faça sentido, o sujeito na sua função-leitor, irá imergir na estrutura textual, nos espaços lacunares, numa tentativa de preencher os vazios “promovidos” pelo autor. Com isso, o gesto de leitura vai

sendo produzido e simultaneamente a produção de sentidos, a fim de que o fechamento de um texto, pela ilusão interpretativa do sujeito, em sua função-autor, tenha sua eficácia garantida, pelo menos para produzir o efeito da unidade, da coerência, enfim, da completude do seu discurso. Aí estão o efeito-texto e o efeito-autor, ambos produzidos pelo efeito ideológico.

No caso deste estudo, o sujeito-autor irá inscrever-se numa FD e com ela identificar-se, sobretudo para atribuir uma identidade de gênero à escrita. Trata-se, portanto, de retomadas de dizeres que já estão postos em algum “lugar” e por isso busco investigar o(s) sentido(s) produzido(s) para a questão que se coloca quanto ao gênero, ou como suas marcas funcionam no âmbito dessas evidências subjetivas, inscritas em matrizes de sentidos determinadas. Pensar em evidências pelas quais todo mundo sabe o que implica ser masculino ou feminino certamente nos remeterá a uma voz do senso comum. Logo, se o sentido das palavras já está lá, o sujeito-leitor-autor em seu discurso nada mais faz do que uma retomada, contudo, tais enunciados são organizados, têm uma materialidade que tanto autor como leitor julgam controlá-la.

Na nossa cultura, poderíamos reconhecer algumas características de um discurso portador da função autor, de acordo com a perspectiva foucaultiana, destaco duas que podem ser relacionadas a esta pesquisa:

1)A função autor é uma série de operações específicas e complexas que define a atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, de tal modo que há uma tentativa de dar a este ser racional um estatuto realista, acreditando ser no indivíduo uma instância profunda, um poder criador, o lugar de origem da escrita. Porém, o que no indivíduo é designado como autor, ou o que faz o indivíduo como autor, é apenas a projeção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos (...). 2)Tal função não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” simultaneamente, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar. (Foucault, 2002:51)

Então, se a atribuição espontânea de um discurso a seu produtor é algo complexo, de tal modo que há uma tentativa de dar a este ser racional um estatuto realista, acreditando estar no indivíduo o lugar de origem da escrita, não estaria aí a relação do gênero com uma escrita pensada - pelos sujeitos participantes - pura e simplesmente, no estreito vínculo com o indivíduo empírico? Penso que o reenvio da função autor para vários eus, várias posições sujeito deslocaria sobremaneira o foco da escrita relacionada estritamente ao indivíduo empírico.

Ao falar sobre a instauração de discursividades (op. cit.:64), Foucault ressalta a questão do “retorno a”, pois para que tal retorno ocorra é preciso considerar o esquecimento, não o esquecimento acidental, mas um esquecimento constitutivo. Assim, no ato de instauração, é necessário que este esquecimento seja investido de operações precisas, situadas, analisadas e reduzidas pelo próprio retorno ao ato instaurador. Esse retorno dirige-se ao que está presente no texto, mais precisamente, regressa-se ao próprio texto, ao texto na sua nudez, e, ao mesmo tempo, porém, regressa-se ao que está marcado em vazio, em ausência, em lacuna no texto.

Regressa-se a certo vazio que o esquecimento tornou esquivo ou mascarou, que recobriu uma falsa ou defeituosa plenitude, e o retorno deve redescobrir essa lacuna e essa falta; daí o jogo perpétuo que caracteriza os retornos da instauração discursiva. Isso funcionaria como um jogo que consiste em dizer, por um lado: isto estava aqui, só é preciso ler, é preciso os olhos estarem muito fechados e os ouvidos muito tapados para que não se veja ou se ouça e inversamente se diga: não, não está nada nesta palavra, nem naquela, nenhuma das palavras visíveis e legíveis diz alguma coisa sobre o que está em questão, trata-se antes do que é dito, através das palavras, no seu espaçamento, na distância que as separa.

Em “*A ordem do discurso*”, podemos encontrar outras observações foucaultianas acerca da autoria. Nessa obra, são discutidos os princípios de limitação dos discursos, ou seja, o que faz um discurso pertencer a certa categoria e,

então, três procedimentos são enfocados: o comentário, o papel ou a noção de autor e a limitação das disciplinas. Para esta pesquisa, interessa a noção de autor, o qual não é entendido como o indivíduo falante, que pronunciou ou escreveu um texto, mas como “um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”.

Em nossa sociedade, há textos em que não se solicita o autor, mas a existência do autor nunca foi negada, já que ele é o eixo de sua coerência, seu princípio organizador. Dessa inquietude da linguagem advém o conflito, e o texto escrito, de certa forma, congela esse caráter conflitante, pois apaga, em parte, o processo de produção, criando a ilusão do sujeito controlador dos sentidos; daí o rompimento da relação do autor com a linguagem escrita e, por conseguinte, a produção do efeito de homogeneidade, de unidade na dispersão que nada mais é do que um efeito constitutivo da própria escrita e do sujeito.

Quanto a esse princípio de unidade do texto, vale dizer que não é dado pelo lugar social, pela posição do autor ou pelas instituições, mas pelas relações entre sujeito e sentido, juntamente com o já-dito e suas filiações sócio-historicamente determinadas, que capturam o sujeito por meio da necessidade de se dar sentido e de interpretar.

Sobre a mútua relação discursiva entre autor e leitor, Indursky (2001) vai dizer que tanto um autor como um leitor podem identificar-se com uma FD, podendo o sujeito-leitor ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, com ela identificando-se ou não. Daí dizer que o lugar social ocupado por ambos pode coincidir ou não. No caso deste estudo, o sujeito-leitor instaura uma prática discursiva específica a cada leitura, ao identificar-se ou questionar a posição-sujeito ocupada pelo autor. Na realidade, o que ocorre com os participantes desta pesquisa relaciona-se de algum modo ao dizer de Indursky, visto que cada sujeito-leitor tem sua própria história de leituras e, desse modo, pode

estabelecer diferentes relações e até distanciar-se da interdiscursividade mobilizada pelo sujeito-autor.

É assim que vejo imbricadas as noções de autoria e leitura, praticamente sendo impossível operar uma sem que a outra se faça presente. É difícil pressupor uma independência entre ambas, pelo menos no encaminhamento dado a esta tese. Daí minha escolha de incluir também os textos dos leitores participantes desta pesquisa, a fim de ampliar e melhor embasar as análises a serem realizadas. Como a língua não se mostra num todo homogêneo, mas oferece diversas possibilidades, a depender da interpretação do sujeito - cujos movimentos de leitura acionados evocam a multiplicidade de sentidos, de dizeres, de saberes - os sujeitos desta pesquisa vão se distinguindo e se singularizando através de suas interpretações, onde sombras e luzes se mesclam produzindo um contorno específico e representativo de seu discurso.

Nesse sentido, a escrita e a leitura são parte integrante da discursividade, portanto, a instauração discursiva esquecida é simultaneamente razão de ser da “fechadura” que pretende trancafiar os sentidos e com isso assegurar que eles não escapem e re-signifiquem. Então, minha incursão neste tema de pesquisa se dá considerando esse viés constitutivo tanto do sujeito-autor quanto do sujeito-leitor, cujos discursos produzirão sentidos múltiplos a serem considerados, ainda que esses sujeitos participantes idealizem um “certificado de garantia” tanto para sua leitura quanto para sua escrita.

2.3 ENTRECRUZANDO A FUNÇÃO-AUTOR E O EFEITO-LEITOR

Embora nesta pesquisa pareça que muito já se tenha dito sobre escrita e leitura, ainda há o que dizer, sobretudo porque tais noções encontram-se entrelaçadas, conjugadas, e ambas assumem importante dimensão discursiva, visto que é através do efeito-leitor que a identidade para a escrita é produzida.

Sobre a interpretação reitero que ela é em si uma prática ideológica e é na dinamicidade da língua que tanto autor como leitor manifestam-se enquanto sujeitos discursivos determinados historicamente, por isso ambos significam na historicidade em que estão inscritos; é assim que se relacionam com o sentido, pois este também é história.

Segundo Pêcheux (1988), em toda língua, existem mecanismos que presidem a projeção imaginária da situação do sujeito para sua posição no discurso. Portanto, em sua relação com o sistema simbólico, entendido enquanto sistema sujeito à falha, ao equívoco, autor e leitor se definem como sujeitos significantes, históricos, que constituem e são constituídos por seu lugar na escrita, lugar este que para Pêcheux não pode ser pensado do lugar do outro, tampouco se pode interpretar do lugar do outro.

Ao se inscrever nas redes de significantes da produção discursiva, na interpretação, já há a inscrição do outro. Desse modo, o sujeito, ao assumir a função-autor, pelo mecanismo de antecipação, ele produz o seu duplo no efeito-leitor, projetando-se imaginariamente no lugar do outro. Isso é o que Orlandi (1988) denomina como leitor virtual, aquele que é fruto desse imaginário e que irá constituir-se no duplo do sujeito-autor. Já o leitor real é entendido enquanto aquele que lê o texto e conseqüentemente irá relacionar-se com o leitor virtual, concebido enquanto leitor imaginário, o qual é projetado pelo sujeito-autor por meio das formações imaginárias. Sintetizando, o leitor virtual consiste numa idealização projetada na constituição do texto pelo autor.

Portanto, a materialidade do texto carrega em si um efeito-leitor, o qual se manifesta pelo gesto de interpretação de quem o produziu e também pela memória

do sujeito que lê. Com isso podemos dizer que a textualidade bem como o seu efeito²⁶ proporcionam múltiplas possibilidades de leituras, porque há um espaço simbólico aberto, cuja leitura realizada trabalha o jogo de sentidos cambiáveis que lhe é inerente.

Entendidos em sua constitutiva dispersão, tanto sujeito quanto sentido promovem no discurso o caráter da não-linearidade, visto que o discurso se forma através de paráfrases, em relação a tudo que é *construído/criado*. Assim é que podemos compreender o movimento do jogo discursivo entre o *único* e o *outro* o qual afasta a pretensa estabilidade e acolhe a dispersão. Dispersão esta que tanto sujeito-autor quanto sujeito-leitor pretendem domesticar. Pela atribuição do gênero à escrita, os sujeitos-leitores-autores desta pesquisa jogam com os sentidos e são trapaceados em sua incompletude e sua dispersão, produzindo imaginariamente a identidade do que vem a ser uma escrita feminina e uma escrita masculina. Eis o efeito de fechamento, portanto, de completude instaurado pelas migrações possíveis dos sentidos no trajeto discursivo da significação.

Se por um lado temos a função-autor, que promove a unidade daquilo que escreve, a partir da imagem de um leitor virtual, por outro lado temos o efeito-leitor como unidade imaginária de um sentido lido. Tanto a função-autor quanto o efeito-leitor irão atestar que no discurso existem efeitos de sentidos dispersos, descontínuos e variados, sendo sua unidade uma construção imaginária, onde intervém a ideologia e o inconsciente. Com base nisso, pode-se dizer que o efeito-leitor é uma função do sujeito assim como a função-autor. Um efeito porque nele aparecem os movimentos de entrega e de recusa da materialidade do texto face à memória e às condições de produção de todo discurso.

²⁶ Menciono o efeito de textualidade, com base em Indursky (2001), que é entendido como uma qualidade discursiva, a qual, embora pressuponha a organização interna do texto, vai além, pois convoca o interdiscurso. Decorre disso a ilusão de homogeneidade do texto pelo sujeito-autor que não se dá conta de que apenas se apropria inconscientemente de saberes advindos da exterioridade.

Ao se colocar como autor, o sujeito estabelece uma relação com a exterioridade e simultaneamente ele se remete à sua própria interioridade. Portanto, é desse modo que ele constrói sua identidade enquanto autor e passa a assumir esse papel. “O autor é, pois, o sujeito que tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido.” (Orlandi, 1988:79)

Nessa mesma obra, a autora menciona o fato de o leitor, entendido enquanto uma função enunciativo-discursiva, ser afetado por sua inscrição no social e isso é o que confirma sua determinação histórica e sua relação com a ordem social. É assim também que o leitor, na produção de leitura, terá sua identidade configurada pelo seu lugar social, e é desse lugar que sua leitura é definida.

Com base nisso, autor e leitor são concebidos enquanto formas de representação do sujeito e estas se manifestam na linguagem, via imaginário e sob o efeito da atuação da ideologia. Portanto, se tais noções discursivas funcionam enquanto formas de representação, no caso do tema deste estudo, eu diria que a busca por estabelecer uma relação entre escrita e gênero dá-se através do jogo de espelho, ou seja, leitor e autor se representam a partir de seu lugar social e da sua identificação com determinada formação discursiva. É assim que o sujeito constitui sua relação com a leitura, com a autoria e promove uma identidade de gênero para a escrita.

Vejamos abaixo um quadro que sintetiza as formas de representação do sujeito aqui mencionadas:

I- FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO

SUJEITO-AUTOR → OCUPA UM LUGAR DISCURSIVO DUPLAMENTE DETERMINADO PELA MATERIALIDADE DO DISCURSO E PELO LUGAR SOCIAL.



FUNÇÃO-AUTOR → PROMOVE A “UNIDADE” E O GERENCIAMENTO DA ESCRITA. COLOCA-SE NA ORIGEM DO SEU DIZER.



EFEITO-AUTOR → MOBILIZA GESTOS DE INTERPRETAÇÃO, APROPRIANDO-SE INCONSCIENTEMENTE DE SABERES DO INTERDISCURSO.

II- FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO

SUJEITO-LEITOR → OCUPA UM LUGAR DISCURSIVO DUPLAMENTE DETERMINADO PELA MATERIALIDADE DO DISCURSO E PELO LUGAR SOCIAL.



FUNÇÃO-LEITOR → PROMOVE A “UNIDADE” E O GERENCIAMENTO DA LEITURA E DOS SENTIDOS. PÓLO CORRESPONDENTE DO AUTOR.



EFEITO-LEITOR → MOBILIZA GESTOS DE INTERPRETAÇÃO, APROPRIANDO-SE INCONSCIENTEMENTE DE SABERES DO INTERDISCURSO. PODE IDENTIFICAR-SE OU NÃO COM A POSIÇÃO-SUJEITO OCUPADA PELO SUJEITO-AUTOR.

Considerando que toda prática discursiva só se realiza em função de um sujeito-leitor, então, torna-se fundamental o papel do leitor em qualquer discurso, principalmente no discurso presente no *corpus* desta pesquisa. Como num jogo do espelho, manifestam-se identidades produzidas via imaginário, a partir do gesto de interpretação do sujeito-autor e do sujeito-leitor; ambos participantes do processo da escrita e ocupantes de lugares que discursivamente se distinguem, porém, se complementam. Assim, a cada leitura instaura-se uma relação precípua do texto

com o leitor e, conseqüentemente, desencadeia-se o jogo de novas inscrições históricas e filiações institucionais, as quais promovem significativos modos de identificação do sujeito.

Nessa perspectiva, a identificação, o reconhecimento, a interpretação ocorrem através de uma leitura específica no meio de tantas possíveis e isso é o que constitui o efeito-leitor. Sendo assim, um texto pode desencadear vários efeitos-leitor, e decorre disso as diversas possibilidades de leitura, a partir dos movimentos que o sujeito do discurso - tanto na posição de autor quanto na de leitor - realiza. Relaciono o que precede às palavras de Indursky:

A cada novo sujeito-leitor, novas relações podem ser estabelecidas, novas leituras podem ser produzidas, novos efeitos de memória podem ser mobilizados, novas interpretações podem ser projetadas. E é esse trabalho discursivo de atribuição de sentidos, instaurado pela produção de leitura, que o constitui em sujeito-leitor. A prática discursiva da leitura instaura uma disputa de interpretações entre sujeito-leitor, o sujeito-autor e todas as outras vozes anônimas provenientes do interdiscurso, pelo viés do efeito-texto.(2001:36-37)

O sujeito-leitor do *corpus* desta pesquisa assume não só a posição de leitor virtual mas também a posição de leitor real, além da função-autor. E este leitor real que elabora seu texto, com base na leitura que faz de um determinado texto-fonte, estará também produzindo sua interpretação. Esta se realiza pelo viés do efeito-leitor, o qual promove um jogo de juntar identificação com identidade convocando com isso diferentes lugares no discurso.

É isso que irá proporcionar uma análise detalhada do seu discurso, cujos efeitos de sentido irão indicar a sustentabilidade ou não de se atribuir gênero à escrita. Penso que tal atribuição se dá a partir de um espelhamento, cujo reflexo promove o entrecruzamento da identificação com identidades distintas e possíveis, promovidas pela leitura que contempla os limites do dito e do não-dito e o efeito de alteridade do sujeito, desencadeado através do jogo entre autor, leitor virtual e leitor real.

2.4 A IDENTIDADE REFLETIDA NO JOGO DO ESPELHO

O tema desta pesquisa permite observar o jogo de espelho estabelecido pelos participantes da mesma, pois é por meio desse jogo que se desencadeia a busca por uma “matriz” identificatória de gênero para a escrita. A garantia disso estaria nas marcas presentes na língua e esta crença dos leitores me proporciona falar sobre identidade e embora, em algumas passagens deste trabalho, já o tenha feito, abordarei tal noção, expondo como a compreendo discursivamente.

Novamente convoco o relato sobre a origem do mundo para pensar na questão da identidade, visto que o texto bíblico acerca da nomeação dos seres por Adão me permite inferir que, já ali, no ato de nomear os animais, dando-lhes um nome específico, caracterizava-se a prática de identificar, cuja realização, provavelmente, baseava-se naquilo que cada um dos animais não compartilhava com seus pares. “Então Javé Deus formou do solo todas as feras e todas as aves do céu. E as apresentou ao homem para ver com que nome ele as chamaria: cada ser vivo levaria o nome que o homem lhe desse. O homem deu então nome a todos os animais...”(Gênesis 2:18)

Na tentativa de estabelecer uma identidade própria a um ser, isso é feito a partir das marcas ou características que possam ser apontadas e até comparadas. Assim, procura-se estabelecer, demarcar, através de uma zona fronteira, aquilo que é capaz de delimitar o que é pertinente a um e a outro grupo. No caso deste estudo, como já se sabe, a questão é a possibilidade de delimitar e separar o que caracteriza uma escrita masculina e uma escrita feminina. Por conseguinte, pressupõe-se que algo pode ser considerado como uma escrita feminina na medida em que não pode ser considerado também uma escrita masculina. Percebo, portanto, que o reconhecimento do que vem a ser uma escrita X ou Y está pautado no critério da diferença que apenas exclui. Em outras palavras, aqueles leitores pressupõem uma maneira de pensar a escrita, a partir da evocação de uma unidade

discursiva, capaz de garantir uma identidade para o que vem a ser uma escrita X que não se confunde com a escrita Y.

Geralmente, quando se fala em identidade, temos a idéia de algo imutável, que permanece inalterável, ou, conforme apontam alguns dicionários, a identidade trata da *consciência*, da persistência da própria personalidade; é entendida ainda como um conjunto de características que distinguem uma pessoa ou coisa, podendo a partir disso individualizá-la. Há, também, aquela noção de um conjunto de caracteres, dados próprios e exclusivos de uma pessoa (nome, sexo, filiação); caráter permanente e fundamental que distingue um indivíduo dos outros. Assim, ao falar em identidade, o processo de identificação²⁷ é convocado e atua como efeito do ato de identificar-se, por meio da assimilação de um aspecto ou propriedade de um atributo de outro.

Percebo que nessa abordagem, tradicionalmente concebida, há uma tendência totalizante e centralizada, no sentido de considerar a identidade pela e em sua estaticidade, ou seja, aí parece não haver chance para se pensar na questão de uma identidade que contemple a movência, o instável, a mudança e conseqüentemente o heterogêneo. Vejo isso na interpretação daqueles participantes, que não consideram a possibilidade de contemplar a inclusão, quando se trata de dar uma identidade à escrita, “poderia ser isso e também ser aquilo”; é o caráter oscilante dos sentidos que, na visão dos “nossos” leitores, parece não ser considerado.

Ao falar no jogo do espelho estabelecido nesta pesquisa, refiro-me à constituição e à afirmação de uma identidade para o sujeito e para sua escrita, e isso ocorre através do outro, ou seja, há um jogo de projeções que se instaura via

²⁷ Discursivamente, o processo de identificação é entendido neste trabalho, conforme Orlandi (1988), para quem a identidade não se reduz ao processo de individuação (identificação), já que este é apenas parte dela. É no processo de identificação que a linguagem age com toda sua violência simbólica: repetição, autoridade da asserção, enfim, um eu que gerencia seu dizer. No caso deste estudo, pelo efeito-leitor, no processo discursivo de identificação, soma-se a construção de uma identidade para a escrita.

imaginário, convocado a partir da atribuição e do suposto reconhecimento de uma escrita feminina ou masculina. Portanto, sua identidade enquanto leitor/autor é afirmada através do discurso do outro e aí o jogo do espelho se estabelece à medida que há um enquadramento do discurso do outro, por meio da identificação com determinada FD, de acordo com o que se considera especificamente masculino ou feminino. Eis a atuação do efeito imaginário, enfim, a ideologia aí se manifesta, ainda que ignorada pelos sujeitos que deste estudo participam.

Nesse sentido, entendo que há uma fragmentação do eu “criador” e “administrador” do seu discurso em múltiplos *eus* identificados nos cenários idealizados tanto na escrita quanto na leitura, em cuja linha condutora e imaginária instaura-se a busca da identidade do sujeito face ao seu duplo ou triplo, da realidade e também das suas múltiplas representações discursivas.

É desse modo que a relação existente entre sujeito, escrita e identidade será demonstrada nas análises, considerando a questão sócio-cultural, a partir da determinação ideológica e histórica que constitui o sujeito e seu dizer. Reitero aqui que a relação língua e sujeito via identidade implica um processo oscilante, inquieto, portanto, distante de uma suposta estaticidade ou homogeneidade. Isso tudo porque, no entrelace ideologia-sujeito-discurso, a identificação com um ou outro sentido, em sua evidência, consiste sobretudo no efeito ideológico.

Quanto ao fato de nos situarmos, enquanto sujeitos, uns em relação aos outros nossos diferentes eus, convoco o dizer de Lacan (1986) que, ao definir uma ligação simbólica, ratifica que socialmente é por meio da lei que nós nos definimos, e também pela troca de símbolos que nos situamos uns em relação aos outros nossos diferentes eus:

“... você é você, Mannoni, e eu, Jacques Lacan, e estamos numa certa relação simbólica, que é complexa, segundo os diferentes planos em que nos colocamos, segundo estejamos juntos nesta sala, juntos em viagem. É a relação simbólica que define a posição sujeito como aquele que vê. É a palavra, a função simbólica que define o maior ou menor grau de perfeição, de completude, de aproximação, do imaginário (...) O ideal

do eu comanda o jogo de relações de que depende toda a relação a outrem. E dessa relação a outrem depende o caráter mais ou menos satisfatório da estruturação imaginária. (p.164)

Para Lacan (op. cit.:96), o que estrutura toda a vida de fantasia é a aventura original através da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo, dimensão essencial do humano. Ao discorrer sobre a idealização do eu através do jogo de imagens, Lacan afirma, com base em Freud, que a coincidência da imagem com o objeto real a reforça, lhe dá corpo, encarnação, desencadeando com isso comportamentos que guiarão o sujeito para o seu objeto, através da imagem.

Relaciono esse processo de idealização ao que ocorre com a interpretação daqueles que deste estudo participam, pois os mesmos, ao imaginarem a transparência da língua e conseqüentemente da escrita, crêm e identificam, como tenho dito, aquilo que para eles é uma escrita feminina ou masculina. Eis, portanto, o corpo encarnado do que se cristaliza enquanto escrita de uma mulher ou de um homem. Mas como se dá tal identificação?

É através da identificação com os sentidos presentes no discurso que ocorre o funcionamento do imaginário, uma antecipação, que se instaura como um meio de o sujeito relacionar-se com a realidade. Considerando, em AD, que as formações imaginárias estão ligadas às formações ideológicas e que a relação do sujeito com a realidade se dá via simbólico, linguagem, temos, a partir do jogo de imagens, as representações construídas pelos sujeitos.

Isso significa que a constituição do imaginário se dá na materialização dos processos histórico-sociais no discurso, através do sujeito, que mediado por esse imaginário irá, então, construir sua identidade. E, referindo o *corpus* deste estudo, acredito somar-se à construção da identificação daqueles sujeitos a identidade da escrita do outro. Logo, estabelece-se o movimento de produzir sentidos, os quais ganham visibilidade através do *espelho*, (escrita), cuja imagem refletida faz crer que é

possível aprisioná-los (os sentidos) e é nessa tentativa de aprisionamento de uma escrita feminina e de uma escrita masculina que essa suposta relação entre gênero/escrita se legitima enquanto imaginário social.

É importante lembrar que ao termo imaginário junta-se a noção de formações imaginárias elaborada por Pêcheux (1997), e é através delas que os lugares são representados nos processos discursivos de A em relação a B, conforme ilustrarei na Parte IV deste trabalho. Com base no que precede, a identidade pode ser entendida enquanto construção simbólica e imaginária, pois ela é da ordem da constituição tanto do sujeito quanto do discurso. Por conseguinte, manifestam-se na formulação do dizer movimentos identificatórios entre o eu e o outro, os quais resultam de ações subjetivas inconscientes do sujeito.

Inclusas, nessa construção imaginária, estão tanto a escrita quanto a leitura, pois, conforme afirma Orlandi (1988:101), não é só quem escreve que produz sentido, mas também aquele que lê; tudo isso envolve as condições de produção, cuja especificidade está em serem determinadas sócio-historicamente. “Quando lemos estamos produzindo sentidos, reproduzindo-os ou transformando-os”.

Na relação do sujeito com a FD que o domina, com as formações ideológicas que se cruzam no espaço simbólico, através do interdiscurso, as marcas que o sujeito deixa em seu discurso carregam inevitavelmente o social, o ideológico e o histórico da posição ocupada por esse sujeito no mundo. Relembrando o princípio básico de que, em AD, não há discurso sem sujeito, tampouco sujeito sem ideologia, pode-se entender o movimento oscilante do sujeito no espaço discursivo, pois o mesmo oscila entre sua incompletude e o seu desejo de ser completo. É justamente isso que promove o dinamismo nessa relação entre identidade e alteridade.

Com base nessa reflexão teórica, tenho afirmado ser questionável pensar numa identidade de gênero para a escrita, porque entendo a escrita como um **mosaico de discursos**, por isso reitero a hipótese de que não há como pensá-la a

partir de uma lógica dual da exclusão. É preciso, pois, considerarmos a possibilidade da mescla, onde a dualidade masculino e feminino se fundem e se confundem na trama da tecelagem discursiva, constituindo, assim, um mosaico, cuja aparência de haver um gênero determinado para a escrita, atuará inevitavelmente como um efeito ideológico, o qual produz a ilusão de haver sentidos transparentes, assim como a ilusão de haver uma escrita cristalina, suficientemente capaz de refletir, sem deixar dúvidas, o sexo de quem a produziu.

Eu diria que a escrita carrega sim a marca de quem a produziu e a reproduziu, mas trata-se de uma “marca” discursiva de um sujeito também discursivo que se constitui, enquanto sujeito, no estreito vínculo com o sentido e com o ideológico. Conforme tenho enfatizado, há uma identificação do sujeito com os saberes de uma determinada formação discursiva em que seu discurso se inscreve e de onde ele retira os sentidos, os quais para ele parecem ser evidentes, mas não são. Portanto, se há uma dimensão imaginária que permeia o olhar dos leitores sobre o discurso que lêem, penso que as análises me permitirão demonstrar que a lógica do **ou** pode também significar inclusão, logo, talvez possamos confirmar que a escrita pode ser isso e também aquilo, já que sujeito e sentido movem-se, supostamente livres, nesse **mosaico de discursos** em que se constitui a escrita.

Avançando nessa incursão pela noção de identidade, convoco Orlandi (2002) para quem as diferenças se organizam significativamente com base na unidade e no movimento de identidade, visto que o sujeito se desloca em diferentes posições. Logo, há uma articulação entre unidade e dispersão que é feita como um percurso na história, com suas determinações e seus deslocamentos. Assim, a identidade é entendida como: “um movimento na história, porque todo processo de significação é uma mexida (deslize) na rede de filiações (na relação entre formações discursivas, no conjunto da memória) de tal modo que o sujeito se produz ao mesmo tempo como repetição e deslocamento”. (p. 207)

Com base no que precede, o processo de identificação consiste na configuração do sujeito juntamente com o sentido e ambos resultam de filiações em redes de diferentes FDs. É, pois, no jogo entre a língua e a história que, ao produzirmos sentidos, produzimo-nos enquanto sujeitos. Afirmar a autora:

“Identificamo-nos com certas idéias, com certos assuntos, com certas afirmações porque temos a sensação do que elas “batem” com algo que temos em nós. Ora, este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram-se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de sujeitos relativas às formações discursivas, em face das quais os sentidos fazem sentido (...).” (op.cit.: 206)

Essa afirmação traz significativas implicações, pois mobiliza as noções teóricas a partir da noção de discurso em sua relação com a língua, com a FD, enfim, com a ideologia e o que isso representa para o quadro teórico da Análise de Discurso. Nessa perspectiva, trago aqui as três modalidades referentes às tomadas de posições do sujeito, mencionadas por Pêcheux (1975), a saber:

1. a superposição do sujeito do discurso com o sujeito universal, remetendo à identificação plena do sujeito com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito. Trata-se do retorno ao mesmo, o que caracterizaria o discurso do bom sujeito;
2. a tomada de posição do sujeito que se contrapõe ao sujeito universal, à forma-sujeito. Temos então o discurso do mau sujeito caracterizado pelo distanciamento, pela contestação, revolta, dúvida, questionamento em relação à forma-sujeito. Eis uma contra-identificação decorrente desse distanciamento do sujeito do saber que o domina. Decorre disso a instauração da diferença e da contradição no âmbito da FD e no da constituição da forma-sujeito.

3. A terceira modalidade é apresentada por Pêcheux, caracterizando uma outra forma de desidentificação do sujeito com uma FD e sua forma-sujeito, para deslocar-se para uma outra FD e sua respectiva forma-sujeito.

Em seu estudo sobre a fragmentação do sujeito em AD, Indursky (2000) contempla essas modalidades referidas por Pêcheux. Nesse sentido, a unicidade e a homogeneidade do sujeito ficam fortemente relativizadas, uma vez que abre espaço para o trabalho na e sobre a forma-sujeito com a qual o sujeito do discurso se relaciona pelo viés da FD que o afeta. Desse modo, não é possível conceber a forma-sujeito como bloco homogêneo, uniforme, tal como a 1ª modalidade concebe. A plena identificação com a forma-sujeito perde espaço e a forma-sujeito abre espaço para a contra-identificação, tomada de posições não-coincidentes, discordantes. Dessa concepção teórica advém uma possibilidade de se pensar numa Formação Discursiva que comporta em seu interior a diferença e a desigualdade de saberes.

Ao retomar Pêcheux, quando este se refere à noção de ideologia pensada a partir de características específicas como a diferença e a divisão, ou seja, concebendo-a como heterogênea, não idêntica a si mesma, essa autora questiona o fato de que se a ideologia não é idêntica a si mesma, o que dizer da FD que representa um recorte discursivo da ideologia? A resposta para essa pergunta, o próprio Pêcheux (1981) nos dá remetendo ao fato de que a FD é constitutivamente freqüentada por seu outro.

Então, se a ideologia e a FD podem ser pensadas em sua heterogeneidade, acredito que uma atribuição de gênero à escrita a condenaria a um “cárcere” da língua e do sentido e isso em AD seria inviável, já que heterogênea é a língua, cuja materialidade traz consigo uma densidade e opacidade semântica capaz de atuar num contínuo, por onde os sentidos deslizam e escapam daquilo que tenta

aprisioná-los. Eis que a univocidade se despedaça, oportunizando que a pluralidade e a diferença se mostrem na opacidade da escrita, enfim, do discurso.

As reflexões de Courtine (1982) contribuem para afirmar que a forma-sujeito abriga a diferença e a ambigüidade, visto que a FD pode ser, segundo ele, pensada como dois ou mais discursos. Também Courtine (1981) fala das diferentes posições de sujeito que a interpelação lhe faculta. Com base nisso, Indursky aponta a possibilidade de pensarmos numa forma-sujeito que se fragmenta entre as diferentes posições de sujeito: “Claro está que não se trata mais de uma forma-sujeito dotada de unicidade; estamos diante de um conjunto de sujeito, que evidencia diferentes formas de se relacionar com a ideologia, e é esse elenco de posições-sujeito que vai dar conta da forma-sujeito (...)” (Indursky, 2000:76).

Assim, uma forma-sujeito concebida desse modo (dividida) remete à concepção teórica de um sujeito que se fragmenta em diferentes posições que sua interpelação ideológica permite, abrindo espaço não só para saberes de natureza semelhante, para o homogêneo, o parafrástico, mas também cede lugar para sentidos diferentes, contraditórios, para o polissêmico.

Disso advém a FD heterogênea em seus saberes. Portanto, FD e sujeito são heterogêneos e, nessa perspectiva, isso decorre do fato de a forma-sujeito mostrar-se fragmentada em virtude da dispersão das posições de sujeito em que a forma-sujeito se divide. Nesse sentido, é a forma-sujeito que continua organizando o saber da formação discursiva, ou seja, determinando o que permanece fora de suas fronteiras.

Essa noção teórica é aqui convocada, por vezes retomada, porque ela manifestar-se-á nas análises, considerando que se há uma inscrição do sujeito-autor-leitor numa formação ideológica, ele se inscreve em determinada posição de sujeito para ser sujeito do seu dizer. Isso significa, como vimos, que as palavras, expressões, proposições vão receber seu sentido da FD na qual são produzidas, ou seja, seu dizer é determinado segundo aquilo que pode e deve ser dito e também

daquilo que não se quer dizer. Segundo Pêcheux, isso pode ser aplicado ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido.

Reitero que a FD representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito; nela o *sujeito adquire identidade* e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros. Portanto, minha incursão para se pensar no tema deste estudo se dá pela análise justamente da FD presente nos discursos que analisarei, pois, por meio dessa categoria discursiva é que o sujeito vai buscar para o discurso do outro uma identidade para a escrita, especificando-a como sendo masculina ou feminina.

Entendo que a identidade construída para caracterizar o que vem a ser o feminino e o masculino tem por base algo que ultrapassa a língua, pois tal crença identitária se constitui num conjunto de saberes/dizeres produzido e reproduzido em sociedade, cuja historicização ao mesmo tempo em que é repetição também produz deslocamento, havendo aí o espaço para a variação, o equívoco, o sentido outro advindo de possíveis interpretações. Isso é o que terei oportunidade de ilustrar através do uso de termos específicos empregados em alguns dos discursos que aqui analisarei.

Dito de outro modo, há um espaço no processo da identificação que nos permite compreender porque, discursivamente, a identidade não é pensada como algo categórico e fixo, pois, como vimos, se o sujeito pressupõe sempre a unidade, ainda que essa seja imaginária, também há a dispersão e isso está relacionado à multiplicidade de sentidos, aqueles possíveis, em cujo cenário discursivo parece não adiantar instituí-los, aprisioná-los, visto que eles se movem, oscilam assim como as posições do sujeito o fazem.

Com base nessas reflexões, suponho que haverá dificuldade em impor um gênero à escrita, já que pensar no jogo de imagens acionado, dos sujeitos entre si e dos lugares por eles ocupados na formação social e dos discursos já-ditos, acionados pela memória do dizer, pressupõe uma dinâmica discursiva capaz de

deslocar identidades. Isso ocorre porque, por e através do discurso, o sujeito pode se movimentar nos mecanismos de subjetivação que o afetam, podendo, inclusive, produzir deslocamento de seu dizer, que inscrito na memória produz sentidos outros, os quais carecem de uma garantia de estabilidade, sobretudo porque na dimensão simbólica o sentido divide-se em diferentes direções que a história determina.

Ingressemos, agora, no terreno da materialidade do discurso, propriamente dito, embora nele já estejamos há muito.

2.5 A SINTAXE DO DISCURSO

Na perspectiva discursiva, para analisar o funcionamento dos processos discursivos e a produção de sentidos, pressupõe-se a língua concebida em sua condição de materialidade do discurso. Conforme nos aponta Orlandi (1995:182), é pela materialidade que podemos intervir na ilusão de transparência (efeito de literalidade) pensando, então, a língua como um sistema, não de formas abstratas, mas material, ou seja, espaço de manifestação das relações de força e de sentidos que refletem confrontos de natureza ideológica. Isso vai ao encontro do que Pêcheux (1988) diz quando afirma que o discursivo só pode ser concebido como um processo social, cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade lingüística.

Já na perspectiva da Lingüística, a língua concebida como um sistema autônomo e absoluto se distancia da noção de língua da AD, pois, para esta, a língua está ligada à história, ao sujeito, é base material do discurso, é não-estável, não-homogênea, não-fechada, enfim, é um conjunto de regras que admite a falha como espaço de jogo. Dito de outro modo, a língua representa o lugar de ancoragem do discurso, é uma forma material afetada pela historicidade e,

enquanto ordem significante, ela tem um funcionamento ideológico, seu sistema sintático atua como ponto de materialização e formulação que articula base lingüística e processo discursivo.

É fundamental compreender o deslocamento da dicotomia língua/fala (Saussure) para língua/discurso (Pêcheux), pois o discurso é ideologicamente marcado, submetido à história, tem suas normas, inscreve-se em formações e se reporta a instituições com suas coerções. Sua regularidade e previsibilidade são parte da história do(s) sujeito(s) e do próprio discurso(s).

Sob a ótica discursiva, a língua afetada pelo real²⁸ vai permitir operar com um conceito de língua que reconhece o equívoco como fato estrutural constitutivo e implicado na ordem do simbólico. Ao se adotar uma concepção de língua em que tudo deve ser o mais determinado possível, como nas teorias de Saussure (1974) e Chomsky (1957), não haverá pontos de fuga, já que os sentidos se apresentam “domesticados”, sob controle.

Para a teoria do discurso, a sintaxe não se coloca como um domínio neutro de regras formais, uma vez que só pela língua não se consegue dar conta de um domínio do sentido. Ela não importa como organização, mas como ordem, e isso norteia este estudo para buscar compreender a crença daqueles que deste estudo participam, ao pensarem que, pela transparência da língua, pode-se revelar o gênero da escrita.

Enquanto afetada pela exterioridade, a sintaxe tem relação com a ordem da língua e, por meio dessa ordem, ocorre a inscrição na exterioridade. Cabe enfatizar que há uma passagem da organização para a ordem da língua e o sintoma dessa passagem é o impossível inscrito na própria língua, que está exposta ao equívoco e à falta que lhe são constitutivos.

²⁸ Embora eu já tenha mencionado o termo real na primeira parte deste trabalho, vale lembrar que esse termo veio da Psicanálise, trazido por Lacan, e foi desenvolvido na lingüística, sobretudo por Milner (1987), numa tentativa de nomear aquilo que escapa à univocidade inerente a qualquer nomeação, apontando para o registro que, em toda língua, a consagra ao equívoco.

Portanto, é preciso considerar a existência do possível e do impossível na língua, já que, segundo Gadet e Pêcheux (1981), o gramatical não cessa de negociar com o não-gramatical. Mobilizando diferentes planos da língua, na teoria do discurso, a sintaxe é pensada enquanto sistema que admite furos, medeia forma e sentido. Não há língua sem sintaxe e isso nos permite dizer que todo evento, todo acontecimento vai se organizar pela língua e essa historicidade que se manifesta pela língua é o discurso.

Ao analisar as relações entre sintaxe e discurso do ponto de vista da AD, Marandin (1997) é crítico frente ao modelo gerativo que concebe a sintaxe como única instância de articulação entre a forma e o sentido. A proposta desse autor (apoiada em Milner) é substituir o modelo unitário de Chomsky por outro, onde a mediação seja apreendida em diferentes planos: morfológico, lexical, sintático, semântico, discursivo. Assim, a função da sintaxe seria decisiva na construção de um observatório dos discursos, permitindo uma análise e manipulação sintática dos enunciados.

Essa concepção de sintaxe leva em conta os seguintes conceitos: dispositivo de língua, propriedade de língua e observatório. Enfim, para Marandin, o dispositivo faz ver o processo de produção dos sentidos. Com base nessa concepção, a estrutura da língua não é somente um lugar de forma que contém suas próprias leis e tem como unidade o signo. Ela manifesta o acontecimento e é justamente a sintaxe, enquanto ferramenta, que dá acesso ao acontecimento discursivo, ela é o ponto de materialização, formulação, enfim, é o lugar privilegiado como observatório do discurso, de onde se penetra nos limites fugidios e nas bordas da língua, antes, deixadas à margem por diferentes teorias lingüísticas, como em Saussure e Chomsky.

No dizer de Milner (1987:28), o fato de se tomar o signo como unidade de estudo da lingüística é o que proporcionou o afastamento do lingüista de seu verdadeiro objeto - a língua - e, como podemos ver, a relação do lingüista com a

sua própria língua é estruturalmente desdobrada. Ele está sempre em condições de imaginar um significante que preencheria a falta da língua e a faria toda, digamos, uma palavra-mestra.

Ao referir-se à produção da língua, Milner propõe pensar a Lingüística afetada pela possibilidade da psicanálise. Ele lança a seguinte questão: - O que é a língua? Para falar sobre língua, o autor traz o termo *alíngua*, ou seja, o que faz com que exista língua e inconsciente, havendo o impossível de dizer e o de não dizer de certa maneira. Portanto, falar de língua e de partição é colocar que tudo não se pode dizer; o puro conceito de língua é aquele de um não-todo marcando a *alíngua*; a língua é o que suporta a *alíngua* enquanto ela é não-toda. Então, “a língua suporta o real da alíngua”.

Considerando que a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique, conseqüentemente, o efeito desse apagamento é a transparência e a evidência do sentido. Talvez essa noção nos ajude a compreender que tanto Chomsky quanto Saussure, enquanto sujeitos do seu discurso, estavam sob um efeito ideológico. Isso discursivamente justificaria aquela busca pela completude e homogeneidade como marcas na formulação de seus modelos teóricos.

De acordo com o estudo de Ferreira (2000), na perspectiva discursiva, a língua é uma estrutura afetada pela equívocidade e nessa estrutura não existe centro, margens e bordas, pois tudo faz parte da língua. Há um não-todo contido na língua, o seu impossível, o não-sistematizado, enfim o real, e o modo de acesso a ele se dá pela língua, através da sua materialidade.

Os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, ao trabalho da razão e da lógica sobre a linguagem. É neste espaço que se localizam os “furos” e as “faltas” que são estruturantes e próprios à ordem da língua. É o lugar enfim da incompletude da linguagem, onde tudo e tanto acontece... (op. cit.:24)

Em AD, o fato de a história se inscrever na língua e isso lhe dar sentido faz com que o trabalho do analista seja justamente o de explicitação dos efeitos de sentido através do seu gesto de interpretação. Tal gesto se caracteriza como modo singular do sujeito com a língua na produção de sentidos - sentidos estes que escapam pelos vãos, pelos furos que constituem *a rede denominada sintaxe*, uma rede que vai além do agrupamento de palavras ou de um sistema de regras. Ela se ancora na organização da língua com o diferencial de ser uma organização atravessada pela ordem da língua. Assim, podemos dizer que a sintaxe está no eixo sintagmático, que corresponde ao intradiscurso (nível da formulação), mas a busca da relação de sentidos se dá no nível interdiscursivo.

Para que a sintaxe possa ser afetada pelo discurso é preciso que ela seja *porosa*, daí a relação metafórica com aquela rede que comporta os furos. É fundamental compreendermos que a sintaxe pressupõe uma organização, mas não compõe um lugar de estabilização e homogeneidade. Ela parte da organização da língua e vai além, toca na ordem da língua, em sua exterioridade e historicidade que são constitutivas. Comparada a uma rede, em cuja trama há também o lugar para a falta, para a deriva dos sentidos, não podemos esquecer que a sintaxe é acionada por um sujeito capaz de criar, modificar essa língua inquieta e incompleta assim como ele, enquanto sujeito do “seu” discurso.

Buscando compreender a concepção saussureana de língua, e ao mesmo tempo procurando mostrar que os sentidos que circundam um fato lingüístico são deslizantes, façamos uma breve comparação da noção de língua com o evento promovido pela corrida de São Silvestre.

O interessante nessa corrida, mundialmente conhecida, é observarmos que a maioria daqueles que dela participa o faz pelo simples prazer de participar. Já para outros, atletas profissionais, interessa a vitória, chegar ao pódio. Destaco aqui a figura do pódio, como metáfora, para refletirmos sobre a língua.

Nessa disputa, o pódio representa o símbolo maior, materializa a vitória daqueles que lá chegaram, e exclui, deixa de fora milhares de outros participantes. Ao 1º colocado, há um lugar específico reservado no pódio, e este só o vencedor pode ocupar. Nem 2º nem 3º lugar, nada se compara à apoteose da posição do *1º lugar*. Contudo, para a grande maioria dos participantes dessa corrida interessa a *travessia*, o desafio. Ocupar o *1º lugar* não é uma busca obstinada.

Com base nisso, podemos refletir sobre a noção de língua idealizada, perfeita, pura, que exclui tudo o que fica à margem. Como vimos, essa língua ocupa um lugar privilegiado na concepção saussureana, assim como o lugar ocupado no pódio pelo vencedor. Já na concepção discursiva, a língua é afetada pela falta, pela falha que lhe é constitutiva. E se há possibilidade da falha na língua é porque é afetada pela equívocidade, pelo seu real, que contribui para a entrada da língua no discurso.

Retomando a figura do pódio e pensando a língua nessa concepção discursiva, ela não ocupa o lugar de exclusão, mas aquele da *travessia*, lugar do sentido e do não-sentido, lugar da subversão. E o lugar – ou um dos – de vislumbrar e acessar essa subversão é a sintaxe. Nela se materializam os processos discursivos, e é por ela também que eles podem ser reconstituídos. Porém, é preciso lembrar que para se visualizarem tais processos é necessário situar-se em relação à historicidade que afeta a língua.

Não há como dissociar língua e sintaxe, já que ela é o ponto de materialização, formulação, enfim, o lugar privilegiado como observatório do discurso. Vale lembrarmos que, nesse caso, o lugar é privilegiado, mas não é o mesmo do pódio, autônomo, central, mas é um lugar ocupado por uma sintaxe que enquanto sistema admite furos e onde o proibido e o impossível têm espaço.

É isso que pretendo mostrar através da teoria e da prática analítica desse trabalho, enfatizando a língua olhada através dessa sintaxe, entendida como rede que comporta furos. Como se pôde observar, no âmbito da teoria discursiva, houve

um deslocamento da organização para a ordem da língua, considerando a opacidade como inerente à língua enquanto *sistema sintático intrinsecamente capaz de jogo*. Isso é o que possibilita a interface sintaxe e discurso, cuja densidade histórico semântica será considerada no *corpus* aqui selecionado para análise.

PARTE III

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Já sabemos que em AD se trabalha com a materialidade histórica da linguagem, pois, ao se falar em texto, a historicidade é convocada enquanto acontecimento do texto como discurso. Ou seja, o trabalho dos sentidos nele. Assim, o texto em AD é tomado como discurso, em cuja materialidade se inscreve a relação com a exterioridade. Tal materialidade histórica do simbólico, então, é acionada referindo o texto à discursividade e conseqüentemente ele funciona como unidade de análise, unidade de sentido em relação à situação.

Não sendo definido por sua extensão, o texto é concebido discursivamente como uma unidade de sentido em determinada situação, independentemente de sua extensão. A exemplo disso, Orlandi (1999) cita o fato de uma letra **O** escrita em uma porta, ao lado de outra porta com a letra **A**, poder indicar respectivamente os banheiros masculino e feminino. Tal indicativo é considerado um texto, pois constitui uma unidade de sentido naquela situação.

Na nossa memória, esse exemplo aciona o fato de que, em nossa sociedade, em nossa história, a distinção masculino/feminino é significativa e é praticada socialmente inclusive para distinguir lugares próprios, impróprios... Nessa concepção, esse **O** tem seu sentido, sua historicidade e resulta em um trabalho de

interpretação. Para ilustrar isso, trago a cena do filme de Marcelo Masagão²⁹ que retrata a imagem de um espaço público (mictório), onde não havia as placas designativas dos lugares especificamente marcados para o masculino e o feminino. Em consequência disso, um casal, que por ali passava, resolve parar diante do banheiro, mas ficam pensativos por alguns instantes, a decidirem em qual dos dois banheiros entrar, já que não havia indicação alguma.

Talvez estivessem a pensar que se entrassem no banheiro “errado”, certamente, isso lhes causaria algum tipo de constrangimento. A resistência daquele casal, diante da dúvida sobre qual seria o lugar destinado ao homem e à mulher, ilustra algo que está arraigado na nossa cultura. Assim, tiveram que fazer sua escolha e correr o “risco” de acertar ou errar, ao optar entre o *isso ou aquilo*. É nesse sentido que a lógica dessa dualidade se manifesta, a lógica do senso comum, marcadamente presente no convívio social.

Ao analista de discurso, interessa saber como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. Sintetizando o que nos enfatiza Orlandi (op. cit.) sobre a heterogeneidade do texto, destaco:

| |
|---|
| O texto é heterogêneo quanto: |
| ↳ à natureza dos diferentes materiais simbólicos ↔ imagem, som, grafia; |
| ↳ à natureza das linguagens ↔ oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição; |
| ↳ às posições do sujeito nele assumidas. |

Tais diferenças podem ser consideradas a partir das formações discursivas que o atravessam e nele (texto) se organizam em função de uma FD dominante. É nesse sentido que se pode entender o discurso como uma dispersão de textos e o

²⁹ O referido filme é um documentário, cujo tema é a questão da diferença entre homens e mulheres da pequena cidade de Cunha, localizada na divisa dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Participam desse documentário várias pessoas às quais é dada a oportunidade de manifestarem suas opiniões acerca das diferenças entre os sexos.

texto, uma dispersão do sujeito. Apontadas essas especificidades do texto e do discurso, busco justificar minha proposta de estudo que encontra nessa distinção entre texto e discurso um ponto de partida fundante principalmente pelo fato de em AD, segundo Pêcheux & Fuchs (1997), a materialidade da ideologia não se identificar de modo algum com a materialidade discursiva, na medida em que esta última é um elemento particular da ideologia.

O sujeito moderno -capitalista- é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade (...). O que parece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso à sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Orlandi (2001:104)

Essas considerações reforçam minha hipótese de que há uma necessidade de o sujeito/indivíduo trazer para si a responsabilidade daquilo que produz na escrita, não só a responsabilidade mas a origem e com isso marcar sua singularidade de modo a não deixar margem para se duvidar de que tenha sido ele, sujeito/indivíduo, a fonte de sua produção. Logo, tem-se a crença de que isso foi escrito por mim, é de minha autoria, portanto, enquanto indivíduo, homem ou mulher, a marca tem de estar lá, para desfazer possíveis confusões.

Contudo, esses sujeitos se esquecem de que na própria língua se instaura a confusão, pois há nela o atravessamento por diferentes formações discursivas, por diferentes posições de sujeito, em sua relação desigual e contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia. Conforme tenho dito, isso caracteriza a materialidade lingüística como sendo constitutivamente heterogênea.

Enfim, para os sujeitos empíricos, quanto mais certezas, menos possibilidade de falhas; e vale lembrar que não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, mas na estrutura mesma pela qual o sujeito e o sentido funcionam. Estes se manifestam no interdiscurso, lugar onde o sujeito se relaciona com a história e a

ideologia, podendo identificar-se com determinados saberes e se desidentificar com outros. É assim que o sujeito inscreverá seu dizer numa formação discursiva específica. Estas são noções discursivas que atuarão juntamente com as condições de produção do discurso a ser analisado, cuja constituição mobilizará efeitos de sentido múltiplos.

Com base nessas considerações, afirmo que, se não é em X que está a ideologia, mas no mecanismo (imaginário) de produzir X, sendo X um objeto simbólico, conforme aponta Orlandi (1995), para mim, **não é no gênero (masculino/feminino) que está a ideologia, mas no mecanismo imaginário de produzir essa dualidade.** Acredito que, na escrita, esse mecanismo pode ser interpretado, pois produz seus efeitos de sentido.

3.1 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

O *corpus* a ser analisado constitui-se de cartas de leitores, textos de opinião - extraídos de jornais gaúchos - e inclui também os textos daqueles que participam desta pesquisa. Sobre tais modalidades de texto, posso dizer, a princípio, que um caracteriza-se como um espaço de denúncia, confronto do político/social, reivindicação, desabafo, exercício da cidadania (carta do leitor). O texto de opinião, assinado por uma psicóloga, e os textos (comentários), além dessas características mencionadas, vão abordar diferentes questões, sendo que esses últimos emitem comentários dos participantes acerca do que lhes fora perguntado sobre quem havia escrito o texto, um homem ou uma mulher.

Tais textos constituem-se na manifestação de um processo discursivo que pode ser pensado em suas condições sócio-históricas, e produz efeitos de sentidos próprios a determinadas condições políticas e ideológicas. Desse modo,

caracterizam-se como um espaço material concreto e funcionam como um sítio de significação que demanda gestos particulares de interpretação do sujeito-leitor-autor e também do analista.

Através da organização da língua, vamos buscando um acesso à ordem do discurso na constituição dos efeitos de sentidos, por acreditar que é nos bastidores da encenação dos sujeitos e dos sentidos que as FDs funcionam, configurando as relações com o interdiscurso. Assim sendo, discursivamente percorrerei a materialidade léxico-sintática, a fim de investigar como, no espaço do *corpus* aqui selecionado, configura-se a voz do leitor-autor, apontando de que modo o sujeito relaciona-se com o social, o imaginário e o ideológico.

Homens e mulheres sendo seres simbólicos e históricos textualizam pela maneira como se deslocam no espaço de “seus” textos, inscrevem-se, produzindo “seus” sentidos. Então, estariam esses sujeitos leitores-autores “fora do lugar” num espaço socialmente marcado e significante? Quando me refiro a “fora do lugar”, penso no lugar instituído pelo imaginário social para homens e mulheres e, em decorrência, nas posições de sujeito por eles ocupadas nesse espaço discursivo destinado ao leitor-autor.

Retomo aqui o fato de o deslocamento da função-leitor-autor dar-nos indicações sobre a forma-sujeito histórica que é a da nossa contemporaneidade. Tal deslocamento constitui-se no ponto de partida para acionar minha investigação, ou seja, como mencionei, o assujeitamento do sujeito ao simbólico pela ideologia não apaga a possibilidade de *deslocamento* do mesmo aos modos pelos quais o Estado o individualiza. Enquanto sujeito-leitor-autor submetido/individualizado pelas coerções político/sociais, significa que ele pode filiar-se a uma ou outra formação discursiva e dentre tais formações incluo a masculina e a feminina. Ou pode até mesmo ocupar diferentes posições-sujeito dentro de uma FD específica. Sendo assim, penso que este estudo me possibilitará analisar exatamente isso. Então, eis

um terreno propício para se refletir sobre gênero, escrita, autoria e sobre tudo mais que esse estudo possa me levar a descobrir.

Considerando as questões que norteiam essa relação entre gênero e escrita, destaco:

1. Que posições de sujeito se apresentam no espaço discursivo dos textos que constituem o *corpus* desta pesquisa? É possível encontrarmos, nos discursos dos autores dos textos a serem analisados, movimentos de identificação, contraposição, contra-identificação com determinada FD que induzam o leitor a relacioná-la a uma escrita masculina ou feminina?
2. Dizer que o lugar discursivo pressupõe um lugar social sustentaria a atribuição de um gênero à escrita? Isso se refletiria exclusivamente na materialidade léxico-sintática de tal modo que nos possibilitaria apontar, sem qualquer dúvida, as marcas que asseguram o gênero específico de determinada escrita?
3. Que marcas (des)legitimam este ou aquele gênero para os referidos leitores, nos textos analisados? De que modo a tomada de posição do sujeito-leitor-autor quanto à dualidade de gênero singulariza/determina a questão da escrita?
4. Ligada às formações imaginárias a noção de gênero seria pensada na ordem do inconsciente coletivo, vozes do anonimato que são retomadas e trazidas para o discurso do sujeito-leitor. Como se dá esse funcionamento no *corpus* a ser analisado?
5. Acreditando estar no indivíduo o lugar de origem da escrita, não estaria aí a relação do gênero com uma escrita pensada -pelos participantes- pura e simplesmente, no estreito vínculo com o indivíduo empírico? O reenvio da função autor para vários eus, várias posições sujeitos deslocaria completamente o foco do gênero relacionado ao indivíduo empírico?

6. Afinal, como poderíamos especificar o funcionamento do gênero pelo viés do discurso? Será que no critério da lógica exclusiva para atribuir um gênero à escrita haveria uma brecha para se contemplar a ordem da inclusão? Desfeito o par dual, a escrita mostrar-se-á enquanto um espaço acolhedor da multiplicidade de posições-sujeito e sentidos possíveis?

Esse seria o ponto de partida para compreendermos que efeitos de sentido são produzidos na materialidade do discurso, a partir das possíveis marcas de gênero mobilizadas e interpretadas pelo sujeito-leitor-autor no *corpus* desta pesquisa. Vale mencionar que fizeram parte desta pesquisa de campo homens e mulheres das mais diversas idades, profissões, classe social e escolaridade. Parte da coleta foi feita na FURG³⁰ e na escola estadual Lemos Junior (Rio Grande). A outra parte foi realizada com diversas pessoas em diferentes locais, pois tive que contar com a boa vontade daqueles³¹ que dispunham de tempo para colaborar com a pesquisa.

Houve, durante a coleta do material que constitui o *corpus* discursivo, grande interesse demonstrado por essas pessoas quanto ao tema de minha investigação; isso talvez tenha despertado nelas a curiosidade e conseqüentemente se dispuseram a contribuir para questões relacionadas com a produção escrita, ainda que deixassem de vez em quando escapar a queixa de que **é muito difícil escrever**. Dificuldades à parte, os participantes lançaram-se à tarefa de identificarem o gênero da escrita de quem havia produzido os textos entregues a eles, e, antecipadamente, ocultei a assinatura dos textos.

Logo, queriam saber se haviam “acertado” quem era o autor “verdadeiro”, já que a eles entreguei uma folha na qual eles tinham que assinalar dentro dos parênteses (F0) para a escrita feminina e (M) para a escrita masculina e justificar suas

³⁰ Trata-se da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, onde pude contar com a participação de vários alunos, pertencentes a diferentes cursos: Oceanografia, Letras, Biblioteconomia e as Engenharias.

³¹ Pude contar com a participação de meus vizinhos, além de muitos amigos dos meus filhos e de várias outras pessoas que prontamente colaboraram.

respostas, para cada um dos cinco textos a serem analisados. Através disso, pude perceber que a lógica do *isso ou aquilo* se manifestava não só através da dualidade masculino/feminino, mas também por meio da logicidade do *certo ou errado*. Ocorreu que quem havia *acertado* chegava a comemorar e aquele que havia *errado* imediatamente se justificava dizendo que pela escrita isso ficava muito complicado de analisar. Desse modo, percebi que estava diante de um tema polêmico, porém instigante; talvez por ter adentrado em terreno tão movediço, tal como o discurso tem se apresentado, um constante desafio para quem pretende analisá-lo. Portanto:

Compreender o discurso, e sua passagem a texto, é saber lidar com o acaso e as condições de produção. Variança. Não há ponto fixo, móvel, que possa servir de apoio ao analista sem que ele perca, com isso, a capacidade de lidar com limites apenas delineados, movimentos do dizer dos sujeitos, movência dos sentidos (...) (Orlandi, 2001:213)

3.2 SOBRE O *CORPUS* E O ANALISTA

No jogo sinuoso que o analista se instala para observar o movimento de interpretação, nessas margens de incertezas, da indecisão dos sentidos e dos sujeitos que produzem múltiplas e variadas formulações, abre-se o espaço para observar a relação do sujeito com a linguagem, e, no caso específico deste estudo, do sujeito com a linguagem, com a escrita e a dualidade excludente de gênero.

Ao analista cabe o trabalho de “escuta”, de contemplação do movimento de interpretação inscrita em seu material simbólico, considerando a opacidade da linguagem e não sua transparência. Contudo, sua posição não é neutra, já que é sempre afetado pela interpretação. Com base em seu dispositivo, o analista produzirá um deslocamento que lhe permitirá analisar as fronteiras das diferentes Formações Discursivas e suas relações. Conforme mencionei, a materialidade textual traz em si um efeito-leitor, produzido, entre outros, pelos gestos de

interpretação, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória do sujeito que lê.

Nessa perspectiva, a textualidade é feita desses gestos que se encontram articulados e ligados a pontos de subjetivação e de formulação. Considerando essa especificidade da materialidade simbólica, o analista busca distinguir que gestos de interpretação constituem os sentidos, os sujeitos e suas posições num determinado discurso. Portanto, lembrando o dizer de Orlandi, como não há língua sem interpretação, ao interpretar, ancoramos na textualidade.

Acredito que, se uma das maneiras de se compreender a interpretação é observar a relação do sujeito-autor com a textualização do discurso, tenho um terreno propício para analisar o discurso nos textos selecionados para esta pesquisa. Neles, observarei os mecanismos de produção dos sentidos inscritos nos textos produzidos por sujeitos-leitores-autores, a fim de trabalhar a historicidade neles presente, sua relação com a dualidade de gênero, ou seja, o modo como a exterioridade (sujeito/história) se apresenta nesse espaço discursivo.

Ressalto que não é no texto em si que estão (como conteúdos) as múltiplas possibilidades de sua leitura, mas no espaço constituído pela relação do discurso e o texto, um entremeio, onde jogam os diferentes gestos de interpretação. Não se trata, portanto, de marcas visíveis só na língua; são relações estabelecidas a partir de uma articulação material fundamental, a do texto com o discurso.

Disso podemos entender que um discurso é constituído por outros textos e não um único, ele convoca textos já existentes. No caso desta pesquisa, isso é relevante apontar, pois considerarei os lugares estabelecidos para o sujeito (homem/mulher) no imaginário social e a partir disso examinarei as relações desses lugares estabelecidos com as posições sujeito assumidas pelo leitor-autor ao produzir seu texto.

Sintetizando o que até aqui afirmei:

- a AD considera a linguagem como prática e a vê como mediação necessária entre o homem e sua realidade natural e /ou social;
- é na articulação do lingüístico com o sócio histórico e o ideológico que a AD coloca a linguagem na relação com os modos de produção social;
- entre os diferentes modos de produção social, há um modo específico que é o simbólico e as práticas simbólicas que significam, produzindo o social;
- a materialidade do simbólico é o discurso - entendido enquanto efeito produzido pela inscrição da língua na história, regida pelo mecanismo ideológico.

Considerando que o discurso presente no *corpus* desta tese foi produzido em certas condições, isso me permitirá observar a produção de efeitos de sentidos que têm determinada direção referente à posição do sujeito, não só leitor, como também autor. Tal direção será observada através da análise das posições-sujeito assumidas e das FDs com as quais os sujeitos desta pesquisa se identificam.

Ao falar em autor, estou entendendo tal noção como uma função-sujeito que representa (imaginariamente) a unidade do texto em sua progressão e fim, tendo na origem um autor que é seu responsável (imaginário). Este mesmo autor ocupa um lugar discursivo que está relacionado com seu lugar social. Assim, meu olhar direcionar-se-á para o discurso produzido pelos participantes deste estudo enquanto textualização de discursividades e estas não estão limitadas à superfície textual, já que se movem na relação do real da língua e da história deixando seus vestígios, indícios de seus modos de significar.

Sabemos que a cultura brasileira fixa limites de fronteiras para a dualidade de gênero. Ou seja, há uma tradição cultural dominante que sustenta a idéia de lugares estabelecidos/legitimados para homens e mulheres. Então, pensar a escrita relacionada a essa dualidade excludente me instiga, pois acredito na possibilidade de

um estudo sobre tal assunto, acionando o dispositivo teórico da AD, especificamente no que se refere à relação sujeito/indivíduo; sujeito/discurso; gênero/escrita.

Diante do *corpus* selecionado, observo que aquele que escreve para o jornal enquanto leitor, a partir da circulação do jornal, passa a ocupar o lugar de autor, havendo com isso uma oscilação de lugares. Oscilam autor, leitor e também a leitura que nos revela, nos provoca, e conseqüentemente os múltiplos efeitos de sentido vão dando uma afirmação para o sentido, e este vai se instituindo ao longo da produção da leitura e da escrita.

Desse modo, posso compreender que o interdiscurso vai “acolhendo”³²o sentido e os efeitos de sentido vão se formando pelas Formações discursivas. Enquanto analistas, cabe recolocarmos o sentido no sistema emergente do enunciado, cuja organização dele não depende, mas a ordem sim, entendida enquanto contrapartida histórica semântica densa da organização; daí a importância da sintaxe na mediação entre forma e sentido.

Vale lembrar que os sujeitos participantes desta pesquisa sendo determinados por uma exterioridade, que os constitui enquanto sujeitos do seu discurso, recuperam dizeres do interdiscurso, a memória do dizer, a memória do que vem a ser feminino ou ser masculino. Retomo aqui a noção de fronteira, para pensar sobre essa dualidade referida. Na realidade, acredito haver uma fronteira entre masculino/feminino estabelecida na sociedade brasileira, mas a questão que se coloca é saber se tal fronteira ao mesmo tempo em que promove a separação (através de papéis estabelecidos/legitimados para um e outro gênero) também nos mostra uma aproximação, talvez até aponte para além da proximidade e contemple a oscilação e a multiplicidade inerente a todo dizer.

Em relação à escrita, estaríamos diante de discursos que apontam para um movimento paradoxal, contraditório, em que tal dualidade se mostra numa

³² Essa é uma expressão, que considero bastante produtiva, empregada por Dornelles durante uma reunião de grupo de estudo dos orientandos da professora Maria Cristina L. Ferreira, na UFRGS.

intrincada trama em que dentro e fora se misturam? Será que a lógica do ou/ou abrirá espaço para se pensar na possibilidade do isso **e também** aquilo, quando se trata de pensar discursivamente o funcionamento do gênero relacionado à escrita? Continuemos aprofundando essa reflexão e cercando o objeto de análise.

No caso deste estudo, o *corpus* selecionado coloca-me diante de sujeitos que ocupam lugares aparentemente distintos, quais sejam: a profissão/condição social referida (professor, estudante, dona de casa, escritor, aposentado, funcionário público, sexóloga...), lugar de leitor e de autor. Acrescento aqui o lugar social estabelecido para o homem e para mulher.

Provavelmente, as análises apontarão para relações de forças, de sentidos, de antecipação, sob o modo de funcionamento das formações imaginárias sobre as posições do sujeito mobilizadas no discurso dos participantes desta pesquisa. Assim, pelo mecanismo de antecipação, em relação à dualidade de gênero presente em nossa sociedade, diferentes gestos de interpretação dos sentidos poderão ser acionados. Isso permitirá refletir sobre as relações sociais que estão inscritas na nossa história, na história dos sujeitos brasileiros.

Analisar como podemos referir esse imaginário que condiciona o sujeito em suas discursividades, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, é importante. Isso tem me mobilizado e impulsionado a investigar a relação do gênero com a escrita, a qual, a princípio, está atrelada à assinatura de um sujeito autor, com sua profissão, sua opinião, seus protestos, que se vale de um espaço discursivo para falar, expor, argumentar sobre determinado assunto ocorrido na sua cidade, no seu Estado, no seu país.

É dessa maneira que as condições de produção de um discurso vão implicar o que é material e o que é institucional e o mecanismo imaginário de quem produz esse discurso. Esse *corpus* constituir-se-á, via sintaxe, num lugar de observatório para se visualizar o mecanismo de produção/projeção das imagens dos sujeitos, bem como do discurso do sujeito-leitor-autor, considerando sua inserção numa

conjuntura sócio-histórica na qual também se inscreve a dualidade masculino/feminino.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A CAMINHO DAS ANÁLISES

Tenho afirmado, com base em Courtine (1982), que a ligação entre língua/discurso nos remete à questão da materialidade discursiva, a qual consiste em uma relação determinada entre língua e ideologia. Desse modo, o discurso materializa o contato entre ideológico e o lingüístico, no sentido de que ele representa no interior da língua os efeitos de contradições ideológicas e, inversamente, ele manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia.

Na perspectiva desta pesquisa, o discurso será pensado em sua especificidade, evitando reduzi-lo à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre ideologia como representação, conforme nos alerta Courtine (op. cit). Trata-se de ter, ao mesmo tempo, a análise lingüística, que fornece a descrição e a técnica de manipulação das seqüências discursivas, e a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso. Entendo que tais proposições teóricas devem conduzir a procedimentos estabelecidos, que venham a realizar a adaptação instrumental, sob a forma de um dispositivo em um campo metodológico.

Com base nessas considerações, a AD trabalha um objeto inscrito na relação da língua e da história, possuindo um quadro teórico importante que coloca de um lado o conceito de formação discursiva, e de outro a distinção entre processo discursivo e base lingüística. Assim, através da análise dos processos discursivos, posso chegar aos efeitos de sentido no discurso; e a língua, pensada como uma

instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido.

Esses efeitos apontam o fato de que sujeito e sentido se constituem mutuamente por um processo ideológico que tem como fundamento o texto, tomado enquanto uma unidade de análise, só que entendida a partir da sua relação com a historicidade. Soma-se a isso também a relação com as formações discursivas, as formações imaginárias, o lugar social, as posições-sujeito, enfim, as projeções da ideologia no discurso o que acarreta sobretudo a produção de múltiplas direções de sentido. Estas podem ser interpretadas para além das marcas formais, pois o que interessa ao analista é o modo como elas estão no texto, como elas se “encarnam” no discurso, conforme nos afirma Orlandi (1999). Daí o interesse do analista pela forma material que lhe permite chegar às propriedades discursivas.

Considerando que é a partir dos procedimentos de análise que os princípios metodológicos vão sendo produzidos, num movimento contínuo entre a teoria e a própria análise, em AD, não se pressupõe a existência de um modelo pronto, mas de um modelo que se constrói, na medida em que o *corpus* vai sendo analisado. Dessa relação existente entre língua e discurso, advém o estabelecimento dos critérios metodológicos que irão orientar as análises das seqüências do campo discursivo desta pesquisa. Essas seqüências discursivas serão extraídas de alguns textos: cartas de leitores, textos de opinião que constituem o espaço discursivo delimitado pelas condições de produção.

Na análise discursiva, levarei em conta não só a noção de texto enquanto unidade de análise, mas, também, enquanto unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua realização. Não é uma unidade de análise não-formal, mas aquela, cujo processo de significação se relaciona com o ideológico; daí considerá-lo como lugar mais adequado para se observar o fenômeno da linguagem. Como vimos, o texto pode ter qualquer extensão, podendo ser desde uma simples

palavra até um conjunto de frases. Na verdade, o que o define não é sua extensão, mas o fato de que ele é uma unidade de significação relacionada a uma determinada situação.

Essa questão metodológica diz respeito ao fato de que para AD não existe um modelo que se aplique automaticamente a todo e qualquer discurso. A definição da metodologia a ser usada na análise de um discurso específico parte, a princípio, da delimitação de um *corpus* discursivo, que tem como ponto de partida um universal discursivo (conjunto potencial de discursos), para então estabelecer um campo discursivo de referência.

A coleta de dados para constituição do *corpus* irá, posteriormente, conduzir o analista do discurso ao campo discursivo de referência, que representa o espaço discursivo, a partir do qual será feita a identificação das seqüências discursivas, na qualidade de objeto específico de análise. Tais seqüências Courtine (1981) define como “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase”; e ainda acrescenta que a natureza e a forma dos materiais são variáveis.

Desse modo, ao selecionar as seqüências discursivas, de acordo com os objetivos desta pesquisa, elas serão submetidas ao recorte discursivo que funcionará como elemento organizador de tais seqüências. Nesse sentido, a noção de recorte é considerada como uma unidade discursiva, um fragmento indissociável da linguagem e da situação, e essa noção de recorte estabelece a diferença do ato do lingüista, que se ocupa da segmentação de frases, do ato do analista de discurso que recorta textos. Isso implica uma noção de texto que compreende significação e efeitos de sentidos.

No caso do *corpus* desta tese, a análise se estende aos enunciados presentes nas cartas de leitores e nos textos produzidos pelos participantes desta pesquisa, portanto, a noção de recorte se manifesta na própria delimitação de um espaço discursivo específico, que se constitui em textos (assinados por seus autores), em cuja temática estão presentes os mais diversos assuntos. Aqui é essencial lembrar

que, por sua natureza intervalar, o texto não é considerado como uma unidade completa, uma vez que esta não é feita pela soma de interlocutores, tampouco pela soma de frases.

A incompletude do texto se dá porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade e, dessa forma, o texto não pode ser tomado como objeto fechado em si mesmo, mas como constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala. Seu caráter inacabado, enquanto objeto teórico, se dá por sua relação com outros textos e com a situação. Para Orlandi (1999), enquanto objeto empírico (superfície lingüística), o texto pode ser um objeto acabado (um produto), uma totalidade com começo, meio e fim, mas para a AD cabe lhe devolver sua incompletude, ou seja, a análise do discurso reinstala, no domínio dos limites do texto, enquanto objeto empírico, as suas condições de produção. É assim que estou considerando a noção de texto.

Tal noção, entendida como processo de significação e lugar de sentidos, é de extrema importância, visto que isso se coloca como fundamental para a operacionalidade dos conceitos a serem posteriormente mobilizados nas análises. Desse modo, através dessa noção, com esta proposta, instalo-me no domínio da significação como multiplicidade, efeito de sentidos e não como linearidade informativa. Enfim, se entendo que a interpretação se mostra discursivamente como necessidade da relação da língua com a história, ideologicamente constituída, e se o sujeito é sujeito à interpretação e sujeito da interpretação, o *corpus* aqui selecionado parece promissor e instigante nesse sentido.

Ainda, a propósito da idéia que se tem de texto, eis um modo original de concebê-lo: “O texto é, fundamentalmente, um ser profano e sagrado ao mesmo tempo. Pois em algum momento na história humana freqüentou esses templos das palavras, do verbo. E criado esse texto por mulheres e homens, seres da criação, faz ele parte dessas peregrinações reais e míticas (...)”. (Nélida Piñon:1997)

Antes de passar às análises propriamente ditas, apresento, abaixo, um quadro ilustrativo do critério organizador das mesmas, as quais dividirei em blocos.

BLOCO A

⇒ Texto-fonte I: *Homens e mulheres podem ser amigos?*

Autora: Lúcia Pesca

Análise do texto-fonte

⇒ Movimento de leitura do texto-fonte I

Análise dos textos dos participantes da pesquisa

BLOCO B

⇒ Texto-fonte II: *Matança de animais*

Autora: Sandra M. Lanziotti

Análise do texto-fonte

⇒ Movimento de leitura do texto-fonte II

Análise dos textos dos participantes da pesquisa

**BLOCO C**

⇒ Texto-fonte III: *Matança de animais*

Autor: Filipe M. Britto

Análise do texto-fonte III

⇒ Movimento de leitura do texto-fonte III

Análise dos textos dos participantes da pesquisa

BLOCO D

⇒ Texto-fonte IV: *Homossexualismo*

Autora: Tânia M. Hoefel

Análise do texto-fonte IV

⇒ Movimento do texto-fonte IV

Análise dos textos dos participantes da pesquisa

**BLOCO E**

⇒ Texto-fonte V: *Homossexualidade*

Autor: Leandro Bortoli

Análise do texto-fonte V

⇒ Movimento do texto-fonte V

Análise dos textos dos participantes da pesquisa

PARTE IV

O GESTO DE INTERPRETAÇÃO: SOMBRAS E LUZES

Nessa seção, trarei as análises dos textos que constituem o *corpus* discursivo selecionado. Como procedimento analítico, denominarei de texto-fonte aquele que foi apresentado aos participantes desta pesquisa, para eles analisarem. Dessa forma, acredito estar orientando nosso leitor quando aqui fizer referência aos textos produzidos pelos próprios participantes³³, a partir da leitura do texto-fonte.

De ambos os textos, dos participantes e dos autores das cartas, procurei selecionar as seqüências discursivas de referência (Sds), buscando investigar que posições-sujeito e formações discursivas são mobilizadas nesse discurso e de que modo elas se apresentam e se relacionam com o tema deste estudo.

No decorrer das análises, retomarei e discutirei as noções teóricas anteriormente apresentadas, a fim de refletir a relação gênero e escrita pelo viés discursivo. Para cada análise feita de um texto-fonte, seguirá também uma análise dos textos produzidos pelos participantes desta pesquisa. Assim, dividirei as análises em blocos, sendo que cada bloco constará de um texto-fonte analisado, seguido dos textos produzidos a partir dele, os quais também terão seu funcionamento discursivo demonstrado.

³³ Esclareço que denomino tais participantes de sujeitos-leitores-autores, por considerar os lugares que os mesmos ocupam, de leitores do texto-fonte eles passam a autores, assumindo assim posições-sujeito nos seus discursos. Vale lembrar que não desconsidero que o mesmo ocorre com os sujeitos-autores do texto-fonte, porém optei por designá-los como sujeitos-autores, já que, na delimitação do *corpus discursivo*, não incluí o texto que estes tomaram por base para produzirem sua leitura.

BLOCO A

4.1 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TEXTO-FONTE I

O texto-fonte intitulado *Homens e mulheres podem ser amigos?* é assinado pela sexóloga Lúcia Pesca e foi veiculado pela Zero Hora - jornal gaúcho da cidade de Porto Alegre - em 06/10/2002, no caderno Donna, numa seção destinada a tratar de assuntos, que contemplam as mais variadas temáticas: moda, beleza, sexo, comportamento, entre outras. A referida seção traz depoimentos daqueles que passaram por experiências relacionadas à temática em destaque, a amizade entre homens e mulheres, além de orientações de algum profissional específico da área.

Abaixo, seguem as seqüências que selecionei para análise:

Sd1: “A amizade entre homem e mulher existe e oferece **vantagens que um caso de amor não consegue**”.

Sd2: “uma das vantagens é um poder contar ao **outro** detalhes de como funciona o **seu sexo** para ajudá-lo a lidar e/ou conquistar o ser amado”.

Sd3: “Generalizando: as mulheres disputam beleza, e os homens, desempenho.”

Sd4: “**Não pode haver** interesse sexual entre eles”.

Sd5: “Mas uma pergunta **ecoa**: existe atração além de tanta amizade?”

Sd6: No momento em que houver vida sexual, esta relação trinca e passa para outro estágio”.

Sd7: “Ter uma companhia **do sexo oposto** para sair à noite também atrai mais. Afinal, os **outros não vão saber** se são amigos ou namorados, e isso transmite **segurança**.”

SD8: “qual comportamento feminino é considerado galinha ou agressivo...”

Esse texto tem seu início marcado pela apresentação de dois tipos de relacionamento: *amizade X caso de amor*. Tomemos, como exemplo, a primeira seqüência discursiva:

Sd1: “A amizade entre homem e mulher existe e oferece **vantagens que um caso de amor não consegue”.**

Destaco nesta seqüência o termo **vantagens**, cuja estrutura léxico-sintática apresenta-se do seguinte modo: a) **vantagens** aparece como um núcleo substantivo que funciona como complemento verbal do verbo oferecer; b) o “**que**”, pronome relativo, introduz a oração relativa que restringe o tipo de núcleo a que se refere.

Observo que (a) e (b) relacionam-se pelo uso do pronome relativo, o qual introduz uma oração subordinada adjetiva **que um caso de amor não consegue**, e limita a extensão do conceito expresso pelo sintagma nominal (SN) que a oração modifica, **vantagens**.

Essa oração restritiva tem um funcionamento designativo, pois, ao limitar a extensão do significado de seu antecedente (*vantagens*), a localização do mesmo é estabelecida e ele passa a ser determinado. Assim, não se trata de quaisquer *vantagens*, mas de *vantagens que um caso de amor não consegue oferecer*.

Sobre o funcionamento da determinação, Indursky (1997:177) enfoca dois tipos, a determinação lingüística e a discursiva, sendo que a primeira opera através de determinantes lingüísticos que saturam o nome, dando a este uma referência atual que o qualifica a ocupar uma posição lexicalmente identificada com um lugar referencial e a exercer funções semânticas e sintáticas no enunciado.

Para a autora, essa é uma determinação que seria insuficiente para saturar o nome e habilitá-lo a ocupar um lugar em uma seqüência discursiva. Isso ocorre

porque a concepção de determinação discursiva consiste em um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e *ideológicos*.

Com base nessa reflexão teórica, entendo que a determinação discursiva funciona com elementos capazes de saturar o nome (substantivo), constituindo-se num determinante discursivo, promovendo a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da seqüência discursiva. A exemplo disso, temos os adjetivos, os sintagmas preposicionados e também as *orações adjetivas*.

No caso da seqüência, que estou a analisar, vejo a presença de uma determinação discursiva, representada por meio de uma oração adjetiva restritiva, a qual satura discursivamente o substantivo **vantagens**. Decorre daí a identificação do dito com a posição-sujeito afetada por uma FD específica e assumida nessa Sd.

Sobre o efeito discursivo ligado ao encaixe sintático, que se constitui na remissão a uma construção anterior, exterior e independente em oposição ao que é construído pelo enunciado, temos o surgimento do pré-construído, daquilo que irrompe num elemento do outro. É o que ocorre com a oração relativa restritiva presente no nível intradiscursivo da introdução do texto de Lúcia Pesca, que, além de promover a articulação entre sentido, sintaxe e ideologia, aponta para uma posição-sujeito afetada por uma FD específica. Mais adiante, retomarei a questão referente à posição.

Destaco que o lugar de construção do pré-construído é o interdiscurso, onde uma construção anterior, exterior, independente, se opõe àquela construída no nível da formulação, o intradiscorso. Como afirma Marandin (1997), essa noção de pré-construído só pode ser pensada a partir de uma teoria que considere o funcionamento da linguagem numa formação social. Desse modo, analista poderá compreender, em seu objeto de estudo, o que cada um sabe e simultaneamente o que cada um pode ver, em determinada situação.

É justamente isso que estou fazendo, ao passar da organização à ordem, ou melhor, da forma empírica à forma lingüístico-histórica. Então, ao operar essa

passagem, o pré-construído contribui para a construção do sentido presente no discurso desse sujeito-autor, que pretende capturá-lo no plano da organização de seu texto, mas o sentido produz seus efeitos, re-significando a partir da ordem da língua e da ordem da história, que juntas constituem a ordem do discurso em análise.

Isso só é possível observar, ao recorrermos à categoria da memória discursiva, a qual nos permite acionar a conjuntura histórico-social, colocando em movimento enunciados pré-construídos, ou seja, as formulações enunciadas anteriormente; é essa categoria de análise que possibilita a reconstituição dos enunciados que não podem ou não devem ser ditos no discurso.

A presença do pré-construído, nesta análise, ocorre via negação, cujo funcionamento evidencia a presença do discurso-outro, no interior desse discurso. Assim, o discurso-outro, ou seja, o discurso da afirmação de que **o caso de amor consegue oferecer vantagens** vai se contrapor ao discurso da autora em (Sd1). Desse modo, percebo que essa modalidade negativa, de acordo com Indursky (1997), transforma o discurso do outro em seu contrário e como tal o incorpora como não-dito. No discurso de Lúcia Pesca, o que deve ser dito está centrado nas vantagens de uma amizade entre sexos opostos e não nas vantagens de um caso de amor, visto que este último, a princípio, parece ser refutado.

As construções presentes, no discurso em análise, são oriundas do interdiscurso, e o sujeito-autor que é interpelado ideologicamente produz seu discurso a partir de uma posição-sujeito afetada por uma Formação Discursiva, embora esse mesmo sujeito acredite ser de sua livre vontade as escolhas lingüísticas presentes na materialidade de seu discurso, que ilusoriamente por ele são controladas.

Vejamos o quadro contrastivo:

AMIZADE

- 1- não tem disputa;
- 2- possibilita detalhamento de como funciona seu sexo;
- 3- ajuda na conquista do ser amado;
- 4- proporciona compartilhar diferentes pontos de vista sobre a intimidade.



CASO DE AMOR

- 1- falta de conexão direta;
- 2- falta de compreensão do outro sexo; só há um ponto de vista sobre intimidade (não compartilhado);
- 3- não sabe lidar com o outro;
- 4- desconhecimento do que o outro lado pensa de determinadas situações.

Ao apontar as vantagens da referida amizade, temos:

Sd2: “uma das vantagens é um poder contar ao **outro** detalhes de como funciona o **seu sexo** para ajudá-lo a lidar e/ou conquistar o ser amado”.

Decorre dessa afirmação uma outra que é o fato de a amizade servir como um guia de informações de como conquistar um parceiro, no entanto, é do **outro** que se fala. Afinal, de que **outro** fala a autora? Do homem ou da mulher? É possível observar que o uso do pronome possessivo **seu** determina o núcleo nominal **sexo**, mas aí estamos diante de uma duplicidade de sentidos, já que o referente para tais termos (**outro/seu**) pode tanto apontar para o homem quanto para a mulher. Manifesta-se, portanto, a presença da equivocidade discursiva que afeta este espaço, “aquilo que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da metáfora, do deslizamento, do lapso e do jogo de palavras, e do *duplo sentido dos efeitos discursivos*”. (Gadet & Pêcheux: 1981:51- grifo meu).

Contudo, considerando as condições de produção desse discurso, observo que é da mulher que se fala. Isso porque os saberes desse discurso inscrevem-se numa rede de formulações e o sujeito desse discurso produz um duplo movimento

de sentido. Ocorre que dessa rede de formulações emergem saberes que promovem um retorno do já-dito, ou seja, a **Sd2** caracterizada como uma formulação do sujeito, ao reenviar à memória³⁴ discursiva, faz com que os efeitos de sentido (aquele em que há uma referência feita à mulher, que ocupa no discurso de Lúcia Pesca o lugar do diferente que precisa ser compreendido), sejam re-significados.

A partir do nível intradiscursivo de onde parti, entendo que há um dizer que ressoa, trazendo ao leitor o efeito de sentido daquilo que é do seu conhecimento, do seu saber, pois, por trás dessa duplicidade de sentido dos termos **outro/seu**, resgata-se o que está em nosso imaginário, ou melhor, aquilo que em nosso imaginário vem a ser um homem e uma mulher e, sobretudo, quais os papéis e lugares a eles atribuídos. Esses saberes retornam e, através do efeito de memória, podemos dizer que o diferente é representado pela mulher, é ela quem carrega em si a marca diferença.

Basta atentarmos para as relações estabelecidas, no texto, entre **mulher/beleza; homem/desempenho** que referem características tipicamente atribuídas a um e ao outro sexo.

Sd3: “Generalizando: as mulheres disputam beleza, e os homens, desempenho”.

Com base nisso, considero que tais atribuições mencionadas no discurso em análise sempre estiveram presentes no dizer das pessoas, senão de todas, pelo menos no de sua maioria; é o senso-comum, o sempre já-lá de que falei, aquilo que faz emergir da organização à ordem do discurso um saber que permanece também na memória coletiva. Como foi visto na Parte I, segundo Halbwachs, a memória coletiva seria especificada por uma dimensão intersubjetiva e, sobretudo, grupal

³⁴ Lembro aqui a noção de memória, entendida com base em Pêcheux (1999), para quem a mesma refere-se a um tecido social, constituído de sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social, inscrita em práticas (...). Disso resulta o efeito de memória que, segundo Indursky (2001), é lacunar, possibilita que os sentidos deslizem, transformem-se e re-signifiquem.

entre mim e os outros. Tal memória coletiva “só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”.

É através dos efeitos do trabalho simbólico que podemos perceber a imagem que se tem do homem e da mulher representada, situada na organização da língua. Ao passarmos à ordem do discurso, o que nos possibilita a articulação das noções de história, ideologia, memória, interdiscurso, sendo tudo isso relacionado à materialidade lingüístico-histórica, podemos perceber a aparente oscilação entre o que se refere ao homem e à mulher.

Várias formulações de que dispomos no texto-fonte remetem ao imaginário brasileiro sobre essa questão. Dito de outro modo, tais seqüências discursivas vão no decorrer das análises, a partir do texto de Lúcia Pesca, sinalizando que os sentidos ali se inscrevem numa mesma Formação discursiva, ou seja, aquela que indica que há diferenças sociais circulando no campo das relações homem e mulher, principalmente quando se trata de comportamento, relacionamento entre ambos.

Retomando a análise, eu diria que, a princípio, nem se cogita um relacionamento que vá além da amizade:

Sd4: “**Não pode haver** interesse sexual entre eles”.

Ao negar, a autora recupera a afirmação, e temos com isso um embate de posições antagônicas: “**Pode haver** interesse sexual entre eles”.

Observo nesse dizer um conflito entre posições-sujeito, que estabelece uma fronteira entre os dois tipos de relacionamento, e isso vem na seqüência de uma questão levantada pela autora:

Sd5: “Mas uma pergunta *ecoar*: existe atração além de tanta amizade?”

Embora pareça que ao leitor é dada uma resposta a essa pergunta, façamos uma reflexão acerca do verbo **ecoar** nesta seqüência.

Um sentido possível que esse termo evoca é a permanência de algo que persiste através da repetição e, no caso do discurso da autora, sugere a (in)evitável atração entre homem e mulher. Contudo, faço dessa pergunta minha dúvida sobre o porquê de tal questionamento, ou seja, qual seria a razão de colocar em dúvida suas orientações enquanto autoridade no assunto (sexóloga), já que todo texto versa sobre o comportamento entre homem e mulher numa relação, descreve, ou melhor, traz considerações acerca das vantagens de uma amizade, afastando desta a “ameaça” que representaria um caso de amor?

Nesse sentido, a conjunção **mas**, numa primeira leitura, poderia nos levar a pensar que estaríamos diante de um enunciado dividido, aquele que no dizer de Courtine (1981) mostra a presença de dois enunciados distintos e antagônicos entre si; são discursos em confronto que convivem no mesmo enunciado e, assim pensando, teríamos supostamente os seguintes enunciados:

X *Na amizade existe atração.*

Y *Na amizade não existe atração.*

Contudo, em momento algum é negada a existência da atração num relacionamento de amizade, ao contrário, o que a sexóloga o tempo todo faz é fornecer ao leitor dicas de como proceder nesse tipo de relacionamento que pode sim passar para outro estágio, a saber, um caso de amor em que a vida sexual é “permitida/consentida”. Tal consentimento, por parte de uma autoridade no assunto, tem a pretensa intenção de estabelecer a fronteira (vida sexual) que separa esses dois tipos de relacionamento; porém, essa tentativa pode falhar, pois a linha que demarca essa zona fronteira parece tênue, fugaz. Com base nisso, percebo que não há aquela categoria de enunciado dividido, acima mencionada, já que a negação em Y não se sustenta, não nos orienta para a leitura de um enunciado antagônico.

Supostamente, a resposta àquela pergunta é dada por meio de uma negação, cujo intuito é interditar, **“Não pode haver”** (o verbo **poder** aqui se constitui numa marca discursiva). Tal seqüência é complementada com:

Sd6: No momento em que houver vida sexual, esta relação trinca e passa para outro estágio”.

Estabelecida uma relação de **causa = vida sexual**, temos apresentada uma **conseqüência = relação trincada**. Isso me leva a pensar que tal efeito numa amizade é negativo, pois provoca uma fenda, uma rachadura, que de algum modo irá comprometê-la. Esse comprometimento levaria a um outro estágio. Que estágio seria esse? Um caso de amor? Se a resposta for essa, estaríamos, então, diante de um sujeito que ocupa uma única posição em seu discurso?

Diante dessas questões, é preciso lembrar que temos um texto assinado por uma autora, Lúcia Pesca, que é sexóloga e mulher. Como tenho afirmado, é pelo mecanismo de antecipação que a produção de sentidos de um dizer pode ser antecipada pelo sujeito, de acordo com o lugar a partir do qual ele fala e é constituído como sujeito do seu discurso. Lembremos, por exemplo, que se um padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis, é porque nossa sociedade é constituída por relações de força, ou seja, hierarquizadas, pois se sustentam no poder desses diferentes lugares sociais. Tudo isso pode ser percebido via discurso, cujos mecanismos de funcionamento estão relacionados às formações imaginárias.

Assim, não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos, inscritos e descritos na sociedade, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. Na teoria do discurso, conforme afirmei, as regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação empírica para a posição discursiva estão na língua. Portanto, as posições do sujeito significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória do dizer, ao já-dito.

Discursivamente, isso me permite pensar que duas são as posições-sujeito mobilizadas e assumidas no texto de Lúcia Pesca. Entre as pistas que apontam tal análise estão as vantagens de uma amizade, que se resumem na obtenção de informações para conquista recíproca, já que estando envolvidos isso parece ser inviável. Além disso, são feitas duas menções para o termo atração, sendo que uma refere-se à atração física e a outra ao fato de a mulher sentir-se atraída pelo fato de os outros não saberem se, quando ela sai à noite com o sexo oposto, é namoro ou amizade:

Sd7: “Ter uma companhia do **sexo oposto** para sair à noite também atrai mais. Afinal, os **outros não vão saber** se são amigos ou namorados, e isso transmite **segurança.**”

Parafraseando tal discurso, teríamos a seqüência:

- (...) **os outros vão saber** se são amigos ou namorados, e isso transmite **insegurança.**

Afinal, por que seria (in)seguro? A mulher se sente (in)segura em relação ao que os outros vão dizer, ou seja, o desconhecimento das pessoas não causará algum tipo de comentário acerca da sua conduta. Na dúvida, dispensam-se os comentários e tem-se o domínio do jogo. Isso é o que o discurso da negação sugere, já que, conforme observei, temos aí a presença do discurso-outro, aquele cuja estrutura resgata o não-dito.

Desse modo, há um posicionamento avaliativo em relação ao que os outros pensam. Isso se confirma na obtenção da informação sobre **“qual comportamento feminino é considerado galinha ou agressivo...”(Sd8).**

Portanto, se há menção ao **sexo oposto**, esse modificador do núcleo nominal **sexo (Sd7)** sugere também uma duplicidade de sentidos, já que poderia tanto se referir ao homem quanto à mulher. Parece que o efeito de sentido produzido remete antes ao comportamento/conduta feminina, pois os modificadores sinalizam isso, confirmando a preocupação em apontar uma

avaliação no âmbito social, quando se trata do campo do comportamento e também do relacionamento entre duas pessoas de sexos **opostos**, afinal, o que os **outros** vão dizer?

Outra posição-sujeito também é acionada a partir do lugar de quem fala, ou seja, Lúcia Pesca ocupa o lugar de sexóloga, promovendo certo distanciamento pretendido em seu discurso, já que ela fala do outro, sem o uso da 1ª pessoa. Isso pode ser observado nos seguintes termos: **funciona seu sexo; campo dos relacionamentos**. A própria “interdição” presente no enunciado: **“Não pode haver interesse sexual...”** confere autoridade no alerta (preventivo) da profissional (sexóloga). Discursivamente, temos aí a passagem do lugar para a posição-sujeito ocupada no discurso.

Para falar sobre a FD assumida nesse discurso específico, retomo as reflexões de Courtine (1982) que contribuem para a afirmação de que a forma-sujeito abriga a diferença e a ambigüidade, visto que a FD pode ser pensada como dois ou mais discursos.

Conforme mencionei, no estudo de Indursky, há a possibilidade de pensarmos numa forma-sujeito que se fragmenta entre as diferentes posições de sujeito. Assim, uma forma-sujeito concebida desse modo (dividida) remete à concepção teórica de um sujeito que se fragmenta em diferentes posições que sua interpelação ideológica permite, abrindo espaço não só para saberes de natureza semelhante, para o homogêneo, o parafrástico, mas também cede lugar para sentidos diferentes, contraditórios, para o polissêmico.

Disso advém a FD heterogênea em seus saberes. Portanto, FD e sujeito são heterogêneos, e, nessa perspectiva, isso decorre do fato de a forma-sujeito mostrar-se fragmentada em virtude da dispersão das posições de sujeito em que a forma-sujeito se divide. Nesse sentido, é a forma-sujeito que continua organizando o saber da formação discursiva, ou seja, determinando o que permanece fora de suas fronteiras.

Retomando meu gesto analítico, constato, portanto, duas posições-sujeito dentro de uma mesma Formação Discursiva (FD), no entanto, tais posições são conflituosas. Nesse sentido, observo uma posição-sujeito que concebe o que se domina **caso de amor** como algo que não oferece vantagem, e decorre disso a interdição de uma possível vida sexual entre amigos. Contudo, a amizade - que seria um relacionamento mais vantajoso - parece servir como ponte para se aprender como conquistar um parceiro e até quem sabe ter o tão “desvantajoso” caso de amor. A equivocidade do termo **sexo** assim nos permite pensar.

A FD dominante com a qual o sujeito-autor(a) se identifica, nesse caso, é caracterizada por uma relação entre sexos opostos, cuja marca da diferença recai na mulher, havendo com isso a necessidade de se observar algumas regras, alguns comportamentos, dependendo do tipo de relacionamento existente entre ambos os sexos. Embora essa FD perpetue o imaginário do que vem a ser uma mulher, o fato de uma (pre)tensa interdição da vida sexual numa amizade, ou melhor, o fato de uma amizade (apresenta vantagens) tornar-se um caso de amor (apresenta desvantagens) não caracteriza uma mudança ou rompimento com essa FD referida.

Nesse sentido, observo que são duas as posições-sujeito mobilizadas nesse discurso, porém há uma só FD heterogênea, que acolhe em seu interior saberes distintos em relação ao modo de conceber um tipo de relacionamento entre homem e mulher (**amizade/caso de amor; vantagem/desvantagem; pode/não pode**). Tais saberes, assumidos por posições-sujeito também diversas na maneira de lidar com a ideologia e com a forma-sujeito, instauram num mesmo domínio de saber o espaço para que posições heterogêneas sejam parte de uma FD também marcada pela heterogeneidade.

Desse modo, entendo que se por um lado há divergência quanto ao fato de poder ou não haver vida sexual num relacionamento de amizade entre sexos opostos, já que isso estabeleceria uma fronteira entre o que vem a ser amizade e caso de amor, por outro, há um consenso de que a atração existe e isto não é

negado. O que há de comum é o fato de a marca da diferença recair sobre a mulher, daí a necessidade de se tentar compreendê-la, em seus diferentes aspectos e, principalmente, no campo do relacionamento, seja ele de sexo, amor ou de amizade.

Vale dizer que não estou a discutir se há ou não diferença entre homem e mulher. Minha análise aponta para o modo como no simbólico o imaginário ressoa, produzindo efeitos de sentido acerca do que está socialmente instituído de várias formas tanto para a mulher quanto para o homem.

A exemplo disso podemos constatar no quadro abaixo as diferentes designações para os termos homem e mulher, que ilustram o senso comum, e de certo modo relacionam-se com o tema deste estudo:

Homem da rua ⇔ homem do povo;
 homem público ⇔ indivíduo que ocupa um alto cargo no Estado;
 homem de sociedade ⇔ aquele que pertence ou freqüenta a alta sociedade;
 homem do povo ⇔ aquele que pertence às classes populares.



Mulher honesta ⇔ mulher casada, fiel ao marido;
 mulher à toa ⇔ meretriz;
 mulher dama ⇔ meretriz;
 mulher pública ⇔ prostituta, meretriz;
 mulher da vida ⇔ meretriz.

Toda essa referência lexical que apontei, é claro que de modo resumido, promovendo um recorte e conseqüentemente um gesto de interpretação na escolha

dos exemplos referidos, tem o objetivo de mostrar que várias são as formas de se encontrar propagada, através do simbólico (linguagem), a questão dos papéis e lugares socialmente instituídos. São tais saberes que resgatamos, retomamos, e que ressoam em nosso dizer, ou seja, o já-lá retorna e significa todo tempo e através do tempo.

Eis a presença do imaginário, que é representado pela memória discursiva, conhecimento do lugar de diferente destinado à mulher e também do seu papel em relação ao homem. Isso é algo que atravessa gerações através da história, basta lembrarmos o discurso bíblico, que referi lá na Parte I, e que está presente no interdiscurso enquanto memória do dizer: (...) teus desejos te impelirão para o teu marido e *tu estarás sob o seu domínio* (...)

Sei que a questão da diferença é tema em diversas áreas de estudo; reafirmo, porém, que o campo teórico desta pesquisa é constitutivamente outro. Meu objetivo é, pois, o de realizar uma reflexão sobre a questão do gênero, a qual passa pela produção de processos de identificação que constituem os sujeitos das práticas sociais (homem e mulher) e como se dá a elaboração simbólica desse tema, focalizando especificamente os discursos tanto de um autor quanto de uma autora. Se lancei mão daquelas referências lexicais, foi para mostrar que essa diferença passa por questões de comportamento, relacionamento entre ambos os sexos, e que isso está presente na materialidade da língua. Dito isso, voltemos à análise.

Se falta compreensão, se há um único ponto de vista sobre intimidades, se há disputa, isso seria da parte de quem? Encontramos a resposta no discurso da autora que, ao apontar tais desvantagens, vai referir-se à mulher e não ao homem.

Então, vejamos: *comportamento **feminino**, como uma **mulher** gosta de ser tocada*. Na referência ao homem, é o termo ***outro/ser amado*** que o substitui; somente na abertura do texto o termo homem é empregado:

- ficar ligado ao **outro**;
- poder contar um ao **outro**;
- saber o que o **outro lado** pensa.
- conquistar o **ser amado**.

Essa reformulação do dizer liga-se às posições-sujeito do discurso que se distanciam, contudo apontam uma mesma FD. Embora haja a reformulação do dizer na referência ao homem, a seqüência discursiva direciona-se para o comportamento da mulher em relação a ele.

Desse modo é que podemos compreender que as construções, em que as palavras ou os enunciados se combinam, mudam de sentido de acordo com as posições assumidas por quem as empregam, dentro de determinada FD. Esta, como aponte, caracteriza-se como o lugar onde se constituem sujeito e sentido, é o lugar de manifestação da materialidade ideológica.

Se, de acordo com o que diz Pêcheux (1988), uma seqüência discursiva só é dotada de sentido, ao pertencer necessariamente a uma Formação Discursiva, o emprego do termo *outro* não aponta para uma indefinição, antes, ele aponta para um sujeito que se identifica com a FD onde o sentido de *outro* resgata uma Formação Ideológica³⁵, materializada numa FD, que manifesta nesse discurso, portanto, o funcionamento da ideologia.

Assim, é pelo sentido que podemos observar como a ideologia funciona e retomando o que afirmei, na parte III deste trabalho, não é no gênero que está a ideologia, mas é no mecanismo imaginário de produzir socialmente papéis e lugares destinados ao homem e à mulher. Acredito que esse mecanismo pode ser interpretado, em minhas análises, pois produz efeitos de sentido que apontam a identificação com uma FD em que atua o imaginário do que vem a ser um homem

³⁵ De acordo com Courtine (1981), cada formação ideológica (FI) constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente com posições de classe em conflito umas em relação às outras.

e uma mulher, e tudo o que a eles se refere. Minha incursão por essa via interpretativa parte do fato de que a ordem da língua está necessariamente ligada à história, já que o sujeito está exposto aos efeitos do simbólico, sem os quais a organização da língua não teria sentido.

Ao pensarmos que o acesso à ordem do discurso se dá via ordem da língua juntamente com a ordem da história, podemos dizer que a organização da língua só fará sentido se relacionada à ordem do discurso. Ou seja, a prática discursiva se realiza/manifesta por meio da organização da língua que nos remete à ordem que inscreve seus efeitos na história. Isso é o que observo no texto de Lúcia Pesca, por meio da análise da materialidade lingüística de seu discurso. É desse modo que visualizo a articulação do simbólico, imaginário, da língua e da história.

Nesse sentido, a representação de limites entre relacionamentos, amizade e caso de amor, acaba caracterizando a heterogeneidade do sujeito e de seu discurso. Numa identificação plena com a FD dominante - aquela em que a mulher é considerada um ser complexo (um enigma a ser decifrado), portanto, o diferente - temos um discurso que reforça a posição da autora, evidenciando duas formas possíveis de o sujeito relacionar-se com uma mesma FD, como vimos no estudo³⁶ de Indursky (2000) sobre a fragmentação do sujeito.

Retomando, as duas posições-sujeito identificadas inscrevem-se nessa FD heterogênea, que se caracteriza com um dizer marcado pela diferença entre os sexos, diferença esta que interfere no relacionamento homem/mulher. Reafirmo com isso que há lugares destinados à mulher em nossa sociedade, portanto, decorre disso a preocupação com o tipo de comportamento, atitudes, pois de algum modo passarão por algum tipo de avaliação.

Esta parece ser a formação imaginária - resultante de processos discursivos anteriores - a partir da qual o sujeito-autor estabelece suas estratégias discursivas. Logo, o lugar de onde fala esse sujeito determina o jogo de imagens do sujeito com

³⁶ Cf. Parte III deste trabalho.

os lugares que homem e mulher ocupam na formação social. Tais formações imaginárias relacionam-se com essas imagens resultantes dos mecanismos de funcionamento discursivo.

Portanto, são as projeções resultantes dessa imagem que possibilitam a passagem das situações empíricas – os lugares do sujeito – para as posições dos sujeitos do discurso. Isso ocorre com a autora do texto analisado, Lúcia Pesca, que ocupa o lugar de sexóloga, de mulher e desses lugares se projeta para suas posições no discurso; posições estas que funcionam nesse discurso a partir da imagem que ela (mulher, sexóloga e autora) tem de um homem e de uma mulher. Decorre disso sua identificação com a FD que concebe a mulher como o diferente, portanto, o alerta preventivo, comportamental, parece direcionado às mulheres ao se relacionarem com o **sexo oposto**.

Percebo essa ocorrência, através da consideração das formações imaginárias, das antecipações, das projeções que atestam a passagem da situação empírica para a posição discursiva. É nesse sentido que podemos compreender que são as imagens que constituem as diferentes posições e, conseqüentemente, é nesse jogo imaginário que os efeitos de sentidos são produzidos.

Assim, considerando a relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma seqüência discursiva produzida por um sujeito enunciativo (Lúcia Pesca), a partir de um lugar inscrito dentro de uma relação de lugares (mulher, sexóloga e autora) no interior de uma FD (aquela que admite haver sim papéis e lugares instituídos para homens e mulheres, sendo estas marcadas pela diferença em diversos aspectos), destaco a necessidade de situar os processos através dos quais o sujeito-autor é interpelado-assujeitado em sujeito do seu discurso.

Sabemos que há uma função-autor assumida por Lúcia Pesca e deste lugar ela “gerencia” o efeito-texto, respondendo por sua coerência e conseqüentemente por sua circulação. Desse modo, temos um texto, cuja organização está sob o

“controle” de um sujeito que ocupa lugares discursivos constituídos histórica e culturalmente.

Veremos que, nos textos analisados, é justamente na ordem do discurso que há o espaço para se pensar em diferentes escritas (masculina e feminina) que é para mim um efeito do simbólico, do imaginário. Nessa análise, acionei e parti da organização da língua para se analisar o “limite” dessa fronteira oscilante entre masculino/feminino e sua relação com a escrita. É o que continuarei a investigar a partir das análises que seguem, na produção dos textos daqueles que participam desta pesquisa.

4.2 SOBRE OS TEXTOS PRODUZIDOS A PARTIR DO TEXTO-FONTE I

Apresentarei na seqüência, o funcionamento dos textos produzidos, a partir do texto-fonte “Homens e mulheres podem ser amigos?”. Para tanto, farei um recorte de seqüências discursivas (Sds) que selecionei e as agruparei de acordo com os recursos lingüísticos empregados: comparação, negação, referência à mulher e ao homem, para que eu possa proceder à análise do funcionamento discursivo do *corpus*.

Vale lembrar que dentre as produções analisadas, neste Bloco, apenas um participante concluiu que a escrita do texto-fonte era masculina, o restante, a maioria, “acertou”³⁷ que o texto fora produzido por uma mulher. Vejamos, então, em que se basearam tais leitores para fazerem sua escolha, opinando sobre o tema proposto.

³⁷ Interessante notar que tais leitores, entre eles, alunos, donas de casa, profissionais das mais diversas áreas, desempregados, homens e mulheres, demonstraram grande expectativa em saber a resposta **certa** quanto à **verdadeira** autoria dos textos apresentados. A motivação foi grande, e o interesse pelo tema desta pesquisa também.

4.2.1 O mo(vi)mento da leitura do texto-fonte I

Para falar em comparação, tomarei como ponto de partida o estudo de Mateus(1989), em que a autora aborda a questão das construções das orações comparativas. Na parte referente aos adjetivos graduáveis e ao grau positivo, encontramos dois exemplos de enunciados:

- 1) O teu filho é **inteligente**.
- 2) A casa de Maria é **alta**.

Tais frases, segundo essa autora, indicam que os adjetivos **inteligente** e **alta** exprimem relações de ordem e por isso são graduáveis. Tanto a altura quanto a inteligência estão num grau elevado, em relação a uma média, a uma norma, que é entendida do seguinte modo:

O valor desta média ou desta norma é relativo e depende de valores determinados social e culturalmente: em “um pinheiro grande”, “uma abelha grande”, o “número de mortos em Salvador foi grande”, o valor de grande considerado como norma para os três casos é variável e só contextualmente pode ser definido. (op. cit.:315)

Desse modo, os adjetivos graduáveis descrevem propriedades concebidas como tendo valores numa certa escala, e podem surgir em construções comparativas e consecutivas. Também os adjetivos valorativos, aqueles que exprimem um juízo apreciativo (positivo ou negativo) do locutor relativamente a um indivíduo, podem ser empregados em construções de comparação.

O grau comparativo apresenta três modalidades diferentes: o comparativo de superioridade (mais/que; mais/do que), de inferioridade (menos/que; menos/do que) e o de igualdade (tão/como). Geralmente, os termos que expressam gramaticalmente esse grau são *mais que/ mais do que*. No caso desta pesquisa, analisarei não só as seqüências discursivas que apresentam a comparação, através dessas modalidades específicas, mas também outras formas de comparação

ou mesmo as gradações dos adjetivos e dos advérbios que se apresentarem nas análises.

Segundo Mateus (op. cit.), do ponto de vista semântico, esses três graus podem ser reduzidos a dois:

- um grau que consiste na relação de ordem representada por “>” e “<”;
- um grau que consiste na relação de ordem representada por “=” e que é formalmente a intersecção das duas relações conversas “>” e “<”.

Assim, o grau comparativo é constituído pela conjugação dos advérbios *mais*, *menos*, *tão* e do complemento do adjunto (*que/do que* SN ou *como* SN).

Semanticamente, os superlativos relativos de superioridade ou de inferioridade estabelecem uma comparação e podem por isso considerar-se que derivam do comparativo: este compara a intensidade de uma qualidade atribuída a duas constantes, como por exemplo:

- a) O Luís é o mais inteligente dos filhos de Antônio.
- b) O Frederico é o menos inteligente dos filhos de Antônio.

O superlativo compara a intensidade de qualidade atribuída a uma constante (o Luís, o Frederico) e a uma variável universalmente quantificada pelo determinante (os filhos do Antonio); no superlativo, o padrão para a comparação é exatamente constituído pela variável.

Nas construções comparativas:

- a) O Luís é mais inteligente {que; do/que} o João.
- b) O Luís é menos inteligente {que; do/que} o Mário.

Compara-se o complemento do adjunto em (a) e (b) que é basicamente de natureza frásica, embora seja superficialmente elíptico. Enfim, de modo sintético, destaquei, até aqui, algumas das observações dessa autora, as quais irei considerar neste estudo.

Exponho, abaixo, as Sds a serem analisadas e, com base nelas, mobilizarei as noções teóricas até aqui apresentadas, quando no *corpus* selecionado houver essa possibilidade.

Sd9: “Na minha opinião, é um texto redigido por uma mulher, porque para um homem **é muito mais difícil** cultivar uma amizade de sexo oposto sem intenção de sexo (...) as mulheres gostam de disputar os seus ideais **bem mais que** os homens(...)”.³⁸

Sd10: “O texto escrito tem opiniões com características bem femininas. Logo no primeiro parágrafo a autora fala sobre as disputas entre o mesmo sexo. **Os homens não competem** eles se ajudam, são cúmplices, **as mulheres sim competem muito mais**. Quando fala sobre o comportamento feminino, eu acho o homem não estaria muito interessado no limite de postura que denuncia se a mulher é galinha ou não, **isso é uma preocupação de caráter bem feminino**, assim como a idéia de ter a companhia do sexo oposto pra sair, **a mulher se sente mais segura** em relação aos outros quando acompanhada, **o homem se sente preso”**.

SD11- “Quando ela fala “o ser amado”, uma visão poética, que **um homem não usaria em um texto como esse**, que me parece ser de alguma colunista, e **geralmente os colunistas (homens) utilizam expressões mais machistas(...)**”.

Sd12: “Pode-se afirmar que **a preocupação nas festas, parte da mulher**. **O homem não se preocupa se vai ficar sozinho ou acompanhado, na festa**, ele simplesmente sente a vontade de sair e vai. **Já a mulher, não**, ela precisa saber quem vai a festa, o horário marcado para se encontrarem, enfim **muitas burocracias”**.

Observo na **Sd9** que a autoria feminina atribuída ao texto apresenta uma justificativa a partir de um enunciado que produz um efeito comparativo. Abaixo, dividirei a referida Sd, em (a) e (b), para melhor analisá-la:

³⁸ Os trechos aqui selecionados serão transcritos exatamente como os participantes os produziram. Os grifos são meus.

- a) “... para um homem é ***muito mais difícil*** cultivar uma amizade de sexo oposto sem intenção de sexo...”.

Observo nessa seqüência o que Mira Mateus (op. cit.) identifica como grau Superlativo, o qual aponta para uma comparação. O que se compara nesse enunciado é a intensidade de uma característica atribuída a uma constante (o homem) e a uma variável universalmente quantificada, que não está explícita, mas que pode ser recuperada, ou seja, o fato de a mulher não pensar tanto em sexo. Assim, temos aí produzido um efeito de sentido que resgata o senso comum, um não-dito que ressoa: “Homem só pensa naquilo (em sexo)”.

Nesse caso, o fator dificuldade é intensificado pelos termos “**muito mais**” os quais remetem para a interpretação de que se para o homem é difícil levar adiante uma amizade sem pensar em sexo, para a mulher isso talvez ocorra de modo diferente, já que para esse leitor-autor parece ser próprio do campo feminino o *cultivo* (empenho, dedicação, cuidado) de um relacionamento com o sexo oposto, sem necessariamente envolver-se sexualmente. Se isso ocorresse, como vimos no texto-fonte de Lúcia Pesca, a relação de amizade trincaria e passaria para um outro estágio.

Avançando na análise, temos:

- b) “... as mulheres ***gostam de disputar*** seus ideais ***bem mais que*** os homens.”

O mesmo leitor-autor, nesse enunciado, vale-se de uma comparação em que o comparante e o termo comparado se apresentam no plano intradiscursivo através dos termos **bem mais que**, que intensificam e comparam o gosto de homens e mulheres pela disputa de seus ideais. Ao dizer que tal seqüência afirma a intensidade do gosto das mulheres pela disputa de seus ideais, entendo que tal gosto serve para reivindicar para as mulheres os valores ligados a esse querer ou preferência.

Convoco agora o estudo de VOGT (1989) intitulado: “*De magis a mas: uma hipótese semântica*”, em que o autor propõe uma explicação semântica sobre a principal conjunção adversativa (português: mas; francês: mais; italiano: ma) que deriva não do adversativo latino *sed*, mas do advérbio *magis*, que era um dos meios utilizados para formar o comparativo de superioridade³⁹.

Desse estudo, interessa-me a questão específica referente às construções comparativas e suas especificidades semânticas. Esse autor parte de uma máxima de Sêneca: “*agis Deum miseri quam beati colunt*” (Deus é mais venerado pelas pessoas infelizes do que pelas pessoas felizes), para explicitar a relação que pode haver entre a função de coordenação adversativa desempenhada por *magis* e seu emprego na comparação sob a forma *magis quam*. Ao analisar as diversas diferenças entre os períodos de subordinação, de coordenação, tem-se:

1)A *magis quam* B.

2)Não B, *magis* A.

Retomando o exemplo de Sêneca, observa-se que há duas realidades comparadas: a devoção das pessoas felizes e a das pessoas infelizes. Para o autor, num comparativo de superioridade, o segundo termo (aquele declarado inferior) é sempre, do ponto de vista semântico-pragmático, o objeto de uma negação.

Desse modo, o comparativo de superioridade implica uma atitude negativa relativamente ao termo comparante, a qual pode ser manifestada ou não por um morfema negativo. Nesse sentido, o termo comparante seria sempre negado no interior do comparativo de superioridade. Contudo, essa afirmação traz consigo uma objeção, visto que “quando eu digo que Pedro é mais inteligente que João, eu não digo que João não é inteligente. Assim, quando Sêneca diz que as pessoas infelizes são mais devotas que as felizes, ele não diz que estas não são devotas. Isso é o que distingue a estrutura comparativa (1) da (2): dizer não-B, *magis* A é dizer não-B; é, portanto, negar B.” (op. cit.:108)

³⁹ Para maiores detalhes deste estudo, conferir: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.

Com base nessas considerações, a negação é entendida como algo diferente daquilo que os lógicos denominam negação. Ou seja, para os lógicos, dado um predicado P e um sujeito S, não há senão duas possibilidades: ou bem P é verdadeiro de S, ou bem é falso de S. Negar P de S seria dizer que P é falso de S; afirmar isso seria dizer que P é verdadeiro de S.

Sobre a frase de Sêneca, o que o autor vai dizer é que ela tem a mesma orientação argumentativa, no que concerne às pessoas felizes, que frases como: *As pessoas felizes não são (muito) devotas. As pessoas felizes têm (muito) pouca devoção*, ou a interrogação *São devotas as pessoas felizes?* Todas estas frases servem, se atribuirmos certo valor (por exemplo, favorável) à devoção, para recusar esse valor às pessoas felizes. Donde encadeamentos como:

a) As pessoas felizes são lamentáveis:

↳ elas não são devotas;

↳ elas têm pouca devoção;

↳ são elas devotas?

↳ as pessoas infelizes são mais devotas que elas.

Essas frases produzidas, a partir de (a), constituem-se numa orientação para conclusões inversas às que o falante tiraria da devoção. Dizer que a frase de Sêneca afirma a devoção das pessoas infelizes significa que ela serve para reivindicar para estas últimas os valores que, segundo o falante, estão ligados à devoção e não que tal frase acarreta o enunciado gramaticalmente negativo. Então, tanto a afirmação quanto a negação⁴⁰, vistas sob esse enfoque, relacionam-se à idéia que fazemos do sentido de um enunciado, e este sentido, para Vogt, não é constituído por condições de verdade, mas pelas continuações de que o enunciado é suscetível num encadeamento argumentativo, ou seja, o valor negativo do enunciado relaciona-se com uma determinada orientação argumentativa.

⁴⁰ Na seqüência das análises, demonstrarei o funcionamento discursivo da negação.

Ao apontar que o enunciado comparativo *A mais que B* nega o termo comparante B, não significa que ele implica a falsidade de B, tampouco que ele implica necessariamente a frase gramatical não-B; antes, significa que ele pertence ao mesmo paradigma argumentativo que essa frase, a qual exprime apenas uma forma de negação entre outras. Com base nisso, ainda que B seja refutado, é num certo sentido mantido. Para o autor, há boas razões para se admitir que o sentido de um enunciado negativo é sempre, num certo nível, a encenação de um diálogo com um interlocutor imaginário.

Dizendo não-B, o falante representa uma enunciação virtual de B, e se opõe a essa enunciação. No estudo desse lingüista, o uso do comparativo de superioridade aciona um mecanismo que aponta para um processo de negação do segundo termo comparado (B), o qual é declarado inferior. Nessa perspectiva, a negação é considerada não como uma inversão de um conteúdo informativo, mas como uma atitude negativa de oposição.

Para mim, essa é uma função semântico-discursiva que ultrapassa os limites lingüísticos, pelo fato de, no *corpus* em análise, a comparação colocar em jogo, de forma densamente marcada, a alteridade constitutiva do discurso. E esse fenômeno dissimétrico, marcado intradiscursivamente pelos termos *mais... do que...*, pode pressupor no nível do interdiscurso uma negação.

Dividindo aquela seqüência (b):

“...as mulheres **gostam de disputar** seus ideais **bem mais que** os homens.”

temos:

- | |
|---|
| <p>1-as mulheres gostam de disputar seus ideais bem mais que 2- os homens gostam de disputar seus ideais</p> |
|---|

Tomando como exemplo seqüências possíveis, a partir da comparação em (b), teríamos:

↪ Os homens não gostam de disputar seus ideais.

↪ Os homens gostam menos de disputar seus ideais.

↪ Os homens disputam seus ideais?

A partir do que foi visto, (2) pertenceria ao mesmo paradigma argumentativo que exprime apenas uma forma de negação entre outras. Com isso, não se pretende dizer que (2) acarreta o enunciado negativo: “Os homens não gostam de disputar seus ideais”.

Ainda que a negação em (2) seja refutada, ela é de certo modo mantida, já que haveria razões para se admitir que o sentido de um enunciado negativo implica sempre um diálogo com um interlocutor imaginário, o que se considera como a presença da alteridade no próprio sentido do enunciado.

Desse modo, o processo comparativo aponta para algo mais que ultrapassa os limites lingüísticos; é isso que, nessas análises, sugere um discurso densamente marcado pela alteridade (não enquanto outro, destinatário empírico identificado), mas uma alteridade e heterogeneidade que é constitutiva do discurso. Tal marca discursiva me leva a concluir que diferentes sentidos podem ser produzidos a partir dessas seqüências analisadas.

Vejamos, na seqüência, como funcionaria a negação discursiva produzida a partir das seqüências 1 e 2.

Partamos da afirmação em (1), para produzir a seguinte negação:

↪ *Os homens não gostam de disputar seus ideais.*

Afinal, de que ideais está a falar esse leitor-autor?

Considerando que tal produção escrita tomou como referência a leitura do texto-fonte “Homens e mulheres podem ser amigos?”, eu diria que esses ideais

relacionam-se com a disputa entre pessoas do mesmo sexo: “mulheres disputam beleza e homens, desempenho”.

Pensemos na perspectiva psicanalítica acerca do ideal, que, grosso modo, processa-se no domínio do ego e relaciona-se com as ilusões narcisistas inalcançáveis e por isso desencadeiam no indivíduo reações diversas já que ele idealiza, projeta no outro aquilo que ele gostaria de ser ou ter. Disso resultam suas expectativas e também seus fracassos.

Esses ideais mencionados pelo sujeito leitor-autor, se considerados a partir da referida seqüência, permite-nos recuperar um não-dito, ou seja, aquilo que foi silenciado, mas possível de ser recuperado por meio da memória discursiva, do processo discursivo para o qual aponta a marca lingüística manifestada pelo operador **bem mais que**.

Nesse caso, tal recurso empregado no nível intradiscursivo produz um efeito de sentido que permite recuperar nesse processo comparativo uma modalidade de negação que subjaz à superfície léxico-sintática, promovendo, através desse mecanismo discursivo do grau comparativo, uma negação, a qual por sua vez reflete uma desvalorização do enunciado (2), apesar da aparente e paradoxal manutenção do mesmo.

| |
|--|
| <p>1-Gosta mais de disputar ↔ mulheres 2-Gosta menos/Não gosta de disputar ↔ homens</p> |
|--|

Como podemos observar, há em (2) o objeto da negação (o gostar de disputa) que é sempre declarado inferior sob a ótica vogtiana, mas, na perspectiva do discurso, tanto a comparação quanto a negação estão sendo aqui consideradas como um fato discursivo que marca a subjetividade, ou seja, há um juízo de valor que permeia a declaração desse sujeito que ocupa o lugar discursivo de leitor-autor.

Essa afirmação oportuniza dizer que esse sujeito não consegue apagar o não-dito, pelo contrário, em seu enunciado, a memória discursiva se manifesta através da imagem que temos de uma mulher e de um homem: nesse caso específico, a FD com a qual esse sujeito se identifica representa um domínio de saber que resgata e estabelece diferenças específicas de comportamento, atitudes, papéis estabelecidos socialmente para um e outro sexo.

Ao dizer que um é mais e outro menos, comparando homens e mulheres nesse enunciado, vejo que a diferença se destaca em maior grau na mulher, pois refletem as posições tomadas pelo sujeito-leitor-autor, que se distanciam, (*mulher/sim/mais; homem/não/menos*), contudo, permanecem dentro de um mesmo domínio de saber.

Conseqüentemente, *bem mais A do que B* tem uma função semântico-discursiva que vai além do nível intradiscursivo, pois coloca em jogo dizeres que se distanciam, o que me permite dizer que há uma argumentação específica, referindo uma característica feminina (disputar seus ideais, o de beleza, por exemplo), a fim de se ressaltar, embasar a análise do sujeito-leitor-autor de que o texto é de uma mulher, afinal, *só mesmo uma mulher para escrever sobre tal assunto*.

Na materialidade léxico-sintática desse discurso, são resgatados processos discursivos anteriores, que se manifestam por meio das relações de força e de sentido e é desse modo que entendo que a negação aponta para esse jogo de imagens do masculino e do feminino. Tal jogo, presente na materialidade discursiva e, simultaneamente, numa relação de oposição, forma a par nocional escrita masculina/feminina. Valores positivos ou negativos parecem, pelo menos nessa seqüência, não estar em jogo, porém, para mim, representam uma tendência sócio-cultural dominante, onde a questão da diferença, ou melhor, a marca do diferente é representada pela mulher, apontando com isso a possibilidade de manutenção do “status quo” de uma estrutura social, via simbólico.

Algumas considerações sobre o funcionamento do estereótipo, no discurso em análise, tornam-se necessárias e, para isso, refiro o estudo de Ferreira (2001) que destaca o fato de certos enunciados se apresentarem como evidências. Isso faz com que, indistintamente, os mesmos sejam repetidos e consensualmente aceitos.

No espaço discursivo aqui analisado, vejo que os enunciados apresentam-se como se de certa forma estivessem fixando os sentidos de uma memória que enfaticamente se repete. Isso pode ser observado pelo modo de dizer do sujeito-leitor-autor, que ocupa uma posição-sujeito na qual ele é interpelado para falar sob a perspectiva do discurso da ideologia dominante. Há, pois, por parte desse sujeito uma identificação com uma FD que preconiza a delimitação dos papéis e lugares estabelecidos para ambos os sexos.

Assim, percebo que ocupando essa posição-sujeito, o sujeito-leitor-autor se coloca num lugar determinado de fala, para opinar frente a um estereótipo de mulher, via processo comparativo. Desse modo, podemos dizer que os enunciados analisados têm sua inscrição discursiva calcada num estereótipo que representa um processo discursivo de identificação da mulher e isso aciona discursos, cuja força reside na sedimentação de sentidos conhecidos e insistentemente repetidos.

Segundo estudo de Souza (1999), o dispositivo do estereótipo enquanto discurso é tanto memória quanto esquecimento, no processo de cristalização de dados efeitos de sentido e recalçamento de outros. Assim, pode-se dizer que a mulher é colocada numa posição como se, desde sempre, ali, ela estivesse. Eis o que, de certa forma, caracteriza o funcionamento do estereótipo. Sobre isso nos diz o autor: “O funcionamento do estereótipo pode ser caracterizado como o processo discursivo, pelo qual se recalcam eventuais passagens de outros sentidos que o fluxo do discurso possibilita”. (Souza, op. cit.: 254)

O estudo feito por esse autor tem por base a análise que ele realiza da formulação e aplicação de questionários, no terreno das práticas de enquetes e pesquisa de opinião sobre o preconceito racial contra os negros, realizadas no

Brasil em 1995, pelo instituto de pesquisa Datafolha. Dessa análise feita, tem-se a compreensão do funcionamento do discurso da estereotipia que, de acordo com as condições de produção em que esse discurso se manifesta, atesta não só as diferenças mas também o preconceito advindo delas. Esse discurso proporcionou a análise dos efeitos de sentido produzidos ao se construir identidades para o sujeito, com o intuito de fixá-las, sedimentá-las, enfim, estabelecer moldes.

Trazendo tais considerações para o tema desta tese, penso que pela via daquilo que se pressupõe logicamente estabilizado, os valores, de um modo geral, atribuídos às mulheres, como, por exemplo, a inferioridade, a fragilidade, sedimentam, resgatam e refletem uma perspectiva geral, em nossa sociedade, no modo de conceber tudo que se diz sobre elas. Colocada, pois, nesse patamar de representante do diferente em relação ao homem, dadas as condições de produção do discurso sobre ela, enfim, sobre a situação hierarquizada em que a mulher sempre é referida, produzem-se diferentes enunciados, inevitavelmente marcados por posições e formações discursivas dos sujeitos, sejam estes homens ou mulheres.

Assim, o enunciado comparativo manifestado através de elementos do intradiscurso como **bem mais que** aponta para elementos do interdiscurso que, considerados, recuperaram o não-dito, o silenciado. Destaco que em nenhum momento se negou que o homem não goste de disputar seus ideais, no entanto, o paradoxo se estabelece na medida em que o fato de gostar menos que a mulher de disputar seus ideais o coloca num grau inferior em relação a esse querer/gostar; é nesse sentido, via memória que se recupera a negação, já que sugere não ser típico dos homens se preocuparem muito em disputar sua beleza. Diz-nos o senso comum que essa seria uma vaidade tipicamente feminina.

Enfim, observo que os saberes desse discurso inscrevem-se numa rede de formulações e o sujeito desse mesmo discurso produz um movimento de sentido específico. Isso significa que os saberes emergem dessa rede de formulações,

promovendo um retorno do já-dito, ou seja, a **Sd9** caracterizada como uma formulação do sujeito, ao reenviar à memória discursiva, faz com que os efeitos de sentido (aquele de que há uma referência feita à mulher, que ocupa no discurso de Lúcia Pesca o lugar do diferente que precisa ser compreendido), sejam re-significados.

Essa é uma constatação de que a FD com a qual o sujeito desse discurso se identifica é a mesma presente na análise do texto-fonte. Há uma identificação plena de ambos os sujeitos-autores com a mesma FD:

- texto-fonte ↔ sujeito-autor ↔ **FD X**
 - texto do leitor ↔ sujeito-leitor-autor ↔ **FD X**

O que posso dizer, embora antecipadamente, é que a justificativa dada para afirmar que o texto-fonte I tenha sido produzido por uma mulher e não por um homem, o que conseqüentemente implica uma escrita especificamente masculina e outra feminina, parte de uma identificação com o mesmo domínio de saber presente em ambos os textos.

Na **Sd10**, o que percebo logo de saída é a justificativa dada para caracterizar uma escrita feminina, a saber: “O texto escrito tem opiniões com características **bem femininas**”. Afinal, o que podemos entender por características bem femininas? Deixarei em suspense, por enquanto, tal resposta.

Para efeito de análise, dividirei a **Sd10** em algumas partes, a fim de ilustrar os processos de comparação e de negação:

- a) *Os homens não competem eles se ajudam, são cúmplices, as mulheres sim competem muito mais.*

A princípio temos em (a) uma negação, ou seja, a presença do não-dito que pode ser recuperado assim:

- 1- Os homens não competem eles se ajudam.
- 2- Os homens competem e não se ajudam.

Decorre dessa negação uma posição-sujeito que se identifica com aquele mesmo domínio de saber, o qual estabelece uma diferencial entre homem e mulher, reafirmando ainda que há uma certa gradação que distingue por meio da comparação os valores atribuídos às atitudes, aos comportamentos, enfim, às características de um e outro sexo.

b) ... *as mulheres sim, competem muito mais.*

Temos a seguinte comparação:

- 3- AS MULHERES COMPETEM
muito mais
- 4- Os homens competem

Disso advêm enunciados possíveis, como :

- ↳ Os homens não competem.
- ↳ Os homens competem menos.
- ↳ Os homens competem?

Como vimos, (4) exprime apenas uma forma de negação entre outras. Com isso, não se pretende dizer que (4) acarreta o enunciado negativo: “Os homens não

competem”. Contudo, o valor negativo está no que o suposto enunciado da negação tem em comum com o da afirmação. Ainda que a negação em (4) seja pretensamente refutada, ela é de certo modo mantida, já que há razões para se admitir que o sentido desse enunciado negativo implica a presença da alteridade e conseqüentemente da heterogeneidade discursiva, produzindo assim sentidos diferentes na seqüência em análise. Mas que sentidos seriam esses? Com que domínio de saber se identifica esse sujeito-leitor-autor?

Avancemos nessa análise, observando a seqüência abaixo:

- c) (...) o homem não estaria muito interessado no limite de postura que denuncia se a mulher é galinha ou não, **isso é uma preocupação de caráter bem feminino (...)**.

Considerando que tais observações apresentadas no texto do sujeito-leitor-autor tomam como referência o texto-fonte de Lúcia Pesca, percebo um argumento que se estabelece a partir, também, de um processo de comparação e, desse modo, os pares opostos são convocados, apontando então características da diferença entre a escrita de uma mulher e a de um homem.

Mais uma vez a negação se mostra convocando outro possível dizer, o da afirmação:

- 1-O homem **não** estaria muito interessado no limite de postura que denuncia se a mulher é galinha ou não.

- | |
|---|
| <p>1.1- O homem não estaria muito interessado...</p> <p>1.2- O homem estaria muito interessado...</p> |
|---|

O que observo nesse caso é que o interesse masculino, ou melhor, a sua preocupação não é demasiada quando se trata da sua conduta perante a sociedade, ou seja, diante da maneira como as pessoas poderiam avaliar sua atitude, seu comportamento. Vale enfatizar que isso parece ocorrer quando se trata especificamente de um relacionamento entre homem e mulher.

O próprio SN **limite** acompanhado da locução adjetiva **de postura** evidencia isso, pois não se trata de um limite qualquer, mas de postura, algo que implica julgamento e se manifesta social, cultural e historicamente em nossa sociedade. Com isso se estabelece uma fronteira entre aquilo que pode e deve ser feito, já que haverá sempre uma avaliação recíproca entre as pessoas em convívio social.

Nesse discurso, faz-se presente o pré-construído, não só por meio dessa locução referida, que aponta para algo já-lá, mas também por meio da oração relativa restritiva que especifica o núcleo nominal, ou seja, o substantivo **limite** é duas vezes caracterizado:

| |
|--|
| <p>a-limite ⇔ de postura b-limite ⇔ que denuncia se a mulher é galinha ou não</p> |
|--|

O efeito de sentido, que se manifesta nesse dizer, irrompe e significa através de uma determinação discursiva que funciona com elementos capazes de saturar o nome constituindo-se num determinante discursivo, promovendo a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito dessa seqüência discursiva.

As construções presentes no discurso em análise são oriundas do interdiscurso e o sujeito-leitor-autor, que é interpelado ideologicamente, produz seu discurso a partir de uma posição-sujeito afetada por uma Formação Discursiva,

embora esse mesmo sujeito acredite ser de sua livre vontade as escolhas lingüísticas presentes na materialidade de seu discurso.

Portanto, o domínio de saber com o qual o sujeito-leitor-autor se identifica pressupõe um comportamento específico para homem e mulher, quando se trata de um relacionamento, visto que havendo um julgamento externo, ou seja, por parte da sociedade, é preciso observar certos limites, os quais parecem afetar sobremaneira a mulher. A exemplo disso, basta observarmos o emprego do verbo **denunciar**, convocado no nível interdiscursivo para o intradiscurso, não por mero acaso, mas porque há algo que fala antes em outro lugar e isso, em AD, constitui-se em uma pista discursiva que remete a um efeito de sentido nessa condição de produção determinada.

O verbo **denunciar** traz um efeito semântico que aponta para a acusação, o delatar, o tornar público aquilo que era secreto, enfim, uma exposição que implica uma conseqüência. Nesse discurso, pelo menos, a conseqüência estaria na característica atribuída à mulher: ser ou não **galinha** depende de seu comportamento em público, daí sua preocupação com o que os outros vão dizer. Não nos esqueçamos que tudo isso vem pautado na leitura que esse sujeito-leitor-autor fez do texto-fonte I.

Então, se não é o homem que estaria muito interessado nesse tipo de avaliação, quem estaria? A resposta vem a seguir:

2- (...) isso é uma preocupação de caráter **bem** feminino, assim como a idéia de ter a companhia do sexo oposto pra sair, (...).

Observo nessa parte que um processo comparativo se instaura, pois se há uma preocupação que é mais típica da mulher, e isso o advérbio intensificador **bem** aponta, por outro lado se sugere que tal preocupação não é masculina;

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - preocupação bem feminina. - preocupação menos/não masculina. |
|---|

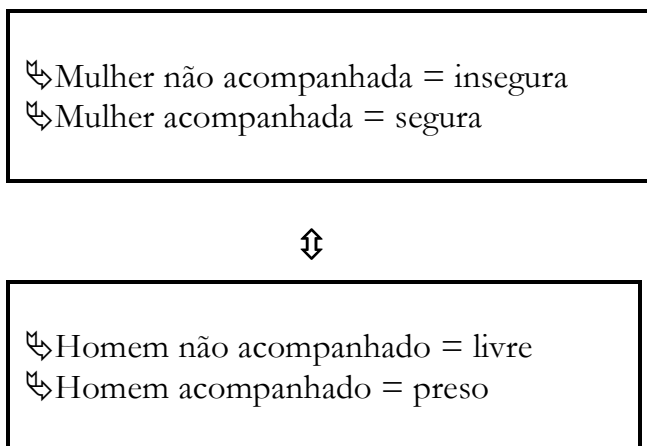
Parece haver aí um processo comparativo e dele advém uma possível negação que traz consigo todas as considerações feitas anteriormente. Enfim, agrada à mulher ser bem vista pelos outros, ser avaliada positivamente; também agrada e passa a ser sua preocupação estar acompanhada pelo homem, ao sair. Qual seria a razão para essa preocupação “tipicamente” feminina?

A resposta dada é:

3- a mulher se sente **mais segura** em relação aos outros quando acompanhada, o homem se sente preso.

Eis uma considerável razão para aquela preocupação bem feminina.

Vejamos o quadro abaixo:



É importante observarmos o que representa para um e outro sexo estar acompanhado. Vejo mais uma vez que todo argumento dado se sustenta através de um processo comparativo. Isso aponta que a presença de um ao lado do outro vai significar diferentemente, já que, em se tratando do campo do relacionamento entre homem e mulher, esta se apresenta no discurso desse sujeito-leitor-autor numa posição “fragilizada”. Enfim, aquele imaginário de dependência feminina presente em nossa sociedade de alguma forma retorna, re-significa.

No interdiscurso, através da memória discursiva, os sentidos vão sendo convocados pelo sujeito. Como sabemos, para esse sujeito lembrar é preciso esquecer: esquecer sua determinação pela ideologia, esquecer que não é fonte do seu dizer, esquecer que não é centro. Contudo, simultaneamente a esse esquecimento, faz-se presente no sujeito a necessária e constitutiva ilusão de ser fonte, origem de si e de tudo que se manifesta em seu dizer.

Desse modo, mais uma vez é possível identificar um domínio de saber que abriga em si uma posição-sujeito fortemente marcada quanto à maneira de conceber o que se relaciona especificamente ao homem e à mulher. Embora por meio da comparação seja apontada a diferença entre masculino/feminino, não acredito haver um rompimento com a FD, cujo domínio de saber traz a marca da diferença centrada na mulher, basta ver nas Sds a ênfase dada à mulher.

A **Sd11** ilustra o que foi dito, pois, nela, o argumento para se falar de um texto, cuja escrita seria feminina, também se sustenta via comparação, a partir dos termos empregados no texto-fonte I.

Conforme observei, há uma determinação discursiva que funciona com elementos capazes de saturar o nome (substantivo), constituindo-se num determinante discursivo e promovendo a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da seqüência discursiva. Ilustrando isso, destaco o adjetivo **poética** e a oração adjetiva que especificam, nessa seqüência, o termo **visão**.

A referência ao núcleo nominal feita através desse adjetivo, o qual modifica e especifica o substantivo, indica que não se trata de qualquer **visão**. Soma-se a isso a presença do pré-construído que mais uma vez se manifesta:

- visão **poética**
- visão **que um homem não teria**

O processo comparativo em

↳(...) geralmente, os colunistas (homens) utilizam expressões mais machistas...

aponta-nos o seguinte:

- Colunistas (homens) utilizam expressões mais machistas.
- Colunistas (mulheres) não utilizam/utilizam(menos) expressões machistas.

Noto, ainda, que a comparação nesse caso sugere uma negação argumentativa, já que o termo comparante, ou seja, a utilização do termo **machistas**, empregado por mulheres, parece ser em escala menor, inferior. Isso indica que tais expressões são típicas dos homens e não das mulheres.

Dessa forma, quando o sujeito-leitor-autor aponta a diferença entre a escrita de um homem e de uma mulher, ele o faz via imaginário, produzindo os sentidos “necessários” que, segundo ele, garantirão a transparência e a certeza de que se trata de uma escrita masculina ou feminina. Enfim, como nos lembra Zoppi-Fontana (1998:51) “... é no discurso, então, que o sujeito produz a “realidade”, enquanto relação imaginária que estabelece com as determinações históricas que constituem as condições de produção materiais de sua existência.”

Para a escrita masculina, temos as seguintes características

- uso de expressões machistas em sua escrita;
- não apresenta visão poética em sua escrita;
- não usa expressão “ser amado”.

Para a escrita feminina, temos as seguintes características:

- não/menos uso de expressões machistas em sua escrita;
- apresenta visão poética em sua escrita;
- usa expressão “ser amado”.

Com base no que precede, observo que a filiação discursiva, que aqui se apresenta, vai ao encontro da mesma FD manifestada no texto-fonte I. Entrecruzam-se comparação e negação e por esse viés o leitor-autor busca argumentos para a logicidade excludente masculino/feminino e sua relação com a escrita.

Retomando a **Sd12**, ressalto a recorrência ao esquema comparativo e seu possível entrelaçamento com a negação. Disso advêm efeitos de sentido específicos, de acordo com as posições-sujeito assumidas pelo sujeito desse discurso e também de acordo com a FD com a qual se identifica.

Sd12: “Pode-se afirmar que **a preocupação nas festas, parte da mulher. O homem não se preocupa se vai ficar sozinho ou acompanhado, na festa**, ele simplesmente sente a vontade de sair e vai. **Já a mulher, não**, ela precisa saber quem vai a festa, o horário marcado para se encontrarem, enfim **muitas burocracias**”.

Vejamos o quadro comparativo:

| MULHER |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - preocupa-se com as festas; - precisa saber quem vai à festa; - precisa saber o horário marcado para encontro; - é muito burocrática. |



| HOMEM |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - sente vontade de sair e sai; - não se preocupa se vai ficar sozinho ou acompanhado; - não é burocrático. |

Destaco o uso do advérbio **simplesmente** quando o assunto é o que o sujeito-leitor-autor denomina de “**preocupação nas festas**” e esta preocupação parte da mulher (eis a marca do diferente) e não do homem. Outro ponto a ressaltar é o uso do termo **burocracias** enfatizado pelo intensificador **muitas**, o que desencadeia o efeito de sentido da morosidade, da exigência excessiva no desempenho de determinadas atividades, nesse caso, tudo o que envolve ir a uma festa.

A comparação aí se instaura como justificativa:

- a) O homem não se preocupa (...) ⇔ é decidido ⇔ seguro
- b) A mulher se preocupa (...) ⇔ é indecisa ⇔ insegura

Tais efeitos de sentido são desencadeados, a partir da diferença quanto ao modo de referir homem/mulher, a saber, há especificidades típicas de cada um que se distanciam. Isso tudo podemos notar nesse discurso acionado por um sujeito que se identifica com a mesma FD presente no texto-fonte I.

Oportunamente faço menção ao documentário “Nem gravata nem honra” que mobiliza vários depoimentos sobre a diferença entre homem e mulher e, dentre eles, destaco o de um casal que tinha opinião divergente acerca do questionamento sobre quem pensa mais: o homem ou a mulher? Ao que ela (esposa) respondia: “Eu penso mais” e ele (marido): “Eu penso mais”; e assim, incansavelmente, ambos reafirmavam suas posições, argumentando cada qual à sua maneira: ele (“Eu penso mais; aqui a gente é que se vira pra tudo”); ela (“Eu penso mais, ele pode até ficá brabo com meu modo de pensá, mais eu penso mais”).

Dependendo do lugar ocupado por quem fala, podemos observar algumas possíveis seqüências, a partir do enunciado do casal. Do lugar da esposa, teríamos:

- O homem não pensa?
- O homem pensa menos?

Do lugar do marido, teríamos:

- A mulher não pensa?
- A mulher pensa menos?

Na realidade, é via memória discursiva que podemos resgatar esse já-dito presente no nosso imaginário sobre o que está estabelecido previamente, ideologicamente para o homem e para a mulher. Esse já dito nos aponta uma posição-sujeito determinada presente no dizer daqueles personagens do referido documentário. Ainda que esta mobilize e diferencie as características especificamente masculinas e femininas, remete a um mesmo domínio de saber, que coloca tais dizeres em relação de identificação de um domínio de saber, produzindo, com base nesse saber historicizado, um efeito de consenso de que há lugares e papéis socialmente estabelecidos.

Disso advém a possibilidade de pensarmos, conforme mostram os exemplos do nosso *corpus*, que não se trata de negar que o homem pense, mas que ele em determinadas situações toma atitudes impulsivas, ele age com rapidez, sem aquela preocupação demasiada da mulher (isso vai, pelo menos em parte, ao

encontro do que diz a **Sd12** sobre a preocupação exagerada da mulher ao ir à festa), portanto, ser detalhista, burocrático parece caber somente a um e não ao outro sexo.

O discurso afirmativo daquele casal do documentário vai na mesma direção de um enunciado negativo, ou seja, se há alguém que é mais impulsivo, instintivo, rápido, digamos assim, só pode ser um dos dois. E esse argumento passa a ser incorporado no dizer da comparação, ainda que não explicitado, o dizer está lá, produzindo seu efeito de sentido, passível de ser recuperado. Portanto, concluo que esse juízo de valor atribuído com base numa escala de valores, de nível superior em relação ao que se considera inferior ou menor, remeterá ou ao homem ou à mulher e isso instaura, conseqüentemente, a lógica da exclusão.

É desse modo que penso num possível entrelaçamento entre o processo comparativo e o da negação, considerando que aqueles sujeitos, ao produzirem seus discursos, o fizeram a partir de uma determinada posição também ideologicamente determinada. Isso poderia nos induzir a pensar que decidiram seu discurso dessa forma e não de outra, porque assim quiseram. No entanto, é preciso lembrar que eles são constituídos socialmente e, por não terem consciência da sua determinação ideológica, mantêm a ilusão de escolha, de assumir em seu discurso essa posição específica e não outra.

4.2.1.2 A Representação Imaginária do Masculino/Feminino

Nesta seção analisarei, no discurso do mesmo sujeito-leitor-autor, de que forma homem e mulher são representados nesse espaço discursivo. Considerando as formações imaginárias, verificarei a representação da dualidade de gênero nesse discurso.

Uma vez que estou a falar de processos discursivos e conseqüentemente isso implica a análise de como os lugares de representação da dualidade masculino/feminino são colocados em jogo, entendo que o sujeito leitor-autor pressupõe em seu discurso uma representação específica das formações imaginárias que designam o lugar de B (Pêcheux, 1997:79-87). Ou seja, o lugar que se atribui ao outro. No caso desta pesquisa, buscarei centrar a análise na modalidade de atribuição de lugares, já que através da imagem que esses sujeitos fazem do lugar do outro (homem, mulher) é possível percebermos as regras de projeção presentes nos mecanismos de formação social que estabelecem relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

Conforme mencionei, as formações imaginárias são aqui entendidas com base em Pêcheux (op. cit.) que as define como resultantes de processos discursivos anteriores e as mesmas se manifestam no discurso, via antecipação das relações de força e de sentido. Daí a presença das representações imaginárias no discurso, onde o sujeito determina relações de força, *o jogo de imagens* entre os sujeitos, ou dos sujeitos com os lugares que ocupam numa formação social e dos discursos já-ditos com os imaginados. Enfim, tais formações se constituem como mecanismos do funcionamento discursivo.

Também afirmei na Parte I deste estudo que, na teoria do discurso, as regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação empírica para a posição discursiva estão na língua. Portanto, as posições do sujeito significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória do dizer, ao já-dito. Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições do sujeito.

Vale enfatizar que é numa conjuntura sócio-histórica que esse mecanismo de produção de imagens se realiza, um mecanismo imaginário que implica as condições de produção daquilo que é material (a língua) e o institucional (a formação social). Destaco que, se Pêcheux nos fala em representação, isso implica que algo esteja presente, mas transformado.

Vejam os a partir de agora as seqüências discursivas, em que apontarei o funcionamento da representação:

Sd13: “A mulher sente ciúmes por qualquer coisa e **geralmente** o homem não se preocupa com isso. Outro sinal de ser um texto feminino é que os homens **sempre** acham que relacionamentos de amizade entre sexos opostos, não dão certo pois um **sempre** acaba se interessando pelo outro.”

SD14: “O texto “apela” **mais** para o campo emocional, o que **geralmente** é caracterizado por autoras mulheres. Na sociedade em que vivemos, *os homens não conseguem separar amizade-sexo, para eles o **mais** importante é o sexual e não o emocional.*”

SD15: “Acredito que o texto seja de autoria feminina, pois em vários pontos transmite uma sensibilidade que é própria da mulher. (...) **homens são mais individualistas e odeiam discutir o relacionamento.** Além disso, **normalmente, um homem não** sai com uma mulher só por amizade e também **não** consegue pensar em sexo de maneira **tão** racional”.

Sd16: “Após uma análise conclui que o texto é de autoria feminina, pois o mesmo afirma que pode existir amizade entre pessoas de sexos opostos. **Muitos homens não** concordam com tal afirmação, alegando que sempre terá atração física ou algum interesse sexual nessa relação (...)”.

Sd17: “Para começar, os homens com seu alto grau de machismo não acreditam em amizades entre homens e mulheres, **a classe masculina sempre** costuma dizer quando **alguma mulher** se refere a **um homem** como sendo seu amigo: “Amigo de mulher é cabelereiro (que são rotulados gays), ao contrário da idéia que é defendida no texto”.

Sd18: “(...) quando vou comentar sobre **homem e mulher sempre** escrevo a **palavra homem primeiro, porque fica estranho e difícil para mim colocar a palavra mulher antes**”.

Percebo que estamos diante de um emprego generalizado dos termos

homem e **mulher**, principalmente no que diz respeito ao homem, pois ainda que o mesmo seja referido no singular (um/o homem), no nível intradiscursivo do enunciado, manifesta-se o uso do advérbio e isso reafirma minha análise de que há um ponto de referência ao se comparar um e outro sexo. Nesse discurso, vejo produzido um efeito de generalização desse sujeito leitor-autor, que refere a coletividade de pessoas, porém, não se trata de quaisquer pessoas, mas daquelas que são caracterizadas diferentemente, definidas em suas atitudes, seus gostos e comportamentos.

Tais seqüências, ainda que ressaltem as “singularidades” atribuídas a um e a outro sexo de modo diferenciado, sugerem haver um consenso “generalizador” quanto ao que se diz, ao que se pensa sobre o gênero da escrita. Com isso, o que se produz é um discurso fortemente marcado por um efeito de sentido que ao mesmo tempo em que estabelece a fronteira da diferença para a dualidade de gênero, produz o efeito de abrangência, contemplando, assim, a voz do senso comum quanto a conceber o diferente (mulher) a partir de uma comparação/referência estabelecida (o homem).

As pistas discursivas que corroboram na produção desse efeito de sentido específico são artigos, pronomes indefinidos, advérbios, locução adverbial, o uso do termo homem no plural e a substituição do termo *homem* por *classe masculina*. Isso confere a esses dizeres uma maior abrangência ao se referir ao homem como uma determinada categoria de indivíduos que compartilham interesses, comportamentos, atitudes, pontos de vista semelhantes numa dada formação social.

Apresento o quadro das representações das imagens que A (participantes desta pesquisa) tem de B (do homem e da mulher):

A mulher...
Geralmente o homem...
Os homens sempre...
Os homens...
Na sociedade em que vivemos, os
homens...
Homens são mais individualistas...
Normalmente um homem ...
Muitos homens não concordam...
A classe masculina sempre costuma
dizer...

Ao se aproximar do discurso do senso comum, em que se acolhe o sentido do que pertence ao “universo masculino e/ou feminino”, o lugar e o papel que lhes cabe, há um retorno de dizeres que se construíram ao longo do tempo. Com isso, esses leitores-autores recuperam, apropriando-se de tais dizeres (via comparação), para comprovar uma escrita necessariamente masculina/feminina. Conseqüentemente, o já-dito, os dizeres já sabidos circulam, re-significando de modo a acolher em seu interior a manifestação do não-dito nesses discursos.

Ao representar o homem e a mulher de determinada forma, apagam-se necessariamente outras designações vindas de outra FD (como por exemplo uma que defendesse que tais características, aqui apontadas/comparadas por esse sujeito-leitor-autor, são exatamente iguais tanto para o homem quanto para a mulher, sem haver distinção alguma) e isso, conseqüentemente, acionaria/indicaria, a meu ver, outra forma-sujeito.

Retomando Pêcheux, para quem o lugar do sujeito não é vazio, mas ocupado por aquilo que ele denomina forma-sujeito, ou seja, a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a Formação Discursiva que o constitui, tal identificação refere-se ao fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo. Determina-o

enquanto sujeito que ocupa uma posição em seu discurso, e foi isso que pude até agora analisar nessas seqüências.

Destaco em especial a **Sd18** que ressalta a dificuldade e o estranhamento da leitora-autora em escrever a palavra homem primeiro: “*fica estranho e difícil para mim colocar a palavra mulher antes*”. Esse discurso remete ao que disse Pêcheux sobre os elementos do interdiscurso que, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo. Eis o duplo processo de afetação desse sujeito, ou seja, um sujeito que é afetado pela ideologia e pelo inconsciente, já que para lembrar é preciso esquecer, para que as palavras do sujeito tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Portanto, há uma determinação histórica pelo interdiscurso, por algo que fala antes, pela memória do dizer que é constituída pelo esquecimento que dá ao sujeito a ilusão de domínio total sobre aquilo de que se fala.

Analisarei agora a última seqüência discursiva que apresenta uma opinião divergente das demais, pois somente esse participante concluiu que o texto fora escrito por um homem. Vejamos como se sustenta tal escolha:

Sd19: “O texto me parece escrito por um homem, uma vez que sugere falar de amizade entre homem e mulher e a **primeira vantagem que o homem mostra é em relação ao sexo**, como nesse trecho: ...exemplo, qual comportamento feminino é considerado galinha ou agressivo ou como uma mulher gosta de ser tocada...”

Nessa Sd, é possível observar que o argumento desse sujeito parece sustentar-se intradiscursivamente, a partir do substantivo **vantagem** que se apresenta determinado discursivamente pelo termo **primeira** que o antecede e pela oração adjetiva posposta ao núcleo nominal: **que o homem mostra...**

Tal determinação discursiva indica que não se trata de uma vantagem qualquer, mas de uma específica, mostrada por um **homem** e relacionada ao **sexo**. Essa parece ser uma opinião de quem comunga com o senso comum de que é o homem que só pensa em sexo. Essa característica aponta que, numa relação de

amizade entre sexos opostos, o homem é quem tiraria vantagem, ainda que seja apenas a de obter informações acerca do sexo oposto (a mulher). O recorte do texto-fonte realizado por esse sujeito-leitor-autor, a fim de sustentar sua opinião, ilustra e confirma sua posição-sujeito.

Embora se tenha atribuído a esse texto uma escrita masculina, podemos ver que intervêm conjuntamente fatores sintáticos e ideológicos nessa justificativa, uma vez que esta aponta para uma identificação desse sujeito com aquele mesmo domínio de saber partilhado pela maioria dos participantes, a saber, há características tipicamente masculinas e isso inclui também a mulher que nesse discurso está colocada como algo a ser conquistado, ou pelo menos avaliado no campo do relacionamento, ainda que seja o de amizade. Esta não descarta a possibilidade de transformar-se num caso de amor, conforme mostra texto de Lúcia Pesca, “basta haver sexo que a relação passa de um estágio a outro”.

Apresento, abaixo, o quadro síntese das análises realizadas neste bloco.

Quadro síntese: Texto-Fonte I e Leitura do Texto-Fonte I

Sujeito-autor ⇒FD ⇒ marca da diferença centrada na mulher, resgate do imaginário do que vem a ser uma mulher, quais os papéis e o comportamento que se espera da mesma em sociedade.

Sujeito-leitor-autor ⇒FD ⇒ identificação com o mesmo domínio de saber do texto-fonte I.



Sujeito-leitor-autor ⇒recorre ao processo comparativo como mecanismo para estabelecer um gênero à escrita. Aciona o imaginário do que cabe à mulher para justificar que só uma mulher poderia escrever sobre o tema da amizade entre homem e mulher.

Na seqüência deste estudo, apresentarei as análises referentes ao Bloco B.

BLOCO B

4.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEXTO-FONTE II

Antes de iniciar as análises deste bloco, farei algumas considerações acerca da escolha do *corpus* que se constitui, nesta parte, especificamente de cartas do leitor veiculadas pelo jornal gaúcho “Zero Hora”, de Porto Alegre.

Enfatizo que é de meu conhecimento o fato de que tais cartas publicadas nesses jornais de modo algum apresentam neutralidade, pois, por meio desses próprios veículos de comunicação, há de antemão um gesto interpretativo dos editores, ao reservarem para si o direito de selecionar e resumir o material enviado para publicação⁴¹.

Digo isso considerando o que já havia dito sobre o fato de a materialidade textual trazer em si um efeito-leitor, produzido pelos gestos de interpretação, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória do sujeito que lê. Nessa perspectiva, a textualidade é feita desses gestos que se encontram articulados e ligados a pontos de subjetivação e de formulação.

A exemplo disso, há que se notar a pretensa isenção de responsabilidade, possível de ser percebida já na locução adjetiva “**do leitor**”, que acompanha os substantivos **carta** e **palavra**, restringindo-os e reforçando ainda mais o fato de o jornal não querer se comprometer de modo algum com o que está sendo publicado; basta observarmos o alerta preventivo destacado na edição. Portanto, não se trata de qualquer **carta** ou qualquer **palavra**, pois estão a falar de uma *carta* e

⁴¹ A orientação desse jornal aos leitores que desejam enviar suas cartas é a seguinte: “As cartas devem ser endereçadas à seção **Palavra do Leitor** com nome, profissão, endereço, número da identidade, do remetente e telefone para contato. Zero Hora reserva-se o direito de selecioná-las e resumi-las para publicação. Publicadas ou não, as cartas não serão devolvidas.”

uma *palavra* específica que têm dono e este é **o leitor** e não o jornal Zero Hora. Essa seria uma pretensão, que analisada mais detidamente, apontará uma determinação discursiva⁴² que mobiliza/produz efeitos de sentido específicos nesse discurso. Em estudo feito por Grigoletto⁴³, a autora comenta essa pretensa isenção dos jornais, ao observar que a revista não se responsabiliza pelo teor das cartas, mas pode adaptá-las e escolher quais serão publicadas.

Com base nisso, cabe dizer que, embora ciente dessas condições de produção das cartas, não me ocuparei de analisar que conseqüências traz essa interferência dos editores dos referidos jornais nas publicações que analisarei, pois meu olhar para essas cartas vai em outra direção. Elas me servirão como ponto de partida para que os leitores, participantes de desta pesquisa, produzam outros textos justificando suas opiniões sobre a atribuição de um gênero determinado para a escrita com base nessas cartas do leitor. Considero que essa possível interferência nos textos a serem analisados não causará prejuízo à minha proposta de estudo.

Supondo que uma das cartas analisadas tivesse sido escrita por uma mulher e um homem tivesse resumido ou selecionado o que iria ser publicado, ainda assim, seria possível proceder à análise discursiva. Se estou a falar da “escolha” das formas lingüísticas, feitas pelos produtores dessas cartas, isso me conduzirá para as repetições inscritas na ordem do discurso, constituindo as séries de formulações já-ditas, as quais buscarei compreender mobilizando os níveis intra e interdiscursivo, além das demais categorias discursivas que me proporcionarão melhor compreender o tema desta pesquisa.

Também, como mencionei lá na Parte I desse estudo, com base em Courtine, no interdiscurso o sujeito não tem nenhum lugar específico que lhe seja assinalável, já que no domínio da memória ressoa apenas uma voz sem nome. A

⁴² Cf., no Bloco I- Análise I, o que foi dito acerca do estudo de Indursky sobre a determinação lingüística a determinação discursiva.

⁴³ Refiro-me ao artigo intitulado: “A mídia a serviço da religião: o entrelaçamento de vozes no discurso da renovação carismática católica”, publicado na Revista Organon, do Instituto de Letras da Universidade Federal do RS; vol.17, n. 35, 2003.

partir dessa idéia, estou a pensar a categoria gênero relacionada à escrita como uma ressonância no domínio da memória, e isso me faz levantar a hipótese de que essa relação pensada através da lógica do dualismo de gênero talvez não se sustente pelo viés do isso ou aquilo, tampouco assegure a existência de uma escrita masculina e de outra distintamente feminina.

Sabendo que para a AD, segundo Pêcheux (1983), o desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, nem no “qualquer coisa” de um discurso sobre o discurso, nem num espaço lógico estabilizado com pretensão universal, o suposto aprisionamento da escrita num estereótipo masculino ou feminino desperta meu interesse, enquanto analista, pois, ao buscar aprisionar a escrita, os sujeitos desta pesquisa produzem efeitos de sentido, proporcionando-me refletir discursivamente a questão do gênero e investigar como esses sujeitos vêem o funcionamento do gênero relacionado à escrita, e que efeitos de sentido são produzidos nos textos analisados.

Reitero que é pelo critério organizador da ideologia que o sujeito-autor realiza a retomada dos sentidos em seu discurso, e isso é feito através de sua inscrição numa FD, numa identificação com a forma-sujeito do discurso. Enfim, é a ideologia que organiza as regularidades de uma FD, por mais heterogênea que esta possa ser. Dito isso, passemos agora à análise do funcionamento discursivo de dois textos-fonte (duas cartas do leitor), que abordam o mesmo assunto e foram publicados pelo jornal Zero Hora no dia 22/09/2003.

4.3.1 O Funcionamento Discursivo do Texto-Fonte II

O texto, em análise, é assinado por Sandra Maria Lanzziotti⁴⁴ e trata da questão do extermínio de animais ocorrido na cidade de Canoas (RS). Tal

⁴⁴ Sandra M. Lanzziotti é funcionária pública (Viamão - RS).

extermínio teve como propósito retirar os animais das ruas. Vejamos as seqüências discursivas selecionadas para a análise:

Sd20: “Ao ler a reportagem sobre o extermínio de animais em Canoas, meu sentimento maior foi o de vergonha. Como podem profissionais que se dizem “*veterinários*” sacrificar animais desta maneira?”

Sd21: “Classifico tais procedimentos de hediondos e cruéis. Como se todos os problemas pudessem ser resolvidos desta maneira, varrendo o lixo para baixo do tapete.”

Sd22: “O pior de tudo, é a forma terrível como os animais são sacrificados, pois segundo testemunhas, não procede a explicação dada pelos “*verdugos*” de morte sem sofrimento. Consta que os pobres animais agonizam por horas. Quem fala a verdade?”

4.3.2 A Interrogação enquanto Espaço Significante

A princípio, destaco nas **Sds 20 e 22** o emprego da interrogação. Ainda que aqui não seja feito um estudo mais profundo acerca desse tipo de pontuação, interessa-me o que sobre ele foi analisado discursivamente. Como as interrogações estão presentes no *corpus* selecionado, considero necessário enfatizá-las teoricamente nesta parte que antecede o gesto de interpretação dos sujeitos leitores deste texto-fonte II, pois, certamente, esses sinais, presentes nas referidas Sds, produzirão seus efeitos de sentido, muito embora não saibamos se os sujeitos-leitores preencherão essas lacunas discursivas, ou melhor, o silêncio instaurado a partir desse sinal específico de pontuação. Antecipadamente, enfocarei o estudo de Grantham (2002) para quem a interrogação constitui-se num espaço de interpretação e de ação para o sujeito-leitor.

É com base em Pêcheux (1997) que a autora reforça sua concepção de que o discurso-outro, considerado por ele como espaço virtual de leitura do enunciado,

é marcado pela interrogação, por exemplo, é lugar de produção de sentidos, ou seja, um espaço de significação que introduz uma “injunção à resposta”.

Afirma Pêcheux:

(...) dizer que toda descrição abre sobre a interpretação não é necessariamente supor que ela abre sobre “não importa o que”: a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência. (op. cit.:54-55)

Com base nesse dizer, entende-se que a interrogação não se trata de um lugar vazio, mas representa uma lacuna significante que remete tanto ao trabalho do sujeito-autor quanto a um trabalho do sujeito-leitor:

Acreditamos que a interrogação, como as reticências, sinaliza um espaço que não parece pertencer mais ao sujeito que a produz. Ou seja: ao sinalizar seu discurso com o ponto de interrogação, o sujeito – assim como nas reticências – também deixa de dizer algo, mas, ao mesmo tempo, indica que esse espaço não é mais dele, e sim do seu interlocutor. A diferença é que, na interrogação, essa indicação do espaço do outro é mais forte, isto é, a interpelação do outro é mais contundente. (Grantham, 2002:154)

Assim, a autora concebe a interrogação como um discurso de injunção que instaura uma forma de silêncio através da qual o sujeito-autor abdica do direito de preencher esse espaço, mas ao mesmo tempo tal espaço continua a lhe pertencer, já que parece aí haver uma forma de integração, de convite, promovida pelo autor entre o seu espaço enunciativo e o do seu leitor, que dará seqüência à enunciação.

Eis a ilusão de controle estabelecida por meio de sinais de pontuação, que sinaliza a incompletude do sujeito, do seu discurso e mobiliza o dizer do leitor que se ancora no interdiscurso. Portanto, não se trata de preencher uma lacuna com qualquer sentido, mas com gestos de interpretação e movimentos de leitura realizados a partir de sua inscrição em uma determinada FD e assumindo uma determinada posição-sujeito, a fim de preencher, materializar aquele espaço de

significação, produzindo, então, a sua leitura e seus efeitos de sentido.

Resumidamente, destaco a conclusão a que chegou Grantham quanto ao fato de que os sujeitos-leitores de sua pesquisa atuavam tanto sobre as reticências quanto sobre a interrogação, confirmando que tais sinais de pontuação são lacunas discursivas e que, enquanto sinais de incompletude do discurso, são compreendidos como silêncio pelos leitores, que acabam por completar esse silêncio: “Dessa forma podemos dizer que as lacunas são da ordem da produção do discurso, são da responsabilidade de quem as produz, ou seja, são da ordem do sujeito-autor. O preenchimento dessas lacunas, no entanto, é da ordem da leitura e da responsabilidade do sujeito-leitor”. (op. cit.:318)

Vejamos, primeiro, como ocorre o funcionamento discursivo do texto-fonte, que posição-sujeito e FD são mobilizadas nesse discurso. Começemos pela **Sd20**, a qual traz uma afirmação de um sujeito que demonstra estar revoltado diante do extermínio de animais de rua, em Canoas, e, em seu dizer, isso é colocado de modo a descrever o seu sentimento não só de indignação, mas de grande vergonha.

Aqui, retomo a questão das formações imaginárias, examinando-as a partir das imagens de A que se encontra em um lugar determinado na estrutura da formação social. É, pois, desse lugar (de mulher/leitora/cidadã revoltada com o ocorrido) que ela (Sandra) “comanda seu discurso”, a fim de que este seja capaz de expressar tudo o que se pretende por meio desse espaço destinado à carta do leitor.

As perguntas formuladas por Pêcheux (1997) que ilustram o exame das formações imaginárias são:

- ↳ “Quem sou eu para lhe falar assim?” (imagem do lugar de A para o sujeito situado em A).
- ↳ “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” (imagem do lugar de B para o sujeito em A).

Tanto uma quanto outra formação imaginária estão presentes nesse texto,

sendo que a primeira se refere à prática discursiva dessa leitora, defensora dos animais, que se assume em primeira pessoa do discurso, e a segunda refere-se a quem ela se dirige, a saber, àqueles profissionais veterinários e, conseqüentemente, a todos que têm conhecimento do fato ocorrido em Canoas.

A imagem de A pode ser sustentada com base não só pelo uso da primeira pessoa do singular, “**ao ler/ meu sentimento/classifico**”, mas também através de seu posicionamento na **Sd20** ilustrado por meio de uma questão que produz um efeito de sentido de revolta e ao mesmo tempo de desabafo, de alerta.

Olhemos atentamente o enunciado:

↳ “Como podem profissionais que se dizem “veterinários” sacrificar animais desta maneira?”

Se observarmos no intradiscurso, o núcleo nominal **profissionais** não está sozinho, pois vem acompanhado de uma oração relativa que restringe o significado desse substantivo, ou seja, não se está a falar de quaisquer profissionais, mas daqueles que se intitulam veterinários. Digo isso pelo fato de o sujeito desse discurso posicionar-se contrário à atitude tomada contra os animais, e o agravante nisso parece ter sido a realização dessa prática por quem, a princípio, deveria salvar vidas, pelo menos a dos animais, e não ceifá-las de modo tão violento e abominável como julga essa autora, cuja posição assumida em seu discurso é a de defensora dos animais.

Novamente aponto aí a presença de uma determinação discursiva, representada por meio de uma oração adjetiva restritiva, a qual satura discursivamente o substantivo **profissionais**.

Sobre o efeito discursivo ligado ao encaixe sintático, que se constitui na remissão a uma construção anterior, exterior e independente em oposição ao que é construído pelo enunciado, temos o pré-construído, manifestado através da oração

relativa restritiva presente no nível intradiscursivo do texto de Sandra. Tal efeito, além de promover a articulação entre sentido, sintaxe e ideologia, aponta para uma posição-sujeito afetada por uma FD que especificarei no decorrer desta análise.

4.3.3 As Aspas e a Determinação Discursiva

Outra especificidade desse discurso que me chama atenção é o uso das aspas, que são empregadas duas vezes em “veterinários” e “verdugos”. Para falar sobre isso, convoco o estudo de Revuz (1998).

A autora analisa o que é produzido no fio do discurso, quando um locutor único introduz o *Outro*⁴⁵. Acentua, em suas pesquisas, a divisão do sujeito e concebe que o mesmo se inscreve em seu discurso na relação que articula um imaginário de coincidência a um real de não-coincidência. Seu estudo é uma reflexão acerca das formas de representação do dizer, o qual é marcado pela heterogeneidade, pela presença do *Outro* constitutivo do discurso.

Com base numa abordagem psicanalítica, a autora concebe um sujeito que é determinado por sua relação com a exterioridade, sendo um sujeito descentrado, dividido. Entende com isso que manifestações do inconsciente irrompem no curso normal da vida cotidiana, como os atos falhos, os sonhos. Desse modo, aquilo que é censurado pode ser apreendido por meio de marcas dessas manifestações que vão produzindo o discurso do inconsciente.

Outra abordagem teórica escolhida por essa autora é a perspectiva dialógica proposta por Bakhtin, segundo a qual duas modalidades de interação inscrevem constitutivamente o outro no discurso. Com base na primeira modalidade, há a pressuposição de que a relação do homem com a língua corresponde a uma teoria

⁴⁵ Revuz estuda a dialogização interna do discurso através da concepção do Outro da teoria lacaniana, considerando, portanto, que o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do Outro.

da produção do sentido no discurso, onde o sentido não é fixo, mas é produzido em situações dialógicas, cujas palavras não possuem neutralidade, ao contrário, apresentam-se carregadas de outros discursos, conseqüentemente, de outros sentidos. De acordo com a segunda modalidade, há uma intervenção na dialogização interior, onde todo discurso tem sua mensagem formada no processo de comunicação. Nesse caso, o próprio locutor incorpora à sua fala a imagem do outro discurso que ele atribui ao seu interlocutor.

O conceito de heterogeneidade explorado por Revuz traz maior especificidade a essa noção do *Outro*, pois, ao distinguir dois tipos de heterogeneidade, a mostrada e a constitutiva, a autora especifica a noção do Outro, inscrevendo-o na seqüência do discurso.

Uma forma complexa de heterogeneidade caracterizada pela autora é a modalidade autonímica, em que o sujeito usa certas palavras em seu discurso e, ao mesmo tempo, mostra-as. Tal modalidade é entendida pela autora como modo de dizer, através do qual a enunciação de um elemento qualquer de uma cadeia é desdobrado, comportando, assim, sua representação reflexiva e opacificante. Essa retomada reflexiva do dizer, de forma marcada, é determinada através de glosas concretamente efetuadas. E é isso que aqui me interessa.

Os exemplos da autora incluem seis tipos de ocorrência dessa modalidade autonímica, os quais ela alinha por uma escala que vai dos mais aos menos explícitos, e dentre eles estão os sinais tipográficos (aspas, itálico) que, segundo Revuz, são formas interpretativas que abrem para a heterogeneidade constitutiva.

Indursky (1997) ao proceder sua análise do Discurso Relatado Marcado refere Revuz, para quem as aspas ao serem empregadas promovem um duplo movimento, indicando que tais sinais assinalam uma recusa do que está sendo incorporado no discurso. O sujeito, desse modo, questiona a veracidade e a pertinência do discurso do outro. Conforme as análises que Indursky faz de seu *corpus* discursivo, as aspas indicam o encontro entre discursos e estabelecem

fronteiras entre suas FDs, que manifestam a presença rejeitada do discurso-outro no discurso relatado marcado⁴⁶.

Feitas essas considerações teóricas, passo a analisar as duas ocorrências em que as aspas aparecem, a partir do termo “veterinários”. Nesse discurso específico, tais aspas apontam formações discursivas divergentes, uma vez que o sujeito traz para seu discurso algo que desqualifica tudo que se construiu acerca da medicina veterinária, ou seja, aquilo que já antecipei, afirmando que, ao contrário de salvar vidas, o que esses profissionais fazem é ceifá-las.

Há, portanto, uma intenção de promover o encontro de dois discursos, cujas FDs distintas acarretam posições-sujeito também distintas, já que uma acolhe a imagem do médico veterinário como sendo aquele bom profissional, que faz jus ao seu título, enquanto que a outra abomina o mau profissional, aquele que usa de sua titulação para realizar práticas indevidas, ou pelo menos, na opinião dessa leitora, não caberia a ele realizar.

Desse modo, o uso das aspas demonstra uma estratégia de esse sujeito mobilizar efeitos de sentidos atribuídos a esse profissional (**mau veterinário**) para em seguida desqualificá-lo, julgando e questionando-o pelo ato praticado. O próprio uso do termo “**verdugos**” presente na **Sd22** vai ao encontro desse efeito de sentido para o qual aponta esse discurso em análise.

Então, penso haver aí duas posições-sujeito, a saber, uma que comunga com o saber coletivo de que o médico veterinário tem uma função útil, social que é promover, zelar pelo bem-estar dos animais, enquanto a outra desqualifica tal profissional quando este pratica atos não condizentes com o exercício da medicina veterinária. Portanto, essa posição desaprova quem exerce tal função de maneira inadequada, atuando como um algoz diante de criaturas agonizantes. Eis a imagem que A (sujeito-leitor) faz de B (mau veterinário). Podemos até nos perguntar: onde isso está dito? A autora realmente afirma isso?

⁴⁶ Para maiores detalhes da análise de Indursky (1997), cf. Parte 3: 2.1 e 2.1.1 de sua pesquisa.

O que estou a dizer é que o uso das aspas de modo algum é casual, ou que não produz sentido, ao contrário, o efeito de sentido aí desencadeado nada mais é do que também uma forma de isenção do dizer, ou seja, o uso dessa modalidade permite inferir que houve uma precaução desse sujeito ao “culpar”, “apontar” algo com o qual não concorda, daí dizermos que a FD com a qual esse sujeito se identifica difere daquela que “julga” e por isso dela se afasta, marcando dessa forma o seu posicionamento.

Há uma “suspensão” do dizer, nesse caso, que permite ao leitor resgatar, a partir da sua leitura, outros efeitos de sentido. Entendo esse processo como um efeito ideológico que aponta para um sujeito heterogêneo, constituído ideologicamente e essa heterogeneidade que lhe é constitutiva se mostra em seu dizer; daí a possibilidade de analisar seu discurso que pretende ao menos produzir o efeito de homogeneidade.

Avancemos, complementando esta análise ainda acerca do termo “**verdugos**”, o qual se apresenta acompanhado da locução adjetiva **de morte**, e isso também confirma o que foi dito acima, pois há uma especificação atribuída ao núcleo nominal que aponta para a FD antagônica. Também a determinação acrescentada ao núcleo nominal **morte “sem sofrimento”** indica uma espécie de acusação feita àqueles profissionais que afirmaram não haver sofrimento para os referidos animais. Temos então um não-dito que se manifesta, resgatado por meio desses dizeres que retornam e confirmam a heterogeneidade do sujeito e do seu discurso.

Outras marcas discursivas mobilizadas, na materialidade léxico-sintática, são os adjetivos empregados para caracterizar os atos dos “verdugos”:

| |
|--|
| <p>↳ Procedimentos hediondos e cruéis</p> <p>↳ Forma terrível</p> <p>↳ Pobres animais</p> |
|--|

Tais determinações intradiscursivas relacionam-se com as interdiscursivas, pois estabelecem uma ligação com a FD com a qual o sujeito se identifica, e isso significa que há uma determinação discursiva que leva o sujeito a saturar seu dizer de modo a apontar/definir, no seu discurso, sua posição acerca do episódio ocorrido, demarcando assim uma fronteira com a FD antagônica à sua. O que as aspas sugerem ou dão a entender, a determinação discursiva, por meio dessas marcas, confirma. Como vimos, isso ocorre porque a concepção de determinação discursiva consiste em um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e *ideológicos*.

4.3.4 No Jogo com os Sentidos, a presença da Metáfora

Na Parte I deste estudo, mencionei que a linguagem, enquanto espaço simbólico, é lugar de deslocamento e para que não consideremos o não logicamente estável como anormalidade, é necessário entendermos o “real”⁴⁷ da língua, que nos faz refletir sobre a linguagem não enquanto universo logicamente estabilizado, mas em sua materialidade e na da história, enquanto região do equívoco em que se encontram ligados materialmente o inconsciente e a ideologia.

Pêcheux (1988) refere a possibilidade de a língua ser afetada pelo equívoco, que em sua forma de materialização se manifesta, mexendo, deslocando, jogando com o sentido:

⁴⁷ Considerando esse real, Gadet & Pêcheux (1981), com base em Milner, trazem a noção de equivocidade discursiva, entendendo-a como aquilo que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da metáfora, do deslizamento, do lapso e do jogo de palavras, e do duplo sentido dos efeitos discursivos.

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (... os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, ou no discurso político...) (op. cit.:301).

Com base no que precede, podemos dizer que é na relação discursiva entre o sujeito e a ideologia que há a possibilidade de jogo, de um real da língua suscetível de deslocamentos, de falhas, uma palavra por outra, e, então, temos a caracterização da metáfora, mobilizada por meio do jogo de sentidos algo que está dito, mas que pode significar outra coisa.

Retomando o que também afirmei lá na Parte III, o sentido precisa ser referido à suas condições de produção e estabelecer relações que ele mantém com sua memória e remetê-lo a uma FD específica, para compreendermos o processo discursivo que indicará a que direção o discurso aponta.

Então, se é por meio do sentido que podemos observar como funciona a ideologia, esta por sua vez produz a evidência, ou melhor, o efeito de transparência da linguagem, (des)abrigando o incompleto, o deslize e a deriva, aí se inclui o trabalho da metáfora enquanto constitutivo do sujeito e do seu dizer.

Com base na concepção lacaniana de metáfora⁴⁸, Pêcheux, ao afirmar o sentido como sendo sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido próprio, preso à sua literalidade, destaca

De fato o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, as expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. Simultaneamente, a transparência do sentido que se constitui em uma formação discursiva mascara a dependência desta última em relação ao interdiscurso. Na verdade a metáfora é sempre determinada por uma região do interdiscurso. (1988: 263; grifos meus)

⁴⁸ A definição lacaniana de metáfora: uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora que se localiza no ponto preciso em que se produz o *non-sens*. Cf. Pêcheux (1988: 262-263)

Feitas essas considerações, enfatizo que é essa concepção discursiva de metáfora que estou considerando neste estudo, pois a mesma vai implicar um processo de produção de escrita e leitura que envolve tanto autor quanto o leitor e produzirá sentidos em relação a uma FD, já que as palavras só adquirem sentido em relação à FD em que se inscrevem.

Voltemos à análise propriamente dita, a fim de considerar a metáfora presente no enunciado **“Varrendo o lixo para baixo do tapete”**, que sem dúvida remete a um saber do senso comum, enquanto elemento constitutivo de um determinado grupo social. Destaco nesse espaço a atuação da memória discursiva, aquela entendida como um tecido social, constituído de sentidos que se entrecruzam com outras memórias inscritas em práticas sociais, conforme Pêcheux (1999). Esse efeito de memória é resultante desse cruzamento que por ser lacunar proporciona os delizamentos, a deriva, a re-significação dos sentidos, os quais podem fazer ressoar saberes outros.

Diz Orlandi (2004) que “Formular é dar corpo às palavras” e isso significa que o corpo das palavras está na formulação de sentidos, na sua produção, envolvendo-os e trazendo-os para si, a partir de um gesto de interpretação. Este é entendido pela autora como sendo constitutivo de todo dizer, é coextensivo ao funcionamento da língua e se liga ao interdiscurso, especificamente aos efeitos da ideologia, enfim, não há sentido sem interpretação.

Sobre o sentido, Orlandi (1999) afirma que

o sujeito, ao dizer, significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (p.53)

Tais considerações estabelecem relação com a metáfora empregada pela autora da carta que estou a analisar. Esse dizer ganha corpo na materialidade

intradiscursiva que relacionada ao interdiscurso promove um efeito de sentido distinto daquele supostamente “literal”⁴⁹, em que se poderia pensar algo como a ação de varrer algo para baixo do tapete. Entretanto, consideradas as condições de produção desse discurso, percebo uma remissão ao fato de se realizar uma tarefa, uma ação apenas para se dizer que fez, não importando como isso foi feito.

Resgatando o assunto do texto *Animais*, interpreto que matar aqueles animais da forma como estava sendo feita, a princípio, para a FD antagônica poderia ser uma atitude viável, já que estaria contribuindo para resolver o problema daquela cidade, a saber, diminuir a quantidade de cães soltos pelas ruas. Por outro lado, considerando o outro domínio de saber, com o qual o sujeito-leitor-autor se identifica, isso não seria uma atitude correta e suficiente para resolver o problema, pois seria o mesmo que dizer: a sujeira permanece lá, em baixo do tapete, só não vê esse serviço “sujo” quem não quer. “Sujo”, na avaliação daqueles que julgam tal comportamento como inadequado, passível de ser repudiado.

Se esse jogo de uma palavra por outra se manifesta na língua, promovendo um deslizamento de sentido, é porque tal deslocamento é permitido pela própria constituição da língua, que é o lugar, o espaço do dito e também do não-dito, que remete a possíveis interpretações ideologicamente marcadas.

Sobre o senso comum, que repetidas vezes mencionei, gostaria de fazer algumas considerações apontadas no estudo de Orlandi (2004) sobre a materialidade significativa da cidade. Essa autora refere o fato de que, embora a sociedade precise da idéia de expressão e criatividade, alguma coisa resiste e nos faz prestar atenção às evidências partilhadas, às representações coletivas, aos automatismos da linguagem que se encontram no centro das reflexões contemporâneas.

⁴⁹ Embora na Parte III, eu tenha feito referência à questão do sentido, é importante reafirmar que, em AD, o sentido nunca é literal, pois conforme Pêcheux (1988:160) ...o sentido de uma palavra, de uma expressão... não existe em “si mesmo”, em sua relação transparente com a literalidade, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras são produzidas (isto é reproduzidas)(...)

Nisso se inclui uma posição defendida pela autora quanto ao que é considerado comum: “Quanto ao comum, é também possibilidade de deriva que marca a diferença. O comum não é fatalmente o banal, ele é o ponto necessário de conversão do público, que, metaforizado, permite ultrapassar o estereótipo, as idéias recebidas, como o irremediavelmente igual.” (op. cit.:56)

Isso permite afirmar que a metáfora mobilizada na carta de Sandra, ao mesmo tempo em que resgata o senso comum, aponta para posições discursivas relativas às FDs, que promovem um jogo com a responsabilidade desse discurso acionado por um sujeito histórico, cuja posição também histórica relaciona-se ao simbólico, ao ideológico, enfim, a uma posição discursiva onde o trabalho do imaginário aí se instaura, produzindo, portanto, o efeito da totalidade daquilo que foi dito e compreendido “perfeitamente” pelo leitor. Ainda que o senso comum pressuponha uma cristalização dos sentidos, isso não acontece, pois o efeito de memória fez ressoar outros sentidos, apontando saberes advindos da FD com a qual o sujeito leitor-autor se identifica.

É assim que podemos compreender que o homem (se) significa por estar sujeito à falha, ao jogo e também à regra. Isso implica que se sujeito e sentido poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos e outras posições, pois “a deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras”, conforme afirma Orlandi (1999).

4.3.5 Referindo o Discurso do Outro

Passo agora à análise da convocação feita às testemunhas do fato ocorrido em Canoas, **“segundo testemunhas, não procede a explicação dada pelos Consta que”**.

Essa é uma forma de discurso relatado que o sujeito-leitor convoca, e ilustra o que Revuz (1998:135,136) trata como uma *modalização do discurso em discurso segundo*. Isso significa que tal modalidade é uma afirmação sobre um acontecimento modalizado por remeter a um outro discurso, empregando uma palavra, tida como emprestada de um exterior. Ex: “João espaireceu longamente, segundo as palavras de X.” A isso denomina a autora de *modalização autonímica em discurso segundo*.

Para Revuz, tais formas são representativas da heterogeneidade mostrada que está relacionada à heterogeneidade constitutiva de todo discurso, designando desse modo a presença permanente de outros lugares, do já-dito, de outros discursos que ao mesmo tempo em que condicionam nossas palavras, nelas ressoam.

Tal reflexão tem por base as duas teorias convocadas pela autora, a saber, a de Bakhtin, que afirma que todo discurso se faz no “meio do já dito de outros discursos”, e a de Pêcheux, que refere o “interdiscurso” quando afirma que todo discurso enunciado por um “eu” em um dado momento, “fala em outro lugar, antes e independentemente.”

Nas análises de Indursky (1997), o discurso relatado apresenta-se sob várias formas e, em uma delas, o Discurso relatado indireto formal, funciona como uma paráfrase do discurso do outro, fundando-se sobre a reformulação das palavras do outro e com isso produz o efeito de homogeneidade. Lembra a autora que tal modalidade, ainda que pretenda, não assegura fidelidade textual. Isso porque o discurso, nesse caso, apresenta-se sob a modalidade da reformulação, limitando-se a fazer referência ao que foi dito: “É justamente essa possibilidade de mencionar o conteúdo do discurso de outro sujeito que abre espaço para a interpretação e a distorção bem como para a discursivização de aspectos não-lingüísticos.” (op. cit.:203)

No caso específico dessa carta que estou a analisar, acredito haver um espaço para interpretação, fundado sobre a reformulação do dizer das

pessoas/testemunhas que afirmam não proceder a explicação dada pelos **“verdugos”** de que não havia sofrimento durante a morte dos animais, já que **“consta”**, ou melhor, **“dizem” que os animais agonizam por horas.**

Atribuir tal dizer a outro representa uma forma de o sujeito-autor dar crédito à sua palavra, reforçando e compartilhando, assim, seu posicionamento desfavorável à matança daqueles animais, através de um ato hediondo e cruel. Estabelece-se com isso aquele efeito de homogeneidade e de gerenciamento daquilo que está sendo dito, “garantindo” também a credibilidade e a aprovação, por parte do provável leitor, ao que se diz.

Eis aqui uma relação com a expectativa daquele sujeito, participante da pesquisa de Rickes (1998), que mencionei na Parte II deste estudo, pois em uma das falas do participante daquela pesquisa, há um dizer sobre o que significa escrever⁵⁰. Com base nessa concepção, o texto é considerado fonte de revelação completa daquele que escreve, como se a identidade e a unidade de ambos, autor e leitor, pudessem ser capturadas, desnudando com isso sua essência.

Segundo Rickes, o autor do texto marca seu escrito com um estilo que lhe é próprio, contudo, isso faz parte daquilo que marca o sujeito em certa posição no mundo da linguagem, o que lhe é sempre fugidivo. Nesse sentido, o lugar ocupado pelo autor é como um efeito de uma série de relações que se estabelecem no espaço virtual de construção do texto, pois ele se constrói em posições diversas que se situam em extrema dependência das interações com outros que ali têm lugar.

A função autor não seria, então, igual à pessoa que escreve, mas uma expressão do sujeito que configura seu espaço de produção em função de interações com outros lugares, sejam de leitura, de interlocução. Nessa perspectiva, tal função não está cristalizada ou substancializada.

⁵⁰ Relembremos seu dizer: “Escrever para mim é uma tortura, é como tirar um pedaço da alma e deixá-la lá, exposta, sem cuidados. (...) Escrever é se colocar, é se posicionar, é ficar exposto” (cf. op. cit.:195).

Para mim, esse lugar ocupado pelo autor, tomado como um efeito de uma série de relações que se estabelecem no espaço virtual de construção do texto, remete à relação do sujeito com a exterioridade que o constitui, pois seu texto é tomado como discurso, em cuja materialidade se inscreve a relação com a exterioridade. Assim, o autor, ao acionar a materialidade histórica da linguagem, ele simultaneamente refere seu texto à discursividade, mobilizando sua identificação com uma posição-sujeito e conseqüentemente com uma FD específica.

Esse sujeito autor - constituído ideologicamente - é tomado como sujeito do “seu” dizer, daí a ilusão de estar totalmente à mostra, por meio de seu escrito, exposto, transparente ao julgamento do leitor, sem o cuidado, o domínio necessário para que tudo seja devidamente interpretado, ou melhor, para que os sentidos não escapem. Daí, também, o cuidado do autor com a leitura que se pode fazer de sua escrita, porém, ao se regressar ao próprio texto, em sua nudez, regressa-se ao que está marcado em vazio, em ausência, em lacuna, cuja historicidade movimenta um trabalho de interpretação tanto do autor quanto do leitor.

Concluindo esta análise, deter-me-ei no enunciado da negação mobilizado pelo sujeito-autor:

Sd22: “O pior de tudo, é a forma terrível como os animais são sacrificados, pois segundo testemunhas, não procede a explicação dada pelos “verdugos” de morte sem sofrimento. Consta que os pobres animais agonizam por horas. Quem fala a verdade?”

Observo que esse dizer está relacionado com o que acima analisei na modalidade autonímica do discurso-outro, porque juntamente com a atribuição do que se diz ao outro, está a negação do discurso da FD antagônica. Ou seja, o discurso atribuído àquelas testemunhas traz uma negação do que acreditamos ter sido dito por aqueles “**veterinários**”, “**verdugos**”.

Com base nisso, percebo que há uma indicação do limite entre o formulável e o não formulável, estabelecido pela diferença entre duas FDs as quais, apesar de

móveis e instáveis, circunscrevem seu domínio de saber e define o que é ou não aceitável discursivamente. Decorre disso o embate da FDX e a FDY, promovido pela presença da negação que convoca aquilo que Courtine denomina enunciado dividido.

Nesse sentido, o enunciado da **Sd21** leva a pensar que estaríamos diante de enunciados distintos que se confrontam e, assim pensando, teríamos os seguintes enunciados:

X Não procede a explicação dada...

Y Os pobres animais agonizam por horas.

Temos em X a representação da FD dos **“verdugos”** contrária à FDY, com a qual se identifica o sujeito-autor, cujo domínio de saber acolhe a opinião contrária ao extermínio de animais tal como o promovido por aqueles que se dizem **“veterinários”** julgando-se, portanto, autorizados a realizarem tal ato. Com base nisso, percebo um enunciado dividido, em que a negação de X orienta para a leitura de um enunciado antagônico, o qual remete a um confronto de posições, como por exemplo:

↪ Os animais não sofreram, quando sacrificados.

↪ Os animais sofreram, quando sacrificados.

No interior desse enunciado, como já mencionei, encontra-se o ideológico que pode ser acessado a partir do intradiscurso, onde a negação é capaz de promover a internalização de enunciados vindos de outros discursos, o que caracteriza esse processo como uma construção que evidencia a presença do discurso-outro⁵¹, conforme Indursky (1997).

⁵¹ O discurso-outro é aqui entendido como o discurso oriundo de uma outra FD.

Contudo, há naquela seqüência uma interrogação que instaura a dúvida da autora quanto a quem estaria dizendo a verdade. Questiona-se a credibilidade do dizer daqueles profissionais, que na opinião dela parecem não merecer crédito algum. Se tal pergunta será considerada na leitura dos participantes desta pesquisa, levando-os a preencher esta lacuna significativa promovida por esse sinal de pontuação, não se pode garantir, a não ser após realizar a análise dos discursos por eles produzidos.

Enfim, por meio desse funcionamento discursivo, pude analisar as marcas formais em uso na linguagem, as quais são conseqüência de um processo maior de constituição do sentido. É por isso que para o analista do discurso há não só a necessidade de ultrapassar os limites da frase, mas também reintroduzir a noção de sujeito, sentido e história, a fim de não trabalhar com a *ilusão referencial de transparência da linguagem*.

Vejamos na seqüência, a análise dos textos produzidos pelos sujeitos-leitores-autores que participam desta pesquisa, a partir da leitura que fizeram do texto-fonte II “Animais”.

4.3.6 Sobre os Textos Produzidos a partir do Texto-Fonte II

As seqüências⁵² abaixo ilustram a produção escrita dos participantes desta pesquisa, com base na leitura que fizeram do texto-fonte II. Delas me sirvo para dar continuidade à análise, sem perder de vista o que me move neste estudo que é investigar, pelo viés discursivo, a dualidade de gênero relacionada à escrita.

Portanto, em que se baseiam tais sujeitos-leitores-autores para afirmarem que há uma escrita masculina e outra feminina, é o meu ponto de partida, a fim de que, ao avançar nas análises, seja possível compreender o funcionamento discursivo

⁵² Destaco novamente que as seqüências discursivas estão reproduzidas como foram escritas pelos participantes, daí a presença de algumas inadequações referentes ao uso da Língua Portuguesa.

dessa atribuição calcada numa lógica que exclui.

O recorte aqui realizado traz textos que apontaram um alto índice de “acerto” coincidindo, portanto, com a autoria do texto-fonte II. Ao término deste Bloco B, estabelecerei uma comparação entre ele e o Bloco C, em que analisarei outro texto-fonte sobre o mesmo assunto (extermínio de animais) só que de autoria masculina.

Na maioria dos textos, faz-se presente a comparação a qual parece ter sido presença constante neste *corpus*, por isso irei considerá-la ao longo das análises. Darei início analisando o modo como esses sujeitos interpretaram o jogo de sentido via metáfora mobilizada no texto-fonte, a saber, **“varrendo o lixo para baixo do tapete”**, já que para eles esta se constituiu numa das pistas significativas para argumentarem. Vejamos como isso ocorreu.

4.3.7 O mo(vi)mento da leitura do texto-fonte II

4.3.7.1 Referindo a Metáfora

Sd23: “As expressões “cruéis” e “varrendo o lixo para baixo do tapete” levam a entender que o texto seja de autoria feminina. Talvez a delicadeza no tratamento da mulher com os animais faz com que esta se revolte com a crueldade que é sacrificar os mesmos, e a segunda expressão, por ser dificilmente um homem “varrer”.

Sd24: **Acredito que** o texto foi escrito por uma mulher dando sentimentalismo, quando fala em “crimes hediondos e cruéis” e por usar a expressão “varrendo o lixo para baixo do tapete”, seria uma expressão feminina.”

Sd25: **“Acredito** que este texto seja de autoria feminina, diante de seu argumento, usa como forma de expressão de sua indignação, retratando “sentimento” e revela “vergonha”, muito próprio dos **pudores femininos**. E ainda usa “varrendo para baixo do tapete”

expressão, também comum ao perfil feminino.”

Sd26: “**Acho** que o primeiro texto foi escrito por uma mulher pois é sentimental e aborda um assunto **que geralmente preocupa mais as mulheres**. A expressão “varrendo o lixo para baixo do tapete parece vir mais de uma mulher, não por que as mulheres é que devem varrer a casa, mas por que geralmente elas é que o fazem.”

Sd27: “**Acredito** que seja uma mulher que escreveu este texto por ter utilizado de sentimentos para descrever sua indignação. Usou também o termo “varrer lixo para baixo do tapete” mais usado por mulheres.”

Na análise anterior, no item 4.3.4, destaquei que a expressão “**Varrendo o lixo para baixo do tapete**” apontava para um saber do senso comum, enquanto elemento constitutivo de um determinado grupo social e para que esse dizer fosse compreendido, considerei a memória discursiva, aquela entendida como um tecido social, constituído de sentidos que se entrecruzam com outras memórias inscritas em práticas sociais. O efeito de memória resultante desse cruzamento proporcionou os deslizamentos, a deriva, a re-significação dos sentidos; desse modo, aquela expressão pôde vir a ser outra e também fez ressoar saberes outros.

Em outras palavras, pude interpretar que “varrer” estava a significar algo diferente da ação de limpar, mas o sentido aí produzido tem o efeito de uma atitude tomada com o intuito de se livrar de algo que incomoda, sem, no entanto se preocupar com a forma como isso vai ser feito, deixando à mostra pistas que conferem à atitude tomada a característica de mal feita, pois a qualquer momento algo pode vir à tona, (a sujeira está lá, embora o tapete pareça limpo) a “maquiagem” é apenas externa/superficial; assim como matar aqueles animais, na opinião daquela leitora, Sandra, não resolveria o problema da presença de animais soltos nas ruas de Canoas.

É assim que interpreto o jogo de sentidos, a partir dessa metáfora mobilizada no texto-fonte II. Vejamos agora como ela re-significa nos textos dos sujeitos leitores-autores.

Sd23- “... por ser dificilmente um homem varrer.”

Sd24- “...seria uma expressão feminina.”

Sd25- “... expressão também comum ao perfil feminino.”

Sd26- “...a expressão parece vir mais de uma mulher, não por que as mulheres é que devem varrer a casa, mas por que geralmente elas é que o fazem.”

Sd27- “...usou o termo “varrer...”mais usado por mulheres.”

Com base nessas formulações, percebo que o verbo **varrer** produz um efeito de sentido referente a um domínio de saber específico, aquele em que a marca da diferença recai na mulher, haja vista a predominância do processo de comparação no discurso desses sujeitos. Afinal, o que estabelece que tal expressão seja tipicamente feminina? Na **Sd26**, parece encontrarmos uma tentativa de ressalva, a qual é feita através de uma negação:

“...não por que as mulheres é que devem varrer a casa, **mas por que geralmente** elas é que o fazem.”

A princípio, estaríamos diante de um tipo de negação que estabelece uma fronteira entre o discurso conhecidamente “machista”- cabendo à mulher varrer/limpar a casa, (caracterizando uma tarefa doméstica/feminina) - e um discurso antagônico, ou seja, que se opõe ao primeiro, considerando que tal tarefa não teria um sujeito específico/único para realizá-la.

No entanto, o que parecia não poder ou querer ser dito, nesse caso, o discurso do outro (de que é a mulher quem deve limpar a casa), passa a constituir esse discurso, emerge no intradiscurso, resgatando um saber constituído e propagado histórica, cultural e socialmente, por mais que se pretenda amenizar com

o uso do advérbio de freqüência: “isso não funciona mais/não é sempre assim; isso é coisa do passado”.

Na tentativa de refutar uma interpretação que revelasse uma posição “machista”, o sujeito leitor-autor acaba por confirmá-la em seu dizer, apontando com isso sua posição-sujeito e conseqüentemente sua identificação com um domínio de saber que admite haver critérios que diferenciam homem e mulher. Esta, conseqüentemente, carrega consigo a marca da diferença. Aí parece não ter havido um deslizamento de sentido como aquele presente no texto-fonte II, já que, nesse espaço discursivo, esses sujeitos-leitores-autores pressupõem uma “literalidade de sentido” em que varrer só poderia mesmo significar a ação de varrer/limpar.

Ao pressupor um sentido numa única direção, esses sujeitos não consideram que tal dizer se relaciona com o interdiscurso e isso faz ressoar sentidos outros, a partir do efeito de memória, o que torna possível identificar a FD mobilizada nesse discurso. Há, pois, uma re-significação desse dito através da memória do dizer, a qual acolhe o que não está dito, porém produz seu efeito. Sentido pretendido, mas não garantido, pois a heterogeneidade do discurso aponta para efeitos de sentido que se mantêm presos a uma rede de memória que simboliza significados importantes numa sociedade.

Assim, tais dizeres remetem a um conjunto de formulações outras que revelam o imaginário do brasileiro sobre essa analogia homem/mulher, ou seja, concebendo a eles papéis e lugares específicos. Atribuições essas que representam um conjunto de formulações anteriores sobre o homem e a mulher, e, com base nisso, mulher é que varre/limpa, ainda que ela coloque o lixo (entenda-se lixo/sujeira mesmo) para baixo do tapete. Lembremos que apesar de esse sujeito apontar diferença de atribuições/papéis estabelecidos para um e outro sexo, no entanto, a FD apontada é específica. Basta vermos a determinação discursiva presente no **perfil feminino**.

Digo isso, pensando que o jogo de sentido que produz a metáfora acionou um outro gesto de interpretação desses sujeitos-leitores. Ainda assim, o trabalho com a memória discursiva que cerca esse enunciado permitiu trabalhar com essas duas dimensões da estrutura, partindo de uma materialidade léxico-sintática e relacionando-a à sua dimensão interdiscursiva.

Se “Formular é dar corpo às palavras”, isso significa que o corpo das palavras está na formulação de sentidos, na sua produção, envolvendo-os e trazendo-os para si a partir de um gesto de interpretação. Este é aqui entendido como sendo constitutivo de todo dizer, é coextensivo ao funcionamento da língua e se liga ao interdiscurso, especificamente aos efeitos da ideologia, enfim, não há sentido sem interpretação. A exemplo disso temos o **“perfil feminino”** interpretado/traçado pelos sujeitos desta pesquisa que ocupam uma posição e, via memória, separaram, elegeram, dentre os elementos constituídos numa determinada condição histórica, aquilo que pôde emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deveria ser trazido à tona discursivamente. Vejamos, então, o quadro do que pôde vir à tona, no dizer sobre o que é “próprio” da mulher:

- ↪ preocupar-se em abordar o assunto sobre extermínio de animais;
- ↪ revelar sentimentalismo ao falar de crimes hediondos e cruéis;
- ↪ tratar com delicadeza os animais;
- ↪ usar de sentimentos para descrever sua indignação;
- ↪ usar a expressão varrer...

O efeito de sentido desses enunciados mobiliza o imaginário social que circula em nossa sociedade de que “à mulher cabe fazer isso e não aquilo”. Percebo com isso uma interlocução entre dizeres sociais, onde a mulher é associada aos

afazeres domésticos diferentemente do homem e esse sentido não é apagado, ao contrário, é reforçado, reorganizado nesse discurso, onde pelo resgate da memória se pode entender como a (re)construção histórica e social se efetua através da memória coletiva e do gesto interpretativo. Conforme vimos em Castoriadis, na Parte I desta pesquisa, estamos diante do retorno daquilo que se edifica sobre bases antigas.

Prosseguindo na trilha da dualidade de gênero pelo viés discursivo, ampliarei os exemplos em que a comparação é recorrente, e também analisarei as demais especificidades presentes nas seqüências discursivas abaixo.

Sd28: “**Acredito**⁵³ ser de autoria de uma mulher, devido aos termos usados, na qual denotam muita sensibilidade, no que se refere ao trato. Uma vez que o homem é mais racional ao encaminhar situações como esta indicada no texto. Ele sintetiza mais as emoções. Ao passo que a mulher em geral expõe de forma natural seus sentimentos.”

Sd29: “Neste texto intitulada “Animais”, **podemos acreditar** que foi escrito por uma mulher, pois é **bastante sentimental**, ou seja, uma **característica mais freqüente no sexo feminino**. Tal traço pode ser observado ao vermos o tema escolhido (extermínio de animais) e na seguinte expressão: “meu sentimento maior...”

Sd30: “**Acredito** ser de autoria feminina pois **a mulher é mais sensível, sentimental**. O homem ficaria com pena **mas** não chegaria a expressar sua desaprovação a tal ato através do jornal.”

Sd31: “A autora do texto 1 é uma mulher porque mostra o lado sentimental do ser humano e quem consegue expor esse sentimento são as mulheres. Os homens têm esses sentimentos **mas** não mostram.”

Sd32: “O texto, **acredito eu**, é escrito por uma mulher, geralmente as mulheres são mais protetoras dos animais que os homens. É uma questão de sentimentalismo. Ex: Consta que os pobres animais...”

Sd33: “Com relação ao texto 1, posso concluir que ele foi escrito por uma mulher pelas características do texto, por haver um certo

⁵³ O destaque dos termos em negrito é feito por mim.

sentimentalismo **que é mais comum em mulheres do que em homens.**”

Sd34: “Não encontrei palavras que definam claramente quem escreveu o texto, mas deve ter sido escrito por uma mulher, pois são elas **que dão mais atenção aos animais.**”

Sd35: “Apartir da leitura deste texto, acho que foi escrito por uma autora. Este julgamento dá-se pelo fato de que, **pelo menos no meu ponto de vista**, as mulheres são mais sensíveis, capazes de solidarizar-se com o sentimento de animais, ao contrário dos homens, **que são mais práticos, mais racionais.**

A suposta autora mostra-se indignada com o extermínio de animais, o que, **ao meu ver**, é uma atitude **mais fácil de ser identificada em uma mulher do que em um homem.** ”

Sd36: “**Ao meu ver**, o texto 1 é de autoria de uma escritora pelo fato da sensibilidade exposta em sua crítica sobre o extermínio de animais, isso fica provado quando diz: ... pobres animais....”

Início apontando uma particularidade dessas seqüências que é o uso da 1ª pessoa em: **“eu acredito”**; **ao meu ver**; **“pelo menos no meu ponto de vista”**; **“podemos acreditar”**; **“posso concluir”**; **“não encontrei palavras que definam quem escreveu o texto, mas...”**.

Observo que, ao tomarem a palavra, esses leitores-autores desconhecem que nesse espaço discursivo eles são mobilizados pelo imaginário social, já que enquanto sujeitos do discurso, eles são afetados por uma FD determinada que os vincula a uma forma-sujeito dessa FD, e isso necessariamente faz com que eles ocupem um lugar que não é pessoal, mas determinado historicamente. No *corpus* selecionado para análise, os participantes, ao serem convidados a opinarem, escrevendo sobre o tema que lhes propus, buscaram em sua escrita responsabilizar-se pelo que foi dito, assumindo suas certezas e partilhando as incertezas (vejamos o uso do nós inclusivo, na **Sd29**), incluindo em seu discurso as demais pessoas, compartilhando, desse modo, seu dizer.

O fato de serem homens ou mulheres a participarem desta pesquisa não

implica a mudança de sujeito, pois esses sujeitos são, antes, determinados pela conjuntura histórica em que seu discurso se institui. Há sim um locutor que exerce a palavra, gerenciando seu dizer, contudo, essa crença de controle nada mais é do que um efeito ideológico.

Nesse sentido, enfatizo que embora haja uma tentativa de particularizar, de trazer para si a responsabilidade do dito, como podemos ver em **“pelo menos no meu ponto de vista”; ao meu ver...”**, esse sujeito convoca discursivamente outros saberes, outros dizeres, que em seu enunciado (re)significam.

Quando a dúvida se instaura, a credibilidade e a homogeneidade de seu dizer necessita ser resgatada, então, esses sujeitos escapam pela via do imaginário social, pressupondo garantir a credibilidade do seu discurso. “Assim, o locutor exerce individualmente a palavra, enquanto o sujeito do discurso o faz como sujeito social, pelo viés da prática discursiva”.

Ainda na materialidade lingüística dos enunciados selecionados, analisarei o processo comparativo e nele a presença dos encaixes sintáticos mobilizados nas seqüências **32, 33, 34**:

- 1) **“...por haver um certo sentimentalismo que é mais comum em mulheres do que em homens.”**
- 2) **“... as mulheres são mais sensíveis, capazes de solidarizar-se com o sentimento de animais, ao contrário dos homens, que são mais práticos, mais racionais.”**
- 3) **“...deve ter sido escrito por uma mulher, pois são elas que dão mais atenção aos animais.”**

Retomando as considerações feitas no Bloco I, em que afirmo haver um entrelaçamento entre a comparação e a negação, sendo esta convocada por aquela nas análises realizadas, aqui, parece estarmos diante da mesma ocorrência, talvez com um destaque mais específico na determinação discursiva, mobilizada por meio das orações adjetivas.

Temos, em (1), a afirmação de que as mulheres são mais sentimentalistas que os homens e isso na realidade aciona dois segmentos:

A- Mulheres são sentimentalistas
mais que
 B- Homens são sentimentalistas

Em (2), a afirmação⁵⁴ de que as mulheres são mais sensíveis e os homens são mais práticos e racionais se desdobra do seguinte modo:

A- Mulheres são sensíveis
mais que
 B- Homens são sensíveis

A- Homens são práticos e racionais
mais que
 B- Mulheres são práticas e racionais

Em (3), teríamos:

A- Mulheres dão atenção aos animais
mais que
 B- Homens dão atenção aos animais

⁵⁴ Esse enunciado, embora apresente uma comparação sem recorrer à estrutura sintática da oração relativa, vale-se da determinação discursiva através do uso do adjetivo sensível: “mulheres sensíveis”.

No intradiscurso, o pronome relativo “que” introduz em (1, 2, 3) as orações subordinadas adjetivas “que é mais comum em mulheres do que em homens”, “que são mais práticos, mais racionais.”; “que dão mais atenção aos animais.”, limitam a extensão do conceito expresso pelos sintagmas nominais, que as orações modificam.

Como vimos, em sua função designativa, as restritivas limitam a extensão do significado de seus antecedentes (*sentimentalismo*), (*homens*), (*elas/mulheres*) e estabelecem, com isso, a localização dos mesmos, os quais passam a ser determinados nesse espaço discursivo. Assim, não se trata de um sentimentalismo de homens e mulheres quaisquer, mas de termos que trazem consigo características específicas, determinadas.

Reitero que, através do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático, há uma remissão a saberes sedimentados que atribuem o que é típico dos homens e das mulheres; eis o pré-construído que novamente se manifesta nesse discurso. Disso decorre uma posição-sujeito que se identifica com aquele mesmo domínio de saber mencionado, o qual estabelece uma diferencial entre homem e mulher, reafirmando ainda que há uma certa gradação que distingue, por meio da comparação, os valores atribuídos às atitudes, aos comportamentos, enfim, às características de um e de outro sexo.

Sobre isso, Pêcheux (1988:99) afirma que o fenômeno sintático da relativa determinativa é (...) a condição formal de um efeito de sentido, cuja causa material se assenta na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, como se o elemento já se encontrasse aí.

Como vimos, os enunciados (1, 2, 3) desdobrados em (A e B) exprimem uma forma de negação entre outras, pois necessariamente não se pretende dizer que acarretam os enunciados negativos, a saber, “Os homens não são

sentimentalistas, sensíveis, ou que não dão atenção aos animais; tampouco que as mulheres não são práticas ou racionais”. Contudo, o valor negativo está no que esses supostos enunciados da negação têm em comum com os da afirmação, como vimos no primeiro bloco. Ainda que tais negações sejam pretensamente refutadas, elas são de certo modo mantidas, já que há razões para se admitir que o sentido desses enunciados negativos implicam a presença da alteridade e conseqüentemente da heterogeneidade discursiva, produzindo assim sentidos diferentes na seqüência em análise.

Esse fenômeno sintático da restritiva manifesta o discurso-outro, entendido como espaço virtual de leitura de um determinado enunciado ou de uma seqüência discursiva. Nesse sentido, enfatizo que essa presença virtual se instaura na materialidade descritível dessas seqüências discursivas, mas ela só pode ser percebida por meio da memória discursiva, que atua de modo a resgatar aquilo que é dito num discurso específico.

Nesse caso, a determinação discursiva, presente nesses enunciados, funciona com elementos capazes de saturar o nome (substantivo), constituindo-se num determinante discursivo, promovendo a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito dessas seqüências discursivas, por meio das *orações adjetivas*.

Avançando na análise, passo agora a mencionar duas ocorrências que caracterizam o enunciado dividido. Incluirei nesta parte tais casos, visto que eles se apresentam nas mesmas seqüências onde o processo de comparação se manifesta.

Sd30: “Acredito ser de autoria feminina pois a mulher é mais sensível, sentimental. O homem ficaria com pena **mas** não chegaria a expressar sua desaprovação a tal ato através do jornal.”

Sd31: “A autora do texto 1 é uma mulher porque mostra o lado sentimental do ser humano e quem consegue expor esse sentimento são as mulheres. Os homens têm esses sentimentos **mas** não mostram.”

Notemos na **Sd30** a presença de posições que se distinguem, a partir do uso

da conjunção *mas* que nos aponta o seguinte:

X o homem ficaria com pena

Y chegaria a expressar sua desaprovação a tal ato através do jornal

Tais enunciados apontam a interpretação desse sujeito-leitor-autor sobre o comportamento, a atitude dos homens em relação aos seus sentimentos. Há, portanto, um juízo de valor expresso quanto à possibilidade de considerar que um homem sinta pena, e ainda que sentisse não se exporia publicamente. Por que isso ocorreria? Será por que ele não consegue?

Na FD com a qual se identifica esse sujeito-leitor, isso seria assumir em público seu lado sensível e sentimental, colocando assim à mostra sua *fragilidade*, talvez até comprometendo sua *masculinidade*, já que isso é considerado coisa de mulher, pois, provavelmente um homem teria outras coisas mais importantes com que se preocupar (ilustrarei e confirmarei isso na próxima e última Sd deste bloco).

Como a promover um diálogo afinado com o sujeito-leitor-autor da **Sd29**, na **Sd30** temos também um sujeito que aciona saberes que se distinguem, a partir da construção “*mas não*” a qual ilustra o seguinte:

a) os homens têm esses sentimentos

mas não

b) mostram

Novamente podemos observar aí um juízo de valor expresso quanto à possibilidade de considerar que um homem seja sensível, embora ele não demonstre. Pressupondo a FD com a qual se identifica esse sujeito-leitor, isso seria

um sinal de fraqueza, talvez até de *feminilidade*, já que em sua opinião essa seria uma característica mais da mulher do que do homem (como nos mostra a comparação), portanto tipicamente feminina. Embora o homem tenha sentimentos, não seria *adequado* demonstrá-los.

Em tais seqüências, vejo que a negação caracteriza nesse discurso uma FD determinada, que admite estar na mulher a marca da diferença, tanto que, se o homem demonstrar atitudes consideradas *especificamente* femininas, isso de algum modo o colocará à mercê de prováveis comentários, opiniões ou até de um julgamento das pessoas.

Dito de outro modo, nessas duas seqüências discursivas, a negação traz para esses enunciados um saber advindo de uma mesma FD, a qual preconiza para o homem uma atitude digna/própria de um homem e não de uma mulher, como é o caso de demonstrar sensibilidade ou sentimentalismo com o extermínio de animais a ponto de tornar isso público. Certamente, ser sensível e sentimental, sentir pena de um animal é comum à mulher e não ao homem; daí dizer que, em seu interior, tal FD acolhe um saber caracterizado, possivelmente, por uma (im)posição social que ressoa (*homem não deve isso, mas aquilo*).

Embora, a princípio, se admita que o homem tenha sentimentos e até possa ser sensível, isso não deve ser assumido, porque poderia colocar em risco sua masculinidade, (*o homem até poderia, mas não deve*), afinal o que os outros vão dizer? Há um “veto” que, apesar de camuflado, procura garantir a permanência da marca do diferente na mulher, pois é ela quem está “autorizada” a demonstrar seus sentimentos, sua sensibilidade, porque isso é natural nela e “não” nele. Se o homem der indícios de que é sensível, logo, em nossa sociedade, será lembrado pelo julgamento alheio “*isso é coisa de mulher*”. Portanto, lugares estabelecidos, sentidos produzidos, FD determinada ideologicamente.

O fato de o homem ser mais ou menos sensível e sentimental não faz com que haja uma mudança do domínio de saber com o qual tais sujeitos leitores-

autores se identificam. Dizer “mulher é mais isso e homem é menos aquilo” estabelece parâmetros que determinam como um e outro devem agir frente a outras pessoas e isso, conseqüentemente, implica julgamento por parte do outro. Se o ponto de vista é que cria o objeto, diria que o olhar/julgamento de um determinado grupo social, no *corpus* em análise, estabelece que há sim uma marca para o diferente e esta tem como representante a mulher, já que no imaginário desses sujeitos isso parece predominante.

Como apontei em Mateus (1989), no Bloco A, no grau comparativo, o valor de uma média ou norma é relativo e depende de valores determinados social e culturalmente: em “um pinheiro grande”, “uma abelha grande”, o “número de mortos em Salvador foi grande”, o valor de grande considerado como norma para os três casos é variável e só contextualmente pode ser definido. Eu diria que pode ser definido discursivamente, considerando o sentido a partir das suas condições de produção, da sua inscrição numa determinada FD, pois, como vimos, é por meio do sentido que podemos observar como a ideologia funciona.

Quanto àquela pergunta feita no texto-fonte II, por Sandra, sequer foi considerada pelos sujeitos-leitores-autores, portanto, não se preocuparam em preencher a lacuna significativa promovida pela interrogação. Tampouco posicionaram de modo contrário ou favorável à matança dos cães, logo, a FD com a qual se identificaram distanciou-se muito daquilo que aquela autora mobilizou em seu texto. Até porque aqueles sujeitos participantes fizeram sua leitura e produziram seus discursos visando identificar quem havia escrito o texto-fonte, e isso fez com que eles buscassem marcas que pudessem auxiliá-los nessa procura. No entanto, se mencionaram a temática do extermínio de animais foi para dizer que isso só poderia mesmo ser uma preocupação feminina e não masculina.

Vejam, abaixo, o quadro das ocorrências que proporcionaram as considerações acerca daquilo que é próprio das mulheres e próprio dos homens:

| MULHERES | HOMENS |
|--|--|
| Expõem de forma natural seus sentimentos | São mais racionais e práticos |
| São bastante sentimentais | Sintetizam mais as emoções |
| São mais sensíveis | Não expressam seus sentimentos através do jornal |
| São protetoras dos animais | |
| Dão mais atenção aos animais | |
| São capazes de solidarizarem-se com os sentimentos dos animais | |
| Indignam-se com o extermínio de animais | |

O exemplo abaixo é de uma Sd que propositadamente deixei por último, justamente porque parece confirmar tudo o que até aqui foi analisado:

Sd37: “Este texto foi escrito por uma mulher isso porque só uma mulher se importaria com um animal agonizando.”

Com base nisso questiono: Será? É a pergunta que responderei no próximo bloco.

A seguir, apresento um quadro síntese das análises realizadas neste Bloco.

Quadro Síntese: Texto-Fonte II e Leitura do Texto-Fonte II

Sujeito-autor ⇒FD ⇒ posicionamento contrário à matança de animais.

Sujeito-leitor-autor ⇒FD ⇒ identificação com um domínio de saber diferente daquele do texto-fonte. A partir do assunto do texto-fonte, resgata o imaginário do que vem a ser uma mulher e quais os papéis estabelecidos e qual o comportamento se espera de uma mulher e de um homem.



Sujeito-leitor-autor ⇒ identifica na metáfora “Varrendo o lixo para baixo do tapete” a marca para identificar o gênero da escrita feminina. Também recorre ao processo comparativo como forma de justificar seu posicionamento. Aciona o imaginário do que cabe à mulher para justificar que só uma mulher se importaria com o sofrimento dos animais.

BLOCO C

4.4 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TEXTO-FONTE III

Neste bloco, trago a análise de outro texto referente ao mesmo assunto do texto anterior “Animais”, também publicado⁵⁵ em 22/09/2003, no jornal Zero Hora, porém tal texto é assinado por Filipe Merker Britto. A ocorrência interessante é que os sujeitos-leitores-autores, a maioria, acreditou que este texto tivesse sido escrito por uma mulher. Vejamos que motivo os levaram a essa conclusão.

Concluídas as duas análises, a saber, do texto-fonte III e a dos textos produzidos pelos participantes a partir da leitura desse texto-fonte, trarei algumas considerações prévias sobre como fica a questão do gênero relacionado à escrita e, ainda, como podemos pensar isso pelo viés discursivo.

As seqüências discursivas que selecionei são estas:

Sd38: “Foi com extremo **pesar e indignação** que **fiquei** sabendo da eliminação de **cãezinhos** de rua da cidade de Canoas. Seria a melhor solução?”

Sd39: “Por não ter um abrigo municipal equipado, que possa dar um mínimo de sustento para estes **pobres seres**, que o único mal que fizeram na vida foi ter nascido e ter sido abandonados, o melhor é fazer uma **matança?** A céu aberto?”

Sd40: “Utilizaremos então do mesmo método para os inúmeros presos do sistema carcerário brasileiro”?

⁵⁵ Justifico mais uma vez a presença dos problemas relacionados à escrita dos textos desse jornal, afirmando que estes estão sendo reproduzidos aqui exatamente como foram publicados.

Já de início, observo que há na **Sd38** um sujeito que assume seu discurso, fazendo uso da primeira pessoa e demonstra seus sentimentos diante do fato ocorrido em Canoas. Por meio de uma circunstância de modo ele enfatiza o quanto se sente revoltado com isso “**...extremo pesar e indignação...**”.

Esse é um discurso em que predomina o questionamento via interrogação, um sinal de pontuação que, conforme aponte, produz seus sentidos, como um discurso de injunção que instaura uma forma de silêncio, através da qual o sujeito-autor abdica do direito de preencher esse espaço. Porém, ao mesmo tempo, tal espaço continua a lhe pertencer, já que aí parece haver uma forma de integração, de convite, promovida pelo autor entre o seu espaço enunciativo e o seu leitor, que poderá ou não dar seqüência à enunciação.

Nesse texto, o sujeito-autor parece agir justamente assim, sob a ilusão provocada pelo efeito-texto, ele comanda seu enunciado, convocando os leitores e, dentre eles, nesse caso, penso estarem incluídas as autoridades competentes, as quais poderiam tomar uma atitude contra essa matança, ao mesmo tempo em que demonstra seu desacordo em relação ao fato.

A escolha do próprio termo “**matança**” aponta o seu julgamento, a sua posição-sujeito assumida e identificada com um domínio de saber que não aceita tal fato, pois há em sua opinião uma injustiça praticada contra vítimas indefesas. Isso pode ser observado pelo emprego da determinação discursiva que acompanha o núcleo nominal **eliminação**. Desse modo, não se trata de qualquer **eliminação**, mas de uma específica, a **dos cãesinhos**, os quais também recebem uma determinação discursiva, a saber, são os **cãesinhos de rua da cidade de Canoas**.

Por meio dessa determinação, manifesta-se o dizer de uma FD que acolhe em seu domínio a discordância desse ato, já que não se justifica a eliminação de tais vítimas. Portanto, nessa FD, as vítimas indefesas extinguidas injustamente parecem ter como defensor um sujeito que acredita haver, nessa situação, uma desvantagem do dominado/vítima em relação ao dominante/culpado, responsável por permitir a

concretização do extermínio, daí a discordância e não aceitação do ocorrido. Isso pode ser percebido, na materialidade léxico-sintática, pela presença do adjetivo **pobres** que antecede e determina o substantivo **seres**, ou seja, ainda que não sejam humanos merecem consideração e tratamento digno.

É o que sugere a **Sd39**, em que o sujeito-autor questiona e simultaneamente julga/critica a solução encontrada para o caso, pois as autoridades do município, poderiam oferecer o mínimo necessário àqueles animais. Esse é o efeito produzido pela negação presente em **“Por não ter um abrigo municipal equipado (...)”**, a qual aponta, e ao mesmo tempo recupera, o dizer vindo de um outro domínio de saber, antagônico ao do sujeito-autor. Ilustrarei isso apontando as duas FDs presentes nesse discurso:

FDX- A autoridade responsável pelo município não dá o mínimo de que necessitam os animais de rua, como abrigo e sustento.

FDY- A autoridade responsável pelo município deve dar o mínimo de que necessitam os animais de rua, como abrigo e sustento.

Esses enunciados acionam duas posições divergentes, a saber, a FDY refere-se ao domínio de saber com o qual se identifica os protetores dos animais, e aí parece estar incluído o sujeito-autor. A FDX refere-se ao domínio de saber daqueles que não se preocupam com esses **pobres seres** indefesos (as autoridades do município de Canoas, por exemplo). Isso se confirma, também, através da forma como o sujeito-autor refere-se aos animais, empregando a voz passiva que os caracterizam enquanto vítimas: **“... o único mal que fizeram na vida foi ter nascido e ter sido abandonados...”**

A própria pergunta sobre se a matança teria sido a solução ideal para resolver esse caso sugere, através do termo **melhor**, uma comparação. Esta, ainda que implícita, é estabelecida para levantar a dúvida, pois, numa escala de valores, a

melhor solução, no julgamento dos responsáveis pelo ocorrido, confirma o descaso para com os animais e reforça, com isso, o confronto entre posições-sujeito e conseqüentemente entre Formações Discursivas. Questiona-se, portanto, que esse **melhor** só é melhor para o dominante (quem mata) e não para o dominado (quem é morto).

A isenção pelo fato ocorrido é verificada em outro questionamento do autor na **Sd39: “A céu aberto?”**, como a afirmar “a olhos vistos” sem sequer preocuparem-se com a opinião alheia, principalmente daqueles que discordam e desaprovam tal feito.

Passando à **Sd40**, observo uma analogia feita a partir de uma pergunta, supondo que o mesmo método utilizado para a eliminação dos animais seria adequado para os presidiários do sistema carcerário brasileiro. Façamos uma primeira comparação entre os presidiários e os animais de rua:

Presidiários ⇔ pessoas que se encontram presas, a fim de pagar por algum ato ilícito praticado contra a sociedade.

Animais de rua ⇔ aqueles que se encontram soltos pela cidade, elevando o perigo de ataques e transmissão de doenças às pessoas.

Agora, vejamos a comparação que é possível ser acionada a partir do substantivo **mal**, empregado pelo sujeito desse discurso, que sugere o seguinte:

Presidiários ⇔ pessoas que fizeram algum tipo de mal contra a sociedade.

Animais de rua ⇔ aqueles, cujo único **mal** que fizeram na vida foi ter nascido e ter sido abandonados pela sociedade.

Com base nesses exemplos, observo que tais animais, para esse sujeito, foram duplamente e injustamente abandonados, pelas pessoas que os rejeitam e pelas autoridades que não se importam com eles, chegando a ponto de matá-los⁵⁶ sem razão justificável; assim, são vítimas e não culpados. Essa é a posição assumida pelo sujeito-autor do texto, é o efeito de sentido produzido a partir de seus questionamentos, os quais, por enquanto, não sabemos se serão ou não respondidos pelos sujeitos-leitores dessa carta publicada, preenchendo uma lacuna significativa nesse texto-fonte específico.

O sujeito-autor, ao marcar seu texto, através do predomínio das interrogações, acaba assumindo suas certezas (uma delas é ser contra a matança de animais de rua) e partilhando as incertezas, como podemos ver na presença do *nós inclusivo* (Sd39). Ao seu discurso, incluem-se as demais pessoas, como uma forma de compartilhar a criticidade pretendida em seu dizer.

Conforme mencionei, na Parte II deste estudo, o sujeito-autor, em seu trabalho de escrita, mobiliza vários e diversificados recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas e diferentes subjetividades. Tal fazer estabelece uma trama entre diferentes recortes discursivos, provenientes de diferentes textos afetados por diversas FDs e posições-sujeito.

É justamente nesse sentido que não só o sujeito-autor como também o sujeito-leitor - como estamos vendo nessas análises - são afetados pelo imaginário de ser fonte de seu dizer, ou seja, sob a ilusão de controle, domínio sobre aquilo que produziu na escrita, na leitura, há uma pretensa transparência, produzindo o efeito da estabilidade e homogeneidade dos sentidos. Tudo isso advém do fato de o sujeito não ter consciência das redes discursivas que atravessam e dão sustentação ao seu dizer. Então, é sobre o efeito-texto, espaço discursivo simbólico, dotado da

⁵⁶ Interessante coincidência foi ter saído uma reportagem na ZH de 25/01/2005 sobre o aumento do extermínio de animais em Porto Alegre. Sugerindo com essa reportagem algumas soluções para o problema: o incremento das adoções e de esterilizações, para que fosse reduzida a população do Canil Municipal e para conter a execução desses animais.

ilusão de homogeneidade, completude, fechamento e transparência, que se instaura a produção de leitura.

Vejam os quais efeitos de sentido os sujeitos participantes desta pesquisa produziram a partir da leitura do texto do Filipe Merker Britto⁵⁷, que, sendo homem, teve a “coragem” de expor seus sentimentos.

4.4.1 O Mo(vi)mento da Leitura do Texto-Fonte III

Nesta seção, analisarei o funcionamento discursivo dos textos produzidos com base na leitura do texto-fonte III. Merece destaque o fato de que quase todos os leitores concluíram que o referido texto tinha sido escrito por uma mulher, havendo somente uma atribuição masculina à escrita. Mesmo quando a dúvida surgia, eles referiam a escrita feminina. Por que será? Sigamos as “pegadas” discursivas encontradas nas seqüências selecionadas para análise.

Novamente enfatizo que tais Sds estão aqui reproduzidas exatamente como foram escritas pelos sujeitos desta pesquisa.

Sd41: “A maneira **mais** carinhosa de falar e a palavra “**cãezinhos**” leva a crer que a pessoa que escreveu é uma mulher.”

Sd42: “Um homem não escreveria **cãezinhos**, além disso o texto apresenta um **sentimentalismo que geralmente a mulher possui.**”

Sd43: “**O uso do diminutivo em cães** indica um sentimento de pena e afeto. Esses sentimentos são **mais** evidentes em mulheres.”

Sd44: “É provável que seja uma mulher que tenha escrito pela **forma carinhosa e sensível que denomina os cães**, os homens **geralmente não** apresentam textos com tais eufemismos.”

⁵⁷ Filipe M. Britto é estudante. (São Leopoldo - RS)

Sd45: “Autoria é feminina, por ter tratado os **cães na forma diminutiva**, expressando carinho e pela forma como **“dramatizou” e “generalizou” a situação .**”

Sd46: “Homens **geralmente não** se preocupam tanto com assuntos relacionados a malstratos em animais, **e também não utilizam termos como cãezinhos.**”

Sd47: “O texto tem uma **tendência feminina** devido a utilização de um **diminutivo na palavra “cãezinhos”, porém** isso não justifica esta afirmativa já que a utilização desta palavra poderia ser apenas uma forma de bem querer os animais.”

Sd48: “A palavra **cãezinhos**, como **está no diminutivo** indica provavelmente uma **postura feminina**, já que numa cultura machista como a nossa, **um homem teria “cuidado”** antes de usar esses diminutivos indicando sentimentalismo.”

Sd49: “O texto foi escrito por um homem, pois ele não se envolve completamente no assunto, o que seria característico de uma mulher.”

Destaco, nessas Sds, o predomínio da referência feita à palavra **cãezinhos**. Essa forma diminutiva funciona para esses sujeitos-leitores-autores como uma “pista segura” que caracteriza a escrita daquele texto como sendo feminina.

Tal pista relaciona-se com o esquema comparativo tão recorrente no mo(vi)mento de leitura desses participantes:

| MULHERES |
|---|
| <p>Evidenciam seus sentimentos de pena e afeto. Geralmente possuem sentimentalismo. Falam de maneira mais carinhosa, usam diminutivos (cãezinhos) Denominam os cães de forma carinhosa e sensível. Dramatizam e generalizam a situação...</p> |

| HOMENS |
|---|
| <p>Geralmente não se preocupam com assuntos relacionados a maltrato de animais. Teriam cuidado antes de usar diminutivos indicando sentimentalismo. Não utilizam o termo cãezinhos.</p> |

Mecanismos lingüísticos mobilizados, efeitos de sentido produzidos e escrita identificada. Mas será que essa marca lingüística, identificada na materialidade léxico-sintática, (uso da forma diminutiva), foi suficiente e evidente para assegurar que o texto-fonte tenha sido escrito por uma mulher, conforme concluíram esses sujeitos-leitores?

Percebo que não, pois, como afirmei lá na primeira parte deste estudo sobre o processo de interpelação do sujeito, eles (sujeitos participantes desta pesquisa) estão sob o efeito ilusório de autonomia em relação ao seu dizer. Desse modo, para que suas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido, isto é, há uma determinação histórica pelo interdiscurso, *por algo que fala antes*, pela memória do dizer que é constituída pelo esquecimento que lhes dá a ilusão de domínio total sobre aquilo de que falam.

Se o fato de o sujeito ser concebido discursivamente como posição significa que ele ocupa um determinado “lugar” para ser sujeito do que diz, isso vem a confirmar que é através das diferentes posições de sujeito num texto que se pode chegar à ideologia dominante. Como isso é possível? Através dos mecanismos lingüísticos, de marcas que orientam o sujeito para possíveis interpretações.

Com base na produção de tais Sds, posso dizer que elas estão inseridas na ordem do discurso, portanto, é esta ordem que mobiliza a lembrança preenchida na memória coletiva daquilo que vem a ser ou é considerado especificamente masculino e feminino. Ao encontro do que tenho percebido nessas análises, destaco o dizer de Courtine (1982) sobre o fato de que o discurso, embora se

realize na língua, tem uma ordem que é distinta da materialidade da língua: “(...) não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável, a ordem do que constitui o sujeito falante em sujeito do seu discurso ao qual ele se assujeita em contrapartida”. (p. 16)

Os sujeitos, que deste estudo participam, sustentam suas opiniões buscando caracterizar aquilo que atesta a presença de um indivíduo no texto. Assim, geralmente, é na identificação de marcas lingüísticas que eles mapeiam, na escrita, o gênero de quem a produziu. No entanto, a especificidade do discurso, a questão do assujeitamento e tudo que isso implica, não se reduz a uma questão de língua em uso, como se fosse um instrumento simples e cristalizado *como se as marcas estivessem lá, bastaria olhar e ver*.

Ao que parece, pela análise das referidas Sds, há um espaço para se refletir sobre a possibilidade de a alternância promovida pelo uso do “ou” distanciar-se do processo de uma logicidade que exclui, abrindo, portanto, um espaço para se pensar na inclusão, quando se trata de atribuir um gênero para a escrita. Isso fica exemplificado no uso do termo **cãezinhos**, cuja interpretação vai apontar para o fato de que este substantivo pode se fazer presente tanto numa escrita feminina quanto numa escrita masculina.

Diante desse funcionamento, questiono a posição de alguns teóricos, cuja perspectiva considera o emprego do diminutivo de modo a registrar razões gramaticais que apontam construções lingüísticas empregadas tipicamente por mulheres, como a forma no diminutivo, por exemplo. Isso é o que aponta Travaglia (1997:47) sobre essa relação linguagem e sexo; e, quanto aos exemplos que demonstram diferenças no uso do léxico ou de certas construções, o autor destaca o seguinte:

- a) Rapaz (Cara), preciso te contar o que aconteceu ontem na festa.
 - a. Comprei uma camisa muito bonita (transada, legal).

- b) Querido (Ai, menino), preciso te contar o que aconteceu ontem na festa.
- Comprei uma blusinha linda!

Sobre tais frases o autor afirma que (a) seria o que se espera que homens digam e não frases como (b), pois essas são típicas de mulheres. O que se conclui, então, é que em (b) o uso do diminutivo caracteriza o sexo de quem fala, ou seja, o sexo de uma mulher e não de um homem.

A propósito ainda dessa relação língua e gênero, cito a gramática de Cunha (1985) a qual também menciona, na parte destinada ao estudo do gênero do substantivo, que a nossa língua conhece dois gêneros: o masculino e o feminino: “O masculino é o termo não marcado; o feminino o termo marcado⁵⁸.”

Observo na reflexão de Travaglia que este toma por base e se prende à análise apenas da materialidade léxico-sintática, para designar o que é marcadamente feminino em relação ao masculino. Desse modo, a produção de sentidos do que vem a ser considerado uma linguagem tipicamente masculina/feminina, afasta-se da concepção discursiva, pois entendo que há que se considerar uma intrínseca relação entre simbólico, social e histórico, a fim de compreender que existe uma organização da língua que é determinada pela ordem do discurso. Isso ratifica que a língua é a materialidade concreta do discurso e este é produzido e elaborado socialmente na e através da língua, nela se apóia, mas não se fixa, pois vai além para contemplar os efeitos de sentido que se movimentam numa produção incessante e mutável.

Enfim, dualidade de gênero à parte, os sentidos na escrita até aqui têm se mostrado oscilantes, o que torna escorregadia sua captura, ou seja, o enquadramento da mesma em uma categoria dual. Logo, questionável parece ser

⁵⁸ Destaco do estudo de Cunha o fato de o autor falar sobre a flexão do gênero gramatical, enfocando que a marca da diferença recai na forma feminina e não na masculina. Outro ponto a se destacar é que alguns gramáticos que estudam nossa Língua Portuguesa não fazem a distinção entre o processo flexional de gênero dos nomes e o sexo dos seres, associando-os de modo a causar uma confusão de ordem gramatical. Mas deixo tal discussão para um outro momento e um espaço mais oportuno, já que, aqui, interessa mencionar que, também nos compêndios gramaticais, podemos encontrar afirmações de que o diferente está centrado no feminino, enfim, na mulher, estando o masculino isento de marcas.

pensar na escrita e nos efeitos de sentido a partir dessa perspectiva tão categórica e estática.

Justifico que, pelo fato de a maioria das seqüências ilustrarem basicamente o processo de comparação, analisarei as Sds que apresentam outras marcas discursivas como, por exemplo, as aspas presentes na **Sd45**:

- ↳ A autoria é feminina, por ter tratado os cães na forma diminutiva, expressando carinho e pela forma como **“dramatizou”** e **“generalizou”** a situação.

Considerando o efeito de sentido que tais termos produzem nesse discurso, interpreto tais aspas como indícios da presença de uma FD e de uma posição divergente que ela abriga em seu interior. Partamos da idéia de que dramatizar implica fazer drama e dentre as várias modalidades de drama há uma conhecida como o “drama sentimental” e este (numa versão teatral) é caracterizado pelo melodrama, que nos remete à divulgada frase: “Fazer drama”, ou seja, exagerar sentimentalmente em determinado acontecimento ou situação.

Relacionando tais considerações àquela Sd, as aspas parecem apontar dois discursos que acarretam posições-sujeito distintas, já que uma reconhece o fato de a mulher ser sentimental, demonstrar preocupação e sensibilidade com os animais diante do fato ocorrido (eliminação dos animais de rua), enquanto que a outra, ainda que não negue haver essa característica “tipicamente feminina” (agora sou eu quem faço uso das aspas), promove uma crítica a esse tipo de atitude. Afinal, por que essa “suposta autora” fez tanto **drama**, e além disso **“generalizou”**, talvez exagerando nos questionamentos que trazem comparações entre os animais e os presidiários, por exemplo.

Observo que o uso das aspas demonstra uma estratégia de esse sujeito referir, atestar essa atitude “feminina” para em seguida criticá-la, posicionando-se frente ao exagerado *sentimentalismo feminino*. O próprio uso do termo

“**generalizou**” produz esse efeito de sentido, no discurso em análise. Lembremos que geralmente criticar implica uma forma de censura, reprovação de quem não está de acordo com determinada situação. Parece haver, então, uma discordância desse sujeito, só que não fortemente marcada.

Portanto, se há alguém que concorde, ou pelo menos não dê tanta importância ao fato de as mulheres agirem assim, esse sujeito-leitor-autor parece importar-se, e de algum modo isso significa através do uso das aspas, deixando à mostra a imagem que A (sujeito-leitor) faz de B (mulher e conseqüentemente suposta “autora” do texto-fonte III).

Com base nisso, reitero que o uso das aspas de modo algum é casual, ou não produz sentido, ao contrário, o efeito de sentido desencadeado nada mais é do que também uma forma de isenção do dizer, ou seja, o uso dessa modalidade permite inferir que houve uma precaução desse sujeito, ao “criticar” algo com o qual talvez ele não concorde.

Entendo que o domínio de saber com o qual esse sujeito se identifica, muito provavelmente, abriga em si duas posições, sendo uma delas a de alguém que constata, porém “critica”; basta atentarmos para a sua constatação de que o texto-fonte III foi escrito por uma mulher e isso porque ela expressa carinho e trata os cães na *forma diminutiva*. Isso apontado, esse sujeito-leitor, por meio as aspas, marca de alguma forma o seu posicionamento.

Dito de outro modo, observo que, nesse discurso, não chega a ocorrer um rompimento do sujeito com a FD dominante, já que, para justificar a escrita do texto-fonte III, ele o faz por meio da identificação com aquele domínio de saber que considera a questão da diferença (é a mulher quem usa diminutivo). Ao afirmar isso, ele acrescenta ao seu argumento aquelas palavras “aspeadas” as quais sugerem que, embora ele, sujeito-leitor, tenha referido e assumido aquela FD, ele tem com ela algumas divergências e estas parecem indicadas através do uso das aspas.

É a partir disso que acredito haver uma “suspensão” do dizer desse sujeito-leitor-autor, o que proporcionou apontar alguns efeitos de sentidos, que (re)velam e (pro)movem o jogo do dito e do não-dito. Assim, entendo esse processo de leitura como um efeito ideológico de um sujeito heterogêneo, constituído ideologicamente e esta heterogeneidade que lhe é constitutiva permite acolher em seu discurso esse jogo do dito e também do não-dito; daí a possibilidade de analisarmos seu discurso que pretende, ao menos, produzir o efeito de homogeneidade.

Desse modo, as aspas, ao serem empregadas, promovem um duplo movimento, só que diferente do que ocorreu na análise que vimos lá no item 4.3.3, pois, na **Sd45**, tais sinais não chegam a estabelecer fronteiras entre duas FDs, mas ilustram uma outra forma de o sujeito representar-se no discurso e isso com certeza ele pode fazer de diversas maneiras, uma vez que sua heterogeneidade e incompletude assim permitem.

No caso da **Sd45**, através da posição-sujeito assumida pelo sujeito-leitor-autor, podemos concluir que a crítica feita é dirigida ao modo como a suposta autora do texto-fonte lida com aquela situação, pois é ela quem demonstra (com dramatização e generalização) seus sentimentos diante do fato ocorrido em Canoas. Basta lembrarmos aquela circunstância de modo que enfatiza o quanto o sujeito-autor se sente revoltado com isso: “...**extremo pesar e indignação...**”.

Advém daí a posição do sujeito-leitor-autor que faz uma crítica ao modo como foi feita a crítica por “aquela mulher” (suposta autora do texto-fonte III). Desse modo, a produção de leitura vai mobilizar essas duas posições-sujeito, as quais estabelecem entre si um processo de interlocução, no interior do espaço simbólico. No caso deste estudo, o leitor instaura uma prática discursiva específica a cada leitura, ao identificar-se ou questionar a posição-sujeito ocupada pelo autor do texto-fonte.

Passemos à **Sd47**:

“O texto tem uma tendência feminina devido a utilização de um diminutivo na palavra “cãezinhos”, **porém** isso **não** justifica esta afirmativa já que a utilização desta palavra poderia ser apenas uma forma de bem querer os animais.”

Nela é possível notar, já de início, um enunciado que se divide em dois outros e aciona saberes que se distinguem, a partir da construção “*porém/ não*” que aponta o seguinte:

- X-** O texto tem tendência feminina devido à utilização do diminutivo **porém não**
- Y-** justifica a autoria ser feminina, já que....

Há uma afirmação quanto ao texto ter sido escrito por uma mulher e uma possível justificativa seria o fato de o texto apresentar uma **“tendência feminina”**, isso por causa do uso da palavra empregada no diminutivo **“cãezinhos”**. Temos aí um juízo de valor expresso quanto à possibilidade de considerar que o uso do diminutivo é algo que caracteriza a escrita de uma mulher e não a de um homem. Esse dizer aponta, portanto, a FDX.

Já no enunciado introduzido pela conjunção adversativa, juntamente com o advérbio de negação, traz para esse discurso a FDY, em cujo domínio de saber parece não haver aquela marca da diferença centrada na mulher, ao contrário, promove a igualdade, visto que **“a utilização desta palavra poderia ser apenas uma forma de bem querer os animais”**, e esse bem querer pode tanto ser demonstrado por um homem quanto por uma mulher. O diminutivo, então, poderia ser empregado por um homem ou por uma mulher, daí a dúvida quanto à escrita daquele texto-fonte ser realmente feminina.

Noto que apesar de esse sujeito-leitor-autor apontar essa possibilidade da dúvida, ao convocar outro domínio de saber, ele assinala (F) para a escrita feminina, somente nesse texto, deixando os demais sem indicação alguma; contudo ele

justifica isso do seguinte modo: **“Creio que os demais textos não possuem uma característica na qual poderia explicitar o sexo do autor.”**

Ao que parece, esse sujeito-leitor-autor identifica-se com a FDX (aquela que considera o uso do diminutivo como algo típico da mulher), visto que dentre os cinco textos ele só assinala e encontra uma característica que lhe dê uma pista no texto intitulado “Animais”. Por que fez isso? Somente por que teve dúvidas quanto à escrita do texto ser masculina ou feminina?

Discursivamente, esse sujeito promoveu um duplo movimento em seu dizer, ao mobilizar duas FD antagônicas, porém, como pudemos ver, somente com uma delas se identifica, ilustrando desse modo uma das possibilidades de o sujeito representar-se no discurso e isso com certeza ele pode fazer de diferentes maneiras, uma vez que tanto o sujeito quanto seu discurso são constitutivamente heterogêneos.

Analisarei agora a penúltima seqüência deste bloco:

Sd48: “A palavra **cãezinhos**, como está no diminutivo indica provavelmente uma postura feminina, já que numa cultura machista como a nossa, um homem teria “cuidado” antes de usar esses diminutivos indicando sentimentalismo.”

Novamente o uso do diminutivo serve como um “gatilho” para se chegar à provável escrita feminina do texto-fonte III. Dito isso, o sujeito-leitor-autor procura justificar o porquê da opção por um e não outro gênero para a escrita; eis a razão:

↳ A cultura brasileira é machista.

↳ Um homem teria “cuidado” antes de demonstrar sentimentalismo.

É importante notarmos mais um emprego das aspas, sugerindo um discurso-outro que aí se manifesta. Qual seria? Vejamos.

O termo “cuidado” produz o efeito de um alerta, uma recomendação de cautela, atenção; mas para qual tipo de perigo ou situação de ameaça? Tudo indica que se trata daquela preocupação com o que os outros vão dizer de um homem que se mostra sensível. Se o machismo considera o sexo masculino superior em qualidades e direitos, então, o homem provavelmente serve como um modelo, um parâmetro para estabelecer a comparação. Daí considerar que, para um homem demonstrar um comportamento ou característica tida como sendo especificamente feminina, alguma consequência isso há de acarretar para ele.

Com base nisso, interpreto que o uso das aspas indica uma posição-sujeito específica, ao apoiar sua justificativa na questão das práticas sociais, entendidas enquanto regras estabelecidas a serem observadas, ou seja, admite que há lugares e papéis estabelecidos para um e outro sexo.

Embora esse sujeito-leitor-autor tenha feito uso do advérbio “*provavelmente*” em seu discurso, podendo com isso demonstrar dúvida acerca de a escrita ser realmente feminina, ele assinala (F) no parêntese indicado, definindo com isso sua escolha, assim como fez o sujeito da **Sd46**.

Eis, então, para concluir este bloco, a **Sd49** que “diferente” das demais seqüências traz uma explicação sobre o porquê de concluir que o texto foi escrito por um homem.

Sd49: “O texto foi escrito por um homem, pois ele não se envolve completamente no assunto, o que seria característico de uma mulher.”

Ao constatar que tal sujeito-leitor-autor havia assinalado (M) indicando se tratar de uma escrita masculina, efetivando sua opinião, isso me causou grande

expectativa, já que, dentre tantos textos, aquele havia sido o único que “garantia o acerto”. Era, portanto, o “diferente” em relação às demais opiniões.

Todavia, observo que sua seqüência traz um argumento que não se distancia daqueles que tenho analisado, pois esse sujeito também aciona o esquema comparativo sugerindo, portanto, por meio dos advérbios “*não e completamente*” os possíveis enunciados:

| |
|---|
| <p>Mulher se envolve no assunto mais que Homem se envolve no assunto</p> |
|---|

Assim como em outras ocorrências, esse dizer convoca, interdiscursivamente, a partir da materialidade léxico-sintática, aquela questão da diferença, mobilizando uma FD determinada e assumindo uma posição também determinada (a marca da diferença, o modo de se conceber e atribuir lugares e papéis ao homem e à mulher). Ainda que não tenham sido empregados os operadores *mais que*, no plano do intradiscurso, a construção sintática do enunciado aciona o esquema comparativo, o qual se confirma, através da memória discursiva. É isso que possibilita o retorno do já-dito e ilustra, portanto, o fato de que falar de discurso implica necessariamente a relação do intradiscurso com o interdiscurso.

Supondo que esse *envolvimento* tenha relação com questões de luta, defesa daquilo em que se acredita, demonstrando indignação, concordando ou não com determinado ponto de vista sobre a questão da matança daqueles animais, percebo que essa é uma interpretação que difere das demais, já que na leitura dos outros sujeitos foi justamente o fato de o sujeito-autor do texto-fonte III ter se envolvido, de modo até sentimental, que eles acreditaram que o texto tivesse sido escrito por uma mulher. Foi o que procurei demonstrar, por exemplo, na **Sd47** e em outras.

Essa interpretação diferenciada das demais parece ter direcionado a escolha desse sujeito, mas, ainda assim, o que ele mobiliza em seu discurso aponta um reconhecimento e uma adesão à determinada posição-sujeito e isso o caracteriza enquanto sujeito afetado ideologicamente, pois assume uma posição dentro de uma FD que corresponde ao seu lugar na formação social.

Acrescento ainda que a constituição desse sujeito é não só ideológica, mas também psíquica, visto que o processo de interpelação estabelece sua ligação com o imaginário. Daí dizer que a constituição do sujeito é produzida pela relação com o simbólico e isso vai ao encontro do que ênfase no referencial teórico deste estudo, ou seja, a relação imaginária liga-se à questão do assujeitamento sob a forma de autonomia do sujeito. Então, conforme mencionei lá na Parte III, esse sujeito se submete à linguagem mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação enquanto sujeito.

Diante das análises até aqui realizadas, considerando as condições de produção dos discursos, sobretudo a questão ideológica, sócio-histórica da/na prática dos sujeitos-leitores-autores, procurei demonstrar que a constituição do sujeito se dá a partir da sua relação com o outro, estabelecendo uma relação ativa no interior de uma FD. Logo, esses sujeitos movimentaram-se ora identificando-se com uma FD feminina, ora com uma FD masculina, numa representação discursiva heterogênea, ideológica, naturalmente, possível.

Quanto àquelas interrogações presentes no texto-fonte do sujeito-autor, percebo que elas não foram desconsideradas pelos sujeitos-leitores-autores, pelo modo como eles interpretaram aquele discurso, observando nele o tom crítico do mesmo. Talvez isso se deva justamente aos questionamentos levantados pelo autor do texto-fonte e isso também pode ter contribuído para aquela interpretação de que, em se tratando desse tipo de preocupação “sentimental” com os animais de

rua, só poderia ser coisa de mulher. Basta observarmos os efeitos de sentido produzidos, por exemplo, na **Sd45**. Portanto, a meu ver, aquelas perguntas foram de algum modo consideradas e, assim sendo, as lacunas significantes deixadas pelo sujeito-autor foram preenchidas com os sentidos possíveis advindos da interpretação daqueles sujeitos- leitores-autores.

Concluo esse bloco enfatizando que se dizeres foram retomados nesse movimento de leitura, é porque há algo que fala antes em outro lugar. Lembremos, pois, que o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem, *“ele não “brota do nada, mas assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”*.

Apresento, abaixo, o quadro síntese das análises realizadas neste bloco.

Quadro síntese: Texto-Fonte III e Leitura do Texto-Fonte III

Sujeito-autor ⇒FD ⇒ posicionamento contrário à matança de animais.

Sujeito-leitor-autor ⇒FD ⇒ identificação com um domínio de saber diferente daquele do texto-fonte. A partir do assunto do texto-fonte, resgata o imaginário do que vem a ser uma mulher e quais os papéis estabelecidos e qual o comportamento se espera de uma mulher e de um homem.



Sujeito-leitor-autor ⇒ identifica na forma diminutiva “cãezinhos” a marca para identificar o gênero da escrita feminina e também recorre ao processo comparativo para justificar o sentimentalismo da mulher. Aciona o imaginário do que cabe à mulher para justificar que só uma mulher se importaria com o sofrimento dos animais.

BLOCO D

4.5 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TEXTO-FONTE IV

O texto em análise é assinado por Tânia Maria Arruda Hoefel⁵⁹ e, assim como os outros, foi veiculado pela Zero Hora, em 15/09/2003, e aborda o tema homossexualidade⁶⁰. Antes de iniciar a análise, trago algumas considerações⁶¹ sobre o assunto feitas pelo Psicólogo Claudecy de Souza⁶² (2005) para quem a homossexualidade é um estado mental e não uma doença ou desvio de comportamento ou perversão, como se pretendeu até a algum tempo atrás. Todavia podemos, ainda, encontrar pessoas que insistam nisso, inclusive no meio dos profissionais de saúde. Algumas mudanças referentes a essa questão possibilitam apontar uma trajetória cronológica:

1973 - a APA (Associação Psiquiátrica Americana) propõe e aprova a retirada da homossexualidade da lista de transtornos mentais (passa a não ser mais considerada uma doença).

1985 - O Conselho Federal de Medicina do Brasil (CFM) retira a homossexualidade da condição de desvio sexual.

Anos 90 - O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), onde são identificados por códigos todos os distúrbios mentais, que serve de orientador para classe médica, principalmente para os psiquiatras, também retirou a homossexualidade da condição de distúrbio mental.

1993 - A Organização Mundial de Saúde (OMS) retira o termo **homossexualismo** (que da idéia de doença) e adota o termo **homossexualidade**.

⁵⁹ Tânia M. A. Hoefel é advogada (São Leopoldo - RS).

⁶⁰ O motivo que proporcionou o comentário sobre a homossexualidade, na carta do leitor, foi a Parada Gay ocorrida no mês de junho de 2003, no Parque da Redenção em Porto Alegre.

⁶¹ Tais considerações manifestam-se em algumas das análises deste bloco, por isso as menciono nesta parte.

⁶² A referência feita ao Psicólogo e também Psicoterapeuta Sexual, Claudecy de Souza, tem por base seu texto intitulado Homossexualidade veiculado pela internet (www.pailegal.net/psisex.asp - nov./2005).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou nacionalmente uma resolução que estabelece normas para que os psicólogos contribuam, através de sua prática profissional, para acabar com as discriminações em relação à orientação sexual. Segundo Souza, é importante lembrar que, no Brasil, sob o ponto de vista legal, a homossexualidade não é classificada como doença. Sendo assim, os psicólogos não devem colaborar com eventos e serviços que se proponham ao tratamento e cura de homossexuais, nem tentar encaminhá-los para outros tratamentos. Quando procurados por homossexuais ou seus responsáveis para tratamento, os psicólogos não devem recusar o atendimento, mas sim aproveitar o momento para esclarecer que não se trata de doença, muito menos de desordem mental, motivo pelo qual não podem propor métodos de cura.

Existem inúmeras teorias psicológicas e biológicas tentando explicar a origem da homossexualidade. Tais teorias são abundantes em opiniões e afirmações. Para Souza, a questão de ser a homossexualidade um desvio ou não está mais ligada a fatores culturais, econômicos, religiosos. Conforme as necessidades de uma determinada cultura, os valores mudam. Os escritos antropológicos e históricos apontam que, em muitos casos, o comportamento sexual do homem é orientado política e economicamente obedecendo então aos interesses do estado.

Feitas essas considerações, vejamos as seqüências discursivas que serão analisadas:

Sd50: “A Igreja Católica é a única fundada por Jesus Cristo.”

Sd51: “Por isso, como depositária da fé, deve ser firme e fiel aos mandamentos de Deus.”

Sd52: “E não é a igreja que proíbe relações entre pessoas de sexos iguais, e sim Deus que as abomina.”

Sd53: “Portanto, todos os que são de Deus devem abominar também.”

Sd54: “Aliás, quando estudei Direito, na cadeira de medicina legal, aprendi que o homossexualismo é um desvio de conduta equiparado à pedofilia.”

Sd55: “Então, dizer que isto é normal, além de nos afastar da graça divina, nos afasta da normalidade.”

Na **Sd50**, destaco, no nível intradiscursivo, a presença do Sintagma Nominal **A Igreja Católica**, cujo núcleo representado pelo substantivo igreja vem acompanhado do artigo definido feminino “a” seguido do adjetivo “católica”. Tal construção léxico-sintática aponta uma igreja denominada especificamente, ou seja, não é de qualquer igreja que se fala. Soma-se a isso outra ocorrência ainda mais delimitadora desse núcleo nominal que é o predicativo **única fundada por Jesus Cristo**. Percebo, através desse enunciado, a exclusividade referida ao nome “Igreja” (grafado em letra maiúscula) atribuindo a ela determinada especificidade. Mas a que se deveria tal destaque empregado pela autora dessa carta?

Sabemos que entre Deus e o homem há uma relação dissimétrica e, para que essa relação possa ser entendida, segundo Orlandi (1996), é preciso referi-la à noção de fé, já que esta representa a possibilidade de mudança rumo à salvação. A fé pode ser entendida como uma graça recebida de Deus pelo homem, é um dom divino e isso, de certa forma, marca essa articulação entre o homem e Deus, que se realiza através do espírito, sendo a fé uma das qualidades do espírito.

Portanto, é a fé que distingue os fiéis dos não-fiéis, ela funciona como parâmetro de delimitação e, sendo assim, para aqueles que crêem, o discurso religioso é uma **promessa de salvação**. Isso atua como um princípio de exclusão e o espaço, onde se dá a exclusão, é a igreja, os que a ela pertencem, e nela crêem,

e os que não crêem. Desse modo, a igreja concentra em si a responsabilidade e a autoridade sobre os fiéis.

Ao falar do poder da palavra, especificamente, no discurso religioso, Orlandi (op. cit.) ressalta que ser representante nesse tipo de discurso é estar no lugar de e não estar no lugar próprio. Já em outros discursos, por exemplo, o sujeito poderá falar do lugar próprio, ou seja, munido de um diploma, com o estatuto jurídico que lhe compete. Nesse sentido, observo que aquela autora da carta, Tânia, fala do lugar de ex-aluna, atual advogada, cujo discurso se reveste do mecanismo de apropriação e legitimação do discurso da medicina legal, enquanto alguém com conhecimento de causa sobre o homossexualismo.

Considerando que, no campo da religião, no cristianismo, por exemplo, há uma visão maniqueísta, que estabelece uma divisão dual entre o bem e o mal, cuja representação se dá pela oposição entre Deus e o diabo. Em decorrência disso, ou se está do lado do bem, abominando o homossexualismo, ou de Deus se afasta, ao considerar tal a prática (homossexualismo) normal. Observo aqui a questão social/religiosa desencadeada pelos termos (**normal/normalidade**).

Sobre a relação entre o discurso religioso e as marcas nele presentes, Orlandi (1996) afirma que, pela caracterização da dissimetria entre Deus e o homem, este acumula os valores negativos e, entre eles, o de que nasceu com o pecado, e o pecado é o não a Deus. Assim, o discurso religioso, para afirmar o que é positivo, deve negar o negativo, enfim, deve negar o sim pressuposto, do homem, ao pecado (que é negação).

É a retórica da denegação, agora referida ao problema da fé (disposição para mudar em direção à salvação), que explica a configuração típica das grandes partes de várias espécies de discurso religioso. Essas grandes partes se organizam de acordo com o esquema da exortação, enlevo e salvação. Dessa afirmação me interessa um dos componentes da exortação, o da quantificação, que significa a

delimitação da comunidade, separa-se o “nós” e “aqueles que” dos outros que são excluídos.

O discurso da negação presente nas Sds selecionadas convoca essa dualidade entre o bem e o mal, além de garantir a salvação, através da benção/grança divina. A dissimetria entre Deus, homens e mulheres pode ser entendida através da seguinte representação:

Deus ⇨ interpela, ordena, condena, salva

Homens e mulheres ⇨ obedecem, pedem, agradecem, louvam

Com isso podemos ver que, na relação com o sagrado, há um poder divino e absoluto de um lado e de outro uma vontade de poder; no caso do discurso em análise, isso ocorre através do lugar ocupado pela autora, ou seja, ela se reveste da autoridade que lhe é conferida enquanto advogada, que detém o saber referente à sua profissão. É possível perceber em seu discurso uma vontade de poder, porém não se trata de um poder supremo, pois ela fala do lugar de conhecedora das causas jurídicas; já das causas divinas ela atua como efeito de porta-voz, enquanto católica e fiel cristã.

Sabendo que o sujeito discursivo pode se representar sob diferentes formas, podendo no interior de seu discurso estabelecer uma relação de confronto com o discurso-outro, ou seja, o discurso de uma outra formação discursiva, percebo que é exatamente isso que ocorre no enunciado da **Sd52**, em cuja materialidade lingüística temos a presença da negação, a qual se caracteriza discursivamente por uma relação marcada pela tensão e antagonismo entre duas

posições, duas formas-sujeito, que mobilizam, através do esquema (**não ... frase afirmativa**), os seguintes saberes:

X não é a igreja...

Y sim Deus...

Vale dizer que essa negação convoca uma relação de poder hierárquica entre a igreja e Deus, conferindo a Este a supremacia da condenação daquilo que se considera abominável. Como se não bastasse saber que a igreja condena a homossexualidade, foi preciso destacar o veto divino a tal prática entre pessoas do mesmo sexo. É notável também que esse Deus é específico, e não qualquer um, trata-se do Deus venerado pelo catolicismo, logo, é um Deus que abomina aquelas relações entre sexos iguais. Isso podemos perceber através das marcas intradiscursivas, nesse caso, mais uma vez o uso da oração relativa introduzida pelo pronome relativo “que”, o qual restringe o núcleo nominal Deus, apontando com isso a manifestação do pré-construído, que sem dúvida pressupõe a materialidade da língua, mas ultrapassa-a convocando via memória discursiva outros dizeres.

Dessa negação, refuta-se a afirmação de que seria a igreja que proíbe o homossexualismo:

X não é a igreja ... e sim Deus...

Y é a igreja ... e não Deus...

Aí está o resgate do não-dito que materializa lingüisticamente as contradições interdiscursivas, convocando saberes distintos, possíveis de serem recuperados pela memória discursiva. É assim que o sujeito recupera, no interdiscurso, o discurso-outro e insere-o no seu discurso através da negação, a qual possibilita o jogo entre duas formações discursivas, a saber, uma que acredita, afirma ser a igreja que proíbe o homossexualismo e, portanto, não é Deus que a abomina, e a outra que não acredita e, assim, nega partir da igreja tal proibição, afirmando ser Deus quem abomina tal fato. Contudo, a FD com a qual o sujeito desse discurso se identifica é a X, ou seja, aquela que confere a Deus o poder maior de condenação, de repúdio ao que é considerado anormal.

Outra especificidade deste discurso é o emprego do adjetivo **única** para predicar o núcleo do SN, **Igreja**, que somado à determinação feita pelo o artigo feminino **“a”**, juntamente com o adjetivo modificador **católica**, refere o fato de não se tratar de qualquer igreja, mas da **Igreja Católica**, “única fundada por Jesus Cristo”. Isso aponta uma determinação que vai além, pois, discursivamente, trata-se de um enunciado que resgata, recupera um discurso-outro, ou seja, de uma outra FD, cujo saber implica considerar a existência de outras igrejas, mas somente uma traz consigo a credibilidade por ter sido obra de Jesus. Eis que a exclusão aí se manifesta, pois, a edificação do templo sagrado parece mérito exclusivo do catolicismo.

Além disso, o que observo na **Sd54** é um entrecruzamento dos campos do social/jurídico e da religião, visto que ao comparar o homossexualismo à pedofilia, considerando ambos como um desvio de conduta, a autora desse discurso fala do

lugar de ex-aluna do curso de Direito. Logo, do lugar de advogada, conforme afirmei, ela sugere ter adquirido o conhecimento de causa, portanto, fala com propriedade e certa autoridade sobre o tema.

É assim que penso haver nesse discurso o entrecruzamento que mencionei, pois a autora tem como referência para denominar o que é normal, normalidade, o seu conhecimento adquirido no curso superior. Portanto, vale-se dele para julgar e de certa modo alertar aqueles que porventura acharem normal o homossexualismo, pois terão a graça divina afastada de si. O que seria então considerado normal, a fim de que a normalidade pudesse ser mantida?

Se o normal pode ser entendido como aquilo que está em conformidade com a norma, o que é regular ou mesmo exemplar, poderíamos pensar o que, em nossa sociedade, é considerado normal, ou seja, o que está de certo modo submetido às leis jurídicas e, a exemplo disso, temos a não legalidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo em nosso país. Essa normalidade, enquanto mantenedora do “status quo” da sociedade, traria o pretendido equilíbrio e conseqüente controle daquilo que pela lei divina é repellido, pelo menos para os fiéis seguidores da doutrina católica. Isso é o que nos aponta a **Sd55**, em cuja materialidade léxico-sintática há o advérbio **além** que nos possibilita essa leitura, promovendo então o entrecruzamento de campos discursivos distintos e convocando o interdiscurso.

Avançando na análise, destaco ainda o uso do **nós** nessa mesma Sd. Num primeiro momento, há o uso da primeira pessoa na remissão feita ao pretérito “quando **estudei** Direito..., **aprendi** que o homossexualismo é um desvio de conduta...”. Já ao advertir sobre a perda da graça divina, a autora o faz não mais em primeira pessoa do singular, mas em primeira do plural “além de **nos** afastar da graça divina, **nos** afasta da normalidade”.

À presença desse **nós** inclusivo, segundo Indursky (1997), associa-se uma coletividade que, no meu entender, trata-se de uma coletividade específica, ou seja, há aí uma inclusão não só do sujeito desse discurso, enquanto católica, seguidora fiel, mas também de todos aqueles que são de Deus, todos que concordam que o homossexualismo é anormal. Daí dizer que temos uma ex-

aluna de Direito, hoje advogada, portanto, um eu assumido, que se inclui junto àqueles que crêem nos mandamentos de Deus, e, ao falar da ameaça de perder a proteção divina, deixa clara sua posição assumida.

Enfim, discursivamente, podemos notar que o lugar discursivo dessa autora, é efeito do lugar social de ex-aluna de direito, atual advogada e católica fiel à sua crença, e sua posição-sujeito assumida considera anormal o homossexualismo⁶³, já que a FD com a qual se identifica é a católica, eu acrescentaria, ortodoxa. Vejamos abaixo o quadro referente às Formações Discursivas mobilizadas:

⁶³ O uso do termo homossexualismo, que intitula a carta de Tânia, também nos possibilita referir sua posição.

FD1 (CATÓLICA)

DEUS



JESUS CRISTO



IGREJA CATÓLICA



SEGUIDORES FIÉIS



HOMOSSEXUALISMO

ANORMAL

FD2 (NÃO-CATÓLICA)

OUTRAS CRENÇAS



QUEM NÃO É DE DEUS/NEM DE

JESUS



HOMOSSEXUALISMO NORMAL

Como podemos observar, há uma hierarquia pressuposta no referido discurso, importando, pois, estar em aliança com Deus, visto que é Ele o soberano. Conseqüentemente, estando a Igreja Católica encarregada de propagar a palavra de Deus aos seus fiéis seguidores, constituindo-se em força da devoção, quem está com Deus segue os seus mandamentos, logo, enquanto católicos, condenam o homossexualismo.

Embora eu não desconheça o fato de existir segmentações dentro do Catolicismo, o texto de Tânia parece consoante com uma FD católica, cujos dogmas não são postos em dúvida, ao contrário, são seguidos com fé por todos aqueles que são de Deus. Isso fica ilustrado pelo uso do pronome indefinido **todos**, presente na **Sd53**, o qual sugere abrangência, alcançando talvez até aqueles que não

professam/praticam o catolicismo (destaco aí os mandamentos a serem seguidos pelos fiéis). Todavia, se atentarmos para o discurso de que é a Igreja a responsável por não fraquejar ou ser infiel aos dogmas da doutrina católica, esse pronome **todos** vai remeter à Igreja Católica, mais especificamente àqueles que comungam com os desígnios divinos de condenação ao homossexualismo. Mas como isso funciona discursivamente?

Por meio da manifestação do pré-construído, presente no discurso de Tânia, ilustrado pela presença da oração relativa restritiva **os que são de Deus devem abominar também**. Vejo com isso que há uma delimitação para esse “todos”, já que não se trata de uma generalização; antes, refere-se a uma parcela de pessoas que crêem em Deus de tal modo que, enquanto seguidores de sua profecia, de seus mandamentos, são tementes a Ele, inclusive no dever de abominar relações entre pessoas do mesmo sexo. Desse modo, na busca pela salvação, sendo temente a Deus, não cabe apoiar tal prática, já que isso atuaria como uma ameaça, a saber, afastar-se da graça, da bênção divina.

No nível do interdiscurso é que esses saberes podem ser recuperados, via memória do dizer e, através dela, observo que duas são as FDs mobilizadas nesse discurso, a saber, a Cristã ou Católica e a outra Não Católica. Disso advém uma posição-sujeito que comunga, como tenho dito, com os dogmas do Catolicismo, portanto, repele o homossexualismo e outra que, ao afastar-se da normalidade (lembro que aquilo que, em sociedade é considerado normal é a relação entre sexos opostos, ou seja, a heterossexualidade), afasta-se também de Deus, dos mandamentos divinos e conseqüentemente não pode, ou talvez nem deva ser considerado católico. Uma vez que há a proibição, o veto, a escolha se coloca: ou se está do lado do bem ou do se está do lado do mal, visto que a fé, Deus, enfim, o poder divino parece ser intocável, pelo menos nesse discurso em análise.

Detalhando a análise do termo **todos** da **Sd53**, em seu funcionamento léxico-sintático, temos o seguinte: a) **“todos”** aparece como um núcleo substantivo do SN acompanhado de b) o **“que”**, pronome relativo, introduz a oração relativa que restringe o tipo de núcleo a que se refere. Observo que (a) e (b) relacionam-se pelo uso do pronome relativo, o qual introduz uma oração subordinada adjetiva **os que são de Deus devem abominar também**, e limita a extensão do conceito expresso pelo sintagma nominal que a oração modifica, **todos**. Assim, não se trata de quaisquer pessoas, mas de pessoas que comungam dos saberes da FD católica e tudo que isso implica.

Opera-se a partir dessa estrutura léxico-sintática, através da oração adjetiva, o funcionamento da determinação discursiva, que satura o nome e habilita-o a ocupar um lugar em uma seqüência discursiva e isso ocorre a partir de um efeito de sentido onde intervém conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e *ideológicos*. Assim é que analiso essa característica presente no discurso de Tânia, ou seja, a um pronome indefinido substantivo, acrescenta-se uma identificação do dito, que satura e pretende suturar o efeito de sentido desencadeado. Aí está a identificação do dito com a posição-sujeito afetada por uma FD específica e assumida nesse discurso referido. Enfim, a questão que se coloca, na seqüência dessa interpretação, é saber o que no discurso de Tânia contribuiu para que os leitores pudessem atribuir uma identidade à escrita, a partir do gênero por eles identificado.

4.6 O MO(VI)MENTO DA LEITURA DO TEXTO-FONTE IV

Nesta seção, analiso as seqüências discursivas produzidas a partir da leitura do texto-fonte IV. O recorte aqui realizado traz textos, cujas opiniões oscilaram entre ter sido um homem quem escrevera o texto-fonte ou uma mulher. Poucos foram os que opinaram ter sido uma mulher a “legítima” autora. Ao término deste Bloco D, estabelecerei uma comparação com o Bloco E, em que analisarei outro texto-fonte sobre o mesmo assunto (homossexualidade) só que escrito por um homem. Abaixo, apresento as seqüências:

Sd 56: “Provavelmente, é masculina, é muito agressiva, e geralmente **os homens têm mais dificuldades em aceitar diferenças.**”

Sd57: “Acho que é mulher porque o homem trataria desse assunto com mais MACHISMO⁶⁴, egoísmo também.”

Sd58: “Acho que o texto é de autoria masculina pois a mente fechada em relação ao homossexualismo é **mais comum entre os homens**, principalmente quando envolve religião.”

Sd59: “O preconceito contra homossexuais é **mais comum para homens.**”

Sd60: “É provável que seja uma mulher pois parece escrito por uma pessoa muito bitolada pela religião e **isso acontece mais com as mulheres** que sofrem a influência de uma família muito opressora.”

Sd61: “Pelo radicalismo das palavras, dá idéia de um homem machista que fala do homossexualismo em geral, **mas pensa no homossexualismo masculino.**”

⁶⁴ As seqüências estão reproduzidas exatamente como se apresentam no texto original.

Sd62: “Masculina, porque apegou-se diretamente no cunho religioso **para não demonstrar sua insegurança e preconceito pessoal** em relação ao assunto.”

Sd63: “Geralmente, mulheres **não têm tanto preconceito** ao homossexualismo.”

Nas seqüências selecionadas, ocorre a presença do processo comparativo e ainda que o mesmo seja uma constante neste *corpus*, considero importante referi-lo, pois isso ilustra o recurso mais acionado pelos sujeitos-leitores, ao buscarem via imaginário aquilo que representaria, para eles, uma identidade da escrita.

Na **Sd56**, percebo a generalização feita ao se referir à aceitação de diferenças ser mais difícil para os homens e, nesse caso, entre as diferenças referidas está a homossexualidade, tema do texto-fonte IV. Vale lembrar que cada seqüência discursiva aqui selecionada foi produzida por um leitor diferente. Vejamos os quadros que ilustram o processo comparativo presente em algumas Sds:

A- Homens têm dificuldades em aceitar diferenças

mais que

B- mulheres têm dificuldades em aceitar diferenças

A- Homem trataria desse assunto com machismo e egoísmo

mais que

B- mulher trataria desse assunto com machismo e egoísmo

A- Homens têm mente fechada em relação ao homossexualismo

mais que

B- mulheres têm mente fechada em relação ao homossexualismo

A- É comum para homens o preconceito contra homossexual

mais que

B- é comum para mulheres o preconceito contra homossexual

Na realidade, o que está em questão nessas comparações é o fato de os homens serem considerados mais preconceituosos em relação ao homossexualismo do que as mulheres. Isso não significa que o fato de elas serem menos preconceituosas, na opinião dos leitores participantes da pesquisa, autoriza-nos a afirmar que elas não sejam preconceituosas.

Ao dizer que um é mais e outro menos, comparando homens e mulheres, nesse enunciado, a diferença se destaca em maior grau no homem, pois refletem as posições tomadas pelo sujeito-leitor, que se distanciam, (*homem/mais; mulher/menos*). Contudo, permanecem dentro de um mesmo domínio de saber, onde o preconceito quanto ao homossexualismo existe, é passível de julgamento e, nesse caso, é o homem que parece não aceitar. Em se tratando desse tipo de relação, instala-se o jogo oscilante entre o querer e o poder aceitar, ser a favor ou contra, pelo menos no convívio em sociedade, isso, sem dúvida, traz conseqüências diversas.

Ao dizer **mais A do que B** mobiliza-se a função semântico-discursiva, que vai além do nível intradiscursivo, pois coloca em jogo dizeres que se distanciam e

isso permite apontar uma argumentação específica, referindo uma característica masculina (homem machista = preconceituoso). Isso é o que mostra a **Sd61**, cuja afirmação coloca em pauta o referido machismo, ao mesmo tempo em que promove um jogo discursivo, onde a presença da conjunção adversativa **mas** mobiliza o confronto de dizeres, caracterizando com isso o enunciado dividido de que fala Courtine (1981). Desse modo, observo a presença de dois enunciados distintos e antagônicos entre si, o que passa a caracterizar discursos em confronto que convivem no mesmo enunciado. Assim, temos supostamente os seguintes enunciados:

X homem fala do homossexualismo em geral

mas

Y homem machista pensa no homossexualismo masculino.

Nesse caso, observo discursos em confronto convivendo num mesmo enunciado. Discursivamente, isso permite acionar a conjuntura sócio-histórica em que tais enunciados são produzidos, a fim de que possamos reconstituir enunciados que não podem ser ditos na FDY como, por exemplo, o fato de que um homem machista se preocupar com o homossexualismo masculino e por isso o condena. Afinal, ser machista implica rigor de comportamento, de atitude, é considerar-se superior; daí aquela preocupação com a existência do homossexualismo masculino.

O termo **“em geral”** aponta a generalização quanto a toda e qualquer prática de homossexualismo; contudo, dizer que o autor fala uma coisa, mas pensa em outra, acarreta uma restrição, pois direciona esse dizer, ou melhor, esse julgamento apenas para o denominado “desvio de conduta” masculino. Isso sugere que a relação entre homens do mesmo sexo representa algo sujeito ao repúdio de

todo homem que se identifica com o domínio de saber da FD machista. A exemplo disso está a afirmação de que é pelo radicalismo das palavras que o leitor conclui que se trata de um homem machista que escrevera sobre o referido tema.

Desse modo, a **Sd62** reitera o que acima foi dito sobre o preconceito existir muito mais por parte do homem, pois, nesse enunciado, a negação remete o discurso-outro, aquele em que homem não tem, ou não deveria ter, insegurança quando o assunto é homossexualismo. Isto porque esse suposto autor, homem, (do texto-fonte) vale-se da religião, até mesmo da sua formação em Direito, como forma de mascarar possíveis dúvidas que ele tenha quanto a assumir publicamente sua opinião pessoal. Esse parece ser o efeito de sentido que o leitor interpreta no texto-fonte IV, ou seja, esse leitor acredita haver homens que por si não assumem seu posicionamento, valendo-se, portanto, de subterfúgios para não ter que aprofundar o assunto homossexualismo.

Assim, o domínio de saber com o qual esse sujeito-leitor se identifica acolhe o fato de o homem ter sim inseguranças, mas por reconhecer que há regras, enfim, preconceitos gerados e mantidos em sociedade, procura, pelo menos, ter o cuidado de não revelar o que de fato ele pensa. Afinal, ao homem cabe ser preconceituoso e repudiar, com segurança, o homossexualismo; no entanto, caso ele tenha opinião contrária, ou qualquer dúvida, então, deve precaver-se antes de tornar isso público, porque o normal é não aceitar tal “desvio de conduta”, porque isso a sociedade condenaria assim como os católicos o fazem.

Isso é o que sugere o discurso desse sujeito-leitor que, de certo modo, promove uma crítica em relação à opinião do autor do texto-fonte IV. Portanto, só poderia mesmo tratar-se de uma escrita masculina, através da qual se manifesta um homem preocupado em expor-se publicamente sobre o homossexualismo, pois um homem deve ter lá seus receios sobre o assunto. Com base no que precede, há uma

identidade construída pelo sujeito-leitor pautada na imagem de um indivíduo que, ao falar do homossexualismo, demonstra certo cuidado ao expor sua opinião, já que parece haver censores de diferentes ordens que monitorariam aqueles que são realmente machistas (acredito que aí está implicado ser macho, demonstrar macheza, virilidade) e os que dessa caracterização se afastam.

Penso que essa seqüência discursiva ilustra sobretudo o resgate das formações imaginárias, onde está presente a representação que se tem do homem e da mulher. É, portanto, na materialidade desse discurso, que são resgatados processos discursivos anteriores, que se manifestam por meio das relações de força e de sentido, apontando esse jogo de imagens do masculino e do feminino.

Tal jogo aponta uma relação de oposição, institui o par nocional escrita masculina/feminina, o que vem confirmando a hipótese de que não se pode atribuir um gênero para a escrita, pois isso equivaleria a um “engessamento” com o propósito de atar a escrita, de tal modo que os sentidos pudessem apenas produzir os efeitos de acordo com a vontade do leitor, do autor. Como sabemos, em AD, isso não se sustenta, já que há o espaço para os deslizos, enfim, para a migração dos sentidos.

Até aqui, os leitores têm realizado seus gestos de leitura a partir da imagem que têm do outro, ou melhor, da escrita do outro, ambos afetados pela ideologia e pelo inconsciente. Para melhor ilustrar os efeitos de sentido produzidos a partir da leitura do texto-fonte IV, destaco dois exemplos específicos aqui analisados, a saber, **Sd60 e Sd62**. Nesse caso, há sujeitos discursivos que promoveram gestos de interpretação distintos de um mesmo texto, só que esse mesmo texto foi lido por sujeitos, para quem a representação imaginária que têm de um homem e de uma mulher parece não ser a mesma.

Ocorre que a religião submete tanto homens quanto mulheres, porém cada qual se vale dela de modo diferente, já que permite nela apoiar-se para argumentar contra tal conduta. Para o sujeito-leitor-autor da **Sd62**, o texto sobre homossexualidade foi escrito por um homem, justamente porque ele (autor do texto-fonte) valeu-se da religião como amparo para não demonstrar sua real opinião sobre o assunto, e isso, como afirmei, aponta um outro modo de representação do homem, a saber, homem tem insegurança, não é corajoso o suficiente para expor-se publicamente quando se trata de opinar sobre a homossexualidade. Enfim, apegar-se à religião, para um leitor, serviu para designar a escrita como sendo feminina (**Sd60**), enquanto para o outro leitor serviu para designar uma escrita masculina (**Sd62**).

Com base nisso, pude perceber que os enunciados comparativos apontam para elementos do interdiscurso que, considerados, recuperaram o não-dito, o silenciado, ou seja, a comparação sugere que a mulher tem uma opinião diferente sobre o homossexualismo e esse grau de diferença seria o da tolerância, enfim, o da aceitação; é nesse sentido, via memória, que se recupera a negação, já que sugere ser típico dos homens a não aceitação do homossexualismo.

Contudo, será que as análises posteriores confirmarão essa leitura, esse efeito de sentido, de modo categórico e generalizado, como vimos na **Sd63**? Trata-se de um texto-fonte assinado por uma mulher e não por um homem e isso já responde, pelo menos, em parte, que a mulher tem lá seus preconceitos também. No caso do referido texto, trata-se de um preconceito pautado numa relação de poder entre dominante e dominado, ou seja, entre Deus e os fiéis cristãos.

Desse modo, Deus tem como representante na terra a igreja, responsável por propagar Sua palavra e rebanhar seguidores fiéis. Ela atua de modo a frear, interditar possíveis desvios de conduta e se há necessidade de controle é porque

também há a possibilidade de desvios e isso, em nossa sociedade, é algo de que não podemos fugir. No entanto, por vezes, manifestamos esse desejo, como nos diz aquele leitor na **Sd62**, o homem mascara em seu dizer aquilo que realmente pensa, ou seja, ele não assume seu preconceito pessoal. Na realidade, tanto homem quanto mulher, nesse jogo de poder, são interpelados ideologicamente, logo, trazem consigo as marcas dessa afetação em seu discurso e isso, a meu ver, independe do gênero de quem escreve, sobretudo porque os sentidos podem sempre vir a ser outros.

Enfim, observo que os saberes desse discurso inscrevem-se numa rede de formulações e o sujeito desse mesmo discurso produz um movimento de leitura específico. Isso significa que os saberes emergem dessa rede de formulações, promovendo um retorno do já-dito e, ao reenviar à memória discursiva, faz com que os efeitos de sentido possam variar de acordo com a forma-sujeito com a qual os leitores se identificam.

A exemplo disso temos as **Sds 58 e 60**, que comportam saberes divergentes entre si, pois a religião para um dos leitores influencia mais o homem e para outro leitor isso acontece mais com a mulher. Apesar disso, demonstram ter em comum a opinião de que homens e mulheres inevitavelmente sofrem o mecanismo da censura alheia, seja através da família, da religião, da prática jurídica, ou de qualquer outra forma de controle em sociedade.

Essas afirmações comparativas ainda permitem dizer que esse sujeito não consegue apagar o não-dito, pelo contrário, em seu enunciado, a memória discursiva se manifesta através da imagem que temos de uma mulher e de um homem, nesse caso específico, a FD com a qual esse sujeito se identifica representa um domínio de saber que resgata e estabelece diferenças específicas de comportamento, atitudes, papéis estabelecidos socialmente para um e outro sexo. A

exemplo disso, temos a **Sd60**, que no nível intradiscursivo apresenta a justificativa de o texto ter sido escrito por uma mulher, caracterizando-a. Isso é feito através de adjetivos e orações adjetivas, que discursivamente remetem à determinação discursiva, mobilizando aí o não-dito. Vejamos:

1- (Quem escreveu) = mulher = pessoa muito bitolada pela religião



2- (Causa disso) = mulheres = sofrem influência de família muito opressora



A- Ser bitolada pela religião acontece com mulheres **que sofrem influência de uma família muito opressora**

mais que

B- com as demais mulheres

Observo que o leitor, ao apresentar como causa o fato de a mulher ser influenciada pela religião, faz isso através de uma comparação que destaca um grau de superioridade quanto a essa influência recebida ocorrer com mulheres que têm uma família opressora. Logo, há uma restrição apontada, pois não se trata de quaisquer mulheres bitoladas pela religião, mas de mulheres específicas, ou seja,

aquelas cuja família atua sobre elas controlando-as, nesse caso, determinando, referindo o que pode ou não ser dito, ser aceito.

Enfim, tudo precisa da aprovação de uma instância maior de poder, sendo esta a família que, por sua vez, é religiosa e conseqüentemente segue os dogmas estipulados por sua religião. Daí dizer que a comparação feita, embora não seja diretamente entre mulheres e homens, promove uma exclusão, através da escolha de que tenha sido uma mulher quem escrevera o texto-fonte e não um homem. Por conseguinte, fica sugerido que o homem talvez não seja tão bitolado pela religião.

Via determinação discursiva, o não-dito ressoa apontando que não se trata de quaisquer mulheres, tampouco de qualquer influência. Poderíamos até dizer que esse sujeito-leitor acredita haver mulheres que não sofram essa influência familiar, mas esta, suposta autora do texto-fonte, sofre e, penso que é exatamente por essa restrição que a escrita do texto-fonte IV é caracterizada como feminina e, conseqüentemente, difere da escrita de um homem. Aí está o jogo de poder entre dominante e dominado, e nesse discurso quem ocupa o lugar de dominado é a mulher.

Apresento, a seguir, o quadro síntese das análises realizadas neste bloco.

Quadro síntese: Texto-Fonte IV e Leitura do Texto-Fonte IV

Sujeito-autor ⇒FD ⇒ condena e rejeita o homossexualismo, de acordo com a doutrina católica.

Sujeito-leitor-autor ⇒FD ⇒ identificação com um domínio de saber diferente daquele do texto-fonte. A partir do assunto do texto-fonte, resgata o imaginário do que caberia a uma mulher, quais os papéis estabelecidos e qual o comportamento se espera de uma mulher e de um homem.



Sujeito-leitor-autor ⇒ identifica o gênero da escrita referindo o apego à religião que oscila ora como sendo mais comum para mulher, ora para o homem. O processo comparativo também é acionado para justificar a aceitação do homossexualismo. Aciona o imaginário do que cabe à mulher e ao homem, para justificar a influência da religião sobre um e outro.

BLOCO E

4.7 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TEXTO-FONTE V

O texto em análise é assinado por Leandro Bortoli⁶⁵, foi veiculado pela Zero Hora (PoA) em 09/07/2003 e também aborda o tema homossexualidade. Vejamos as seqüências discursivas selecionadas para análise:

Sd64: “A homossexualidade **não é doença, conforme a Organização Mundial de Saúde e o Conselho Federal de Psicologia**. Não entendo porque algumas pessoas ainda insistem nisso.”

Sd65: “A Parada Livre que aconteceu em Porto Alegre reuniu 70 mil pessoas, e em São Paulo, 1 milhão. São gays, lésbicas e simpatizantes reivindicando **direitos iguais e respeito como os movimentos de mulheres, negros etc.**”

Sd66: “**Temos que nos despir de preconceitos e amarras**, que geram violência e ódio.”

Passo agora a analisar a referência feita à Organização Mundial de Saúde (OMS) e ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) que o sujeito desse discurso convoca, promovendo com isso a remissão a um discurso do outro. Observo na **Sd64** que estamos diante de uma forma representativa da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, designando desse modo a presença do já-dito, de outros discursos que ressoam em nossas palavras.

No caso específico da carta desse autor, atribuir tal dizer a outro representa uma forma de se dar crédito à sua palavra, reforçando e compartilhando seu posicionamento sobre o fato de a homossexualidade não ser considerada uma

⁶⁵ Leandro Bortoli é funcionário público (Porto Alegre-RS)

doença. Estabelece-se com isso aquele efeito de homogeneidade e de gerenciamento daquilo que está sendo dito, “garantindo” também a credibilidade e a aprovação, por parte do leitor, do que se diz.

Com o intuito de produzir esse efeito, a convocação do discurso do outro, no caso o da OMS e do CFP, acaba por possibilitar a discursivização daquilo que se acredita estar cristalizado na materialidade da língua. Desse modo, juntamente com a atribuição do que se diz ao outro, resgata-se o discurso da FD antagônica. Ou seja, o discurso atribuído àqueles que acreditam ser a homossexualidade⁶⁶ uma doença.

X A homossexualidade não é doença ...

Y A homossexualidade é doença...

Há nesse discurso uma indicação do limite entre o formulável e o não-formulável estabelecido pela diferença entre posições, as quais apontam saberes de domínios diferentes. Há uma FDX que, por entender a homossexualidade como não doença, afasta de si o preconceito para com os homossexuais, enquanto que a FDY comporta em si o saber de que a homossexualidade é uma doença; portanto, passível de “cura”. Com isso, instala-se nesse espaço discursivo o preconceito, trazendo consigo o julgamento alheio dessa prática.

É, pois, com a FDX que o sujeito-leitor-autor se identifica, afastando-se da FDY. Dito de outro modo, ao comparar o discurso de Leandro com o discurso de Tânia, percebo que esta condena, enquanto católica ortodoxa, o homossexualismo, julgando-o enquanto desvio de conduta⁶⁷, passível de “concerto”; logo, bastaria

⁶⁶ Percebo no discurso de Leandro Bortoli a referência à homossexualidade e não ao homossexualismo. Penso que já aí se tem uma posição assumida, pois conforme mencionei lá na análise do texto-fonte IV, com o passar dos anos, houve mudanças significativas no modo como a homossexualidade passa a ser concebida, especificamente na área da saúde.

⁶⁷ Ressalto que se Tânia julga a homossexualidade como desvio de conduta, poderíamos pensar que então ela não considera a homossexualidade como uma doença. Contudo, o fato é que em seu discurso fica claro que ela assume uma posição preconceituosa em relação ao tema em questão, diferentemente de Leandro, para quem os

buscar ajustar-se ao modelo heterossexual, para que a normalidade fosse mantida de acordo com o que se espera de todo homem normal.

Já para Leandro, ciente da referida alteração no modo de conceber e aceitar a homossexualidade como algo que não é doença (OMS, CFP), é preciso afastar-se do preconceito, tratando a todos igualmente, independente de ser homossexual. Podemos ver isso pela presença da negação e é assim que percebo, no enunciado da **Sd64**, a atuação ideológica na materialidade léxico-sintática, onde a negação promove uma construção que internaliza enunciados vindos de outros discursos, evidenciando, assim, a presença do discurso-outro.

Na Sd65, podemos ver argumentos convocados pelo autor, a fim de tornar seu dizer convincente, no sentido de apontar dados verídicos de manifestações de grupos que, por serem discriminados em sociedade, reivindicam para si respeito e direitos iguais. O que de interessante ocorre nesse discurso é a alusão feita ao movimento de mulheres e negros comparando-os à mobilização de gays, lésbicas e simpatizantes ocorrida em Porto Alegre⁶⁸.

Destaco nessa Sd que o processo comparativo, convocado pelo autor, está centrado no ato de reivindicar:

Gays, lésbicas e simpatizantes reivindicam direitos iguais e respeito

como

movimentos de mulheres, negros reivindicam direitos iguais e respeito

homossexuais devem ser respeitados e tratados sem preconceito. Isso não significa que todas as pessoas que acham que a homossexualidade não é doença, posicionem-se contra ou sejam preconceituosas em relação aos homossexuais. É o que nos mostrou a análise do texto de Tânia, analisado anteriormente.

⁶⁸ Os dados referentes à quantidade de pessoas, que participaram desse evento, são precisos, verídicos e, em relação ao ano anterior, que contou com a participação de 35 mil pessoas, houve um aumento significativo na participação daqueles que se mobilizam por uma causa em que acreditam valer a pena, ou pelo menos não demonstram preconceito em relação à homossexualidade, já que estando ali, se não são gays, lésbicas, simpatizam com a causa e juntos fortalecem o movimento reivindicatório.

O efeito de sentido produzido com essa comparação refere a existência de uma desigualdade, ou melhor, convoca uma questão de legitimidade do movimento muito mais presente e aceita nos movimentos de mulheres (feministas) e de negros do que no movimento de homossexuais. Por que aceitar, julgar preconceituosamente o movimento de uns e de outros não? Aí está uma possível crítica que a comparação desse sujeito discursivo coloca, resgata, e isso pode ser percebido nos adjetivos e locuções adjetivas presentes nessa seqüência discursiva.

| | | |
|---------------------|---|-------------|
| Direitos e respeito | → | iguais |
| Movimento | → | de mulheres |
| Movimento | → | de negros |

A questão é que se reivindica os mesmos direitos e respeito que as pessoas demonstram ter em relação a outros tipos de movimentos, nesse caso, o das mulheres e dos negros, que socialmente, a princípio, parece ter maior aceitação, até porque, talvez, alguns julguem tratar-se de uma causa justa. Contudo, em se tratando de discriminação e preconceito, o sujeito desse discurso inclui o movimento dos homossexuais na categoria de excluídos/discriminados e, sendo assim, merecem lutar pela inclusão pacífica e pelo reconhecimento de que todos são iguais.

A **Sd66** reitera o que acima foi dito quanto ao fato de existir uma relação de poder estabelecida no convívio em sociedade, havendo pois a necessidade de as pessoas mobilizarem-se, a fim de reivindicar para si respeito e direitos iguais, já que algumas são desrespeitadas e tratadas de modo diferente e preconceituoso. Destaco nessa Sd a presença da metáfora que, segundo referi no bloco B, caracteriza-se, na relação discursiva entre o sujeito e a ideologia, através do jogo, do deslocamento, de falhas, uma palavra por outra, possíveis de serem mobilizados no jogo de sentido, fazendo com que o dito signifique outra coisa.

Desse modo, o sentido precisa ser referido a suas condições de produção, para que se possa estabelecer relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma FD específica. Então, se é por meio do sentido que podemos observar como funciona a ideologia, esta por sua vez produz o efeito de transparência da linguagem, (des)abrigando o incompleto, o deslize, a deriva e aí se inclui o trabalho da metáfora.

A metáfora a que me refiro está presente em **“temos que nos despir de preconceitos e amarras...”** e o efeito de sentido produzido é o da libertação, convocado pelo uso do termo **amarras**, que remete a algo que imobiliza, submete, e isso implica a necessidade de agir, assumir-se, mobilizar, apaziguar, respeitar, amar. Esses são alguns dos efeitos de sentido possíveis de serem acionados nesse dizer, inclusive, se considerarmos as condições de produção desse discurso, podemos dizer que não se trata de quaisquer preconceitos e amarras, mas daqueles que geram violência e ódio. Isso é o que a oração adjetiva restritiva aponta, ou seja, há uma determinação discursiva que resgata, satura esses substantivos, constituindo-se num determinante discursivo que promove a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da Sd em análise.

O dizer desse sujeito-autor ganha corpo na materialidade intradiscursiva que, relacionada ao interdiscurso, produz um efeito de sentido que permite relacionar o ato de despir-se com o ato de expor-se, permitindo libertar-se daquilo que imobiliza, subjuga, domina, a saber, **a discriminação, o sectarismo**. Resgatando o assunto do texto de Leandro, penso que julgar tudo que envolve a questão da homossexualidade, a princípio, para a FD antagônica visa manter a normalidade, já que o normal é ser heterossexual e não o contrário. Por outro lado, considerando o outro domínio de saber, com o qual esse sujeito-autor se identifica, isso não é justo, é desrespeito; daí a necessidade de demonstrar a inconformidade com a avaliação daqueles que julgam a homossexualidade como inadequada, passível de ser repudiada.

Claro está que se esse jogo de uma palavra por outra se manifesta na língua, promovendo um deslizamento de sentido, é porque tal deslocamento é permitido pela própria constituição da língua, que é o lugar, o espaço do dito e também do não-dito que remete a possíveis interpretações marcadas ideologicamente. Isso possibilita afirmar que a metáfora mobilizada nesse discurso, ao mesmo tempo em que resgata o senso comum, aponta para posições discursivas relativas às FDs que promovem um jogo discursivo acionado por um sujeito histórico, cuja posição também histórica relaciona-se ao simbólico, ao ideológico, enfim, a uma posição discursiva onde o trabalho do imaginário se instaura, produzindo o efeito da totalidade daquilo que foi dito e compreendido “perfeitamente” pelo leitor.

Embora se pressuponha uma cristalização dos sentidos, isso não acontece, pois o efeito de memória faz ressoar outros sentidos e aponta saberes advindos da FD com a qual o sujeito-autor se identifica. Assim, no discurso em análise, há um chamamento crítico, ao qual se junta o protesto de um sujeito que não compactua com o preconceito. Resta saber como os leitores, diante desse discurso de Leandro, manifestaram-se quanto à atribuição de um gênero à escrita.

4.8 O Mo(vi)mento da Leitura do Texto-Fonte V

A seguir, analiso as seqüências discursivas produzidas a partir da leitura do texto-fonte V. A atribuição de uma identidade para a escrita oscilou entre uma e outra, sem haver, contudo, predominância de uma em detrimento de outra. Ao comparar o gesto de interpretação dos leitores, os efeitos de sentidos produzidos a partir da leitura desse texto com os efeitos produzidos na leitura do texto IV, anteriormente analisado, será possível perceber a migração de sentidos, e isso, sem

dúvida, contribuirá para que possamos chegar a uma conclusão sobre a questão da identidade atribuída à escrita. Abaixo apresento as Sds:

Sd67: “O texto apresenta uma defesa aos homossexuais que me parece ter sido feita por um homem, pois quando menciona **“temos que nos despir de preconceitos...”** é típico dos homens. Uma mulher usaria outras armas lingüísticas para fugir do óbvio.”

Sd68: “Pois como diz o texto **“despir de preconceitos e amarras, que geram preconceito e ódio”**. No meu ver os homens são os que mais sofrem violência por isso e são os que mais lutam contra essa violência.”

Sd69: **“Temos que nos despir dos preconceitos...”**. Este texto foi escrito por uma mulher que me parece ser uma batalhadora por seus direitos e a mulher parece ser menos preconceituosa que o homem.”

Sd70: **“Temos que nos despir de preconceitos e amarras, que geram violência e ódio.”** Neste texto a escrita é feminina, pois a mulher é menos preconceituosa e mais solidária a causas justas.”

Sd71: “Penso que o texto “homossexualidade” foi escrito por um homem devido a frase **“movimento de mulheres”**, esta expressão se fosse escrita por uma mulher, seria **“movimento feminista”** e com certeza aproveitaria a oportunidade para reivindicar direitos esquecidos, mais respeito, entre outros.”

Sd72: “Analisando o texto concluo que quem o escreveu foi um homem, isso pode ser facilmente notado quando refere-se aos **“movimentos de mulheres”**. Se fosse uma mulher que escrevesse o texto, diria **“movimento feminista”**.”

Sd73: “Acho que uma mulher nunca escreveria a expressão **“movimento de mulheres”**, e sim utilizaria **“movimento feminista”**. ”

Sd74: “Acho que o texto foi escrito por uma mulher, porque um homem talvez não falasse que a **“homossexualidade não é doença”**.”

4.8.1 Referindo a Metáfora

O gesto de leitura realizado a partir do texto de Leandro exemplifica a migração dos sentidos, que se manifestam na materialidade da língua e a ultrapassam. Por se tratar de uma escrita, em cuja materialidade há lacunas, o leitor busca no outro a compreensão dos sentidos, ou seja, ele, leitor, busca na língua detectar algo que desvende a identidade da escrita, estabelecendo com isso a caracterização de uma escrita feminina e outra masculina.

Ainda que se pressuponha uma completude e transparência da escrita, as lacunas constitutivas de todo e qualquer discurso permanecem e se manifestam justamente no encontro singular de cada leitor com o texto e, por sua vez, com o seu autor. Nesse espaço lacunar, onde se busca produzir um efeito de sentido único e transparente, abriga-se a metáfora, fonte inesgotável de jogo com os sentidos.

Para compreender o funcionamento da metáfora, na análise anterior, considere a memória discursiva, sendo o efeito de memória resultante do cruzamento desta com outras memórias inscritas em práticas sociais, que por ser lacunar proporciona a deriva, a re-significação dos sentidos. Em outras palavras, o dizer **“temos que nos despir de preconceitos e amarras”** fez ressoar saberes outros, e, desse modo, pude interpretar que tal dizer estava a significar algo que convoca, suscita mudança de atitude, a qual deve ser tomada com o intuito de se livrar de algo que incomoda, aprisiona e submete. É assim que percebi o jogo de sentidos, a partir dessa metáfora mobilizada no texto-fonte V.

Passando agora à análise das seqüências dos sujeitos-leitores, destaco que eles citaram o enunciado “temos que nos despir de preconceitos e amarras...”, valendo-se dele para justificar o gênero que atribuíram à escrita. Ocorre que esse recorte realizado serviu tanto para designar uma escrita feminina quanto uma escrita

masculina, ou seja, houve um efeito de sentido referente a um domínio de saber específico, sendo que recai na mulher a marca da diferença por ela ser considerada menos preconceituosa que o homem quando se trata de questões sobre a homossexualidade. Isso pode ser observado pela predominância do processo de comparação no discurso desses sujeitos. Afinal, o que estabelece que tal expressão seja tipicamente feminina ou masculina? Vejamos, então, o quadro do que pôde vir à tona no dizer sobre o que é “próprio” da mulher e o que é “próprio” do homem:

| HOMEM |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ↳ Defende os homossexuais ↳ Tem um dizer típico, óbvio, como: “Temos que nos despir...” ↳ Luta mais contra violência para com os homossexuais ↳ Sofre mais com a violência contra homossexuais |
| ↕ |
| MULHER |
| <ul style="list-style-type: none"> ↳ É menos preconceituosa que o homem ↳ Batalha por seus direitos ↳ É mais solidária a causas justas ↳ Foge do óbvio, usando outras armas lingüísticas |

Tais dizeres produzem efeitos de sentido que oscilam quanto à caracterização daquilo que para os leitores é considerado típico do homem e da mulher. Basta ver que cada qual percebe a relação escrita e gênero advinda de posições contrárias ou favoráveis à homossexualidade e isso se manifesta em níveis de comparação da opinião masculina e feminina. Quanto a isso, percebo que há divergências, sendo que ora se aproximam ora se afastam em suas diferenças. Certamente, isso sinaliza que o sentido pode sempre vir a ser outro e, nesse caso, as Sds apontam uma leitura embasada na pressuposição de que sentido vai numa única direção, porém, há nesses discursos uma relação com o interdiscurso, ressoando a partir do efeito de memória e

isso permite apontar a FD mobilizada, em cujo interior estão saberes que divergem, proporcionando, assim, posições diferentes.

Compreendo que há uma re-significação desse dito, a partir da memória do dizer, acolhendo o que não está dito, porém produz seus efeitos. Manifesta-se aí a heterogeneidade do discurso, a qual aponta efeitos de sentido que se mantêm presos a uma rede de memória que simboliza significados importantes numa sociedade. É assim que tais dizeres remetem a um conjunto de formulações que revelam o imaginário do brasileiro sobre essa relação homem/mulher, a qual pressupõe papéis e lugares específicos a ambos os sexos.

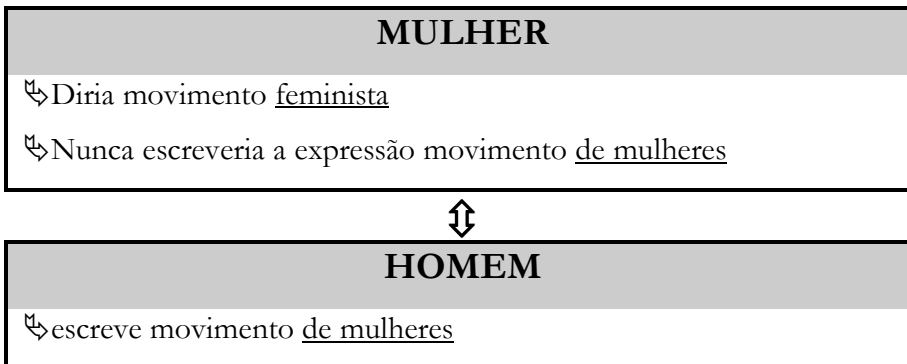
Nesse sentido, parece haver uma alusão a um saber partilhado em sociedade de que a mulher é um ser complexo, “um enigma a ser decifrado” e, sendo assim, em sua escrita ela não empregaria obviedades, ao contrário do homem. A exemplo disso, está a referência à **“fuga do óbvio”** que remete à frase feita, de conhecimento geral, e essa interpretação também aponta o efeito ilusório de transparência ao qual está submetido o sujeito e o seu dizer.

Enfim, oscilam sentidos, oscilam posições, oscilam dizeres que podem desestabilizar a fronteira do isso ou aquilo, considerando nela a possibilidade de a escrita masculina e feminina se mesclarem, transformando o que antes era exclusão em junção. Assim, entendo que a identidade atribuída à escrita, contemplada através do outro, confirma que o discurso é marcado por pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a materialidade léxico-sintática.

Com base nesse funcionamento discursivo, ora analisado, é possível demonstrar e confirmar que, dependendo do lugar de onde o sujeito fala, da posição por ele ocupada no discurso, os sentidos podem ser múltiplos, nunca unívocos. Então, as atribuições que representam um conjunto de formulações anteriores sobre o homem e a mulher podem variar de sujeito para sujeito, em diferentes discursos,

isso é o que essas análises demonstram. A imagem que se tem de uma mulher e de um homem vai refletir para cada um de maneira diferente, talvez até semelhante, dependendo da formação discursiva, da posição-sujeito com a qual o sujeito se identifica. Isso significa que sempre há que se considerar em todo discurso a heterogeneidade do sujeito bem como a do seu dizer.

Dando continuidade à análise, destaco ainda a referência feita ao núcleo do SN, o substantivo **movimento**, que nas **Sds (71,72,73,74,75)** serve também como pista para que os leitores atribuam um gênero à escrita. Ocorre, também, que este substantivo produz efeitos de sentido diferenciados para cada leitor, sendo que tais efeitos relacionam-se com a imagem que se tem de uma mulher e de um homem. Assim sendo, temos:



Observo nessa remissão feita ao modificador que acompanha o substantivo **movimento**, novamente a presença da determinação discursiva, pois há uma restrição desse núcleo nominal que é especificado de modo diferente. O adjetivo **feminista** parece produzir um efeito de sentido distinto daquele produzido pela locução adjetiva **de mulheres**. O termo **feminista** resgata o saber que temos sobre um movimento específico, que luta para promover as transformações necessárias em diferentes âmbitos da sociedade, a partir do coletivo, da articulação e da organização pelos direitos das mulheres na sociedade.

Trata-se, portanto, de uma atividade organizada e reconhecida socialmente e que atua de modo a promover mudanças expressivas no que se refere aos aspectos culturais, aos valores e ao comportamento na sociedade. Portanto, é um movimento que, ao longo dos anos, tem voltado sua atenção para estudos, cuja temática abrange diferentes áreas de investigação, como a sociologia, a biologia, a medicina, e isso tudo de certo modo confere ao movimento credibilidade, dada a sua seriedade no campo da pesquisa; basta ver a ampla bibliografia existente sobre a questão da mulher e sobre as relações de gênero, de raça, etnia e classes sociais.

Com base no que precede, observo nessa determinação discursiva do substantivo **movimento** um sentido específico que resgata a dimensão histórica em que esse dizer está inserido. Alguns leitores atribuem ao movimento uma característica feminista e isso para eles jamais seria feito por um homem, contudo, uma mulher pode referir-se ao movimento como **feminista** ou nomeá-lo como movimento **de mulheres**, o que produz, no meu entender, um outro efeito de sentido, aquele que remete a algo mais geral, sem a legitimidade e a credibilidade que o termo feminista implica.

Não surpreenderia um homem referir dessa forma ao movimento, porém, vindo de uma mulher, isso parece não ser possível para alguns leitores, e foi precisamente isso que direcionou a atribuição do gênero à escrita. A **Sd74** reitera o que acima foi dito, através da presença da negação que convoca o enunciado dividido, mobilizando, com isso, saberes antagônicos.

X mulher nunca escreveria a expressão movimento de mulheres

e sim

Y utilizaria movimento feminista

O efeito de sentido desses enunciados, mais uma vez, mobiliza o imaginário social que circula em nossa sociedade de que “à mulher cabe fazer isso e não aquilo”.

Vejo com isso uma interlocução entre dizeres sociais, onde a mulher, na opinião dos leitores, não banaliza ao referir o movimento feminista. Isso ocorreria diferentemente com o homem. Desse modo, os efeitos de sentido nesses discursos não se apagam, ao contrário, são reorganizados e é pelo resgate da memória que se pode entender como o histórico e o social se efetuam através do gesto de interpretação.

A escrita, considerada pelos participantes desta pesquisa enquanto um produto, cria aquela ilusão de gerenciamento dos sentidos, produzindo, assim, a homogeneidade, a unidade na dispersão que não é outra coisa senão um efeito. Daí a ilusão de que pela língua e tão somente por ela se pode sem dúvida afirmar o gênero de determinada escrita. Dito de outro modo, se por um lado é do próprio efeito de unidade, de coerência, de não contradição do texto, marcado através das relações entre as palavras e o modo como afetam os sujeitos, que emerge o autor como evidência, como entidade controladora, por outro, esta mesma relação deixa restos que podem, a qualquer instante, romper com o logicamente estável, com a suposta autonomia, trazendo aquilo que seria **da ordem do equívoco**.

Enfim, o jogo de sentidos manifestado nesses discursos produziu deslocamentos que por sua vez acionaram gestos de interpretação possíveis não só com o enunciado movimento de mulheres como também no enunciado “temos que nos despir...”. Enquanto para alguns sujeitos-leitores tais dizeres significam algo típico dos homens, para outros, significa o contrário, representa algo que só poderia ser dito por uma mulher. É, pois, o trabalho com a memória discursiva que cerca esses dizeres que permite trabalhar com as duas dimensões da estrutura, partindo de uma materialidade léxico-sintática e relacionando-a à sua dimensão interdiscursiva.

Aí está o funcionamento da sintaxe do discurso, a qual não se encontra dissociada da língua, sobretudo porque ela é o ponto de materialização, o lugar privilegiado como observatório do discurso. Conforme demonstrado nessas análises,

a sintaxe não se mostra em sua autonomia, tampouco é o centro, pois nela há o espaço para os deslizamentos de sentido, enfim, lugar onde os processos discursivos podem ser analisados em relação à sua historicidade.

Dando continuidade às análises, exponho, abaixo, outras seqüências discursivas que ilustram o processo comparativo bem como os efeitos de sentido produzidos nesses discursos.

Sd76: “Penso que quem escreveu este artigo foi um homem, mesmo não havendo argumento suficiente no texto, **porque normalmente eles se espõem⁶⁹ mais facilmente, principalmente quanto a este assunto; eles são mais naturais, até mesmo na hora de assumir a homossexualidade.**”

Sd77: “Este deve ser de autoria feminina, pois **é pouco provável que um homem teria coragem de publicar no Jornal, um texto de apoio ao movimento homossexual.**”

Sd78: “A homossexualidade ainda hoje é um assunto discriminado pelos homens, que sentem receio de aborda-lo, **as mulheres são mais liberais quando se trata de homossexualidade e quase na maioria aceitam com facilidade a diferença na opção sexual.**”

Sd79: “Ao ler este texto, **tive a nítida impressão de que ele foi escrito por uma mulher.** Pois estas, são mais capazes de aceitar os “diferentes”, e **geralmente os homens são preconceituosos, no que diz respeito a esse assunto,** talvez pelo medo de que seja mal entendido.”

Sd80: “Este texto foi escrito por uma mulher pois **as mulheres de forma geral são preocupadas com a igualdade e geralmente tem coragem e se expõem sem ter medo de ser discriminada por suas idéias.**”

⁶⁹ Reitero que os textos estão transcritos exatamente como foram produzidos.

HOMEM - A

- ↳ Expõe-se mais facilmente quando o assunto é homossexualidade;
- ↳ é mais natural na hora de assumir a homossexualidade.

HOMEM - B

- ↳ Não teria coragem de expor-se publicamente apoiando o movimento homossexual;
- ↳ discrimina a homossexualidade e tem receio em abordar o tema da homossexualidade;
- ↳ é preconceituoso, no que diz respeito a esse assunto, talvez pelo medo de que seja mal entendido.

**MULHER**

- ↳ Tem coragem de expor-se publicamente apoiando o movimento homossexual;
- ↳ é mais liberal quando se trata de homossexualidade;
- ↳ aceita com facilidade a diferença na opção sexual;
- ↳ é mais capaz de aceitar os “diferentes”;
- ↳ é, de forma geral, preocupada com a igualdade;
- ↳ tem coragem e se expõe, geralmente, sem ter medo de ser discriminada por suas idéias.

Percebo, nessas Sds, que os leitores fazem uma generalização no modo de referir homens e mulheres, apontando uma abrangência, certa uniformidade quanto à maneira de eles (homens/mulheres) pensarem. Com isso, podemos ver associadas escrita e representação imaginária, já que esses sujeitos-leitores acreditam haver um estrito vínculo entre escrita e indivíduo empírico. Na busca pela concretude daquilo que esses leitores “desejam” caracterizar como a escrita de um homem e de uma mulher, instala-se um movimento paradoxal produzindo o efeito de unidade e dispersão. Em outras palavras, na produção da leitura desses discursos, encontram-se

articulados o dito e o não-dito, fazendo ressoar sentidos que apontam para a dispersão do sujeito por meio das posições discursivas assumidas por esses sujeitos.

Conforme afirmei na Parte II deste estudo, sendo a identidade da ordem da constituição tanto do sujeito quanto do discurso, ela pode ser entendida enquanto construção simbólica e imaginária. Logo, manifestam-se, na formulação do dizer, movimentos identificatórios entre o eu e o outro, os quais resultam de ações subjetivas inconscientes do sujeito. E, embora os discursos sejam construídos por e na língua, a identidade construída para caracterizar o que vem a ser o feminino e o masculino tem por base algo que ultrapassa a língua. Tal crença identitária se constitui num conjunto de saberes/dizeres produzido e reproduzido em sociedade, cuja historicização ao mesmo tempo que é repetição também produz deslocamento, havendo aí o espaço para a variação, o sentido outro advindo de possíveis interpretações.

É, pois, exatamente isso que ocorre nas Sds selecionadas, as quais permitem ilustrar que os sentidos migram, no jogo de imagens promovido pelos sujeitos-leitores, a saber, dos sujeitos entre si e dos lugares por eles ocupados na formação social e dos discursos já-ditos, acionados pela memória do dizer. O fato de esses leitores terem acionado um movimento identificatório com base em saberes reproduzidos em sociedade, que re-significam na leitura feita por eles, provoca uma oscilação de sentidos, quando esses mesmos leitores divergem em suas tomadas de posição, identificando-se, conseqüentemente, com sentidos distintos, embora se tratando da leitura de um mesmo enunciado. Aí está ilustrada a possibilidade de o discurso deslocar identidades, visto que, por e através dele, o sujeito pode se movimentar nos mecanismos de subjetivação que o afetam, podendo, inclusive, produzir deslocamento do dizer que inscrito na memória produz sentidos outros, os quais carecem de uma garantia absoluta.

Isso ocorre com aquela comparação estabelecida entre homens que assumem e se expõem de modo natural sua homossexualidade, afastando-se com isso de uma FD, cujo saber rejeita qualquer manifestação homossexual, sobretudo a masculina, enquanto que, de outro lado, há homens que se identificam com essa FD, mostrando receio quando o assunto é homossexualidade, discriminando-a de modo preconceituoso. Já na referência feita às mulheres, estas são menos preconceituosas que os homens, ao aceitarem “os diferentes”. Vejo que a atribuição do gênero à escrita está pautada naquilo que os leitores acreditam estar em comunhão com o que eles acham que um homem e uma mulher pensam sobre a homossexualidade, enfim, há uma antecipação da opinião de que homens e mulheres têm sobre o tema da homossexualidade.

Portanto, presos estão numa rede de evidências, que imaginariamente produz o efeito da identificação do que vem a ser a escrita de um homem e de uma mulher. Todavia, ocorre que os efeitos de sentido re-significam para cada leitor de modo distinto, ainda que diante de um mesmo texto-fonte, e isso promove a oscilação ao atribuir um determinado gênero à escrita. Se um sujeito-leitor diz que o texto foi escrito por um homem, porque homens se expõem com mais naturalidade e assumem seu posicionamento quanto à homossexualidade, outro leitor irá dizer o texto foi escrito por um homem, justamente porque homens não teriam coragem de expor-se publicamente sobre esse tema, são preconceituosos e têm medo de serem mal interpretados.

Dito de outro modo, percebo que enquanto alguns leitores designam a escrita do referido texto-fonte como masculina pautada na idéia de que esse mesmo texto expõe com naturalidade o tema, outros leitores argumentam que a escrita é masculina por considerarem que um homem não se exporia de tal modo, apoiando, por exemplo, os homossexuais.

Já aqueles que designaram a escrita como feminina, basearam-se no argumento de que as mulheres são mais corajosas, mais liberais, lutam pela igualdade, enfim, parecem não ser preconceituosas. Isso é consenso entre alguns leitores, ou seja, o fato de no texto-fonte estar exposta uma identificação com o saber de uma FD que não abriga o preconceito contra a homossexualidade, mobiliza os leitores a afastarem-se ou aproximarem-se identificando-se ou não com a FD do sujeito-autor do referido texto (Leandro). Com base no que afirmei, fica extremamente difícil assegurar a identificação de um sujeito com uma FD sempre que se referir a um determinado assunto, pois não há como estabelecer uma relação biunívoca entre ↻

Sujeito **X** = discurso **X** = FD **X** = Escrita **X**

Sujeito **Y** = discurso **Y** = FD **Y** = Escrita **Y**

isso porque considero que a escrita, enfim, o discurso em si independe do sexo de quem produziu, daí a multiplicidade de efeitos de sentidos que, por serem fugazes, os sujeitos **X** e **Y** poderão, em seu discurso, identificarem-se com formações discursivas **X/Y**, assumir posições **X,Y,Z** e produzir sentidos **A,B,C,D,X,Y,Z.....**, e isso, sem dúvida, contempla o movimento e não a estaticidade, já que em se tratando de discurso múltiplas são as possibilidades de interpretação.

Essa ocorrência no discurso desses sujeitos-leitores reitera o fato de que aqueles enunciados lógica e imaginariamente estabilizados não se encontram “congelados”, estáticos, pois, circulam no domínio do dizer, inscritos nos processos discursivos de sua produção, e daí o “relançar infinito das interpretações” o qual supõe efeitos de sentido produzidos através das relações entre o previsível e o imprevisível, as quais geram tensão entre sujeito e sentido e inseridas nesse conflito estão as posições discursivas, ocupadas por esses sujeitos atravessados pelo duplo

esquecimento; por isso a ilusão de homogeneidade, linearidade e transparência da escrita.

É assim que, discursivamente, determinados sentidos são impedidos de circularem em certas condições de produção, isso porque há formações ideológicas atuando de modo a fazer com que alguns sentidos pareçam ser mais aceitáveis do que outros, pois os sentidos vinculam-se ao interdiscurso. Enfim, aí está o funcionamento de uma suposta escrita homogênea, cristalizada, capaz até de revelar seu gênero, enfim, um efeito ilusório atuante nos sujeitos constitutivamente ideológicos, atravessados pelo duplo esquecimento da incompletude sua e do seu dizer, marcando assim a necessidade do outro para se constituir, para ser completo, e no caso deste estudo, a marca a identidade para a escrita ocorre através do outro, numa busca incessante e inquieta de completude.

Concluindo as análises realizadas neste bloco, apresento, a seguir, o quadro síntese das mesmas.

Quadro síntese: Texto-Fonte V e Leitura do Texto-Fonte V

Sujeito-autor ⇨FD ⇨ não condena a homossexualidade, já que ela não é uma doença.

Sujeito-leitor-autor ⇨FD ⇨ identificação com outro domínio de saber diferente daquele do texto-fonte. A partir do assunto do texto-fonte, resgata o imaginário do que é mais comum à mulher, qual o comportamento se espera de uma mulher e de um homem.



Sujeito-leitor-autor ⇨ identifica o gênero da escrita referindo a metáfora “temos que nos despir das amarras...”. Refere também o emprego da locução adjetiva “das mulheres” junto ao substantivo “movimento” como sendo marca de determinada escrita. O processo comparativo é acionado para justificar a aceitação da homossexualidade bem como o imaginário do que cabe à mulher e ao homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, afirmo que não é no gênero (masculino/feminino) que está a ideologia, mas no mecanismo imaginário de produzir essa dualidade, e foi por acreditar que na escrita esse mecanismo poderia ser interpretado, pois produz seus efeitos de sentido, que investi nesta via de pesquisa.

Ao pensar sobre essa dualidade, emergiu a fronteira da diferença estabelecida entre masculino/feminino, presente sobretudo na sociedade brasileira. Diante disso, a questão que aqui se colocou foi saber se tal fronteira, ao ser relacionada à escrita, ao mesmo tempo em que promoveria a separação (através de papéis estabelecidos/legitimados para um e outro gênero) também apontaria uma aproximação, a qual inviabilizaria a garantia de que na língua está impresso o gênero de quem produziu determinado discurso.

Minha hipótese era de que os discursos analisados revelariam um movimento paradoxal, em que tal dualidade se mostraria numa intrincada trama em que dentro e fora se misturam. Esse foi o ponto de partida rumo à compreensão dos efeitos de sentido produzidos na materialidade léxico-sintática, onde supostas marcas de gênero da escrita foram mobilizadas e interpretadas pelos sujeitos-leitores que participaram desta pesquisa.

Ao terem que atribuir um gênero à escrita, caracterizando-a como sendo masculina ou feminina, esses sujeitos acionaram suas formações imaginárias, ou seja, a antecipação, a projeção de uma representação imaginária que eles fizeram, enquanto sujeitos, do que poderia caracterizar um texto a partir do sexo de quem o escreveu. Com base nisso, manifestou-se um instigante jogo de imagens dos sujeitos, dos

lugares por eles ocupados na formação social e dos discursos já-ditos, acionados pela memória do dizer.

Por conseguinte, a interpretação dos textos-fonte feita pelos sujeitos-leitores ocorreu pelo viés do efeito-leitor, o qual promoveu um jogo de juntar identificação com identidade convocando com isso diferentes lugares no discurso. Tal atribuição se deu a partir de um espelhamento, cujo reflexo promoveu o entrecruzamento da identificação com identidades distintas e possíveis. Sendo assim, a identidade dos sujeitos enquanto leitores-autores foi afirmada através do discurso do outro, estabelecendo, conseqüentemente, o jogo do espelho, a partir do enquadramento do discurso do outro, por meio da identificação com determinada FD, de acordo com o que se considerou especificamente como uma escrita masculina ou feminina.

Esse foi o jogo de projeções instaurado via simbólico, por sujeitos que construíram representações como forma de se relacionarem com a realidade, considerando o que para eles caracterizava um homem e uma mulher. Diante disso, a cada gesto de interpretação, prendiam-se à materialidade léxico-sintática como forma de provarem que por meio de ocorrências como a metáfora, os adjetivos, as locuções adjetivas, a forma diminutiva, era possível atribuir uma identidade para a escrita. Todavia, ao analisar e considerar o nível intradiscursivo em sua relação com o interdiscurso, percebi que tais marcas apontaram a presença da equivocidade discursiva, e isso, certamente, desestabilizava aquela pretensa garantia de controle sobre os sentidos.

No decorrer das análises, observei que um estreito vínculo foi estabelecido entre escrita e indivíduo empírico, aquele que produziu um texto, cuja escrita poderia perfeitamente se enquadrar na dualidade masculino ou feminino. Esse vínculo estabelecido pelos sujeitos-leitores os levou a pensar numa relação primeira que ligasse gênero à determinada produção escrita. Contudo, estando a noção de sujeito

ligada a uma posição discursiva ocupada no discurso, podendo o lugar do sujeito ser ocupado pelo que se denomina forma-sujeito, ou seja, a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a Formação Discursiva que o constitui, aquele vínculo estabelecido também não assegurava estar na escrita o gênero de quem a produziu.

Partindo da materialidade léxico-sintática, os elementos do saber linearizados tornaram-se objetos da enunciação e nessa linearização ocorreram diferentes processos discursivos, os quais marcaram as posições assumidas pelos sujeitos-leitores-autores. Assim, as análises foram ratificando o fato de a função-autor poder ser assumida por sujeitos múltiplos, os quais podem assumir uma série de posições subjetivas passíveis de serem ocupadas por qualquer indivíduo. Isso reiterou que, embora não se desconsidere a presença do sujeito empírico, a escrita e conseqüentemente a autoria ocorrem independente de este indivíduo ser um homem ou uma mulher.

Referindo a primeira análise do texto por eles produzidos, percebi que houve uma identificação plena com a FD presente no texto-fonte I. O processo de comparação foi uma marca recorrente na maioria das seqüências discursivas, o que me serviu como pista para poder, via interdiscurso e memória discursiva, recuperar o não-dito, um saber ideologicamente constituído e que insistia em retornar, fazendo-se presente na memória coletiva daqueles sujeitos.

As posições-sujeito ocupadas pelos sujeitos-leitores e o domínio de saber com o qual se identificaram, em seus discursos, relacionam-se aos papéis, às atribuições, ao comportamento e às atitudes que são estabelecidos socialmente para ambos os sexos, homem e mulher. No entanto, quando se fala em diferença, esta é uma marca que recai decisivamente na mulher, pois para aqueles sujeitos ela simboliza o diferente. Isso ficou muito claro, sobretudo quando eles apontaram em seus discursos o que é próprio da mulher, ela pode isso e não aquilo.

Retomo, por exemplo, aquela dificuldade e o estranhamento de uma determinada leitora em escrever a palavra homem primeiro: “*fica estranho e difícil para mim colocar a palavra mulher antes*”. Nesse dizer, percebi uma relação com os elementos do interdiscurso que, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabaram determinando-o, fazendo emergir aquilo que na memória coletiva caracteriza um determinado processo histórico.

Observei também que somente um participante identificou no texto de Lúcia Pesca uma escrita masculina, contudo, para justificar sua escolha, ele acionou, da mesma forma que os demais, a representação imaginária que ele, sujeito-leitor-autor, tem de uma mulher e de um homem. A partir dessa comparação promovida pelos sujeitos desta pesquisa, no plano do intradiscurso, foi preciso relacionar tal marca ao interdiscurso, para que fosse possível demonstrar como o sujeito do discurso funciona pela ideologia e pelo inconsciente, uma vez que as palavras chegam até ele, como pude demonstrar, carregadas de sentidos, passíveis de serem apreendidos por meio do interdiscurso, a memória do dizer.

Contudo, os dados resultantes das análises não eram suficientes para afirmar que uma marca lingüística (a comparação) acionava/garantia aquele número significativo de “acerto” quanto ao fato de o texto ter sido escrito por uma mulher. Teria sido o assunto relacionamento de amizade/amor entre homem e mulher? Afinal, homens e mulheres podem ser amigos? Se é por meio do sentido que podemos perceber o funcionamento da ideologia, minha única certeza era a de que os efeitos de sentidos estavam sendo produzidos e a ideologia estava lá, promovendo, por sua vez, aquele efeito de evidência para aqueles participantes, cuja crença era de que a resposta estava lá, bastaria olhar e ver.

Prosseguindo na busca da resposta para minhas indagações, selecionei um outro tipo de texto, duas cartas do leitor, cujo assunto é o extermínio de animais de

rua, ocorrido em São Leopoldo, sendo que uma carta foi escrita por uma *mulher* e a outra, por um *homem*. A relação indivíduo/gênero/escrita permanecia, sendo que os recursos mobilizados para estabelecer a identificação foram: o uso recorrente da comparação, a interrogação, as aspas, as orações adjetivas e a referência ao discurso do outro.

Havia uma particularidade correspondente ao significativo índice de “acerto” quanto ao fato de o texto ter sido escrito por uma mulher. A pista intradiscursiva mobilizada pelos sujeitos-leitores-autores foi a metáfora “*varrendo lixo para baixo do tapete*”, empregada pela autora do texto-fonte, e, além disso, também foi referida a sensibilidade demonstrada pela autora da carta que, segundo os participantes, foi uma demonstração sentimentalista (algo característico de uma mulher).

A leitura da metáfora empregada pela autora, Sandra, produziu para os sujeitos-leitores um efeito de sentido relacionado diretamente a uma tarefa doméstica, ou seja, varrer significava somente limpar a casa e, sendo assim, tal metáfora foi interpretada como uma atribuição de um afazer doméstico tipicamente feminino. Outra constatação foi a de em nenhum momento ter sido dada uma opinião sobre o assunto do texto-fonte, já que os participantes se detiveram apenas em identificar quem havia escrito o texto e justificar sua escolha. Contudo, no caso do texto-fonte I, foi diferente, pois eles teceram comentários acerca do assunto, escrevendo um texto bem mais extenso se comparado àquele sobre a matança de animais de rua.

Na opinião daqueles sujeitos-leitores, ao considerarem que o homem é menos sensível, sentimental em relação à mulher não fez com que houvesse em seu discurso uma mudança do domínio de saber com o qual tais sujeitos-leitores-autores se identificaram, já que lá estava a mulher como sendo a *mais do que...* (ao falarem de um, necessariamente convocavam o outro, o homem). Ao afirmarem que mulher é mais isso e homem é menos aquilo, apontaram parâmetros determinantes sobre como um

e outro devem agir frente a outras pessoas e isso conseqüentemente implicaria julgamento por parte do outro.

No bloco III, foi realizada a leitura de outro texto sobre o mesmo assunto do texto anterior (bloco II- “Animais”), só que desta vez quem assinava o texto era um homem e esse foi o diferencial, pois ao contrário do texto anterior, assinado por uma mulher, somente um participante deduziu “adequadamente” quem escrevera o texto, enquanto que a grande maioria optou pela escrita feminina. Minha expectativa e curiosidade aumentaram diante dessa ocorrência.

Tomando por base o texto-fonte III, a pista que mobilizou tal indicação foi a forma diminutiva “cãezinhos”, empregada “corajosamente” por um homem, Filipe Merker Britto, que por expressar seu pesar e indignação diante da matança daqueles animais, levou os sujeitos-leitores-autores a acreditarem que havia sido uma mulher quem escrevera aquilo, pois, segundo eles, o uso do diminutivo é algo que caracteriza a escrita de uma mulher e não a de um homem.

Os sujeitos participantes buscaram, novamente, sustentar suas opiniões a partir da identificação das marcas lingüísticas que lhes indicassem a *verdadeira* origem daquela produção escrita. Segundo eles, o texto de Filipe foi o mais fácil de ser identificado, pois bastou olhar para ver que se tratava da escrita de uma mulher. Passando ao texto do participante que apontara uma escrita masculina, o que pude ver foi que seu discurso trouxe um argumento que não se distanciou daqueles já analisados, pois esse sujeito também acionou o esquema comparativo, identificando-se com a mesma FD e posição-sujeito dos demais sujeitos-leitores-autores.

Pude perceber que os participantes desta pesquisa assumiram uma posição e uma FD específica, cujo domínio de saber acolheu em si a questão da diferença como sendo algo que singulariza a mulher em especial, pois para eles houve um consenso de que o que caberia à escrita de uma mulher/autora, não caberia à escrita de um

homem/autor. A FD com a qual se identificaram os sujeitos-leitores distanciava-se daquela assumida pelos sujeitos-autores dos textos-fonte e isso talvez tenha ocorrido porque muitos deles se restringiram em identificar apenas o gênero da escrita, sem tecer qualquer comentário acerca do assunto, exceto quando o tema despertava maior interesse neles.

Dentre as marcas que, a princípio, sugeriram deslegitimar o gênero atribuído à escrita está a forma diminutiva “*cãezinhos*”, que indicou uma singularidade específica da mulher, contudo, ao ser empregada por um homem, demonstrou que não há uma interdição nem uma regra geral que estabeleça que isso só uma mulher poderia empregar e não um homem, ou pelo menos este não deveria. A equivocidade discursiva ali se manifestou, reiterando que o sentido pode sempre vir a ser outro e, na língua, portanto, a única garantia é a de que nela há o espaço para o deslize, enfim, para o equívoco.

Assim, quanto à escrita, o gênero ficou deslegitimizado, pois, naquele espaço discursivo, não houve a garantia pretendida de que se tratava de uma escrita feminina. Ao contrário, o sentido, preenchido em sua opacidade produziu o jogo do (re)velar que ocasionou um efeito de sentido diferente do esperado.

Nos dois textos-fonte, cujo assunto é o extermínio dos animais, houve uma identificação com o mesmo domínio de saber, pois tanto Sandra quanto Filipe posicionam-se contra aquela atitude de extermínio, cada qual a seu modo. E foi justamente o modo como expressaram, através da escrita, o posicionamento deles diante do ocorrido que induziu os participantes a tirarem suas conclusões sobre quem havia escrito cada texto. No entanto, atribuir à escrita um gênero por essa via, afirmando que o sentimento de pena, de indignação, de vergonha é algo que caracteriza a escrita como sendo feminina, não se sustentou.

Comparando os textos produzidos, a partir dos textos-fonte, pude observar que embora o assunto do primeiro texto-fonte seja diferente dos outros dois mobilizou um consenso quanto à identificação com uma FD determinada. Esta identificação era demonstrada a cada gesto de interpretação que os sujeitos-leitores faziam para justificar uma escrita como sendo masculina ou feminina. Sabendo que diante do texto analisado, o leitor se encontra submetido ao efeito ilusório de que há apenas a voz do sujeito-autor, desconhecendo, portanto, que outras vozes, outros dizeres são mobilizados por esse mesmo sujeito-autor, penso que essa aparição evidente de uma escrita masculina ou feminina, que surgiu para os sujeitos desta pesquisa, demonstrou a eficácia do assujeitamento, a opacidade do sentido e o caráter oscilante da materialidade do discurso.

Isso nos remete àquela descrição que Foucault faz diante das variadas possibilidades de representação de uma obra, na perspectiva de quem a observa, num movimento contínuo, recíproco e surpreendente, caracterizando com isso uma flutuação de nuances e de sentidos, a depender do ponto de vista do espectador. Sobre essa relação de dependência entre ponto de vista do espectador e representação daquilo que está diante de si, cabe lembrarmos que se o ponto de vista cria o objeto, em se tratando de interpretação, o que aqui se considerou foi justamente a multiplicidade de sentidos possíveis, quando diante de um texto, pois nele a exterioridade é convocada, já que é constitutiva, parte integrante da língua.

Ainda sobre essa atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, na tentativa de dar a este ser racional um estatuto realista, acreditando estar no indivíduo o lugar de origem da escrita, foi possível demonstrar que tanto o sujeito-autor quanto o sujeito-leitor puderam identificar-se com uma FD, sendo que o sujeito-leitor pôde ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, com ela identificando-se ou não. Isso foi o que ocorreu com os sujeitos desta pesquisa, visto

que cada um, por ter sua própria história de leituras, pôde estabelecer diferentes relações e distanciar-se da interdiscursividade mobilizada pelo sujeito-autor do texto-fonte.

Nas análises referentes aos textos sobre a homossexualidade, observei uma identificação com outros domínios de saber diferentes daqueles manifestados nos textos-fonte IV e V. Quanto ao gênero atribuído à escrita, houve uma identificação a partir do apego à religião, que oscilou ora como sendo mais comum para mulher, ora para o homem. O processo comparativo também foi acionado para justificar a aceitação da homossexualidade. Novamente o imaginário do que cabe à mulher e ao homem sustentou a justificativa para a influência da religião sobre um e outro.

A partir do assunto do texto-fonte, os sujeitos-leitores resgataram o imaginário do que caberia a uma mulher, quais os papéis estabelecidos e qual o comportamento se espera de uma mulher e de um homem quando o assunto é aceitação ou não da homossexualidade. A presença da metáfora e da locução adjetiva, presentes no texto-fonte V, mobilizaram a dúvida quanto a uma identificação segura de que tais ocorrências indicassem uma escrita feminina ou masculina, ainda assim a identificação foi feita e algumas não se confirmaram.

Essas leituras mobilizadas pelos sujeitos desta pesquisa confirmam e demonstram que a língua é da ordem do não-todo e nela o que escapou à univocidade apontou, nos discursos aqui analisados, sua consagração ao equívoco. Isso foi o que se pôde ver, por exemplo, nos efeitos oscilantes de sentido produzidos pela metáfora (texto-fonte V), cujo emprego foi interpretado como algo capaz de caracterizar a escrita quanto ao gênero.

Então, falar de língua implica considerar seu real e, assim sendo, pensar a escrita como capaz de representar o gênero de quem a produziu, discursivamente, não se sustenta. Em outras palavras, a equivocidade, enquanto integrante da língua,

inviabiliza conceber a escrita como representante da dualidade de gênero. Soma-se a essa ocorrência da produção dos efeitos de sentido, no *corpus* aqui selecionado, o movimento dos sujeitos-leitores-autores que, ao ocuparem o seu lugar discursivo, fizeram isso já determinados pelo seu lugar social enquanto homem ou mulher. Desse modo, ao inscreverem-se em determinado discurso, não conseguiram dissociar o elo sujeito-indivíduo do sujeito discursivo e isso fez com que o lugar discursivo se estabelecesse no entremeio do lugar social, da forma e da posição sujeito.

Dito isso, reafirmo que a escrita carrega, sim, a marca de quem a produziu e também a reproduziu, mas trata-se de uma “marca” discursiva de um sujeito também discursivo que se constitui enquanto sujeito no estreito vínculo com o sentido e com o ideológico. Essa busca por estabelecer o gênero de quem produziu determinada escrita ilustra sobremaneira a manifestação do efeito ideológico, sobretudo quando se crê na língua como transparente, pensada como um invólucro isolador dos sentidos, presumidamente “controláveis” no discurso.

Tal crença manteve esses sujeitos-leitores presos a uma obcecada sedimentação/fixidez de sentidos na língua que os impediu de contemplar para além dessa materialidade, ainda que esta tenha como característica a opacidade, a heterogeneidade. O que pude perceber nos discursos aqui analisados foi a possibilidade de o sujeito fragmentar-se em múltiplos eus identificados enquanto sujeitos discursivos, ideologicamente constituídos e isso, também, contribui para tornar indefensável a atribuição de gênero à escrita, enfim, dar um rótulo para a mesma.

Com o resultado desta reflexão, penso ter contribuído para o campo de estudos da linguagem, demonstrando a possibilidade de se contemplar uma produção escrita para além da materialidade da língua. Isso foi possível, ao considerar a ordem do discurso, lugar de articulação entre o simbólico e o histórico. Se na dimensão

simbólica do discurso podemos responder pela produção de sentidos, os quais delineiam as representações (relações imaginárias) para os sujeitos, produzimos, então, através de nossas práticas de leitura, diferentes gestos de interpretação, múltiplos sentidos os quais são avessos ao “cárcere” bem como à “propriedade privada”.

Frente à tentativa de rotular a escrita, a análise discursiva realizada nesta pesquisa permitiu vislumbrar a questão da dualidade masculino/feminino como um fato histórico, sobretudo ideológico. Isso me fez perceber que a atribuição de gênero para a escrita está pautada num modo de os sujeitos buscarem garantir uma identidade para si e para a escrita do outro, talvez evitando com isso expor-se ao risco de perder a sua identidade enquanto homem e mulher. Instaurado o desafio, a dúvida manifestou-se e conseqüentemente a impossibilidade de afiançar o que de fato foi escrito por um e outro sexo.

Desse modo, o binômio escrita X e escrita Y, amparado numa materialidade léxico-sintática que não é rígida, fixa, desfez-se diante das múltiplas possibilidades de representação do sujeito, bem como do seu discurso que abriga em si uma dispersão de textos. Desnudar, capturar a essência da escrita, imputando-lhe um gênero tornou-se inviável, pois não há linearidade, estabilidade e sim efeitos que nos dão o conforto de nos ajeitarmos, enquanto leitores, diante da relação que estabelecemos com a escrita, com o discurso, enfim, pressupondo uma solidez que, ao contrário, é mobilidade, inconstância, efeito(s) de sentido.

Ao encontro do tema eleito para este estudo, destaco as palavras de Cecília Meireles que aqui (re)significam:

Escreverás meu nome com
todas as letras,

- e não serei eu.

Repetirás o que me ouviste,
o que leste de mim, e mostrarás
meu retrato

- e nada disso serei eu...

Somos uma difícil unidade
de muitos instantes mínimos

- isso seria eu.

Mil fragmentos somos, em jogo misterioso,
Aproximamo-nos e afastamo-nos, eternamente.

- Como me poderão encontrar?

Novos e antigos todos os dias,
Transparentes e opacos, segundo o giro da luz

- nós mesmos nos procuramos.

E por entre as circunstâncias fluímos,
Leves e livres como a cascata pelas pedras.

- que metal nos poderia prender?

QUADROS ILUSTRATIVOS DAS ANÁLISES

QUADRO SÍNTESE DA ORDEM DA EXCLUSÃO NA ESCRITA

Análise I- COMPARAÇÃO ⇒ “discutir relacionamento de amizade entre homem e mulher” (isso é uma preocupação das mulheres)

Análise II- METÁFORAS ⇒ “varrendo o lixo para baixo do tapete”, “temos que nos despir das amarras...” (referência a um afazer e a um dizer típico de mulher);

Análise III- DIMINUTIVO ⇒ “cãezinhos” (termo usado só por mulheres)

Análise IV- COMPARAÇÃO ⇒ “aceitação do homossexualismo” (a mulher aceita o homossexualismo)

Análise V- LOCUÇÃO ADJETIVA ⇒ “de mulheres” (termo usado somente por homens)

QUADRO SÍNTESE DA MIGRAÇÃO DOS SENTIDOS

METÁFORAS ⇨ “varrendo o lixo para baixo do tapete”

⇨ “temos que nos despir das amarras...” (ambas metáforas podem ser empregadas tanto por um homem quanto por uma mulher e podem produzir múltiplos efeitos de sentido).

DIMINUTIVO ⇨ “cãezinhos” (termo usado tanto pela mulher quanto pelo homem).

COMPARAÇÃO ⇨ “aceitação do homossexualismo” (tanto a mulher quanto o homem podem aceitar ou não o homossexualismo).

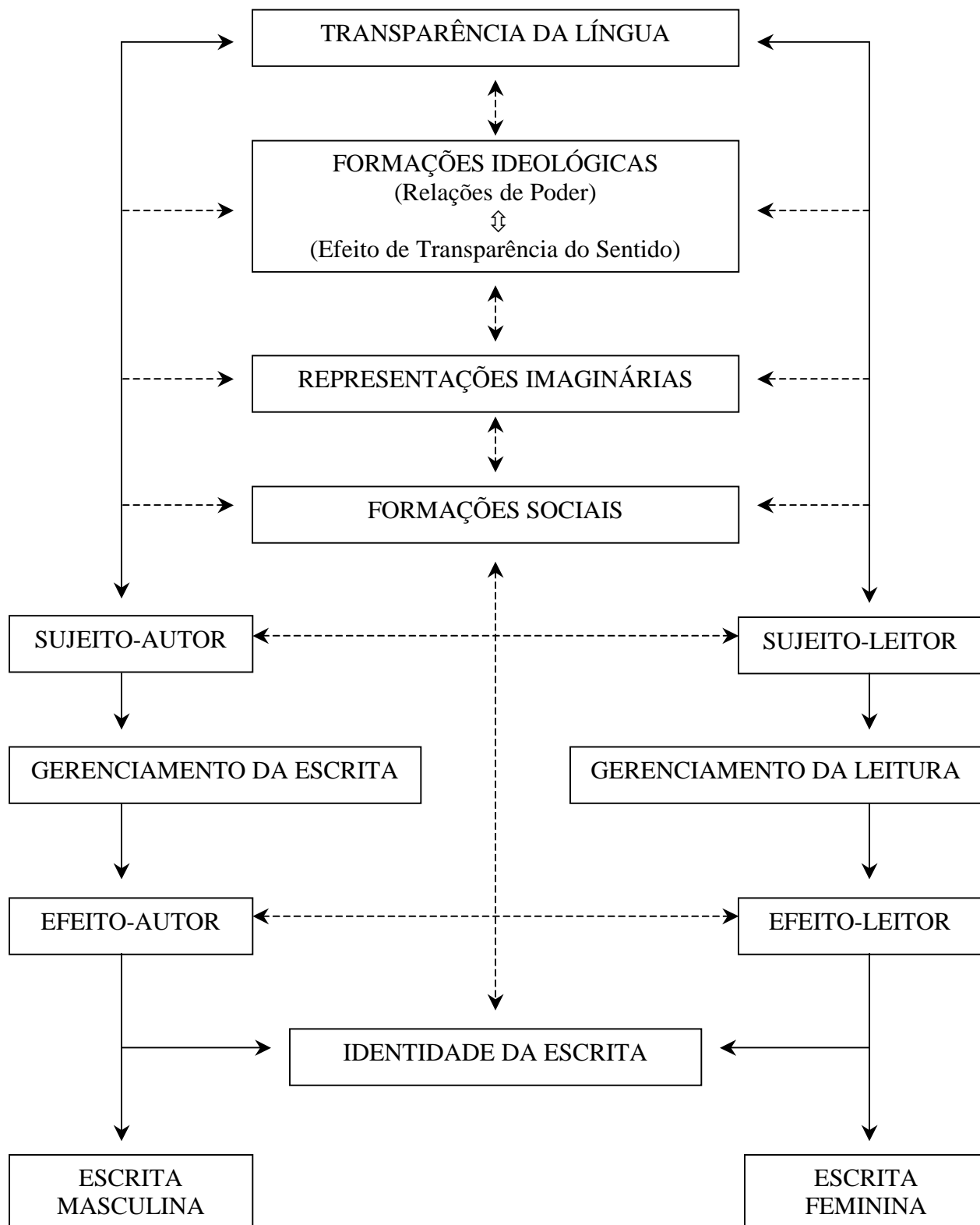
LOCUÇÃO ADJETIVA ⇨ “de mulheres” (termo usado tanto por homens quanto por mulheres).

Os quadros acima sintetizam e ilustram o modo como os sentidos foram interpretados pelos sujeitos desta pesquisa. As análises constituíram-se num espaço para demonstrar o funcionamento da equivocidade discursiva presente na materialidade léxico-sintática. A partir disso, concluí que a tentativa de estabelecer um gênero para a escrita promoveu um afastamento da lógica da exclusão para contemplar a ordem da inclusão no espaço discursivo.

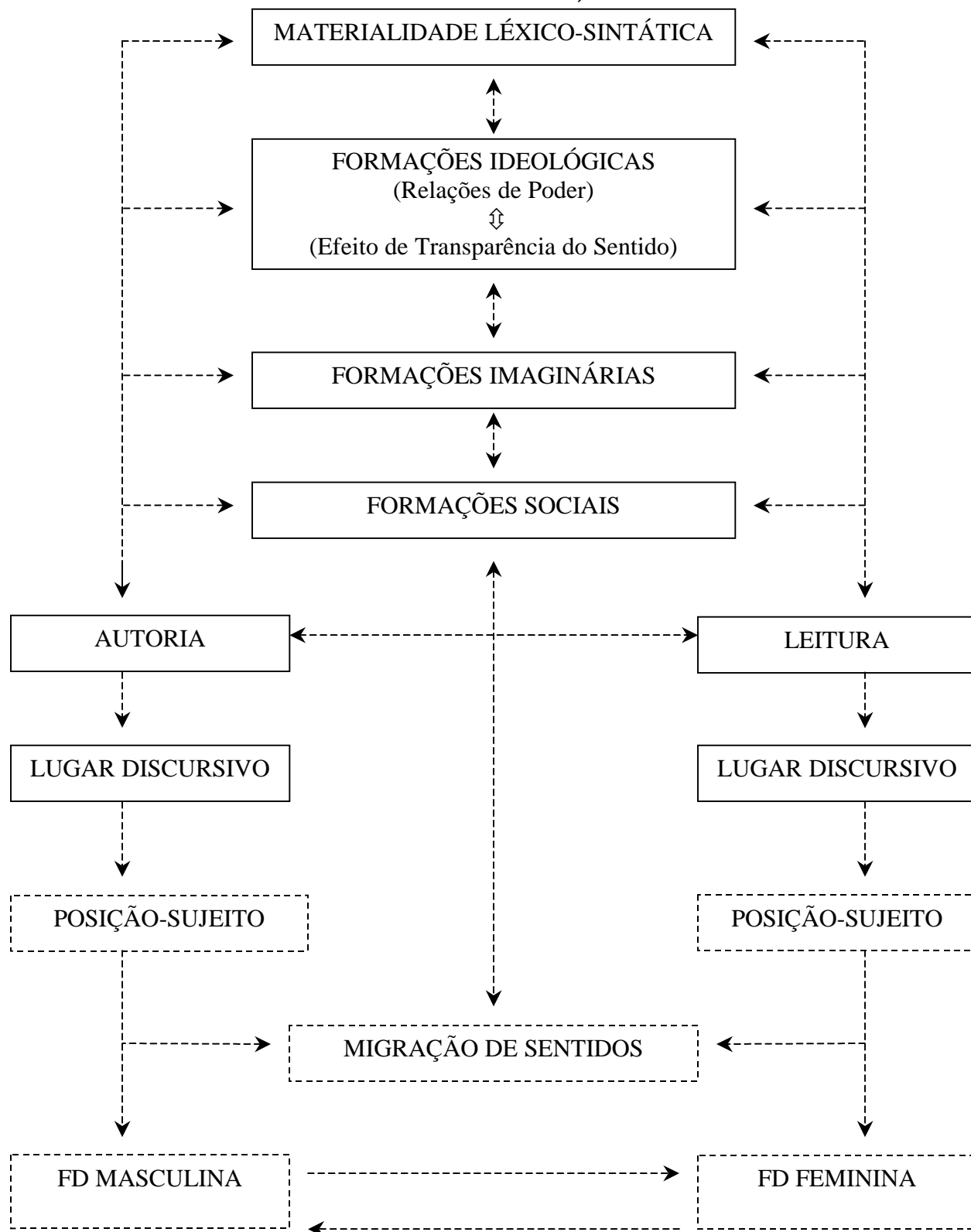
Por conseguinte, a idealização do que seria uma escrita exclusivamente feminina ou masculina não conseguiu se sustentar, pelo fato de que a escrita, concebida discursivamente nesta tese enquanto um **mosaico de discursos**, promove, de certo modo, um “consenso” entre Formações Discursivas, podendo, portanto, ora o sujeito identificar-se com uma FD masculina ora com uma FD feminina, vindo até mesmo a assumir, dentro de uma mesma FD,

posições divergentes. Isso vem a reafirmar o caráter constitutivamente heterogêneo de todo discurso, inclusive daquele que aqui foi analisado.

1 – QUADRO DA LÓGICA DA EXCLUSÃO (ESCRITA MASCULINA OU FEMININA)



2 – QUADRO DA INCLUSÃO (ESCRITA MASCULINA E FEMININA)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. et.al. *Papel da Memória*. [Tradução e introdução de J. H. Nunes]. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. DRLAV, Revue de Linguistique, n.26, Paris, 1982, p. 91-151.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. [Trad. Claudia R. C. F.] Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

BÍBLIA SAGRADA. [Trad. de Ivo Storniolo]. São Paulo: Paulus, 1991.

BIRMAN, J. *Por uma estilística da existência*. São Paulo: 34, 1996.

BIRMAN, J. *Cartografias do feminino*. São Paulo: 34, 1999.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. [Tradução de Guy Reynaud]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COURTINE, J.J. ; MARANDIN, J.M. *Quel objet pour l'analyse du discours? Materialités discursives*, Lille: Presse Universitaires, 1981.

COURTINE, J.J. *Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours*. Philosophiques, vol.IX, n.2, oct. 1982.

COURTINE, J. J. O Chapéu de Clementis. In: *Múltiplos territórios da análise do discurso*. . [Tradução de Marne R. de Rodrigues]. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

CHOMSKY, N. *Estruturas Sintáticas*. [Trad. de M. Ferreira]. São Paulo: Edições 70, 1957.

CUNHA, C. ; CINTRA, L. *Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et. al. *Papel da Memória*. [Tradução e introdução de J. H. Nunes]. Campinas, SP: Pontes, 1999.

DVD 233: *Nem gravata nem honra*. Masagão, Marcelo. Europa Filmes. São Paulo, 2001.

FERREIRA, M.C.L. O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, F. & FERREIRA, M.C.L. (Org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

FERREIRA, M.C.L. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Universidade/ UFRGS, 2000.

FERREIRA, M.C.L. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro; o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

FERREIRA, M.C.L. (Org.) *Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: A aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor*. Porto Alegre; UFRGS Instituto de Letras, 2001.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. [Trad. de Salma T. M.]. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. [Trad. de Luiz F. B. Neves]. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. [Trad. de Laura F. A. S.]. São Paulo: Loyola, 2001.

FOUCAULT, M. (1969) *O que é um autor?* [Trad. de Antonio F. C. e Eduardo C.]. Lisboa: Passagens, 2002.

FREUD, S. A feminidade. [Trad. de Odilon Gallotti, Isaac I. e Glasdstone Parente]. Obras Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Delta, s/d.. Tomo X. In: *De gênero a gênero: A mulher-artista no romance brasileiro*. Eliane T.^a Campello (org.) Brasília: UnB, 1998.

FUNCK, S. B. Da questão da mulher à questão do gênero. In: *Trocando idéias sobre a mulher e a Literatura*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, p. 17-22.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. [Trad. de Bethânia M., Maria E. C. De Mello]. Campinas, SP: Pontes, 2004. (original de 1981).

GALLO, Solange Leda. *Discurso da escrita e ensino*. 2.ed., Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

GALLO, Solange Leda. *Texto: como apre(e)nder essa matéria?* Tese de Doutorado. IEL, UNICAMP, Campinas, 1994

GRANTHAM, M.R. *Da releitura à escritura um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Tese de Doutorado; Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Área de Concentração Teorias do texto e do discurso; Porto Alegre:UFRGS, 2002.

GRIGOLETTO, E. *A mídia a serviço da religião: o entrelaçamento de vozes no discurso da renovação carismática católica*. In: *Discurso, língua e memória*. Revista Organon, do Instituto de Letras da UFRGS. v. 17, n. 35, 2003, p. 49-64.

GRIGOLETTO, E. A. *O discurso da divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. Tese de doutorado; Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Área de concentração Teorias do texto e do discurso; Porto Alegre, RS: UFRGS, 2005.

HOUAISS, A. ; VILLAR, M. S. *Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

INDURSKY, F. A prática discursiva da leitura. In: *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, F. & CAMPOS, M. C. (Org.) *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre, RS: Sagra Luzatto, 2000, p.70-81.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas, RS: EDUCAT, 2001.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LACAN, J. O Seminário: Livro I: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954 [Trad. de Betty Milan]. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LARROSA, J. *Pedagogia Profana: danças e piruetas e mascaradas*. [Trad. de Alfredo V. N.]. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LEITE, N.V.A. *Psicanálise e Análise do Discurso*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MARANDIN, J.M. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: *Gestos de Leitura*. [Trad. de Maria C. L. Ferreira]. 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

MILNER, J.C. *L'amour de la langue*. (Trad. Bras. O amor da língua). Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MILNER, J.C. *Introducion à une science du langage*. Paris: Éd. Di Seuil, 1989.

MATEUS, M.H.M et.al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

ORLANDI, E.P. *O que é Lingüística*. Brasília, DF: Brasiliense, 1987.

ORLANDI, E.P. *Discurso e Leitura*. Campinas, SP: Cortez, 1988.

ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

ORLANDI, E.P. *Interpretação. A autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E.P. (Org.) *Gestos de Leitura*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E.P. (Org.) *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

ORLANDI, E.P. (Org.) *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E.P. (Org.) *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E.P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E.P. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E.P. *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. *L'étrange miroir de l'analyse de discours*. Langages, Paris, n.62, 1981, p.5-8.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: UNICAMP, 1988 (original de 1975).

PÊCHEUX, M. Sob o pseudônimo de Thomas Herbert. *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Trad. brasileira de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. Revista RUA, n.1, Campinas, 1995, p. 63 - 89. (original de 1967)

PÊCHEUX, M. ; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. ; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de M. Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997 (original de 1969).

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et.al. *Papel da Memória*. [Tradução e introdução de J. H. Nunes]. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. [Trad. de Eni Orlandi]. 2ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2002 (original de 1983).

PIÑON, N. O gesto de criação: sombras e luzes. In: SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Das mulheres; Goiânia: UFG, 1997.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Atena, 1956.

RICKES, S.M. *Autoria e produção textual - um estudo sobre a escrita que tematiza a clínica*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da UFRGS, 1998.

RICKES, S.M. *A escritura como cicatriz*. In. Revista Educação & Realidade. Faculdade de Educação da UFRGS, jan./jun. 2002, p. 51-71.

ROGERSON, J.W. *O livro de Ouro da Bíblia*. [Trad. de Talita M. Rodrigues]. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ROLNICK, S. *O mal-estar na diferença*. Anuário Brasileiro de Psicanálise. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.

SCOTT J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Revista Educação & Realidade*. [Trad. de Guacira L. Louro]. v.20; n.2. Porto Alegre, UFRGS, jul./dez. 1995, p.71-99, (original de 1988).

SHATTUCK, R. *Conhecimento Proibido*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SHOWALTER, E. A crítica feminina no território selvagem. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. [Trad. de Deise Amaral]. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p.23-57

SOUZA, P. de. As enquetes como discurso: um caso de acesso às palavras de racismo. In: INDURSKY, F. & FERREIRA, M.C.L. (Org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: Mary Mary Del Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

TELLES, L. F. Mulher, mulheres. In. Mary Del Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.

VOGT, C. ; DUCROT, O. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. [Trad. de Vera Ribeiro] 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004 (original de 1929).

ZIMERMAN, D. *Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

ZOPPI-FONTANA, M. G. *Cidade e Discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual*. Revista - Rua, n.4. Campinas, SP, 1998.

ZERO HORA. Porto Alegre, Caderno Donna, 06/10/2002.

ZERO HORA. Porto Alegre, 22/9/2003.

A N E X O S

BLOCO A

TEXTOS PRODUZIDOS A PARTIR DO TEXTO-FONTE I

Homens e mulheres podem ser amigos?

SIM

A amizade entre homem e mulher existe e oferece vantagens que um caso de amor não consegue: ficar ligados um ao outro em linha direta, porém sem disputas como nas amizades de mesmo sexo. Generalizando: as mulheres disputam beleza, e os homens, desempenho.

Uma das vantagens é um poder contar ao outro detalhes de como funciona seu sexo para ajudá-lo a lidar e/ou conquistar o ser amado. Ter a chance de compartilhar diferentes pontos de vista sobre coisas íntimas do campo dos relacionamentos – saber o que o outro lado pensa e como vê determinadas situações. Como, por exemplo, qual comportamento feminino é considerado galinha ou agressivo ou como uma mulher gosta de ser tocada. Ter uma companhia do sexo oposto para sair à noite também atrai mais. Afinal, os outros não vão saber se são amigos ou namorados, e isso transmite segurança.

O único fator que realmente pode atrapalhar este tipo de amizade é quando um da dupla se une a um parceiro ciumento. Mas uma pergunta ecoa: existe atração além de tanta amizade? Não pode haver interesse sexual entre eles. No momento em que houver vida sexual, esta relação trinca e passa para outro estágio.

Sd 9

O texto trata da possível amizade entre homem e mulher.

Na minha opinião é um texto redigido por uma mulher, porque para um homem é muito mais difícil cultivar uma amizade de sexo oposto sem intenção de sexo, no texto na passagem em que o autor fala... disputas como nas amizades de mesmo sexo; as mulheres gostam de disputar os seus ideais bem mais que os homens. Na passagem que fala... qual comportamento feminino é considerado galinha ou agressivo ou como uma mulher gosta de ser tocada. Ao meu ver são características femininas, porque se uma mulher trair o seu companheiro é considerado galinha, assim eu acho que foi um texto redigido por uma autora.

Sd 10 e Sd 11

O TEXTO ESCRITO TEM OPINIÕES COM CARACTERÍSTICAS BCM FEMININAS. COMO NO PRIMEIRO PARÁGRAFO QUANDO FALA SOBRE AS DISPUTAS ENTRE O MESMO SEXO. OS HOMENS NÃO COMPETEM ELES SE AJUDAM, SÃO CUMPLICES, AS MULHERES SIM COMPETEM MUITO MAIS. QUANDO FALA SOBRE O COMPORTAMENTO FEMININO, EU ACHO QUE O HOMEM NÃO ESTARIA MUITO INTERESSADO NO LIMITE DE POSTURA QUE DENUNCIAR SE A MULHER É GALINHA OU NÃO, ISSO É UMA PREOCUPAÇÃO DE CARÁTER BCM FEMININO, ASSIM COMO A IDEIA DE TER A COMPANHIA DO SEXO OPPOSTO PRA SAIR, A MULHER SE SENTE MAIS SEGURA EM RELAÇÃO AOS OUTROS QUANDO ACOMPANHADA, O HOMEM SE SENTE PRESO.

Sd 12 e 13

Analisando o texto, conclui que se trata de uma autoria feminina, pois geralmente é a mulher que se preocupa com o mesmo sexo. É a mulher que deseja momentos juntos.

Pode-se afirmar que a preocupação nas festas, parte da mulher. O homem não se preocupa se vai ficar sozinho ou acompanhado, na festa, ele simplesmente sente a vontade de sair e sai.

Já a mulher, não, ela precisa saber quem vai a festa, o horário marcado para se encontrarem, enfim muitas burocracias.

A mulher sente ciúmes por qualquer coisa e geralmente o homem não se preocupa tanto com isso.

Outro sinal de ser um texto feminino é que os homens sempre acham que relacionamentos de amizade entre sexos opostos, não dão certo pois um sempre acaba se interessando pelo outro.

É o texto mostra que pode haver amizade entre homem e mulher sem haver relacionamento amoroso.

Sd 14

Creio que o autor deste texto é uma mulher. Podemos identificar em alguns trechos do texto, manipulações, pensamentos femininos, como dizer no seguinte trecho: " ... Compartilhar diferentes pontos de vista sobre coisas íntimas do campo do relacionamento."

O texto "apela" mais para o campo emocional, o que geralmente é caracterizado por autores mulheres. Na sociedade em que vivemos, os homens não conseguem separar amizade-sexo, para eles o mais importante é o sexual e não o emocional. Nós, mulheres, acreditamos, acima de tudo, e valorizamos a amizade seja ela homem-mulher ou não.

Sd 15

Acredito que o texto seja de autoria feminina, pois em vários pontos transmite uma sensibilidade que é própria da mulher. A começar pelo título, homens certamente não se questionam sobre a possibilidade de ter uma amizade feminina, daquelas que se pode confiar plenamente e dividir todos os momentos e programas. Outro ponto que afirma minha fé, é a preocupação com relacionamentos e em saber como funciona o texto escrito; homens são mais individualistas e odeiam discutir o relacionamento. Além disso, normalmente um homem não sai com uma mulher só por amizade e também não consegue pensar em texto de maneira tão racional.

Sd 16

Após uma análise conclui que o texto
 é de autoria feminina, por ^{o mesmo} afirma que pode existir
 amizade entre pessoas de sexos opostos. Muitos homens
 não concordam com tal afirmação, alegando que
 sempre terá uma atração física ou algum interesse
 sexual nessa relação.

Outro ponto que me chamou a atenção, foi quando
 o texto mencionou o fator da segurança. Geralmente as
 mulheres quando estão incompanhadas, seja pelo nomea-
 do ou físico, sentem-se mais seguras.

Além disso, na maioria das vezes, as mulheres no-
 cuam a amizade de um homem, justamente para
 conhecer o comportamento dos demais.

Sd 17

Após a leitura do texto, chego a conclusão que o autor do mesmo tem grande probabilidade de ter sido escrito por uma mulher.

Para começar, os homens com seu alto grau de machismo não acreditam em amizades entre homens e mulheres, a classe masculina sempre costuma dizer quando alguma mulher se refere a um homem como sendo seu amigo: "Amigo de mulher é cabaleiro (q. são rotulados gays)"; ao contrário da idêis que é defendido no texto. (imaginário)

A forma como 'ela' utiliza a linguagem, é difícil para mim explicar o que exatamente, mas me transmite a idêis e a imagem de uma mulher relatando o seu ponto de vista após algum homem ~~ou~~ ou uma mulher (talvez) ter questionado sobre o assunto por afirmando que é impossível a amizade de ambos os sexos.

A forma de se expressar.

Quando da fala "o seu amado", uma expressão que um homem não usaria em um texto como esse, que me parece ser de alguma columnista, ou seja de alguma coluna de jornal e geralmente os columnistas (homens) utilizam expressões mais machistas, na minha opinião.

"Ela" dá exemplos bem íntimo de mulheres, mais do que de homens. Se for um homem (o que não creio) é bem familiarizado com os desejos de uma mulher (sua esposa, filha etc.).

Sd 18

Do analisar o texto foi possível verificar que trata-se de autoria feminina. Foi, percebi no primeiro parágrafo, linha 4, uma identificação com meus textos ou histórias, onde, quando vou comentar sobre homem e mulher sempre escrevo a palavra homem primeiro, porque fica estranho e difícil para mim colocar a palavra mulher antes.

Outro fato importante que me chamou a atenção foi no linha 19 quando expõe o comportamento feminino, comentando sobre "galinha", geralmente a mulher por discriminar seu próprio sexo sempre acaba comentando sobre "galinha, prostituta...", entre outras formas de "quimar" o que muitas vezes não têm coragem de fazer. Em contrapartida, um homem geralmente não se preocupa com estes detalhes, de ser uma mulher galinha ou não, e também não se preocupa tanto em como uma mulher gosta de ser tocada, se bem que eles estão mudando muito e alguns se interessando mais em como lidar com a mulher e seus prazeres.

Sd 19

O texto me parece escrito por um homem, uma vez que sugere falar de amizade entre homem e mulher e a primeira vantagem que o homem mostra é em relação ao sexo, como nesse trecho: ... exemplo, qual comportamento feminino é considerado galinha ou agressivo ou como uma mulher gosta de ser tocada...

BLOCO B

TEXTOS PRODUZIDOS A PARTIR DO TEXTO-FONTE II

BLOCO B

TEXTOS PRODUZIDOS A PARTIR DO TEXTO-FONTE II

Animais

Ao ler a reportagem sobre o extermínio de animais em Canoas, além da revolta meu sentimento maior foi o de vergonha. Como podem profissionais que se dizem “veterinários” sacrificar animais desta maneira? Classifico tais procedimentos de hediondos e cruéis. Como se todos os problemas pudessem ser resolvidos desta maneira, varrendo o lixo para baixo do tapete. O pior de tudo é a forma terrível como os animais são

sacrificados, pois segundo testemunhas, não procede a explicação dada pelos “verdugos” de morte sem sofrimento. Consta que os pobres animais agonizam por horas. Quem fala a verdade?

Sandra Maria Lanziotti

Funcionária pública – Viamão (RS)

Sd 23

1. As expressões "cruéis" e "varrendo o lixo para baixo do tapete" levam a entender que o texto seja de autoria feminina. Talvez a delicadeza no tratamento da mulher e os animais faz com que esta se revolte e a crueldade que é sacrificar os mesmos; e a 2ª expressão, por ser dificilmente um homem "varrer".

Sd 24

Acredito que este texto seja de autoria feminina, diante de seu argumento, usa como forma de expressão de sua indignação, retratando "sentimentos" e revela "vergonha", muito próprio dos poderes femininos. E ainda usa "varrendo para baixo do tapete", expressão, também comum ao perfil feminino.

Sd 25

Acredito que o texto foi escrito por uma mulher dando sentimentalismo, quando fala em "crimes hediondos e cruéis" e por usar a expressão "varrendo o lixo para baixo do tapete", seria uma expressão feminina.

Sd 26

1. Acho que o primeiro texto foi escrito por uma mulher pois é sentimental e aborda um assunto que geralmente preocupa mais as mulheres. A expressão "varrendo o lixo para baixo do tapete" parece vir mais de uma mulher, não porque as mulheres é que devem varrer a casa, mas porque geralmente elas é que o fazem.

Sd 27

① Acredito que seja uma mulher que escreveu este texto por ter e utilizar de sentimentos para descrever sua indignação. Usou também o termo "varrer lixo para baixo do tapete" mais usado por mulheres.

Sd 28

ACREDITO SER DE AUTORIA DE UMA MULHER, DEVIDO AO TERMO USADOS, NA QUAL DENOTAM MUITA SENSIBILIDADE, NO QUS SE REFERE AO TRATO. UMA VEZ QUE O HOMEM É MAIS RACIONAL AO ENCARAR SITUAÇÕES COMO ESTA INDICADA NO TEXTO. ELE SINTETIZA MAIS AS EMOSÕES. AO PASSO QUE A MULHER EM GERAL EXPÕE DE FORMA NATURAL SEUS SENTIMENTOS

Sd 29

Este texto intitulado "Anímois", podemos acreditar que foi escrito por uma mulher, pois é bastante sentimental, esse tipo de característica mais frequente no sexo feminino. Tal traço pode ser observado em vários o tema "Melhor do (exclamativo de anímois)" e na seguinte expressão "meu sentimento maior".

Sd 30

1. Acho que o primeiro texto foi escrito por uma mulher pois é sentimental e aborda um assunto que geralmente preocupa mais as mulheres. A expressão "varrendo o lixo para baixo do tapete" parece vir mais de uma mulher, não porque as mulheres é que devem varrer a casa, mas porque geralmente elas é que o fazem.

Sd 31

A autora do 1º texto é uma mulher porque mostra o lado sentimental do ser humano e quem consegue expor esse sentimento são as mulheres. Os homens têm esses sentimentos mas não mostram.

Sd 32

O texto, acredito eu, é escrito por uma mulher porque, geralmente as mulheres são mais protetoras dos animais que os homens. É um texto de sentimentalismo. É claro que os felinos amam...

Sd 33

Com relação ao texto 1, posso concluir que ele foi escrito por uma mulher pelas características do texto, por haver um certo sentimentalismo que é mais comum em mulheres do que em homens.

Sd 34

Não encontraré palavras que definam claramente quem escreveu o texto, mas parece ter sido escrito por uma mulher, pois são elas que são mais atenciosas aos animais.

Sd 35

"Animais"

Apartir da leitura deste texto, acho que foi escrita por uma autora. Este julgamento dá-se pelo facto de que, pelo menos no meu ponto de vista, os mulheres são mais sensíveis, capazes de se relacionar com o sofrimento de animais, ao contrário dos homens, que são mais práticos, mais objetivos.

A resposta autêntica mostra-se indignada com o extermínio de animais, o que, ao meu ver, é uma atitude mais fácil de ser identificada em uma mulher, do que em um homem.

Sd 36

AO MEU VER, O TEXTO Nº 1 É DE AUTORA DE UMA ESCRITORA PELO FATO DA SENSIBILIDADE EXPOSTA EM SUA CRÍTICA SOBRE O EXTERMINIO DE ANIMAIS, ISSO FICA PROVADO QUANDO DIZI ... POBRES ANIMAIS...

Sd 37

Este texto foi escrito por uma mulher isso porque só uma mulher se importaria com um animal agonizante.

BLOCO C**TEXTOS PRODUZIDOS A PARTIR DO TEXTO-FONTE
III**

BLOCO C

TEXTOS PRODUZIDOS A PARTIR DO TEXTO-FONTE III

Animais

Zera Bera 22-09-03

Foi com extremo pesar e indignação que fiquei sabendo da eliminação de cãezinhos de rua da cidade de Canoas. Seria a melhor solução? Por não ter um abrigo municipal equipado, que possa dar um mínimo de sustento para estes pobre seres, que o único mal que fizeram na vida foi ter nascido e

ter sido abandonados, o melhor é fazer uma matança? A céu aberto? Utilizaremos então do mesmo método para os inúmeros presos do sistema carcerário brasileiro?

Filipe Merker Britto

Estudante – São Leopoldo (RS)

Sd 45

Interessa perceber que por ser maior ou não, a forma diminutiva dos substantivos masculinos e pela forma comum "animais" e "gama de seres" e "animais".

Sd 46

Homens geralmente não se preocupam tanto com assuntos relacionados a maus tratos em animais, e também não utilizam termos como cãesinhos.

Sd 47

O texto tem uma sentença feminina devido a utilização de um diminutivo na palavra "cãesinhos", porém isso não justifica esta afirmativa já que a utilização desta palavra poderia ser apenas uma forma de bem querer os animais.

Sd 48

A palavra cãesinhos, como está no diminutivo indica provavelmente uma postura feminina, já que numa cultura machista como a nossa, um homem teria "cuidado" antes de usar esse diminutivo indicando sentimentalismo.

Sd 49

Acredito ter sido este texto escrito por uma mulher, pois ela cita o movimento de mulheres e, além disso enfatiza quando diz: "Temos que nos despir de preconceitos e amarras, que sejam..." (o temos, vem logo em seguida dela citar o movimento de mulheres.).

BLOCO D**TEXTOS PRODUZIDOS A PARTIR DO TEXTO-FONTE IV**

Homossexualismo

A Igreja Católica é a única fundada por Jesus Cristo. Por isso, como depositária da fé, deve ser firme e fiel aos mandamentos de Deus. E não é a Igreja que proíbe relações entre pessoas de sexos iguais, e sim Deus que as abomina. Portanto, todos os que são de Deus devem abominar também.

Aliás, quando estudei Direito, na cadeira de medicina legal aprendi que o homossexualismo é um desvio de conduta equiparado à pedofilia. Então, dizer que isto é normal, além de nos afastar da graça divina, nos afasta da normalidade.

Tania Maria Arruda Hoefel

Advogada – São Leopoldo (RS)

SD 56

Provavelmente é masculina,
é muito agressiva, e geral-
mente os homens têm
mais dificuldade em
aceitar diferenças.

Sd 57

Acho que é
mulher porque o homem
histórico está associado com
mais MACHISMO, logo também.

Sd 58

3) Acho que o texto é de autoria masculina pois a mente fechada
em relação ao homossexualismo é mais comum entre os homens, prin-
cipalmente quando envolve religião.

Sd 59

3 - O PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS É MAIS COMUM P/ HOMENS

Sd 60

3) É provável que seja uma mulher pois parece
escrito por uma pessoa muito titolada pela
religião e isso acontece mais com as mulheres
que sofrem a influência de uma família mui-
to opressora.

Sd 61

③ (M), pelo radicalismo das palavras, dá ideia de um homem machista que fala do homossexualismo em geral, mas pensa no homossexualismo masculino.

Sd 62

3. Masculina, porque apega-se diretamente no verbo religioso para não se mostrar sua insegurança e preconceito numa relação ao assunto.

Sd 63

③. Geralmente mulheres não têm tanto preconceito ao homossexualismo

BLOCO E**TEXTOS PRODUZIDOS A PARTIR DO TEXTO-FONTE V**

Homossexualidade

A homossexualidade não é doença, conforme a Organização Mundial de Saúde e o Conselho Federal de Psicologia. Não entendo por que algumas pessoas ainda insistem nisso.

A Parada Livre que aconteceu em Porto Alegre reuniu 70 mil pessoas, e em São Paulo, 1 milhão. São gays, lésbicas e simpatizantes reivindicando direitos iguais e respeito como os movimentos de mulheres, negros etc. Temos que nos despir de precon-

ceitos e amarras, que geram violência e ódio.

Leandro Bortoli

Funcionário público – Porto Alegre

O texto apresenta uma defesa aos homossexuais que me parece ter sido feita por um homem, pois quando menciona "Temos que nos despir de preconceitos..." é típico dos homens. Uma mulher usaria outras "armas" linguísticas para fugir do óbvio.

Sd 68

3) Pois como diz o texto "despir de preconceitos e amarras, que geram preconceitos e ódio". No meu ver os homens são os que mais sofrem violência por isso e são os que mais lutam contra essa violência.

Sd 69

3) (f). Temos que nos despir de preconceitos...
Este texto foi escrito por uma mulher que me parece ser uma batalhadora por seus direitos e a mulher parece ser menos preconceituosa que o homem.

Sd 70

3) Penso que o texto "homossexualidade" foi escrito por um homem devido a frase "movimento de mulheres", esta expressão, se fosse escrita por uma mulher, seria "movimento feminista" e com certeza aproveitaria a oportunidade para reivindicar direitos esquecidos, mais respeito, entre outros.

SD 71

3) Penso que o texto "homossexualidade" foi escrito por um homem devido a frase "movimentos de mulheres", esta expressão, se fosse escrita por uma mulher, seria "movimento feminista" e com certeza aproveitaria a oportunidade para reivindicar direitos esquecidos, mais respeito, entre outros.

Sd 72

(3) Analisando o texto 3 concluo que quem o escreveu foi um homem, isso pode ser facilmente notado quando refere-se aos "movimentos de mulheres". Se fosse uma mulher que escrevesse o texto, diria "movimento feminista".

Sd 73

3) Acho que uma mulher nunca escreveria a expressão "movimentos de mulheres", e não utilizaria "movimento feminista".

Sd 74

3- Acho que o texto foi escrito por uma mulher, porque um homem talvez não falasse "que a homossexualidade não é doença".

Sd 75

③ Penso que quem escreveu este artigo foi um homem, mesmo não havendo argumentos suficientes no texto, porque normalmente eles se espõem mais facilmente, principalmente quanto a este assunto; eles são mais naturais, até mesmo na hora de assumir a homossexualidade.

Sd 76

③ (F) Este texto deve ser de autoria feminina, pois é pouco provável que um homem tenha coragem de publicar no jornal, um texto de apoio ao movimento homossexual.

Sd 77

3- A homossexualidade ainda hoje é um assunto discriminado pelos homens, que sentem receio de abordá-lo, as mulheres são mais liberais quando se trata de homossexualidade e quase na maioria aceitam com facilidade a diferença na opção sexual.

Sd 78

"Homossexualidade"

Ao ler este texto, tive a nítida impressão de que ele foi escrito por uma mulher. Pois estas, são mais capazes de aceitar os "diferentes", e geralmente os homens são preconceituosos, no que diz respeito a esse assunto, talvez pelo medo de que seja mal entendido, e pensem que está defendendo os seus...

Sd 79

3. Este Texto foi escrito por uma mulher pois as mulheres de forma geral são preocupadas com o igualdade e geralmente tem coragem e se espere se tem medo de ser discriminada por suas ~~atitudes~~ ideias.